

**Renata Figueiredo Moraes**

**As festas da Abolição:**  
O 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro  
(1888-1908)

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de doutor em História

Orientador: Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Rio de Janeiro  
Setembro de 2012



## **Renata Figueiredo Moraes**

### **As festas da Abolição:**

O 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro  
(1888-1908)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

**Profª Margarida de Souza Neves**

Departamento de História – PUC-Rio

**Profª Ivana Stolze Lima**

Departamento de História – PUC-Rio

**Profª Martha Campos Abreu**

Departamento de História – UFF

**Profª Wlamyra Ribeiro de Albuquerque**

Departamento de História – UFBA

**Profª. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Renata Figueiredo Moraes**

Graduada em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense em 2005 e mestre em História Social pela mesma Universidade em 2007.

#### Ficha Catalográfica

Moraes, Renata Figueiredo

As festas da Abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908) / Renata Figueiredo Moraes ; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – 2012.

325 f. : il. (color.) ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Festa. 4. Abolição. 5. Negros. 6. Rio de Janeiro. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Aos meus pais  
e a todos que estiveram na minha festa



## Agradecimentos

Como uma festa frequentada por muitas pessoas eu pensei ao escrever esses agradecimentos. Nada de tristeza e palavras enfadonhas que possam dar ao leitor a impressão de sofrimento e cansaço sentido pela autora da nota. Nada disso. A alegria impera.

Ao CNPq agradeço a bolsa recebida em grande parte do tempo do doutorado. A PUC onde tudo isso começou, agradeço a boa acolhida. Partir para um novo local de estudo onde todos eram desconhecidos foi um desafio enorme facilmente superado com a ajuda dos funcionários da pós-graduação, principalmente Edna Timbó que sempre foi solícita para resolver pequenos e grandes problemas. Agradeço também aos demais funcionários por todos os esclarecimentos e ajuda dada a essa novata.

A PUC também foi o ambiente de conquista de novas amizades. Esse título de doutorado não seria tão feliz se não contasse com alguns queridos que encontrei na turma de 2008. Em Francisco Gouvea, Sérgio Barra, Amanda Muzzi e Daniel Pinha queria dar um abraço coletivo no final da festa e dizer: “obrigada, sem vocês minha festa teria sido muito sem graça”. Na PUC também tive a felicidade de conhecer Carlos Eduardo e Renata Soares, meus lindos que não me esqueceram e que compartilharam comigo esse momento e vários brindes durante esses quatro anos, muito obrigada.

À banca de qualificação composta pelas professoras Margarida de Souza Neves e Martha Abreu que com suas orientações conseguiram definir o rumo desse trabalho. À Martha Abreu um agradecimento especial por ter sido uma das minhas grandes incentivadoras durante o período da graduação e do mestrado cujos ensinamentos levei para essa grande empreitada. Agradeço também a banca final, também formada por Wlamyra Albuquerque e Ivana Stolze.

Esse doutorado é o resultado de uma dúvida que tive há aproximadamente 13 anos sobre o que estudar. Escolher fazer história foi uma decisão das mais acertadas que tive na vida e uma das responsáveis foi Patrícia Lima que com longas conversas, ainda no cursinho comunitário em Santa Cruz, me fez ver que seria mais feliz cursando história. Hoje ela pode dizer a todos que ela tem uma amiga doutora. Já podemos ir para o samba em paz. Aos amigos de Santa Cruz eu aviso que agora uma parte da festa acabou e estou um pouco mais livre para

compartilhar as alegrias. Principalmente com a minha querida Karen Cristina que sempre torceu por mim e ouviu alguns lamentos e alegrias durante esses anos. Beijos no coração. Aos amigos Wallace Silveira, Ciça Ferreira, Dileilá Alves e Adenize Campos eu agradeço e digo que já estou livre para festejar a amizade. Às minhas queridas Isabela e Juliana, amigas do tempo de colégio e que entenderam a minha ausência em alguns momentos cruciais de suas vidas mas que também contaram com a amiga aqui nas longas conversas pela internet ou celular. Agora estou mais livre e verei Maria Fernanda crescer de mais pertinho.

Aos meus amigos da “turma original” da UFF agradeço muito a força e a compreensão e lamento a distância existente nesse tempo. No nosso próximo aniversário já poderão contar com mais uma doutora. Entre esses amigos agradeço principalmente Renato Coutinho, Tarsila Mancebo, Alexandre Magno e Carolina Peixoto que procuraram estar sempre por dentro da minha festa. Da UFF também tenho que agradecer aqueles que estiveram disponíveis ou para ouvir as minhas reclamações ou ajudando, na prática, para a finalização desse trabalho. Agradeço Gustavo Alonso, Rafael Chaves, Paulo Terra, meu companheiro numa disciplina do doutorado, Eric Brasil e Matheus Serva que foram generosos ao esclarecerem algumas dúvidas sobre festa e carnaval. A Carlos Eduardo também agradeço os papos sobre história e demais assuntos nos últimos meses. A Marcos Lopes as palavras para agradecer me escapam devido a ajuda incomensurável dada por ele não apenas com as fotos que usei nesse trabalho, digitalizadas por ele, mas também nas demais orientações no arquivo do Museu Casa Benjamin Constant e nas nossas conversas na volta para casa após as aulas na PUC. Agradeço também imensamente a amizade de Samantha Quadrat, sempre disposta não apenas para esclarecer dúvidas básicas sobre o ofício do historiador mas também no dia a dia dando uma atenção crucial nos momentos mais tensos e também alegres. À Larissa Viana e Carolina Vianna, antigas amigas da UFF, nesses últimos anos a distância ficou bem menor e com muita alegria estiveram do meu lado nesses últimos momentos. A Carolina ainda agregou a esses agradecimentos Walter Valdevino que, além de ter feito a revisão final do texto, também sempre presente nesses últimos momentos.

Nesses quatro anos Tatiana Siciliano e Júlia O'Donnell, duas queridas, foram fundamentais não apenas na ajuda com a literatura mas também nas questões da vida. Que agora possamos conversar mais sobre livros e o sucesso da

vida. Por culpa e responsabilidade da Júlia ganhei uma pessoa que não vai sair mais de perto após esse fim de festa: a minha flor querida, Ynae dos Santos.

Agradeço também todos os cafés tomados com Deolinda Rodrigues e Jaime Alves que nos últimos anos me ajudaram a pensar em outras coisas que não fossem a minha festa particular. Abraço forte nos dois.

A Jésus de Alvarenga Bastos meus agradecimentos por ser um querido amigo e sempre torcer pelo meu sucesso. Muito obrigada. Agradeço também Josué Nunes que me ensinou um pouco sobre o mundo virtual.

Essa tese é também o resultado de um trabalho de orientação feito com maestria. A minha antiga admiração pelo historiador Leonardo Pereira só aumentou nesses quatro anos. Palavras me escapam para agradecer a dedicação que ele teve a esse trabalho e à doutoranda aqui. Foram quatro anos de mudanças significativas em sua vida mas, mesmo assim, sempre esteve disposto a fazer uma leitura cuidadosa do texto até nos últimos momentos, não deixando escapar nenhum detalhe. Cada orientação foi uma aula de história e espero que essa tese possa refletir um pouco os seus ensinamentos. Agradecer em apenas um parágrafo é pouco. Mesmo assim, obrigada.

À minha família querida dedico os últimos parágrafos. Citando todos nominalmente: papai Nivaldo, mãezinha Raimunda, irmãs Nívea e Roberta, cunhado Luiz Fernando e meu amor maior, meu sobrinho Bruno, e minha madrinha Rosa. Agradeço por tudo e por entenderem o afastamento em algumas situações. Meus pais que procuraram aprender um pouco sobre a vida de doutoranda, meu sobrinho querido que nasceu junto com o início do doutorado e as minhas irmãs, principalmente Roberta que me ajudou na revisão dos textos e na correção dos *abstracts*. A eles agradeço profundamente.

Agradeço aos meus compadres, Ana Paula e Hilton, que me deram uma alegria em forma de afilhada, Alice. Ela e o lindo irmão João Pedro terão a “dindinha” e a tia Renata mais perto agora.

Por fim, agradeço uma figura divina: São Pedro, o guardador do céu. O mesmo que me deu dias de chuva, os mais produtivos. Até porque como viver e escrever uma tese numa cidade como o Rio de Janeiro, tão festiva, tão ensolarada, tão quente? Na verdade, a São Pedro agradeço também pelos dias de sol. O sol da liberdade raiou ao fim da tese.

## Resumo

Moraes, Renata Figueiredo; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Rio de Janeiro, 2012, 325 p. Tese de doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Lei da abolição da escravidão, assinada em 13 de maio de 1888 na Corte, foi o início de uma série de festejos públicos que se estenderam daquela data até o dia 21 de maio. Entre celebrações espontâneas feitas por aqueles que ocuparam o Largo do Paço e outros pontos da cidade e os festejos organizados pela imprensa fluminense, a liberdade foi celebrada por variados sujeitos: literatos, jornalistas, funcionários públicos, trabalhadores do comércio, tipógrafos e ex-escravos, todos misturados sob o manto de uma mesma festa. Diante dessa diversidade de festeiros da abolição, essa tese busca na festa do 13 de maio o processo de disputa em torno de seus sentidos e significados. Ao mesmo tempo, acompanha, entre os anos de 1888 e 1908, o processo de reelaboração das memórias ligadas à festa - de modo a tentar compreender tanto a força simbólica do evento para muitos de seus participantes quanto os caminhos que levaram ao seu esvaziamento nos anos seguintes.

## Palavras chaves

Festa; Abolição; Negros; Rio de Janeiro

## Abstract

Moraes, Renata Figueiredo; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **The abolition celebrations: the May 13<sup>th</sup> and its meanings in Rio de Janeiro (1888-1908)**. Rio de Janeiro, 2012, 325 p. PhD Thesis – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The abolition of slavery signed in the Court on May 13<sup>th</sup>, 1888 was the beginning of a series of public celebrations ended only on May 21<sup>st</sup>, 1888. Among spontaneous celebrations of people who occupied the Palace Square (Largo do Paço) and other places in the city and the celebrations organized by the local press, the freedom was celebrated by several characters: literates, journalists, public employees, commerce workers, typographers and ex-slaves, all together under the cause of the same celebration. Considering such diversity of people celebrating the abolition, the present work aims to search in the May 13<sup>th</sup> celebration the dispute process of its senses and meanings. In addition, this work simultaneously tracks the period from 1888 to 1908 to identify the re-elaboration process of the memories related to the abolition celebration in order to try to understand the symbolic force of the event for many of its participants and also the ways that led to its lack of meaning the subsequent years.

## Keywords

Celebration; Abolition; Negroes; Rio de Janeiro

## Sumário

1. Introdução	14
<b>PARTE I – A celebração cívica da liberdade</b>	
2. A imprensa e a abolição	26
3. O ato inaugural: uma festa sagrada	57
4. Celebrações no esporte	71
5. A abolição em desfile	88
6. Liberdade em verso e prosa	135
7. Uma <i>Imprensa Fluminense</i> unificada	154
<b>PARTE II – A abolição no plural</b>	
8. “Todos querem contribuir”: uma subscrição popular	169
9. Os festejos longe da Corte	185
10. Trabalhadores em festa	201
11. As outras festas	224
<b>PARTE III – Festas da memória</b>	
12. Do grande sol a um dia nublado	239
13. As comemorações de uma conquista	265
14. Memórias de uma alegria pública	284
Epílogo	302
Anexo 1. Cronologia da assinatura da lei e das comemorações	309
Anexo 2. Ordem do préstito da imprensa no dia 20 de maio de 1888	310
Anexo 3. Prestação de contas feita pelos tesoureiros da Comissão da Imprensa Fluminense, Henrique Villeneuve e Artur Azevedo	313
Lista de fonte	314
Bibliografia	316

## Lista de ilustrações

Figura 1. <i>Revista Ilustrada</i> , 19 de maio de 1888	32
Figura 2. Antonio Luiz Ferreira, <i>Sessão de Aprovação da Lei Áurea</i>	38
Figura 3. Recorte da figura 2	39
Figura 4. Antonio Luiz Ferreira, <i>Antes da assinatura do Decreto</i>	40
Figura 5. Antonio Luiz Ferreira, <i>Depois da assinatura do decreto</i>	42
Figura 6. Recorte da figura 5	43
Figura 7. Recorte da figura 5	44
Figura 8. Recorte da figura 5	44
Figura 9. Recorte da figura 5	45
Figura 10. Antonio Luiz Ferreira, <i>A abolição no Brasil</i>	46
Figura 11. Antonio Luiz Ferreira, <i>A abolição no Brasil</i>	48
Figura 12. Recorte da figura 11	49
Figura 13. Recorte da figura 11	55
Figura 14. Antonio Luiz Ferreira, <i>Missa campal celebrada no Campo de São Cristóvão em ação de graças pela abolição da Escravidão no Brasil</i> , 17 de maio de 1888	61
Figura 15. Recorte da figura 14	62
Figura 16. Recorte da figura 14	64
Figura 17. Recorte da figura 14	64
Figura 18. Recorte da figura 14	65
Figura 19. <i>Diário de Notícias</i> , 15 de maio de 1888, p. 4	77
Figura 20. Augusto Elias, <i>Préstito colegial</i>	92
Figura 21. Recorte da figura 20	94
Figura 22. Recorte da figura 20	94
Figura 23. A. Breton, <i>Desfile comemorativo do Treze de maio</i> , Rio de Janeiro	96
Figura 24. A. Breton, <i>Desfile comemorativo do Treze de maio</i> , Rio de Janeiro	97

Figura 25. A. Breton, <i>Desfile comemorativo do Treze de maio</i> , Rio de Janeiro	98
Figura 26. Recorte da figura 23	99
Figura 27. Recorte da figura 23	101
Figura 28. Antonio Luiz Ferreira, <i>Préstito escolar</i>	102
Figura 29. Antonio Luiz Ferreira, <i>Préstito escolar</i>	103
Figura 30. Recorte da figura 29	104
Figura 31. Recorte da figura 28	105
Figura 32. Recorte da figura 29	105
Figura 33. Antonio Luiz Ferreira, <i>Marinha Imperial</i>	114
Figura 34. Antonio Luiz Ferreira, <i>Club dos democráticos</i>	118
Figura 35. Augusto Elias, <i>Festejos no Rio de Janeiro</i> <i>Por ocasião da abolição da escravidão</i>	120
Figura 36. Antonio Luiz Ferreira, <i>Escola Polythécnica</i>	124
Figura 37. Antonio Luiz Ferreira, <i>Derby Club</i>	126
Figura 38. Recorte da figura 37	127
Figura 39. Antonio Luiz Ferreira, <i>Carro da imprensa</i>	129
Figura 40. Recorte da figura 39	130
Figura 41. Recorte da figura 36	132
Figura 42. Recorte da figura 33	133
Figura 43. Recorte da figura 34	133
Figura 44. Artur Azevedo, <i>Ao imperador</i> , 1888	143
Figura 45. Machado de Assis, <i>13 de maio</i>	147
Figura 46. Soares Souza Júnior, <i>Hontem, hoje, amanhã</i> , 1888	149
Figura 47. <i>Imprensa Fluminense</i> , 21 de maio de 1888	156
Figura 48. <i>Imprensa Fluminense</i> , 21 de maio de 1888	163
Figura 49. <i>Revista Ilustrada</i> , 2 de junho de 1888	198
Figura 50. Osório Duque-Estrada, <i>Depois da noite</i> , 1888	211
Figura 51. Emílio Rouède, <i>Festa abolicionista em Paquetá</i>	222
Figura 52. <i>Revista Ilustrada</i> , 9 de junho de 1888	231
Figura 53. <i>Revista da Semana</i> , 8 de julho de 1906	293
Figura 54. <i>O Paiz</i> , 13 de maio de 1908	294
Figura 55. <i>O Malho</i> , 12 de maio de 1906	298



*Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença?*

(Machado de Assis, *História de Quinze Dias*,  
15 de março de 1877)

# 1

## Introdução

A data do treze de maio, dia da abolição da escravidão no Brasil (1888), permaneceu como feriado nacional de 1890 – quando foi estabelecida por meio de um decreto como dia de comemoração da fraternidade entre os brasileiros – até 1930, quando o presidente Getúlio Vargas, a fim de favorecer o trabalho nacional, reduziu o número de feriados, permanecendo apenas as datas com “larga significação humana e social” e que “sensibilizam, mais profundamente, a consciência coletiva”.<sup>1</sup> Ainda assim, a data da abolição continuava a ser celebrada por meios não oficiais e por celebrações promovidas por ex-escravos e seus descendentes que viam no treze de maio um momento de ruptura com o passado e o início da liberdade.<sup>2</sup>

No entanto, ao longo do século XX e a partir da atuação dos movimentos negros organizados, outro marco histórico foi eleito como símbolo da luta dos afrodescendentes por seus direitos. O 20 de novembro, data da possível morte de Zumbi dos Palmares, foi decretado em 1978 como Dia da Consciência Negra<sup>3</sup> e feriado estadual no Rio de Janeiro em 2002.<sup>4</sup> Em 2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira estabeleciam, dentre outras coisas, a data do 20 de novembro como integrante do calendário escolar.<sup>5</sup> Esse dia foi assim tomado, desde então, como momento privilegiado de celebração do orgulho negro e de denúncia a respeito da situação social dos afrodescendentes no Brasil.

Os motivos desta troca ligavam-se à denúncia de que as diferenças sociais existentes no país seriam heranças da forma como ocorreu a abolição,

---

<sup>1</sup> Decreto nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos. De acordo com o texto do decreto, as datas que permaneceram no calendário foram: 1º de janeiro (Fraternidade Universal); 1º de maio (confraternidade universal das classes operárias); 7 de setembro (Independência do Brasil); 2 de novembro (comemoração dos mortos); 15 de novembro (advento da República); 25 de dezembro (unidade espiritual dos povos cristãos).

<sup>2</sup> A imprensa negra paulista na década de 20 celebrava o treze de maio com edições especiais, assim como era celebrado pelos clubes associativos negros. DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 31, nº 62, pp. 19-48, 2011.

<sup>3</sup> A segunda assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado foi realizada no dia 4 de novembro de 1978, em Salvador, quando foi estabelecido o 20 de Novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Cf. PEREIRA, Amílcar Araújo. “Movimento negro no Brasil republicano”. In: PENESB, v. 12, 2010. FEUFF, Niterói, pp. 153-16.

<sup>4</sup> Lei Estadual, nº 4007, de 11 de novembro de 2002.

<sup>5</sup> Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003.

desvinculada que foi de um projeto social mais amplo que integrasse o ex-escravo à sociedade. Deste modo, o treze de maio se tornava, ao longo do século XX, uma data vazia de sentidos, a partir de um posicionamento político dos movimentos negros organizados que se tornou hegemônico a partir da década de 1970, atribuindo ao 20 de novembro uma força capaz de representar um desejo de luta e de resistência à escravidão do passado e também aos problemas contemporâneos vividos por quem o celebrava.

Tomado nos dias de hoje como dado de realidade, a construção desses sentidos para as duas datas se liga, no entanto, a uma história de disputas e conflitos que teve início ainda em maio de 1888. O vazio e a repulsa identificados ao treze de maio na contemporaneidade são opostos àqueles vividos no momento do fim da escravidão, quando uma euforia festiva tomou conta das ruas da Corte – como sugere o testemunho de um contemporâneo:

Dez dias duraram as festas comemorativas do grande acontecimento, e tão extraordinário foi o regozijo público manifestado naquela ocasião, que de outro, igual não há, nem houve, jamais, memória na nossa terra. Foi justo e sincero esse regozijo; e por isso dissemos, no princípio deste trabalho haver sido a campanha travada em prol da Abolição a mais generosa, a mais entusiástica e a mais popular de quantas até hoje se tem pelejado no Brasil.<sup>6</sup>

O grande acontecimento, o fim da escravidão, foi comemorado de forma entusiasmada por aqueles que ocuparam as ruas da Corte a fim de celebrar o fim de um passado. A campanha abolicionista vivida por aqueles que comemoravam esse fim saía vitoriosa de uma grande batalha. Esse grande regozijo público que o abolicionista Duque-Estrada testemunhara nas ruas em maio de 1888 parece, assim, muito diferente daquele vivido nas décadas seguintes, quando a data teve reduzido o seu significado social.

Longe de ser casual, a distância que separava o modo pelo qual os contemporâneos viveram o treze de maio de 1888 das avaliações sobre ele construídas pelos movimentos sociais no final do século XX tem fortes bases na tradição historiográfica formada ao longo desse período em torno da data. Esta se inicia com trabalhos feitos por analistas que testemunharam a festa, como o próprio Duque Estrada. Autor do primeiro trabalho feito a partir de uma pesquisa documental e também memorialística sobre a escravidão e a abolição – o livro

<sup>6</sup> DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição. Um esboço histórico*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005, p. 198. A primeira edição desse livro é de 1918 e foi publicada pela Editora Leite Ribeiro.

*Abolição, um esboço histórico*, publicado originalmente em 1918 – Joaquim Osório Duque-Estrada serviu de referência para a historiografia durante décadas por ter realizado um trabalho que, por meio de fontes documentais, discursos parlamentares, jornais e leis por exemplo, fez a trajetória da campanha abolicionista que resultou no treze de maio, tido por ele como consequência da pressão das ruas e que ultrapassou as barreiras do parlamento, tendo como fim a conquista da lei.

Para além da análise proposta no livro, entretanto, outro testemunho nele presente já dava ao leitor indicações sobre as disputas simbólicas já vividas, então, em torno dos sentidos da festa: o prefácio escrito por Rui Barbosa, o estadista republicano que atuou nas fileiras do abolicionismo advogando a favor da liberdade dos escravos. Nesse texto, Rui Barbosa expunha como a memória da abolição e seu aniversário se tornavam maleáveis a partir dos inúmeros significados que adquiriam de acordo com as circunstâncias políticas e sociais.

Cada facção, cada grupo, cada interesse, cada seita, cada fanatismo, cada ódio, cada vingança tem o seu ídolo, ou a sua vítima, a sua calúnia, ou a sua apologia e, de cada oportunidade, em cada comemoração, a cada aniversário, os mesmos nomes e os mesmos estribilhos, os mesmos ataques e as mesmas loas, os mesmos entusiasmos e os mesmos esquecimentos, os mesmos silêncios e as mesmas ovações renovam periodicamente as injustiças consagradas.<sup>7</sup>

Ao prefaciар um livro que pretendia organizar a história da abolição, Rui Barbosa denunciava algo que era testemunhado por ele naqueles anos republicanos. A memória do treze de maio era alvo de uma disputa que envolvia a tentativa de cristalização de sentidos restritos à data, por vezes já estranhos à experiência dos homens e mulheres que viveram a euforia da assinatura da lei. Esta heterogeneidade de grupos e sentidos atribuída à abolição tinha, assim, nos seus aniversários, o momento mais claro de expressão.<sup>8</sup>

Diante de tamanha maleabilidade vivida pela memória da abolição, denunciada por Rui Barbosa, a obra de Duque-Estrada aparecia como uma proposta de arrumação dessa história. Sua preocupação se centrava nos processos de aprovação, antes de 1888, de leis que encaminhavam o fim do trabalho escravo – desde a primeira iniciativa contra o tráfico, em 1826, até os momentos que

<sup>7</sup> DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição*. p. 15. Cf. MORAES, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: História e memória na escrita da História da Abolição*. O caso de Osório Duque-Estrada. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFF, 2007.

<sup>8</sup> MORAES, *op. cit.*

antecederam a assinatura da lei da abolição. Enfatizou também inúmeros nomes e etapas do movimento abolicionista, alimentado em grande parte por suas memórias – uma vez que era um dos literatos que, ao lado de José do Patrocínio, apoiou a abolição por meio das letras. Para Duque-Estrada, a campanha abolicionista foi “a mais entusiástica e a mais popular” até então vivida pelo país e por sua geração.<sup>9</sup> Deste modo, as festas do treze de maio eram, para o autor, o resultado de uma mobilização já constituída anteriormente. O sentido dado pelo livro de Duque-Estrada às festas da abolição era, portanto, uma resposta àqueles que, da sua geração, viam no ato da assinatura da lei um simples ato de gabinete sem maior participação popular, em meio às disputas da memória denunciadas por Rui Barbosa.

O trabalho de Duque-Estrada foi seguido por outra importante obra sobre esse período, também em parte alimentada pelas memórias do seu autor: *A campanha abolicionista (1879-1888)*, do advogado abolicionista e republicano Evaristo de Moraes, lançado em 1924. Seguindo uma tendência criada por seu antecessor, Evaristo de Moraes também reuniu uma vasta documentação sobre o período e tentou se esquivar das preferências pessoais e políticas para a construção do seu argumento.<sup>10</sup> A campanha abolicionista foi valorizada pelo autor, assim como aqueles que nela atuaram, entre eles Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, ganhando este último um texto especial logo após o capítulo sobre a assinatura da lei. Ainda que não tenha se alongado na narração das festas do treze de maio, expunha na obra a popularidade da festa da abolição ao citar que o Paço, local da assinatura da lei, fora “invadido por pessoas de todas as classes sociais”, que também ocupavam os arredores num número aproximado de 5 mil pessoas.<sup>11</sup>

Durante muito tempo, essas duas obras foram as principais referências de historiadores que, apesar de divergirem a respeito da conclusão dos dois autores, utilizaram a esquematização feita por eles para tratar da campanha abolicionista. Foi o caso, em especial, de Emília Viotti da Costa, cujo livro *Da senzala à colônia*, de 1966, logo se tornou referência para os estudos sobre a escravidão e sua abolição no Brasil. Ainda que se utilizasse fartamente da obra de Duque-Estrada para analisar o processo de abolição e sua celebração, Viotti da Costa

<sup>9</sup> DUQUE-ESTRADA, Joaquim Osório. *Abolição*.

<sup>10</sup> MORAES FILHO, Evaristo. “Prefácio”. In: MORAES, Evaristo. *A campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 1-20.

<sup>11</sup> MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista*, p. 281.

acaba por definir um sentido para a festa diverso daquele defendido pelo historiador. Ao sobrevalorizar o papel dos círculos letrados em todo o processo, a autora acaba por ver o ato como simples consequência dos interesses e disputas internas das elites imperiais. O que aparece em sua análise, desse modo, é uma visão pacífica e passiva do escravo diante da lei comemorada, com a qual teriam de fato pouca relação:

Fora primordialmente uma promoção de branco, de homens livres (...) nascera mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura (...) do que propriamente em benefício dela própria para integrá-la à sociedade de homens livres.<sup>12</sup>

Sem ver na lei algo que fosse ligado à causa dos próprios negros, a autora acaba por esvaziar a relação deles com o treze de maio. Não por acaso, no livro *Abolição*, que escreveria décadas mais tarde, a festa da abolição e a movimentação das ruas naquele dia foram tratados pela autora em poucas linhas, de forma genérica: “nas ruas, a população celebrou ruidosamente a emancipação dos escravos”; “nas ruas, o povo celebrou a vitória”<sup>13</sup>. Sem ver nos próprios escravos emancipados uma participação mais direta na festa, acaba, assim, por definir para ela um sujeito disforme, cujos interesses e posições específicas não chegam a se evidenciar: a “população”, ou o “povo”. Fiel à ideia que a fazia ver a abolição como um ato mais benéfico aos senhores do que aos escravos, a autora não considerou a heterogeneidade daqueles que ocuparam as ruas para celebrar a vitória da abolição. Desse modo, a festa era destacada pela autora por suas ausências e limites, que explicita ao fim da obra:

Dessa forma, a abolição foi apenas um primeiro passo em direção à emancipação do povo brasileiro. O arbítrio, a ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos que a sociedade escravista criou ainda pesam sobre nós. Se é justo comemorar o Treze de maio, é preciso, no entanto, que a comemoração não nos ofusque a ponto de transformarmos a liberdade que simboliza em um mito a serviço da opressão da exploração do trabalho.<sup>14</sup>

Ao silenciar sobre a realidade de privação e exclusão vivida pelos ex-escravos após a emancipação, a festa poderia, para ela, ser simples meio de afastá-los da consciência de sua situação, perpetuando sua dominação. Ao colocar desta forma a questão, a autora mostrava não levar em conta a possibilidade de que essa

<sup>12</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966, p. 450.

<sup>13</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 10.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 131.

mesma comemoração pudesse ganhar, para os ex-escravos, outros sentidos, diversos daqueles dos senhores.

Essa autora não estava sozinha nessa avaliação. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a maior parte dos trabalhos que abordavam o período escravista reforçavam a crítica à reificação do escravo decorrente do cativeiro.<sup>15</sup> É na contraposição a este “escravo-coisa” que passam a ser valorizados os exemplos de rebeldia negra. Ao verem na resistência aberta a única forma de os escravos se mostrarem conscientes frente à escravidão, tais análises acabam, assim, por fazer da imagem de Zumbi, o rebelde de Palmares, o símbolo maior da contestação ao mito de uma nação racialmente pacífica e harmônica supostamente projetado por Gilberto Freyre.<sup>16</sup> Como consequência de visões como essas, o treze de maio perdia força como data comemorativa da conquista da liberdade.

Analisada em sua própria historicidade, entretanto, as festas da abolição parecem ganhar outra dimensão. Por mais corretas que sejam as análises que apontam para o caráter parcial e relativo da liberdade celebrada na ocasião, as grandes manifestações públicas e privadas que marcaram a data merecem ser consideradas com maior cuidado e atenção. Se, como sugerem os relatos de Duque-Estrada e Evaristo de Moraes, a celebração causou tanta comoção entre grupos sociais tão diversos, cabe buscar entender suas motivações e lógicas, de modo a fazer do estudo da data e das suas comemorações um meio de compreensão sobre o sentido que os diferentes sujeitos conferiam a ela, a partir de suas próprias experiências.

Para dar conta desta tarefa, a festa, como momento especial e destacado da vida social, deve ser analisada em sua complexidade e tendo em vista que uma mesma manifestação pode caracterizar inúmeros sentidos. Esse modo de conceber a festa foi proposto por E. P. Thompson ao estudar uma prática de diversão entre os jovens na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX: a *rough music*, equivalente local do *charivari*. Segundo o autor, essa manifestação, longe de ser uma festividade casual e sem sentido, seria uma forma ritual de expressão de

<sup>15</sup> Entre os autores que focaram sobre esse aspecto estão Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) e Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (1978). Cf. LARA, Silvia Hunold. “Conversas com a bibliografia”. In: *Campos da violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. “Os mitos da abolição”. In: *Trabalhadores*. Publicação do Fundo de Assistência à Cultura. Cf. MORAES, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: História e memória na escrita da História da Abolição*, especialmente a conclusão: “Símbolos e combate, entre Princesa Isabel e Zumbi”, pp. 124-127.

hostilidades entre seus praticantes através da zombaria. Através de uma festa pública, eles organizavam assim seus laços de solidariedade e diferença, fazendo da festa um canal de comunicação e embate social.<sup>17</sup>

A polifonia e polissemia enxergada por Thompson em uma prática festiva como a *rough music* pode servir como parâmetro para o estudo da festa da abolição, uma vez que existem variados sentidos para sua realização, que dependem da experiência de cada participante em relação à festa e seu motivo de celebração. Ao ser compartilhada por diferentes grupos sociais, festas como aquela celebrada no treze de maio de 1888 aparecem como um campo fértil de reflexão tanto sobre as experiências dessa variedade de sujeitos, quanto dos diálogos entre eles estabelecidos a partir de símbolos compartilhados a respeito do motivo festejado. Além disso, por meio da festa é possível perceber as tensões existentes entre uma sociedade em relação a um fato da vida social para além do caráter unívoco que muitos possam tentar atribuir à festa. Por se tratar de um espaço de “expressão de múltiplas vontades, com várias direções e possibilidades de escolha”,<sup>18</sup> o momento da festa tem uma força política e social que vai além do relato das celebrações. Como sugere Natalie Davis, essas comemorações apontam para a possibilidade de formação de identidades e de reivindicação de espaços e de direitos, além do compartilhamento de valores e de crítica à ordem social.<sup>19</sup> Todas essas possibilidades podem ser observadas se o foco sobre a festa atentar para seus detalhes, na busca das especificidades e diferenciações entre as formas de celebração dos variados sujeitos que dela participam.<sup>20</sup> Mesmo que possa representar a celebração de uma identidade,<sup>21</sup> a festa é, assim, marcada pela dinamicidade e polifonia, uma vez que seus participantes possuem seus próprios valores e crenças, transformados a partir de uma herança cultural e histórica própria que não se apaga no momento da comemoração.<sup>22</sup>

<sup>17</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 366.

<sup>18</sup> CUNHA, Maria Clementina. *Ecos da Folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 302.

<sup>19</sup> DAVIS, Natalie Zemon. “Razões do desgoverno”. In: *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 87-106.

<sup>20</sup> CUNHA, Maria Clementina. “Apresentação”. In: CUNHA, Maria Clementina (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002, p. 17.

<sup>21</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. “Festa, trabalho e cotidiano”. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (orgs.). *Festa. Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001, p. 972.

<sup>22</sup> ABREU, Martha. *Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 28.



Ainda mais complexa se faz a questão no caso de festas patrióticas oficialmente incorporadas ao calendário da nação, como foi o caso do treze de maio.<sup>23</sup> Na contramão da diversidade própria a qualquer festa, nesse caso percebe-se de forma ainda mais clara a tentativa de fazer desses eventos um meio de ensinamento de uma ordem cívica e do amor à pátria. Para isso são utilizados símbolos capazes de representar univocamente todos os participantes do evento, como se estes fossem capazes de resumir suas lógicas e aspirações – algo que efetivamente ocorreu tanto no ano de 1888 quanto nos anos seguintes, quando as autoridades públicas tentaram fixar uma memória nacional a partir de monumentos e outros objetos que demarcassem de forma clara o sentido da festa.

Diante de tamanha dinamicidade sobre a festa, a celebração pelo treze de maio também passou a ser apropriada por historiadores do pós-abolição, que analisaram a data para além das festas realizadas na Corte. Ao estudarem essas manifestações, confirmam sua importância para grupos sociais diversos daqueles encontrados na capital do Império ou da República. O estudo das festas na Bahia mostra que a abolição foi celebrada como um complemento da liberdade conquistada em 1823, quando as tropas portuguesas foram expulsas da província.<sup>24</sup> A abolição em 1888 foi comemorada por meio da constituição de desfiles pelas ruas da cidade feitos por populares e pelas associações abolicionistas e pareciam antecipar os festejos pelo dois de julho, data da independência baiana.<sup>25</sup> No entanto, essa mesma festa produziu uma tensão entre as autoridades locais, uma vez que não podiam controlar a euforia popular e temiam, assim, que algo de pior ocorresse.<sup>26</sup> A expectativa do caos foi maior do que a realidade das festas. Portanto, a participação no festejo ainda era algo a ser conquistado pelos ex-escravos no momento de celebração da liberdade. De acordo

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 4, 1989, pp. 172-189.

<sup>24</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 128.

<sup>25</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 124. Sobre as festas pela independência na Bahia, Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazarra nas ruas*. Comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 1999.

<sup>26</sup> ALBUQUERQUE, 2009, p. 98. Segundo Wlamyra de Albuquerque, o temor provocado pela euforia pela abolição não foi privilégio da província da Bahia. Segundo ela, a correspondência entre o ministério da justiça e os presidentes das províncias dá conta de uma apreensão em regiões do Norte e do Sul do país. Para a autora, o que mais assustava os poderes públicos era a desordem, que poderia vir de qualquer lado, tanto por parte dos ex-escravos quanto por parte da insatisfação dos fazendeiros. Ver ainda MATA, Iacy Maia. *Os ‘treze de maio’: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2002.

com Walter Fraga, ao reivindicarem a participação nas passeatas até a Igreja do Bonfim, nas missas e nos demais eventos promovidos para comemorar o fim da escravidão, os ex-escravos marcavam para os organizadores desses eventos que desejavam participar “politicamente dos acontecimentos na condição de cidadãos livres”.<sup>27</sup> A festa da abolição revela, assim, sentimentos e expectativas desses egressos da escravidão em relação à nova condição de homens e mulheres livres.<sup>28</sup>

O olhar atento às festas da abolição na Corte, a partir da perspectiva dos estudos que as tratam na sua diversidade, pode assim ajudar a entender o processo que levou ao esvaziamento da data do treze de maio nos anos seguintes e a perda do sentido como momento de reivindicação política por parte da comunidade afrodescendente.

Para dar conta de tal desafio, essa tese acompanha as festas da abolição pela perspectiva de sujeitos diversos. Com foco principal nas celebrações de maio de 1888, analisa também as memórias sobre ela projetadas nas festas realizadas até o ano de 1908. Para isso toma, como fonte principal, os jornais da cidade do Rio de Janeiro. Locais de estabelecimento de uma memória da abolição, esses testemunhos, essencialmente polifônicos e polissêmicos,<sup>29</sup> constituem um valioso meio de compreensão da festa e sua organização, assim como das disputas ao redor de seus sentidos. Junto a eles, as fotografias tiradas em maio de 1888 ajudaram a compor a visualidade da festa, tecendo também, ao seu modo, um discurso sobre seu significado.<sup>30</sup> Por fim, a produção dos literatos envolvidos com a causa abolicionista, seja no próprio momento da festa de 1888 ou nos anos subsequentes, permite compreender o processo de cristalização de certas imagens e significados para a data, expressos em prosa e verso nas suas produções, envolvidas no movimento da sociedade em que vivem seus autores.<sup>31</sup> A essas fontes se somam ainda testemunhos que nos indicam tanto os preparativos do

<sup>27</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. p. 126.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 128.

<sup>29</sup> Cf. BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro, Mauad, 2007; e PEREIRA, Leonardo. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”. *Projeto História*, São Paulo - SP, v. 14, p. 231-241, 1997.

<sup>30</sup> As fotografias são analisadas como documento histórico e a partir do contexto no qual foram produzidas, dialogando com as demais fontes sem servir como simples ilustração para o texto. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes Visuais, Cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 23, nº 45, pp.11-36, 2006.

<sup>31</sup> Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de M.; CHALHOUB, Sidney. “Apresentação”. *A história contada*. Capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 7-13.

poder público para a festa, expressos nos registros encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, quanto a participação de particulares em sua organização, tal como indicado por alguns manuscritos guardados pela Biblioteca Nacional. Em conjunto, tais testemunhos nos permitem uma visão da festa na sua complexidade, por meio da diversidade de sentidos e sujeitos que a compunham.

A partir do uso dessas fontes, a tese foi dividida em três partes. A primeira, intitulada “A celebração cívica da liberdade”, compõe-se de seis capítulos que pretendem analisar diferentes aspectos das comemorações realizadas pela comissão da imprensa fluminense formada em maio de 1888 com o objetivo de celebrar a abolição. Entre as comemorações estão os préstitos realizados pelas ruas da Corte e eventos esportivos que fizeram parte de uma programação oficial comandada pelos editores dos principais jornais da cidade. Por meio desses festejos será possível compor uma leitura da abolição proposta nessa celebração cívica.

Já a segunda parte da tese, composta por quatro capítulos, trata das comemorações de maio de 1888 com um foco bem diferente: é a partir da diversidade de festeiros e eventos realizados para comemorar a abolição, independente de um aparato oficial e que tentava amarrar os sentidos da festa celebrada, que se estruturam seus capítulos. Nesse caso, será essencial tanto a busca de detalhes aparentemente menores do noticiário do período, como os anúncios, as crônicas ou as colunas policiais, quanto uma leitura nas entrelinhas do vasto noticiário sobre as festas oficiais. Através de tais procedimentos, tenta-se jogar luzes sobre as formas distintas de celebrar a abolição, que apontavam para as diferenças e embates sociais mais amplos contemplados em meio àquela comemoração geral.

Por fim, a terceira e última parte, intitulada “Festas da memória”, acompanha o processo de reconfiguração dos sentidos da festa ao longo das duas primeiras décadas seguintes à promulgação da Lei, de modo a acompanhar como a geração que testemunhou a festa original continuou a fazer dela, ao longo de sua vida, um símbolo a ser disputado. Para isso, será privilegiado o testemunho de literatos que, através de sua arte, trataram de diferentes visões da festa tanto para analisar sua mudança de sentidos quanto ajudar a redefinir eles mesmos os sentidos da festa. Ao tomar como eixo algumas de suas produções, os três capítulos desta parte mostram como a festa continuou, nos anos seguintes, a se

mostrar um campo de disputa em torno de projetos sociais muito diversos – que faziam com que o treze de maio assumisse sentidos variados nos diferentes momentos de sua celebração. Por mais diferenças e desacordos que pudessem ter, esta era uma geração de escritores que, tendo vivido o treze de maio de 1888, nos permitem entender o sentido da frase atribuída muitos anos depois a Paula Ney, um dos mais empolgados homens de letra de seu tempo: “Que domingo aquele, o maior domingo de todos os tempos!”.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> MENEZES, Raimundo de. *A vida Boemia de Paula Nei*. São Paulo: Martins editora, 1944, pg. 182

## **PARTE 1 – A Celebração cívica da liberdade**

## 2

### A imprensa e a abolição

O ano parlamentar de 1888 foi iniciado pela Fala do Trono feita pela Princesa Isabel,<sup>33</sup> que ocupava a regência do Império pela terceira vez.<sup>34</sup> A ausência do Imperador se devia a uma viagem à Europa para tratar da sua saúde. Ele embarcou em junho de 1887 e, desde então, o país recebia periodicamente telegramas dando notícias de sua saúde oscilante. Enquanto isso, no Brasil oscilavam também as expectativas em torno da abolição. O tratamento dado pela Princesa ao tema na Fala do Trono, em 3 de maio, foi crucial para se traçar as suas possibilidades – tendo ela deixado claro a todos que a abolição era a questão do momento, que deveria ser enfrentada logo no início do ano Parlamentar.<sup>35</sup>

Desde então, o país passou a viver na expectativa de saber o modo pelo qual o fim da escravidão se encaminharia, dado que na fala da Princesa não se teve nenhuma pista concreta a este respeito e o jeito era esperar o início efetivo dos trabalhos na Câmara. A imprensa passou a esperar o fim da escravidão, tida como uma causa única, com a reprodução de textos favoráveis à aprovação de algum projeto parlamentar. Desde então, tomou para si a missão de definir as características da abolição que se encaminhava no parlamento. As comemorações a respeito promovidas por um grupo de editores dos jornais da Corte teriam um papel central na criação de uma memória para a abolição.

A apresentação do projeto ocorreu em 8 de maio de 1888 através do deputado Rodrigo Silva. O pequeno texto determinava o fim da escravidão no Brasil, sem apoio aos proprietários de escravos muito menos indenização. Começava assim, de modo efetivo, o processo parlamentar que acabaria com a escravidão no Brasil, do qual as folhas da Corte participariam através da reprodução de notícias, discursos e convocando seus leitores a se apresentarem no parlamento a fim de prestigiar tamanho evento.

---

<sup>33</sup> A Fala do trono foi no dia 3 de maio de 1888, e a Princesa Regente, dentre os desafios que seriam enfrentados pelo Império naquele ano, citou a extinção do elemento servil como aspiração nacional e a disposição do governo em apagar o que ela chamou de “exceção” no direito pátrio, que seria antagônico ao espírito cristão e liberal das instituições do país. *Diário de Notícias e O Paiz*, 4 de maio de 1888.

<sup>34</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 432.

<sup>35</sup> “Sessão Imperial”, *Cidade do Rio*, 3 de maio de 1888.

Foram poucas as votações do projeto na Câmara.<sup>36</sup> No mesmo dia da apresentação da lei, o líder do partido liberal na Câmara, Joaquim Nabuco, compôs a comissão formada para a discussão do projeto e rapidamente deu um parecer sem propor nenhuma alteração. Uma pequena modificação viria no dia seguinte, na quarta-feira, 9 de maio, data da segunda discussão do projeto. O deputado Araújo Góes Júnior inseriu “da data d’esta lei” após a frase “é declarada extinta”. Essa alteração foi aceita por todos e o projeto foi aprovado na sua segunda discussão. Essa frase marcava ainda mais o imediatismo da execução da lei e impedia qualquer prolongamento da escravidão.

No último dia de tramitação do projeto na Câmara, 10 de maio, a entrada do público foi facilitada pelo presidente da casa, o Desembargador Lucena,<sup>37</sup> que testemunhou o discurso de Andrade Figueira, contrário ao projeto pelo fim da escravidão. Para Figueira, a opinião do país não poderia se medir pela imprensa e nem por quem ocupava a Câmara, apoiadores da abolição em sua maioria<sup>38</sup> - e numa clara referência ao apoio que os jornais da Corte estavam dando ao projeto. Sobre o público presente na sessão, classificou-o como pessoas estranhas à Câmara, o que acabava criando no local um “circo de cavalinhos”.<sup>39</sup> Além de Andrade Figueira, outro deputado, o Sr. Pedro Luiz, fez questão de declarar seu voto contrário à abolição na última sessão na Câmara. E entre seus argumentos destacou a desorganização do trabalho agrícola e criticou o projeto que não marcava nenhuma modernização para os senhores de escravos e não dava nenhum “prazosinho” para fazerem a colheita daquele ano.<sup>40</sup> A fala desses deputados e o apoio recebido dentro do parlamento demonstram que não foi tão fácil e simples a aprovação do projeto. Eles, apesar de admitirem que a maioria era favorável ao projeto, quiseram deixar marcados nos anais da Câmara sua insatisfação diante da

<sup>36</sup> COSTA, Emília Viotti. *Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 09.

<sup>37</sup> “O projeto”, *Revista Ilustrada*, 13 de maio de 1888. O presidente da Câmara era Henrique Pereira de Lucena, de Pernambuco. MORAES, Evaristo de. *A campanha Abolicionista (1879-1888)*. Ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 269.

<sup>38</sup> COSTA, *op. cit.* p. 20. Segundo Emília Viotti da Costa, raras foram as opiniões semelhantes à desse deputado nas vésperas da abolição. A maioria não se expressava tão contrária à abolição como fez Andrade Figueira e Paulino de Souza. COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966, p. 382.

<sup>39</sup> MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 20 e 21; MORAES, *op. cit.*, p. 270.

<sup>40</sup> Os temores se ligavam a uma possível desordem no mundo do trabalho, motivo pelo qual pregavam a indenização aos ex-senhores. Sobre os temores dos que votaram contra o projeto ver MENDONÇA, 2001, *op. cit.*, pp. 29-35.

abolição. Os votos contrários somaram nove, sete deles vindos de representantes da região do Vale do Paraíba Fluminense.<sup>41</sup> Mas a maioria, composta por oitenta e cinco deputados, decidiu pela aprovação total do texto, encaminhando-o para discussão no Senado.

Enquanto os jornais do dia 11 ainda davam conta das festas e manifestações espontâneas ocorridas na cidade após a passagem da lei pela Câmara, outra batalha se anunciava: a discussão no Senado. Esse dia foi um misto de euforia por causa das notícias do dia anterior, e de expectativa sobre como seria a atitude da câmara vitalícia no julgamento da urgência do projeto. A presidência do Senado estava sob responsabilidade de Cruz Machado, o Visconde de Serro Frio. Da mesma forma que ocorreu na Câmara, no Senado o projeto foi para uma comissão formada para discuti-lo. No entanto, em apenas alguns minutos, o senador Dantas entregou o parecer favorável e pediu para que o projeto fosse discutido logo no dia seguinte, 12 de maio, um sábado, “dia morto para as câmaras”, segundo o redator da *Revista Ilustrada*.<sup>42</sup>

No dia 12 de maio, os arredores do Senado estavam cheios por aqueles que atenderam à convocação feita pelos jornais no dia anterior. Da mesma forma que fizeram na discussão da Câmara, a imprensa da Corte pedia para que as sessões do Senado fossem testemunhadas por todos. A segunda discussão do projeto não foi tão rápida e tranquila como a primeira. O senador Barão de Cotegipe pediu a palavra contra o projeto. Na votação também não foi o único a se mostrar contrário. Segundo a nota da *Revista Ilustrada*, outros cinco seguiram esse voto. Apesar deles, o projeto foi aprovado em segunda votação. A última seria na manhã do dia seguinte.

No domingo, 13 de maio, nos principais jornais da Corte foi publicado um chamado final aos leitores: prestigiar o grande momento, dia da última votação do projeto e possível data da sua assinatura.

---

<sup>41</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. “Os republicanos e a abolição”. In: *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 27, pp. 181-195, nov. 2006. Nessa ocasião, o deputado pela província do Rio de Janeiro Alfredo Chaves declarou apoio a Andrade Figueira, defensor dos interesses dos representantes conservadores da província. MORAES, Evaristo de. *A campanha Abolicionista*. P. 274.

<sup>42</sup> “A vida política”, *Revista Ilustrada*, 2 de junho de 1888. A revista atrasou o seu relato sobre os antecedentes da abolição, mas ainda é a melhor descrição entre os jornais da Corte sobre esse período.



A redação do *Cidade do Rio* e a Confederação Abolicionista convidam o povo brasileiro para se reunir hoje (13 de maio), às 10 horas da manhã, na Rua do Ouvidor, em frente à mesma redação e seguir para o Senado, a fim de saudar os ilustres representantes da Câmara vitalícia pela passagem da lei da extinção do elemento servil em 3º discussão.<sup>43</sup>

No momento da discussão final da lei, ainda no domingo de manhã, não se sabia se haveria a assinatura da Princesa naquele mesmo dia. No entanto, a grande atração apresentada pelos anúncios dos grandes jornais desse dia era aprovação da lei no Senado, cujos protagonistas, senadores, deveriam ser prestigiados, assim como alguns abolicionistas, entre eles José do Patrocínio, editor do *Cidade do Rio*, jornal que promovia a convocação.

Por volta das onze e meia da manhã começou mais uma sessão de discussão e mais falas contrárias ao projeto. O senador Paulino de Souza, do Partido Conservador, foi o responsável pelo discurso de oposição e criticou a lei de 1871. A fala do senador foi ouvida por uma multidão que, assim como na Câmara, teve sua entrada facilitada. O público também ouviu o discurso favorável do Senador Dantas ao projeto. A fala desses dois senadores demonstra o quanto o projeto da abolição não era algo unânime e definitivo, principalmente para os escravocratas que, na figura do Barão de Cotegipe, pediram medidas indenizatórias mais tarde.<sup>44</sup>

Após os discursos, o projeto entrou em votação pela última vez e foi aprovado. O parecer da aprovação enviado para a sanção do governo juntamente com a lei diz muito sobre a urgência da sua execução e a especificidade da lei para o Império: “A Assembleia Geral dirige ao Imperador o decreto incluso, que julga vantajoso e útil ao Império, e pede a sua Majestade Imperial se digne dar a sua sanção”.<sup>45</sup>

A assinatura da lei no próprio dia 13 provocou uma verdadeira avalanche de capas comemorativas nas principais folhas publicadas na Corte. Nesses jornais, seus editores trataram de interpretar para os seus leitores o momento vivido no dia anterior. Para isso, não deixaram de utilizar a própria lei como elemento principal e que deveria ser lembrado e destacado como símbolo da vitória do processo

<sup>43</sup> “Grande manifestação popular”, *Diário de notícias*, 13 de maio de 1888.

<sup>44</sup> Nas discussões do Senado, após os festejos abolicionistas, a questão da indenização foi tocada pelo Barão de Cotegipe, *A verdade*, 18 de junho de 1888. MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: LISA/INL, 1972, p. 240.

<sup>45</sup> “Princesa Isabel – autógrafos do decreto de extinção da escravidão no Brasil”. Biblioteca Nacional – digital: mss49 – 4-4.

abolicionista.<sup>46</sup> O *Diário de Notícias* foi um desses jornais cuja capa teve como destaque os artigos da lei, em letras especiais e distintas dos demais textos presentes na folha. Os textos publicados na capa interpretavam aquele momento em forma de prosa e verso e foram escritos por homens de destaque no mundo das letras.

Entre os temas tratados nesses textos estavam a questão do significado da data na galeria dos marcos da história da nação. O poeta Pedro Rabelo propunha substituir o 7 de setembro pelo 13 de maio, esse sim o dia da independência de todos os brasileiros<sup>47</sup>. Fernando Mendes de Almeida inseria o 13 de maio na galeria das datas de glória nacional. As outras duas, segundo ele, seriam 7 de setembro e 28 de setembro de 1871 – data da promulgação daquela que ficou conhecida como a Lei do Ventre Livre.<sup>48</sup> E a data da abolição da escravidão no Brasil teria, segundo Theotônio Diniz Regadas, o mesmo peso que o 14 de julho tinha para a França.<sup>49</sup> Outra questão frequente nesses textos publicados pelo *Diário de Notícias* era sobre o significado da liberdade recém conquistada. Numa pequena nota assinada pelo engenheiro Ribeiro de Freitas, a liberdade aparece como uma aspiração nacional e, por conta disso, a partir daquele momento, cada um teria responsabilidade no engrandecimento da Nação.<sup>50</sup> O período da escravidão também foi tratado como um tempo de injustiça que findava com a assinatura da lei, podendo a liberdade ser vivida por todos.<sup>51</sup> A festa que aparecia pela Corte e em todo o restante do Império também foi lembrada nesses textos comemorativos pelo cronista Rodrigo Otávio. Segundo ele, na data do 13 de maio teria ocorrido a primeira festa nacional, celebrada pelo povo. Além disso, a festa feita de forma delirante teria uma função futura: “Na posteridade, a notícia desse

<sup>46</sup> Alguns jornais não tiveram edição no dia 14 de maio, por isso irei utilizar o número seguinte. Em alguns casos, como o do *Cidade do Rio*, por exemplo, não há exemplar microfilmado desse período, logo, esse jornal não entrará nessa análise inicial.

<sup>47</sup> “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1888. Pedro Rabelo era um dos redatores do jornal *Gazeta de Notícias*. Cf. BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2000, p. 44.

<sup>48</sup> “Salve, Liberdade!”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1888. Fernando Mendes de Almeida era editor do *Diário de Notícias* e, na República, foi redator-chefe do *Jornal do Brasil*.

<sup>49</sup> “13 de maio de 1888”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1888. Theotônio Diniz Regadas era redator do *Diário de Notícias*.

<sup>50</sup> Bernardo Ribeiro de Freitas era engenheiro civil, formado pela Escola Politécnica, em 1881. SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 31. No texto do *Diário de Notícias*, assina como B Ribeiro de Freitas.

<sup>51</sup> Essa foi uma ideia presente no pequeno texto de A. Batista Travassos, “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1888.

entusiasmo delirante atenuará sem dúvida o horror da escravidão, tolerada por este povo até o fim do século dezenove”.<sup>52</sup>

A festa e a data do 13 de maio possuíam uma marca e uma função que foram mostradas de forma bem clara pelos autores desses textos. A festa que ora acontecia celebrava um futuro de liberdade iniciado pelo fim de um passado escravista vivido e tolerado, de certa forma, por todos que agora festejavam à sua maneira. A dinâmica encontrada pelos editores do *Diário de Notícias* para celebrar e interpretar a lei da abolição logo no dia seguinte à assinatura demonstra o quanto os significados da abolição ainda estavam se moldando.<sup>53</sup>

Em meio à celebração inicial e ainda eufórica publicada pelos editores dos jornais, os da *Gazeta de Notícias*, além de citarem a lei, deram destaque semelhante às ações de José do Patrocínio. Tal ênfase possivelmente se deve à antiga relação entre o abolicionista e a folha, primeira a abrir espaço para matérias que discutiram a emancipação tendo-o como pertencente ao seu quadro de redatores.<sup>54</sup> Essa relação não foi esquecida e no texto, que ocupou quase a segunda metade da página, a ação de Patrocínio a favor da abolição aparece em forma de síntese de toda uma luta empreendida por outros atores nacionais:

Na luta triunfante do abolicionismo, José do Patrocínio foi a concretização do espírito nacional. Mais de uma vez foi buscar os argumentos a favor da grande causa, não à lógica dos compêndios, mas ao seu grande coração. Para ele, o abolicionismo não foi unicamente uma questão social, mas um dever de solidariedade humana. No ardor da peleja, confiava mais no quadro descritivo dos horrores da escravidão, do que nas vantagens econômicas da abolição de tão nefanda instituição.<sup>55</sup>

Os discursos abolicionistas de José do Patrocínio, segundo os editores da *Gazeta de Notícias*, foram fundamentais não só para a ação que se concretizava no dia 13 de maio, mas também para compor argumentos que combatessem qualquer ponto favorável da escravidão. Por isso, combinada com a importância dada à lei, a capa do dia 14 de maio não poderia deixar de registrar as homenagens ao abolicionista.

<sup>52</sup> Rodrigo Otávio, “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1888.

<sup>53</sup> Os autores dos textos foram, além dos já citados: Gregório de Almeida, Eduardo Simões Ferreira, A. Abelio de Oliveira, José Avelino, Leo de A Fonseca e A Batista Travassos.

<sup>54</sup> O jornal de Ferreira de Araújo foi um dos primeiros a divulgar a propaganda abolicionista apesar também de ter publicado anúncios de escravos fugidos. MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. São Paulo: USP, Departamento de História – Tese de doutorado, 1991, pp. 24 e 26.

<sup>55</sup> “A José do Patrocínio”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.

A lei da abolição apareceu nesses jornais como um marco inicial de um novo tempo. O editor da *Gazeta de Notícias*, ao explicar a angústia dos momentos finais da escravidão e a importância da festa, comparou a pátria a um gigante cujo coração estava esmagado por uma montanha de três séculos de escravidão. Porém, tal angústia e sufoco desapareceram com a “mágica palavra de uma Princesa”. E o coração livre se “percebe na alegria do povo”.<sup>56</sup> De tão marcante, aquele ato deveria, assim, servir de início de um novo tempo, capaz de afirmar uma nova história para o país – pois se o futuro do Brasil se faria sem escravos, sua história e seu passado também deveriam ser recontados para apagar tal mancha.

A lei também foi o alvo de Angelo Agostini na capa comemorativa pela Abolição na *Revista Ilustrada* do dia 19 de maio.<sup>57</sup>



Figura 1 - *Revista Ilustrada*, nº 498, Ano 13, 19 de maio 1888

<sup>56</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>57</sup> A *Revista Ilustrada* era publicada aos sábados. A capa comemorativa pela abolição apareceu apenas no sábado seguinte, dia 19 de maio.

*A Revista durante os festejos comemorativos da abolição*

*- Faltaríamos a mais sagrada das chapas, se, antes de encetarmos a reprodução dos festejos, não gravássemos, n'esta primeira página, os nossos agradecimentos a todas as sociedades, corporações e classes que tanto nos saudaram durante as festas!*

A ilustração da capa da *Revista* mostrava a frente da sua redação enfeitada e sendo saudada por muitas pessoas. Entre os enfeites constam as bandeiras do Império e o que parece ser a da República Argentina. Próxima a essas bandeiras, uma placa lembra duas etapas do processo parlamentar que tentou limitar o avanço da escravidão: a primeira lei que pretendia eliminar o tráfico atlântico, de 7 de novembro de 1831; e a lei que pôs fim ao nascimento de escravos, a de 28 de setembro de 1871. No meio da capa e em destaque, a lei do 13 de maio e o seu primeiro artigo: “*é declarada extinta a escravidão no Brasil*”. Mas não sem destaque, e sim ao lado dessa lei, os nomes dos abolicionistas José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e de um parlamentar, o Senador Dantas. Diante de todo esse cenário que compunha a fachada da redação da revista, o público que a saudava de forma entusiasmada.

Essa capa da *Revista Ilustrada* mostra como a questão da abolição, na forma de lei, era fundamental para a entrada do Brasil num rol de países modernos. Agora, o país estaria igualado, quanto à questão do trabalho, a outras nações, principalmente as da América do Sul, como o país vizinho, a Argentina. Além do mais, os elementos presentes na redação da *Revista* destacam o processo parlamentar, dando centralidade à lei e colocando como suporte a esse processo a ação de alguns abolicionistas. A saudação do povo é pela forma como foi encaminhada a abolição, através da ordem parlamentar.

Na página seguinte, no editorial assinado por Angelo Agostini, Luiz de Andrade, Pereira Neto, Fritz Harling, João Joaquim Mendes e Julio Harling, o nascimento da nova era tinha data e hora: 13 de maio, às 3 horas da tarde. O texto destaca ainda a forma como foi feita a abolição: sob um dilúvio de flores, hinos festivos, aclamações, “derramando lágrimas de júbilo sobre a raça redimida e levantando um altar ao esquecimento!”. A palavra “escravo” já não teria mais significado na língua e o país poderia encarar de frente as outras nações<sup>58</sup> - possivelmente as nações representadas na ilustração da capa.

<sup>58</sup> “A pátria livre”, *Revista Ilustrada*, 19 de maio de 1888.

A igualdade de direitos e deveres de todos os brasileiros apareceu na *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, no texto “A grande lei”. Os editores do jornal, antiga propriedade de José do Patrocínio e local da fundação da Confederação Abolicionista,<sup>59</sup> defenderam a ideia de que a escravidão no Brasil terminara sem gotas de sangue. E questionaram, por fim, durante quanto tempo se falaria dos escravos. Mais uma vez, o futuro é a preocupação principal. Qual lugar a escravidão ocuparia no futuro do país? Para o autor do texto, ela deveria ficar no passado e os brasileiros dariam as costas para ela. O fim da escravidão é o fim de um passado que talvez não precisasse ser retomado a cada instante. Os que lutaram contra a escravidão seriam justificados pela posteridade que se lembraria deles. Entre esses estariam abolicionistas e escravos.<sup>60</sup>

O tom proposto pelos editores da *Gazeta da Tarde* para o esquecimento do passado escravo talvez possa ser comparado ao tom menos crítico adotado por eles ainda no período escravista em relação à atitude dos senhores de escravos. A saída de José do Patrocínio fez com que esse jornal assumisse um tom mais cauteloso em relação ao abolicionismo, apesar de manter sua postura contrária ao escravismo. Essa cautela, refletida na ideia de que as lideranças abolicionistas deveriam comandar todo o processo e a participação do povo seria guiada por elas, apareceu em todos os jornais por onde Patrocínio passou e não foi muito diferente do enfoque assumido pela grande imprensa em maio de 1888. Os jornais abolicionistas, e até os que assumiram essa defesa nas vésperas da abolição, defendiam a legalidade e a ordem para o fim da escravidão como caminhos ideais.<sup>61</sup> A adesão ao abolicionismo com a defesa de uma solução para a escravidão por meio de um caminho legítimo talvez esteja relacionada ao temor que os editores dos jornais da Corte refletiam nos seus textos: o perigo de uma sublevação de escravos e de manifestações populares e, conseqüentemente, a perda do controle do processo abolicionista.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> O jornal de Ferreira de Menezes se identificou como jornal abolicionista e não aceitava anúncios de vendas de escravos. MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. P. 56 e 31.

<sup>60</sup> “A grande lei”, *Gazeta da Tarde*, 13 de maio de 1888.

<sup>61</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*, p. 138. Essa também é a base do abolicionismo de Nabuco. Cf. ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas Brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1180-1902)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 80.

<sup>62</sup> MACHADO, *op. cit.*, p. 170.

O jornal republicano *Gazeta Nacional*, representante das ideias republicanas na Corte, reproduziu um texto da província de São Paulo acerca da abolição e seu movimento.<sup>63</sup> A lei, vitória do abolicionismo, era fruto da vontade nacional, mas o gabinete 10 de março, presidido por João Alfredo e que substituiu o comandado pelo Barão de Cotegipe,<sup>64</sup> merecia elogios uma vez que conseguiu apressar a discussão.<sup>65</sup> Os redatores do jornal reconheceram a manifestação de agradecimento à Princesa e ao Parlamento feita pela população da Corte, apesar de considerarem sua causa única e exclusivamente por conta da passagem da lei. Em outro texto publicado nesse mesmo dia e assinado por Aristides Lobo, redator do jornal,<sup>66</sup> a ênfase é sobre a ação do parlamento, que havia executado uma ordem imperiosa e urgente do povo.<sup>67</sup> Ou seja, nesses dois textos, o objetivo é dissociar qualquer ideia de benevolência e humanidade do Império e da atitude da Princesa ao assinar a lei. A responsabilidade da abolição era do movimento abolicionista e do próprio povo na sua pressão no parlamento. A outra reforma, a República, deveria ocorrer simultaneamente à abolição.<sup>68</sup>

Outro jornal com fortes tendências republicanas, *O Paiz*,<sup>69</sup> editado por Quintino Bocaiúva, aumentou a sua tiragem nos dias seguintes à abolição<sup>70</sup> talvez porque tenha sido forte o consumo de notícias acerca dos momentos finais da escravidão e suas comemorações. Em 15 de maio, o jornal dava “glória à pátria” por entender que

<sup>63</sup> Um dos redatores do jornal *Gazeta Nacional*, nesse período, era Evaristo de Moraes, que mais tarde escreveria uma obra sintetizando a campanha abolicionista. MORAES, Evaristo de. *A campanha Abolicionista*. Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, Tribuna da República*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>64</sup> João Alfredo Correia de Oliveira assumiu a presidência do conselho de ministros em março de 1888, em substituição da presidência do Barão de Cotegipe. O propósito de João Alfredo, na sua apresentação à Câmara, era encaminhar uma proposta que pusesse fim à escravidão. COSTA, Emília Viotti da. *Abolição*. p. 124.

<sup>65</sup> “Glória à pátria”, *Gazeta Nacional*, 15 de maio de 1888.

<sup>66</sup> Aristides Lobo era um dos expoentes do movimento republicano e editou a *Gazeta Nacional* entre os anos 1887 e 1888. PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói: UFF - Tese de doutorado-PPGH, 2006, p.13.

<sup>67</sup> Aristides Lobo, “É isso mesmo”, *Gazeta Nacional*, 15 de maio de 1888.

<sup>68</sup> “A situação”, *Gazeta nacional*, 22 de maio de 1888.

<sup>69</sup> Jornal republicano fundado em 1884 e que contou com Quintino Bocaiúva na redação até o ano de 1899. A ideia dos redatores desse jornal era ser um órgão imparcial, mas ao longo dos anos sua tendência republicana foi se reafirmando, apesar de não haver uma confirmação por parte dos seus editores, conforme houve com a *Gazeta Nacional*. PESSANHA, *op. cit.*, pp. 13 e 93. Cf. BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. p. 49.

<sup>70</sup> No dia 15 de maio, a tiragem do jornal foi de 30.500 exemplares, enquanto a média era de 25 mil exemplares.

A libertação dos escravos faz-se no Brasil por um acentuado movimento da opinião, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela desagregação dos elementos conservadores, mas em plena paz, sem perturbações da ordem (...) a vitória dos abolicionistas exprime a vontade nacional.<sup>71</sup>

Ou seja, assim como o *Gazeta Nacional*, para os editores d'*O Paiz* a abolição foi fruto de um processo promovido por diferentes fatores que iam além da vontade da Princesa mas estavam ligados ao movimento ordeiro dos abolicionistas. A “plena paz” citada pelo autor da nota é o sinal de que o encaminhamento da questão pela via parlamentar foi o caminho mais correto para dar cabo da instituição secular.

Nesse mesmo movimento de valorização da via parlamentar promovida pela imprensa nos dias seguintes ao 13 de maio, os registros fotográficos da abolição aparecem para cristalizar os atores desse momento. As imagens foram feitas por Antonio Luiz Ferreira no dia da aprovação do projeto na Câmara e no dia 13 de maio diante do Paço Imperial, local da assinatura da lei. Apesar da importância dos seus registros, pouco se sabe a respeito da sua biografia. Seu trabalho aparece ligado à loja “Fotografia Moderna”, localizada em Niterói,<sup>72</sup> e também a um endereço no Rio de Janeiro em 1894. Além dessas fotografias, fez outros registros dos festejos da abolição e em todas elas há a sua assinatura como “A. Luiz Ferre<sup>a</sup>. Phot.” o que indica ser um profissional da fotografia.<sup>73</sup> A imagem feita do interior da Câmara foi oferecida por ele ao jornal *O Paiz*,<sup>74</sup> e as demais foram expostas numa papelaria da Rua do Ouvidor, ainda em maio de 1888.<sup>75</sup>

<sup>71</sup> “Glória à pátria”, *O Paiz*, 15 de maio de 1888.

<sup>72</sup> O endereço era Rua da Conceição, 87. ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2004, p. 254.

<sup>73</sup> As informações sobre Antonio Luiz Ferreira vêm do *Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro* organizado por Boris Kossoy. Nele, o organizador indicou dois verbetes para se referir a esse fotógrafo. No primeiro verbete, “Ferreira, Antonio Luiz”, Kossoy usou as informações do Almanaque Laemmert de 1894, onde encontrou anúncio desse fotógrafo. No segundo verbete, usou apenas “Ferreira, Luiz” para se referir ao fotógrafo que fez as fotos dos festejos da Abolição. Ao final, o autor não soube dizer se eram a mesma pessoa. KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro. Fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS, 2002, p. 133. A princípio não é possível fazer essa afirmação, mas é preciso deixar claro que as fotos foram assinadas com o nome completo e por isso considerei ser a mesma pessoa. Pedro Vasquez também fez referências a esse fotógrafo no livro *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil* como Luís Ferreira, apesar do seu nome completo ser Antonio Luiz Ferreira. VASQUEZ, Pedro Karp. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1985, p. 212.

<sup>74</sup> “Ave Libertas”, *O Paiz*, 15 de maio de 1888.

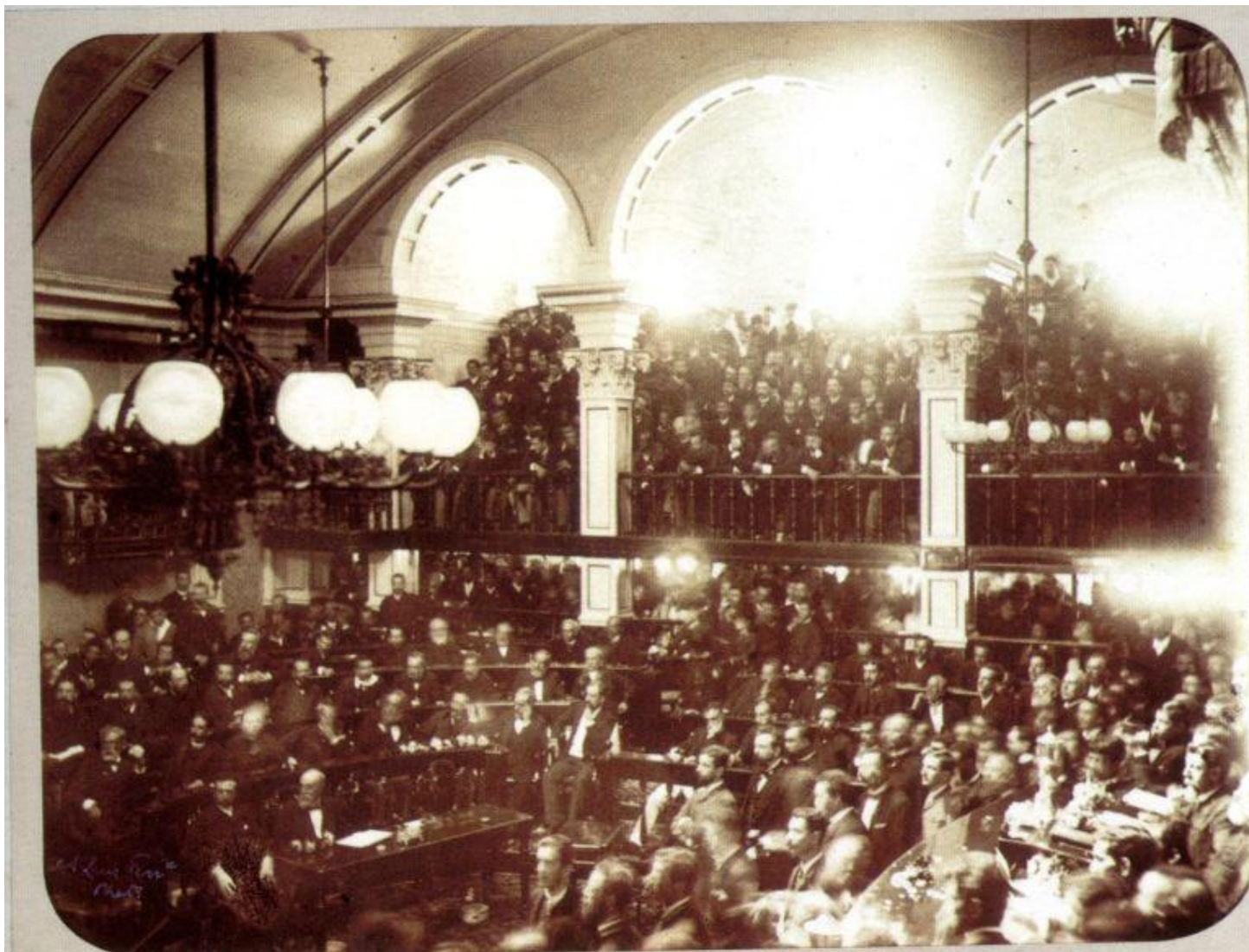
<sup>75</sup> O anúncio da exposição das fotos apareceu do seguinte modo no *Diário de Notícias* do dia 22 de maio de 1888: “Os Srs. Guimarães & Ferdinando com estabelecimento de papelaria, chromos e objetos de escritório, à rua do Ouvidor, esquina da do Carmo, expuseram nas sua vitrines as fotografias do recinto da Câmara dos Srs. Deputados, no dia da sessão em que foi votada a lei áurea, do grande préstito do dia 20, tirada de diversas localidades, do glorioso ministério de 10 de março e outras”.



O registro da última sessão de discussão da lei na Câmara mostra a movimentação parlamentar em torno da causa da abolição e também a presença do público na sessão.<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Graças aos fotógrafos, é possível identificá-las como sendo registros dos festejos da abolição. As fotos de Antonio Luiz Ferreira utilizadas nesse capítulo, com exceção da foto da missa presente no capítulo seguinte, fazem parte da coleção Princesa Isabel organizada por Pedro Lago e publicada em uma coletânea em 2008. A forma da aquisição dessas fotografias por parte da Princesa ainda permanece desconhecida. Atualmente estão nas mãos de um colecionador particular da Europa, cuja identidade não foi revelada por Pedro Lago em seu livro. Por conta disso, as imagens utilizadas na tese foram digitalizadas a partir do livro com o máximo da resolução a fim de que pudessem ser trabalhadas da melhor forma possível. LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*. Fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara Editora Ltda; 2008.



**Figura 2 - Antonio Luiz Ferreira, *Sessão da Aprovação da Lei Áurea*, 19 x 24,5 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 289)**

A imagem desse dia feita por Antonio Luiz Ferreira possivelmente é o registro das falas de alguns parlamentares durante o último dia de sessão. O fotógrafo não destacou quem discursava, mas sim quem as ouvia. Apesar da imagem não permitir a localização nem daquele que falava nem muito menos a identificação de cada deputado, é possível ver quem estava no centro daquele ato. O momento de discussão da lei e sua aprovação nessa primeira casa é uma ação feita e presidida por parlamentares. Eles estão no centro da ação e do objetivo do fotógrafo. Apesar disso, não só a imagem como a sessão não deixaram de conter a presença de um público que, possivelmente, a julgar por suas expressões cansadas, não esperava nada além da aprovação da lei.



**Figura 3** - recorte da figura 2

Essa espera pelo fim da escravidão ainda mereceria outro registro do mesmo fotógrafo. Três dias se passaram desde a aprovação da lei na Câmara e a sua assinatura no Paço Imperial, no Largo do Paço. Desde que foi anunciada a aprovação da lei no Senado, no dia 13, o público que ocupava as galerias dessa casa e também as ruas dos arredores tratou de ir em cortejo para a região do Paço, passando antes pela Rua do Ouvidor, a fim de esperar a chegada da Princesa.<sup>77</sup>

Antonio Luiz Ferreira fez dois registros do Largo do Paço e tratou de colocar uma legenda a fim de diferenciar os dois momentos registrados.

<sup>77</sup> “Rua do Ouvidor”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888. A Princesa veio de Petrópolis no mesmo dia e desembarcou na estação das barcas, atual Praça XV.





**Figura 4** – Antonio Luiz Ferreira, *Antes da assinatura do Decreto*, 19 x 24,5 cm, 1888 ((LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 302)

A imagem da espera do público diante do Paço, que possui suas sacadas quase vazias, parece registrar a mesma espera do público presente na sessão da câmara. A fotografia de Ferreira conseguiu, além de registrar a opulência do prédio do Paço Imperial e suas sacadas miradas para a Baía de Guanabara, mostrar a região do Morro do Castelo e suas construções mais humildes, se comparadas ao prédio de onde se esperava a grande notícia.

As duas fotografias que marcam a espera do público pela lei da abolição mostram também os papéis bastante definidos para quem participava daquele ato. Tanto o público da Câmara quanto o que ocupa o Largo do Paço se apresenta ao fotógrafo como espectador de ações que foram centradas no âmbito legal e parlamentar. Em ambas as situações, o público assistiu à espera do grande final como um espetáculo. E o “depois” também foi perenizado em outra fotografia.



**Figura 5 – Antonio Luiz Ferreira, *Depois da Assinatura do decreto*, 19 x 24,5 cm, 1888** (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 303)



Se na foto do “antes” o Largo do Paço ainda apresentava espaços vazios, na imagem do “depois” a região já estava tomada por aqueles que testemunharam do lado de fora o fim da escravidão e ouviram Joaquim Nabuco anunciar a grande notícia.<sup>78</sup> Além disso, mostra um público chegando ao Largo do Paço a fim de compor o cenário da celebração da lei.



**Figura 6** – recorte da figura 5

A Princesa também havia aparecido na sacada do Paço tendo sido saudada pelos que ocupavam a região.<sup>79</sup> Ao observar os detalhes da fotografia, é possível ver a saudação à Princesa e aos parlamentares daqueles que esperaram do lado de fora o resultado da discussão iniciada na Câmara.

<sup>78</sup> ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Ediouro, s/d. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.

<sup>79</sup> “Paço da cidade”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.



**Figura 7** – recorte da figura 5



**Figura 8** – recorte da figura 5



Além dessa saudação entusiasmada do público se vê um grupo de pessoas com estandartes, certamente representando associações e irmandades.



**Figura 9** – recorte da figura 5

Essa saudação que aparece na imagem de forma entusiasmada é a síntese de todas as descrições publicadas nos jornais nos dias seguintes à assinatura sobre a recepção do público à lei. O fotógrafo, além de registrar o ambiente parlamentar por onde tramitou a lei, registrou também as ruas que a recebeu. Além do Largo do Paço, há também o registro da região para a qual o público se dirigiu ao sair do Senado e antes de ir até o Largo do Paço esperar a Princesa: a Rua do Ouvidor, local das redações dos principais jornais. No texto publicado pela *Gazeta de Notícias* com o relato sobre o 13 de maio, o público havia saído dos arredores do Senado em direção ao Largo do Paço mas antes, por volta das 2 horas, passou pela Rua do Ouvidor a fim de saudar as redações dos jornais presentes naquela região. As redações, nesses relatos, apareciam como locais privilegiados para a comemoração abolicionista, uma vez que seus redatores eram tidos como os grandes atores daquele momento, devido ao trabalho feito na imprensa a favor do fim da escravidão. Uma dessas redações recebeu uma atenção especial do fotógrafo.



**Figura 10 – Antonio Luiz Ferreira, *A Abolição no Brasil*, 18 x 13 cm, 1888**  
(LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 299)

Na imagem, o privilégio é para o prédio do jornal *O Paiz*. A sua fachada enfeitada especialmente para a ocasião deveria ser registrada e isso era um desejo dos próprios responsáveis pelo jornal. Numa nota publicada em 15 de maio de 1888, o pedido para o registro é feito para Marc Ferrez. Além da fachada, esse fotógrafo ainda estaria fazendo outros registros das festas:

A convite da empresa d'*O Paiz*, o conhecido fotógrafo Marc Ferrez ocupou-se durante o dia em tirar fotografias da fachada do nosso edifício e partes entre vizinhas (ilegível). Do mesmo excelente artista temos presente uma grande e nítida fotografia, representando fielmente o aspecto exterior do paço do senado por ocasião da chegada de Sua Alteza a princesa regente à sessão de abertura do parlamento em (ilegível) corrente.

O Sr. A. Luiz Ferreira, retratista estabelecido nesta capital, nos ofereceu também fotografias representando o interior do paço da câmara dos deputados na sessão de 10 do corrente, em que foi apresentado o decreto da abolição.<sup>80</sup>

Apesar do pedido do jornal a Ferrez, a fotografia da fachada da redação foi feita por Antonio Luiz Ferreira.<sup>81</sup> O que vale ressaltar tanto da imagem quanto do texto acima destacado é a necessidade de deixar registrada para a posteridade a imagem da festa da abolição onde, nesse caso, os sujeitos principais são os homens que aparecem na fachada, possivelmente os responsáveis pelo jornal. Eles, de certa forma, simbolizavam todos aqueles que participaram do movimento abolicionista e que agora comemoravam nas ruas, ou do alto das sacadas das redações, as festas que eles próprios promoviam. Além da redação do jornal *O Paiz*, a Rua do Ouvidor também abrigava a sede de outras redações, que foram registradas pelo mesmo fotógrafo. Porém, nessa imagem a rua aparece ocupada por outros festeiros.

<sup>80</sup> “Ave libertas”, *O Paiz*, 15 de maio de 1888.

<sup>81</sup> A imagem de Marc Ferrez ainda permanece inédita. Há uma fotografia da fachada do Club Naval, feita por ele, cuja legenda consta: “As festas da abolição”. Essa imagem foi publicada por Pedro Lago, mas não há conhecimento das demais feitas pelo fotógrafo. LAGO, *op. cit.*, p. 196.





Figura 11 – Antonio Luiz Ferreira, *A Abolição no Brasil*, 19 x 24 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 301)

A imagem abrange também as redações de alguns jornais, como a *Gazeta de Notícias* e o *Cidade do Rio*, porém, pelo menos em parte, focalizou aqueles que não apareceram na fotografia da redação d'*O Paiz*. Por não haver data na imagem, não é possível saber se foi feita no mesmo dia 13 de maio. Porém, tendo sido feita nesse dia ou nos seguintes, o autor da fotografia não deixou de destacar a diversidade do público presente nessa rua, acostumado a frequentá-la em épocas de carnaval.<sup>82</sup> A imagem ainda nos trás outros elementos desses dias de comemoração pela liberdade recém-alcançada. Ao mesmo tempo que a rua está cheia, as sacadas das redações, principalmente a da *Cidade do Rio*, parecem pequenas para abrigar tantos homens que querem ver a Ouvidor do alto.



**Figura 12** – recorte da figura 11

<sup>82</sup> A estreita Rua do Ouvidor era o local do desfile dos grupos carnavalescos e das grandes sociedades durante o século XIX. Das sacadas dessas redações, os literatos que compunham o quadro editorial dos jornais observavam os foliões do carnaval. O mesmo acontecia agora com a abolição. Cf. PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das Letras*. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 134.

Essa foto marca a distinção entre aqueles que festejavam, o público que ocupava as ruas, e os que ficavam do alto das sacadas interpretando toda aquela manifestação. Certamente a visão que os editores, noticiaristas e literatos tinham do alto ajudou a pensar na melhor forma de comandar os sentidos da festa. E do alto das sacadas das redações da Ouvidor é que esse “carnaval” em pleno maio foi pensado.<sup>83</sup>

O 13 de maio de 1888, dia também do aniversário da imprensa, deveria ser comemorado de forma exaustiva e ordeira, assim como foi a aprovação da lei. Se o público acompanhou os comandos dos editores dos jornais comparecendo ao parlamento para testemunhar a aprovação da lei, para os festejos não seria diferente.

A imprensa da Corte resolveu festejar condignamente o decreto da abolição dos escravos no Brasil. Esta festa é inteiramente popular. Amanhã às 9 horas da noite reúnem-se no salão do Club de Esgrima à travessa de S. Francisco de Paula, as redações da Gazeta de Notícias, do Jornal do Comércio, do Diário de Notícias, da Época, da Revista Ilustrada, da Gazeta da Tarde, do Novidades e da Cidade do Rio para deliberarem sobre o modo melhor de levar-se a efeito o festival projetado.<sup>84</sup>

O público presente nas ruas durante o 13 de maio era o alvo dos organizadores dos festejos. A festa organizada pelos homens pertencentes ao quadro de redatores e editores das folhas da Corte teria um caráter popular. No entanto, ela não seria feita à revelia das vontades dos seus organizadores e de um planejamento cuidadoso. Ao contrário. A reunião feita antes mesmo do dia crucial, o 13 de maio, tinha como finalidade iniciar um projeto de festas que abrangessem a todos e que comungasse todos os jornais e suas particularidades para um objetivo específico: comemorar a abolição dignamente.

A reunião dos representantes de cada jornal foi feita no dia 12 de maio, à noite, e dela saíram comissões que seriam responsáveis pela organização e execução dos festejos. Além dos jornais citados acima, essa reunião ainda contou com a participação dos representantes da *Estação*, *Rio News* e *Diário Mercantil*,

<sup>83</sup> Era comum a ocupação das sacadas das redações pelos literatos na ocasião das festas pela rua do Ouvidor. O carnaval vivido por esses homens tinha nas redações o lugar mais seguro para apreciar aquele momento festivo. No entanto, nem sempre era o melhor lugar para viver a festa. Foi o que aconteceu no carnaval de 1886, quando o literato Artur Azevedo não resistiu aos encantos de uma sociedade originária da região da Cidade Nova que passava pela Ouvidor enquanto ele estava na redação do *Diário de Notícias*. Nessa ocasião, o literato desceu e foi se juntar aos foliões. PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das Letras*. p. 130. Para a abolição, anos depois, a sacada era o melhor lugar para observar os festejos.

<sup>84</sup> *Cidade do Rio*, 11 de maio de 1888.

de São Paulo. E outros comunicaram adesão à ideia: *L'étoile Du Sud, Itália, Sportsman, Jornal dos Economistas, O Paiz*.<sup>85</sup>

Não era casual o protagonismo que os editores desses jornais se auto-atribuíam naquele momento. Ele era o fruto da força que a imprensa vinha ganhando entre círculos mais amplos da sociedade imperial nos anos anteriores. De fato, os jornais constituíam, em maio de 1888, a principal ponte de ligação entre o mundo parlamentar e o mundo das ruas. Esse alcance pode ser explicado pelos avanços tecnológicos e até mesmo culturais vividos pela imprensa da Corte na década de 80, além das mudanças no aspecto material dos jornais.<sup>86</sup> No entanto, nenhuma foi mais marcante na década de 80 que o crescimento da “imprensa independente”, ou seja, a que não era ligada a partidos políticos.<sup>87</sup> Tal iniciativa começou com a *Gazeta de Notícias* de Ferreira de Araújo, o mesmo que havia implantado mudanças estruturais na forma de fazer o jornal, e se espalhou por outras redações.<sup>88</sup> O objetivo dessa “nova imprensa” era focar sobre o lado comercial e assim alcançar o maior público possível. Ainda que circulassem numa sociedade com maioria analfabeta, o que restringia seu público leitor, os jornais eram, ainda assim, os principais veículos do processo de disseminação de ideias na Corte.<sup>89</sup> Práticas como a leitura das notícias em voz alta ou a sua discussão em rodas e em cafés ajudavam a proliferar os textos para um público composto por escravos, ex-escravos e trabalhadores que não tinham acesso ao meio letrado.<sup>90</sup>

<sup>85</sup> *Cidade do Rio*, 11 de maio de 1888.

<sup>86</sup> A *Gazeta de Notícias*, que passou a ser vendida de forma avulsa e por pequenos jornaleiros, definia um novo modelo para o jornalismo carioca, o que afetou a própria produção de notícias e o seu alcance. O sistema “barato, popular, fácil de fazer” fez com que esse jornal aumentasse sua tiragem chegando a 24 mil exemplares em uma única edição em maio de 1888. O seu custo também era baixo, apenas 40 réis, preço da maioria dos jornais em maio de 1888. Essas mudanças também apareceram em outros jornais da Corte, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *Carnaval das Letras*.

<sup>87</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007, p. 82.

<sup>88</sup> PEREIRA, *op. cit.*, pp. 39-40. Os jornais *O Paiz* e *Diário de Notícias* são exemplos de jornais que na década de 80 seguiram os rumos da *Gazeta de Notícias*.

<sup>89</sup> Segundo Marialva Barbosa, o desenvolvimento da imprensa e o aumento das tiragens das folhas ocorreram também por conta das melhorias no sistema de correios, que permitiu uma maior distribuição dos jornais, e das estradas de ferro, possibilitando que essas folhas chegassem a lugares mais afastados da Corte. BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. p. 26.

<sup>90</sup> Cf. EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornografia no Rio de Janeiro (1870-1924)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004; BARBOSA, *op. cit.*, p. 23. O avanço dos meios de comunicação no Império também é marcante no que tange à divulgação de notícias vindas de outras províncias. Um exemplo foi o caso do Ceará, quando em 1884 ocorreu a sua libertação. A notícia logo chegou à Corte muito por conta do avanço dos meios de

Foi essa nova imprensa que abrigou no seu quadro de redatores grande parte dos literatos que mais tarde teriam seus nomes escritos no panteão literário brasileiro. Representantes de uma estética realista ocuparam as redações dessas folhas não apenas para produzir literatura, mas também para atuar como redatores de notícias diárias e do cotidiano dos seus leitores e da política nacional. A *Gazeta de Notícias* abrigou Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, Guimarães Passos e Raul Pompéia.<sup>91</sup> Outros jornais, não apenas da Corte mas também de outras províncias, como São Paulo, por exemplo, também receberam contribuições desses literatos no papel de redatores ou autores de textos de ficção. Para esses homens, os jornais serviam como forma de compensar a pobreza editorial, uma vez que tinham espaço para divulgar uma literatura que dificilmente seria publicada em livro.<sup>92</sup>

No entanto, nem só de literatura viviam esses homens. A função de redator rendia a eles a maior parte do sustento e estava atrelada à participação deles no cotidiano dos jornais. Tal função não era de agrado de todos, uma vez que a ideia de criar textos informativos, ou seja, com o relato do dia a dia da Corte, era encarada como atividade menor.<sup>93</sup> Contudo, esses literatos, em seus textos informativos ou formativos, como pensavam a literatura, não deixaram de beber na fonte de conceitos e polêmicas suscitadas na década de 70. O abolicionismo e o republicanismo estavam entre eles.<sup>94</sup>

Diante de tamanha ambiência entre o que era vivido nas ruas, escrito e discutido por literatos nos jornais, tanto na parte literária como no relato do cotidiano, o fim do grande problema, a escravidão, não poderia passar em branco para eles. Pelo contrário, se a literatura tinha a missão de formar conceitos e ideias, a participação desses literatos nos jornais tinha também a missão de comandar as festas e suas interpretações sobre o fim da escravidão. Logo, a mesma imprensa que teve a iniciativa de abrigar literatos em seu quadro de redatores vai se autoatribuir a missão de festejar o que outros homens, comuns aos seus olhos, já estavam fazendo nas ruas.

---

comunicação, entre eles os correios e os telégrafos. FERREIRA, Luciene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro*. (1884-1885). São João Del Rei: Dissertação de mestrado, UFSJ, 2010, p. 100.

<sup>91</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. p. 117.

<sup>92</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>93</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das Letras*. p. 42.

<sup>94</sup> MELLO, *op. cit.*



Para dar conta de tal missão, os membros da imprensa se organizaram em pequenos grupos a fim de dividir as tarefas para a promoção das festas. Foi escolhida uma comissão-diretora dos festejos da Imprensa Fluminense, uma comissão para tratar da tesouraria e outra para organizar o jornal especial que seria publicado ao final dos festejos. A diretoria ficou sob responsabilidade dos redatores chefes dos jornais: João Carlos de Souza Ferreira (*Jornal do Commercio*)<sup>95</sup> foi o presidente tendo José Ferreira de Souza Araújo (*Gazeta de Notícias*) como vice; Dermeval da Fonseca (*Gazeta de Notícias*) foi o primeiro secretário; Fernando Mendes de Almeida (*Diário de Notícias*) o segundo secretário.

A comissão responsável pela tesouraria ficou a cargo de Henrique Villeneuve (*Jornal do Commercio*) e do literato Artur Azevedo (*Estação*).<sup>96</sup> A organização do jornal especial, *Imprensa Fluminense*, ficou sob a responsabilidade de Henrique Chaves (*Gazeta de Notícias*), Pederneiras, Dr. Rego Macedo, Ribeiro de Freitas, Coelho Neto e, mais uma vez, do literato Artur Azevedo (*Estação*).<sup>97</sup>

Ou seja, os jornais que protagonizaram as inovações materiais e ideológicas na forma de ler e produzir um material jornalístico eram os que, abrigando os literatos da Corte, promoveriam os festejos pela abolição. Esses homens não escaparam da influência do seu tempo no que tange às ideias que “contaminaram” a geração de 70.<sup>98</sup> A atuação deles na Corte, em meio às contradições das ideias liberais vindas de fora e da permanência da escravidão no Brasil, trazia a tona, em maio de 1888, os conceitos acerca do trabalho livre, tema antigo nas discussões entre abolicionistas e emancipacionistas da década de 80. Diante disso, tais debates e dilemas, assim como o posicionamento editorial seguido por cada jornal, apareceram nas atribuições recebidas por esses homens para a organização da festa e sua função para a produção de uma memória sobre a abolição.

<sup>95</sup> João Carlos de Souza Ferreira substituiu Luiz de Castro, morto dias antes da abolição, na direção do *Jornal do Commercio*.

<sup>96</sup> “Imprensa Fluminense”, *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>97</sup> *Idem*, 16 de maio de 1888.

<sup>98</sup> ALONSO, Ângela. “As ideias do segundo reinado” In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – volume III: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; pp. 83-118.

Os jornais que compunham a direção da comissão, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Diário de Notícias*, foram órgãos da imprensa cujos representantes na comissão já vinham compartilhando ideias acerca do processo abolicionista e a respeito do regime que manteve a escravidão. O *Jornal do Commercio*, na direção de Luiz de Castro, teve como um dos redatores Gusmão Lobo, bacharel em Direito e reconhecido por Joaquim Nabuco como um dos grandes expoentes da causa abolicionista na imprensa.<sup>99</sup> Esse foi o jornal que, além de presidir a comissão da imprensa para os festejos, cedeu também suas oficinas para a impressão da edição especial do jornal comemorativo, o *Imprensa Fluminense*. No entanto, na ocasião da morte de Luiz de Castro, um dos nomes possíveis para assumir o cargo de redator-chefe foi o do republicano José Carlos Rodrigues, que não foi aceito. A ligação do jornal com a Coroa ainda era necessária naquele momento e talvez por conta disso houve um certo receio por parte do seu novo redator, João Carlos de Souza Ferreira, diante do comportamento dos ex-escravos. Seu desejo era de que permanecessem nas suas antigas atividades, apesar da liberdade recém-conquistada.<sup>100</sup>

A *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, além de ter sido a responsável pelo novo momento vivido pela imprensa na década de 80, foi a primeira a abrigar os textos de José do Patrocínio contra a escravidão.<sup>101</sup> Não era à toa, portanto, que um retrato de Patrocínio foi fixado na frente do prédio dessa redação, envolto em lenços e homenagens nesses dias de festejos. Isso marcava o posicionamento do jornal diante da escravidão de outrora e mostrava seu pioneirismo ao dar espaço para os textos fortes de Patrocínio condenando a escravidão.

<sup>99</sup> SANDRONI, Cícero. *180 anos do jornal do comércio. 1827-2007*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007, p. 209; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 238. No livro *Minha formação*, Nabuco citou Gusmão Lobo como grande abolicionista atuante no *Jornal do Commercio*.

<sup>100</sup> SANDRONI, *op. cit.*, p. 237.

<sup>101</sup> ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Ediouro, s/d. pp. 69-71.



**Figura 13** – recorte da figura 11

O *Diário de Notícias*, de Fernando Mendes de Almeida, defendeu a validade da lei para o fim da escravidão ao utilizar a capa do jornal por dois dias seguidos, após a aprovação da lei, para tratar do seu significado e função para a nova sociedade que nascera em 13 de maio. Esses três jornais, com apoio de literatos e homens da sociedade letrada do Império e atuantes em outros órgãos da imprensa, encabeçaram a organização dos festejos pela abolição a fim de deixar marcado para aqueles que festejaram, assim como para as demais folhas, que a vitória sobre a escravidão foi resultado também da sua própria atuação na sociedade.

Dessa forma, estabeleceram o 13 de maio como uma data cívica, através do apoio parlamentar do deputado Afonso Celso Júnior, que propôs que a data fosse considerada de glória nacional.<sup>102</sup> Como toda data cívica, os festejos a consagrariam juntamente com uma mensagem homogênea e clara que seria passada à população.<sup>103</sup> Por estarem os festejos, de certa forma, ligados ao Império e à forma legal pela qual foi feita a abolição, não haveria, em pleno festejo, momentos para rememorar os anos de escravidão e nem a atitude do Imperador diante das pressões externas para esse fim. De certo modo, ao

<sup>102</sup> A proposta foi feita no dia 10 de maio. *Revista Ilustrada*, 13 de maio de 1888.

<sup>103</sup> Kraay, Henrik. “Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850)”. In: *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, Set. 2001, pp. 63-90.

promoverem as festas, os homens da imprensa iniciaram um processo de arrumação da memória e também do esquecimento (lutas e sangue não precisavam ser recordados) do processo abolicionista, assim como para o estabelecimento dos heróis e dos fatos que levaram à abolição.

O que deveria ser festejado a partir de 13 de maio era a vitória da forma legal contra a escravidão, sobre toda e qualquer outra forma bárbara que pudesse existir. O processo parlamentar foi enfatizado nos textos e nas fotografias e deveria ser lembrado a todo momento. Parte dessas lembranças dizia respeito aos locais por onde a lei “passou”. No caminho entre o Senado, no campo de Santana, até o Largo do Paço, local da assinatura da lei e onde milhares de pessoas se concentraram, um cortejo que poderíamos chamar de espontâneo ocorreu e foi a primeira manifestação daqueles que pretendiam festejar a abolição.<sup>104</sup> A Rua do Ouvidor, local das redações dos jornais que encabeçaram os festejos, se tornou passagem obrigatória, apesar de não ser o único caminho entre esses dois lugares. Mesmo assim, indicando a concepção de cidade letrada para a Corte, por estar no centro do poder (no caso, o Imperador e a Princesa), e ser composta por aqueles responsáveis por um “anel protetor”<sup>105</sup> (entre eles os literatos, parlamentares e editores dos jornais), a Ouvidor pode ser considerada o microcosmos dessa cidade que, nos tempos da abolição, se expandiu para a região do Senado e do Paço. Por conta disso, para os festejos da abolição, a cidade do Rio de Janeiro, principalmente no quadrilátero que envolvia o parlamento e a imprensa, foi apropriada pelos organizadores dos festejos como local principal da festa. A cidade se organizaria para tamanho evento e serviria de cenário com o destaque principal para os responsáveis pelo fim da escravidão: o parlamento, a Princesa e a imprensa. Assim como o Rio de Janeiro era a capital do Império, a Corte seria a capital dos festejos pela abolição, o que causaria ressonância em todo país, servindo o que acontecia na Corte como roteiro que deveria ser repetido em outros locais e até mesmo para além das fronteiras do país.<sup>106</sup>

<sup>104</sup> “Rua do Ouvidor”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.

<sup>105</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 43; NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha”. In: MAGALDI, Ana Maria et alii. *Educação no Brasil*. História, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 253-286.

<sup>106</sup> Para esse caso, a ideia de “cidade capital” defendida por Margarida de Souza Neves é a mais adequada, uma vez que o Rio de Janeiro compõe para o restante do Império um espelho que deveria refletir imagens e comportamentos para o restante do país.

### 3

#### O ato inaugural: uma festa sagrada

A abolição discutida e assinada no dia 13 de maio diante de uma multidão que ocupou as ruas, o salão do Senado e a frente do Paço Imperial teria como auge das comemorações os festejos comandados pela imprensa fluminense. A programação das festas foi publicada nos jornais no dia 15 de maio e abrangia uma grandiosidade de eventos que, durante quatro dias, ocupariam os horários da manhã, tarde e noite dos festeiros. Os festejos seriam compostos por missa, bailes populares, préstitos e práticas esportivas, como o turfe e as regatas. Haveria também sessões literárias e de teatro especiais e gratuitas. O acesso do público seria facilitado pelas linhas e horários especiais de bondes e trens. O comércio também deveria demonstrar adesão às festas, fechando suas portas a fim de permitir a participação de patrões e empregados.<sup>107</sup> O evento seria fechado com uma publicação especial, o *Imprensa Fluminense*, jornal único e exclusivo de circulação na Corte na segunda-feira, dia 21, dia seguinte ao fim dos festejos.

Até o início dos eventos, os jornais da comissão se dedicaram a manter acesa a chama da comemoração, com notícias que descreviam a empolgação popular pelas ruas nos dias seguintes à assinatura da lei.

Não há exemplo de manifestação de tão alevantado patriotismo, que se traduz por esta ebulição constante e contínua de uma alegria enorme. (...) às 7 ½ caiu forte aguaceiro, que não conseguiu entretanto arrefecer o entusiasmo popular.<sup>108</sup>

O entusiasmo popular, que não cessava nem mesmo debaixo de chuva e era admirado pelo redator, correspondeu também às manifestações de apoio aos festejos vindas de diferentes formas. Além das notícias com expectativas sobre as festas, eram publicadas também nos jornais as adesões de diferentes sociedades e grupos à programação da imprensa. Essas adesões eram representadas por doações em forma de dinheiro por parte de clubes e bares,<sup>109</sup> empréstimo de locais para a realização de algum evento ou mesmo confirmação da presença de instituições escolares e clubes nos desfiles escolar e da imprensa.

---

<sup>107</sup> “Imprensa fluminense”, *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>108</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>109</sup> Um exemplo foi o Sport Club que doou o valor de um páreo realizado no clube para compor os recursos financeiros da comissão. Dois comerciantes da Corte doaram 3 mil réis para a comissão para os gastos com as festividades. “Imprensa fluminense”, *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

A programação era composta por diferentes eventos que pretendiam agradar a um maior número possível de espectadores e festeiros. Cada festa, em cada dia, tinha um interesse específico e uma narrativa a respeito se reproduziu logo no dia seguinte à realização do evento. Sintomaticamente, no entanto, o evento de abertura das comemorações da imprensa pela abolição foi uma missa. O local escolhido para sua realização foi o campo de São Cristóvão, bairro residencial de origem aristocrática com infra-estrutura urbana que o diferenciava do restante da cidade.<sup>110</sup> Nesse bairro ficava o Palácio da Boa Vista, residência do Rei D. João VI e mais tarde moradia oficial do Império.<sup>111</sup> Para a realização da missa, um altar seria especialmente construído e iluminado no campo.<sup>112</sup>

No próprio dia da missa, a comissão organizadora publicou notícias a respeito da forma como ficaria o altar, a disposição física das tribunas e por quem seriam ocupadas.<sup>113</sup> A Princesa Isabel foi convidada a participar da missa e de todos os outros eventos programados, por meio de um convite entregue pessoalmente por Ferreira de Araújo e Fernando Mendes de Almeida, membros da comissão, no dia 16.<sup>114</sup> Além dela, eram esperados os representantes de alguns ministérios, das forças militares, dos bombeiros, do exército e do batalhão naval. Os convites para as associações religiosas, ordens terceiras, irmandades e confrarias foram feitos por meio de um anúncio publicado nas principais folhas da Corte.<sup>115</sup> A escolha por essa forma de convite tinha como finalidade facilitar a tarefa da comissão organizadora, dado que eram muitas as entidades religiosas a serem convidadas e não haveria tempo para a entrega pessoalmente de convites. Essa forma coletiva de convidar evidenciava também a necessidade da presença desses grupos nessa celebração para dar um sentido sagrado à abolição.

A fim de abrigar todas as autoridades que compareceriam ao evento, um altar e tribunas com lugares bem definidos foram armados no campo de São Cristóvão:

<sup>110</sup> MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2011, p. 29.

<sup>111</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 215-221.

<sup>112</sup> “Imprensa Fluminense”, *Diário de notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>113</sup> O Club São Cristóvão ofereceu à comissão da imprensa o seu salão, que ficava na Praça Pedro I, local da missa, a fim de que os representantes da imprensa pudessem assistir o evento. Nos relatos dos jornais não há nenhuma informação sobre o uso do salão no dia 17 de maio. “O Club de São Cristóvão”, *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>114</sup> Vice-presidente e segundo secretário da comissão, respectivamente.

<sup>115</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de maio de 1888.

Ao lado esquerdo do altar acha-se levantada uma tribuna de onde assistirão à missa Sua Alteza e seu augusto esposo. Em seguida a essa tribuna, há uma outra destinada à câmara municipal e à imprensa fluminense, que deve apresentar-se com o respectivo distintivo, a fim de ali ter entrada.

Ao lado direito do altar levanta-se uma outra tribuna, destinada aos membros do ministério e do corpo diplomático.<sup>116</sup>

A disposição física das tribunas foi feita a fim de aproximar a autoridade imperial das autoridades locais, vereadores da câmara municipal e também dos membros da imprensa. No lado oposto, as outras autoridades do Império e dos demais países. O local destacado das autoridades imperiais e da imprensa permitiu que fossem vistos e louvados, juntamente com o aspecto religioso, por aqueles que foram ao campo participar daquele momento sagrado de celebração.<sup>117</sup>

O início dos festejos com um evento religioso ilustrava o discurso relacionado à abolição presentes nos jornais e cheios de menções à sacralidade do ato da assinatura da lei e seus sujeitos. A missa inaugurando os festejos era uma forma de confirmar a sacralidade da abolição e também unir, sob um mesmo evento, o poder político, militar e religioso.

O público compareceu à missa, iniciada às 9 horas da manhã. Os relatos sobre a presença do público, apesar da chuva que caía na cidade nesse horário matinal, demonstram a magnitude do evento religioso. Além das autoridades convidadas pela comissão da imprensa, membros da Ordem Terceira de São Francisco de Paulo, de São Francisco da Penitência e N. S. do Carmo, as irmandades de São Cristóvão e do Rosário também se fizeram presentes.<sup>118</sup> As notícias publicadas na *Gazeta de Notícias* citaram a presença de aproximadamente 30 mil pessoas nessa região<sup>119</sup> - provavelmente um cálculo exagerado, dado que o repórter do jornal *O Paiz* atestou apenas a metade desse número.<sup>120</sup> Mesmo com essa divergência numérica, foi comum às duas folhas a descrição do sucesso do evento apesar do mau tempo – no qual, segundo um redator da *Gazeta de*

<sup>116</sup> “Imprensa Fluminense”, *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1888.

<sup>117</sup> Além dessas autoridades, estariam também a Primeira e a Segunda Brigada da Guarnição da Corte, os aspirantes da Marinha, o Batalhão Naval, o Corpo de Bombeiros e diversas associações religiosas e civis. “Imprensa Fluminense”, *Gazeta e Diário de Notícias*, 17 de maio de 1888.

<sup>118</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888. As confrarias eram organizações de leigos enquanto as irmandades e as ordens terceiras estavam subordinadas às ordens religiosas. ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 34.

<sup>119</sup> “A abolição – as festas de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>120</sup> “Imprensa Fluminense”, *O Paiz*, 18 de maio de 1888.

*Notícias*, o “céu pardacento” entraria em contraste claro com “com a alegria do povo”.<sup>121</sup>

Em meio às notícias acerca do primeiro evento das festas da abolição, há a informação de que a comissão iria contratar um fotógrafo para fazer o registro do campo.<sup>122</sup> A imagem da missa foi feita por Antonio Luiz Ferreira, o mesmo que já havia registrado o Largo do Paço no dia 13 de maio.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> “A abolição – as festas de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>122</sup> “Imprensa fluminense”, *Gazeta de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>123</sup> O tamanho original dessa fotografia é de 29 x 52 cm e na sua margem consta a seguinte observação: “Après la messe militaire – Praça dom Pedro primeiro (campo de são Cristóvão), Rio de Janeiro, 17 de maio de 1888 – 10hs”. VASQUES, Pedro. *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 216. Atualmente, essa fotografia faz parte da coleção Dom João de Orleans e Bragança do Instituto Moreira Salles.





**Figura 14 – Antonio Luiz Ferreira, *Missa campal celebrada no campo de São Cristóvão em ação de graças pela abolição da escravidão no Brasil*, 17 de maio de 1888,**  
(VASQUES, Pedro. *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*, p. 216)

A grandiosidade da imagem, feita do alto a fim de enquadrar o máximo do campo, é proporcional à magnitude do evento. Por essa imagem é possível entender a confusão de números entre a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* a respeito da quantidade do público. Na verdade, havia, além de todo esse público concentrado no plano inferior da imagem, outro que estava mais disperso e nas proximidades do portal de entrada do campo. No entanto, apesar da grandiosidade da imagem, é necessário observar alguns de seus detalhes – como o altar.



**Figura 15** – recorte da figura 14

Ao lado da Princesa estavam autoridades, ministros do Império, vereadores e representantes de outros países, assim como os membros da comissão da imprensa. A realização de um evento religioso para a abertura dos festejos pela abolição se distancia um pouco da atitude antieclesiástica vivida pelos homens da geração de 70.<sup>124</sup> Porém, devido ao encaminhamento pacífico para o fim da escravidão, caminho esse incentivado pelos literatos da imprensa, fazia sentido a promoção de uma celebração religiosa a fim de deixar irmanados todos os diferentes sujeitos daquele processo em um mesmo patamar. O altar da missa com suas tribunas era a representação desse patamar onde autoridades religiosas parecem irmanadas com as da imprensa e as do Império. Além disso, tende a reforçar a igualdade na responsabilidade no processo da abolição daqueles que atuaram não apenas no parlamento mas também na imprensa e nas ruas, seja convocando o povo a comparecer nas manifestações pela abolição, seja escrevendo poesias e promovendo eventos abolicionistas que condenavam a instituição escravista. Aqueles que subiram ao altar da missa da abolição deveriam ser sacralizados por aqueles que festejavam e que também tentavam tomar parte daquele evento e da imagem que se fazia dele.

A beirada do altar era para poucos e grande parte do público se concentrou à sua esquerda. O fotógrafo, ao fazer o registro, teve como foco não apenas a Princesa e as autoridades, todas espremidas no canto esquerdo da imagem, mas sim o público que ocupou toda a extensão do campo.

---

<sup>124</sup> ALONSO, Ângela. “As ideias do segundo reinado” In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.





**Figura 16** – recorte da figura 14

Próximo ao altar se concentraram aqueles que levaram os símbolos das associações e sociedades, em forma de estandartes e bandeiras, a fim de deixarem marcados para os demais presentes a adesão daqueles grupos ao ato da abolição e ao seu festejo.



**Figura 17** – recorte da figura 14

O público tomava conta do campo e a beirada do altar não era suficiente para todos. Mesmo assim, o fotógrafo teve o cuidado de fazer o registro abrangendo o máximo possível daqueles que pareciam tentar ocupar todos os espaços disponíveis próximos ao altar.

Os estandartes segurados pelo público serviram de enfeite para aquele cenário de celebração. No entanto, outro foi colocado a fim de não só enfeitar mas também de agregar à imagem algumas características daquele momento pelo qual passava o país.



**Figura 18** – recorte da figura 14

As bandeiras colocadas na extensão do campo são uma forma de montar um cenário de celebração que não era apenas religioso, mas também político. A bandeira do Império está ao lado da de outros países que também compartilharam os princípios da abolição e a sua forma. Uma delas foi a República Argentina, homenageada pelo presidente da comissão da imprensa, Souza Ferreira, tanto no início como no final da missa,<sup>125</sup> possivelmente como resposta aos festejos promovidos na República Argentina a fim de comemorar a abolição no Brasil e também aos inúmeros telegramas de congratulações enviados aos membros do governo imperial e aos redatores dos principais jornais da Corte pelo fim da escravidão.<sup>126</sup> Logo, justifica-se a colocação da bandeira da nação “irmã” ao lado da bandeira do Império. As demais que aparecem na fotografia, devido ao tempo

<sup>125</sup> “A missa campal – em ação de graças”, *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>126</sup> A imprensa brasileira foi saudada por outros países estrangeiros que a considerou fundamental para o fim da escravidão. Sobre a Argentina, o *Diário de Notícias* relatou o entusiasmo e os festejos ocorridos em Buenos Aires e nas outras províncias. *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888. Houve também o envio de telegramas do jornal *Prensa*, da Argentina, aos membros da comissão da imprensa fluminense, parabenizando-os pela abolição. *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

que, segundo os jornais, estava chuvoso, estavam dobradas, o que dificulta uma análise mais precisa. De qualquer forma, o importante nesse caso é salientar a arrumação do cenário para a promoção da festa. Não importava apenas a presença do público e dos convidados especiais, era necessário preparar o ambiente no qual todos que estivessem presentes pudessem compartilhar os mesmos símbolos.<sup>127</sup>

Ao fazer o relato dos acontecimentos desse primeiro dia de celebração, os redatores da *Gazeta de Notícias* sintetizaram, de modo claro, o sentido que se tentavam atribuir à festa, o que explica a relevância da presença simbólica das outras nações em meio à missa que inaugurava os festejos:

(...) a festa é assim grandiosa, porque celebra a pátria o direito divino de dizer com ufania às nações co-irmãs:  
– quebrei as algemas da escravidão! Sou livre! Sou completamente livre!

Essa passagem se completa com a afirmação de que, na missa, poderiam ser vistos “milhares de patriotas agradecendo a Deus a libertação da sua pátria”.<sup>128</sup> Em tal concepção, a celebração teria por sujeito a própria pátria, que se vê livre das algemas e comemora sua liberdade. Não há preocupação com o ex-escravo ou com o liberto. Todos estariam agora submetidos à liberdade vivida pela pátria. A escravidão parecia oprimir a todos e, por isso, todos participavam, milhares de patriotas, da festa. As outras nações se tornam co-irmãs por viverem sob o mesmo regime de trabalho e por serem livres. Por isso, as bandeiras penduradas uma do lado da outra num evento religioso. Esse não seria o primeiro evento com associação entre liberdade e política simbolizada pelo uso das bandeiras de outros países. Durante todos os dias de festejos, pátria, liberdade e outras nações caminharam unidas na Corte.

A associação da religião com o fim da escravidão não foi novidade apenas após a assinatura da lei nos discursos de literatos e nas notícias dos jornais. Essa referência já havia aparecido nos primeiros dias de maio, no jornal de José do Patrocínio, o *Cidade do Rio*. Nele, Patrocínio fez a ligação entre o mês que se iniciara e a liberdade que viria, comparando a escravidão a um grande sacrifício, “Sacrifício de século! Sacrifício de uma raça inteira”:

<sup>127</sup> Um dos sinais de singularidade do evento religioso foi o uso de um missal e um vinho especiais para a ocasião. Tal uso foi ressaltado nos jornais que, nas vésperas da missa, pretendiam ressaltar a grandiosidade do início dos festejos. “A missa campal – em ação de graças”, *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>128</sup> “A abolição – as festas de ontem”, *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

Ninguém ousa soluçar mais alto; - as almas se confrangem de agonia e todos esperam, confiados nos discípulos do abolicionismo, ver a agonia do Homem escravo ao martírio, para que ressurja do túmulo, glorificado, grande, luminoso, no dia supremo da ressurreição d'alma da pátria, do renascimento da grandeza nacional e do brio do Brasil, o novo filho de Deus, o novo Cristo – a liberdade – ainda, grande, que, semeando sorrisos e auroras, cindirá o espaço, cegando com o prefulgente brilho de suas asas longas os vis, os canibais dos eitos, que levantaram no coração do amor da pátria americana a grande cruz para os escravos d'África.<sup>129</sup>

Nessa interpretação sobre o futuro próximo que o autor pressente, os escravos esperariam passivos a ação dos discípulos, os abolicionistas. O resultado dessa ação, a liberdade, era o Cristo, que no catolicismo é a imagem da redenção dos homens. Para Patrocínio, a redenção viria através da ação de quem doasse a liberdade, nesse caso, a Princesa. Não foi à toa que Patrocínio associou a imagem da Princesa à de uma redentora. O discurso religioso no qual se baseou a abolição, assim como a interpretação incorporada por outros jornais nos dias seguintes, ao utilizarem um vocabulário próximo do âmbito religioso, pretendiam marcar a passividade do processo e a liberdade como momento de doação e resultado de um sacrifício - aquele feito pelos escravos. Deste modo, diante do sentido de dádiva associado à abolição, a promoção de um evento religioso marca para aqueles que assistem aos discursos os sujeitos dessa dádiva.

A ligação entre a abolição e o aspecto religioso do cristianismo não ficou restrita aos promotores das festas da imprensa. As irmandades, presentes nessa celebração da parte da manhã do dia 17, também promoveram festejos religiosos a fim de celebrar o 13 de maio. As ordens terceiras e irmandades, presentes na missa, eram ordens de leigos sendo herança de uma organização religiosa existente em Portugal dedicadas à caridade. Apesar de as irmandades e as ordens terceiras serem formadas por leigos, essas últimas eram ligadas a ordens conventuais e por isso tinham mais prestígio.<sup>130</sup> No Brasil, houve irmandades de brancos, de negros e pardos e cada uma tinha um critério de aceitação dos seus membros. Foram a partir das irmandades que o catolicismo popular pôde se espalhar pelo Brasil, sendo as irmandades compostas por homens negros uma combinação da tradição católica com a herança africana.<sup>131</sup> Através delas, os

<sup>129</sup> “Ressurreição”, *Cidade do Rio*, 2 de maio de 1888.

<sup>130</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 49-51

<sup>131</sup> KIDDY, Elizabeth W. “Quem é rei do congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil.” In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Editora

africanos e seus descendentes podiam se reunir de forma mais ou menos autônoma, reconstruindo identidades e constituindo solidariedades específicas que lhes eram vedadas de outra forma pelo governo Imperial.<sup>132</sup> O culto mariano foi introduzido no Brasil pelos jesuítas e a irmandade de Nossa Senhora do Rosário agregou negros, entre escravos e livres, que também dividiram sua fé entre os santos negros. Entre os mais cultuados está São Benedito.<sup>133</sup> Nesse sentido, ao se fazerem presentes na festa com seu estandarte, símbolo da identidade específica que compartilhavam, os membros das irmandades de São Benedito e do Rosário, por exemplo, mostravam que era através de suas próprias culturas que se juntavam aos festejos pela abolição.

Os eventos religiosos, não apenas o promovido pela imprensa (como a missa em São Cristóvão), mas também as missas celebradas nas igrejas da cidade em ação de graças à abolição, marcaram a união de diversos sujeitos sob uma mesma devoção: a abolição e sua sacralidade. Entre eles estavam os membros do parlamento, responsáveis pela discussão da lei e sua aprovação final, a Princesa que, com sua assinatura, decretou o fim do regime escravo, e a imprensa, cujos representantes, além de promoverem a campanha pelo fim da escravidão, também promoviam os festejos que a celebrava, além daqueles pertencentes às irmandades que mostravam não querer ficar de fora da celebração religiosa. Unidos a todos esses elementos de autoridade estavam também os moradores da Corte, homens e mulheres, brancos e negros, que participaram da abolição ocupando as ruas durante as discussões do parlamento e festejando o seu final logo no momento seguinte à assinatura. Esse público, vindo de diferentes partes da província, se deslocou até o campo de São Cristóvão a fim de celebrar na forma religiosa a abolição.

Assim como nos tempos coloniais, quando o limite entre o sagrado e o profano das festas, em sua maioria religiosa, parecia se romper a partir das

---

Contexto, 2008, p. 170. A autora destaca as irmandades leigas como lugar ideal para a recriação de uma comunidade africana no Brasil. No entanto, é preciso considerar as experiências vividas no Brasil de descendentes de africanos e essa utilização na apropriação de símbolos católicos e sua adoração.

<sup>132</sup> FARIAS, J.; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L. ARAÚJO, C. E. M. *Cidades negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 103. ABREU, *op. cit.*, p. 34.

<sup>133</sup> Além de N. S. do Rosário e São Benedito, havia também o culto a outros dois santos: Santa Efigênia e São Elesbão. Ver BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades dos Rosários*. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.



experiências e interesses dos festeiros,<sup>134</sup> para o tempo da abolição, ao momento sagrado da missa sucederam-se os modos profanos de festejar a lei do 13 de maio.

A saída da multidão do campo de São Cristóvão em direção ao Centro foi feita de formas variadas. As tropas militares foram em caminhada até a Rua do Ouvidor, enquanto grande parte dos presentes ao evento utilizou as linhas de bondes para chegar até a região central.<sup>135</sup> Ainda para o dia 17 estavam programados bailes populares para a parte da noite, assim como ocorreria nas noites seguintes de festa em diversos pontos da cidade. De acordo com a programação divulgada nos jornais no dia 15, os bailes ocorreriam em São Cristóvão, no Largo do Paço, no Boulevard de Vila Isabel e nas margens do Canal do Mangue.<sup>136</sup> Esses bailes serviriam para fechar cada dia de festejo. A concorrência era tanta que em uma noite o redator do *Diário de Notícias* calculou a presença de quase 30 mil pessoas.<sup>137</sup> Esse número se assemelha ao calculado pela *Gazeta de Notícias* na ocasião da missa no primeiro dia. Ou seja, independente do caráter do evento, sagrado ou profano, o público estava disposto a celebrar a abolição.

Aqueles que compareceram aos bailes públicos testemunharam em pelo menos duas noites espetáculos de fogos de artifício cujas peças finais apareceram os retratos do Imperador, da Princesa, do Visconde do Rio Branco, de Joaquim Nabuco e de José do Patrocínio.<sup>138</sup> Longe do ambiente sagrado, os sujeitos da abolição indicados pelos organizadores dos festejos estariam presentes, mesmo se fosse num evento pirotécnico.

A missa que inaugurou os festejos, na qual o papel da redenção do escravo e de redentora dado à Princesa ao final do processo da abolição foi sistematizado nos discursos que exploraram o espectro religioso, configurava o sentido que se tentava construir para o ato celebrado. No 13 de maio, a religião é o ponto de ligação entre diferentes sujeitos que, se antes pareciam tão diferentes, como ex-escravos e nobres, intelectuais e clérigos, após a conquista do objetivo comum pareciam irmanados numa espécie de confraria. Nela, todos tinham como objetivo marcar o caráter redentor da lei sem relembrar o sacrifício da escravidão. Se no

<sup>134</sup> ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 34.

<sup>135</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>136</sup> *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>137</sup> “O Largo do Paço”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>138</sup> “Imprensa Fluminense”, *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

cristianismo a redenção apareceu após o sacrifício de um homem, o sofrimento dos escravos era o pano de fundo da redenção de toda uma nação, unida simbolicamente em meio à missa. Pouco importava, neste instante, que estivessem determinados os lugares sociais de cada sujeito no ato – marcados, na fotografia oficial da missa, na distância que separava o centro da ação, que estava no altar, do centro da imagem, focada no público indiferenciado. Nesse posicionamento ficava claro a quem caberia dirigir tal celebração e quem seriam os receptores da mensagem. Retrato fiel de uma sociedade baseada em hierarquizações, a missa e seu registro fotográfico representam, assim, a base de construção do futuro planejado para o Império brasileiro.

## 4

**Celebrações no esporte**

Abertos no dia 17 de maio com a missa em São Cristóvão, à qual se seguiram festejos pela região do Centro, como os da Rua do Ouvidor e os do Largo do Paço, os eventos planejados pela comissão da imprensa tiveram continuidade no dia seguinte, uma sexta-feira. Segundo a programação, nessa data ocorreria uma corrida de cavalos para celebrar a assinatura da Lei, seguida, no dia 19, na parte da tarde, por regatas na Baía de Guanabara organizadas com a mesma finalidade. Realizados em clubes de forma gratuita ou não, os esportes nas festas da abolição apareceram como forma de celebrar a liberdade e apontar para novos sentidos atribuídos à celebração pelos que tratavam de tomar sua direção.

Os dois esportes praticados em maio de 1888 para celebrar a abolição possuíam sentidos bastante distintos entre si. No entanto, ambos fazem parte da história do esporte no Brasil, que se liga aos hábitos vindos com imigrantes europeus. A introdução do esporte na sociedade brasileira remonta ao início do século XIX.<sup>139</sup> Segundo vários relatos, os ingleses que viviam na cidade do Rio de Janeiro foram os responsáveis pela introdução dos eventos esportivos, vistos como meio de autoidentificação entre os membros da colônia britânica e como forma de amenizar as dificuldades de se viver numa cidade ainda provinciana como o Rio de Janeiro.<sup>140</sup> Segundo Victor Melo, as primeiras corridas de cavalo sob organização dos britânicos ocorreram ainda em 1810, nas areias da Praia de Botafogo. Além dessa corrida, foram esporadicamente organizadas corridas de touro e outros esportes que não tiveram sucesso na virada do século.<sup>141</sup> Foi o turfe, dentre as práticas esportivas trazidas pelos ingleses, a primeira a se fixar no Rio de Janeiro – valendo-se, para isso, da valorização das vivências públicas de diversão, que passavam a ser vistas como marcas da modernidade.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> MELO, Victor Melo. *Cidade esportiva*. Primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 50. JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Construindo a cidade moderna. A introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro”. In: *Revista Estudos Históricos*, 1999, n. 23; pp. 17-39.

<sup>140</sup> MELO, *op. cit.*, p. 51.

<sup>141</sup> Um desses esportes, segundo Melo, foi o cricket que, apesar de ter inúmeros clubes, não chegou a se popularizar como os demais implantados pelos britânicos. MELO, *op. cit.*, p. 52.

<sup>142</sup> *Idem*, p. 53. JESUS, *Op. Cit.* Esses autores não fazem a relação entre esporte e abolição, apenas citam rapidamente a permanência da escravidão como um dos fatores de impedimento para o desenvolvimento de práticas esportivas. Porém, não destacam em suas análises o ano de 1888 como de mudança na vida social que, consequentemente, interferiria na cultura da prática esportiva.

O turfe e as regatas foram os primeiros esportes a se desenvolver na cidade, com organização de calendário, apostas, público e profissionais. No caso do turfe, ele era acompanhado por um público fiel e diversificado que se reunia nos hipódromos espalhados pela cidade – como o Derby Club e o Jockey Club, os dois principais centros dessa prática. As corridas de cavalo, na segunda metade do século XIX, era o exemplo de esporte praticado no período.<sup>143</sup> Os admiradores dessa prática esportiva se organizavam em clubes que eram uma forma de associação moderna para a exibição de dotes e ideias a respeito da sociedade e do futuro do esporte. Além disso, pretendiam se diferenciar daqueles que frequentavam outros ambientes ligados ao lazer. No editorial de 1887 do jornal *Sportman*, periódico dedicado à prática esportiva,<sup>144</sup> essa distinção fica bem clara:

No Rio de Janeiro há pessoas que supõem serem os clubes de corridas meros pretextos para passatempos, equiparando-os assim às sociedades de dança e grêmios mais ou menos dramáticos, que por ali pululão. Outros, e estes são os piores, entendem que tais clubes não são senão casas de jogo, que enriquecem com as porcentagens que cobram.<sup>145</sup>

Um ano antes da abolição, aqueles que escreviam para essa publicação especial não pretendiam se equiparar aos membros de clubes dançantes e grêmios, possivelmente ocupados por trabalhadores da Corte, e nem ver a prática esportiva das corridas associadas como um mero jogo de sorte ou forma de enriquecimento daqueles que tinham pouco a oferecer para o clube. Ao contrário, pretendiam se fazer presentes na sociedade letrada através de uma publicação especial, o *Sportman*, que pudesse mostrar para seus leitores a verdadeira prática esportiva e, assim, associar ao esporte um caráter mais elitista e sério, diferente daquele que pudesse ter quem apenas pulava em bailes dançantes.

Contudo, se a atração que o esporte exercia sobre setores mais elevados da sociedade se ligava ao desejo de se diferenciarem dos demais apreciadores do gênero e não associados aos clubes, no entanto, para os mais humildes as corridas de cavalo representavam uma possibilidade de obtenção de dinheiro fácil, por meio das apostas - prática instituída pelo próprio Jockey Club e que se intensificou com a criação de casas especializadas, muitas instaladas pela Rua do

<sup>143</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 45.

<sup>144</sup> LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade*. Aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 85.

<sup>145</sup> “Editorial”, *Sportman*, 15 de maio de 1887.

Ouvidor.<sup>146</sup> As apostas davam ao esporte todo o suspense e emoção esperados por aqueles que tinham poucas opções de lazer numa sociedade ainda escravista. O grande número de corridas programadas para o ano da abolição mostra o quanto que esse esporte era apreciado pelos moradores da Corte e arredores. Apenas três clubes (Vila Isabel, Jockey Club e Derby Club) haviam programado quarenta e sete corridas para o ano de 1888,<sup>147</sup> sem contar os demais eventos realizados em clubes menores e que tiveram pouca repercussão nos jornais.<sup>148</sup> Tratava-se assim, no final da década de 1880, de um esporte que interessava efetivamente a diferentes setores sociais, o que fazia com que as competições fossem assuntos constantes nas principais folhas da cidade.

Diante da forte presença do esporte no dia a dia da cidade e dos seus moradores, no momento da abolição e na euforia dos festejos, tal evento não poderia ficar de fora. Porém, a promoção de uma corrida, desde a localização do seu páreo até o esquema que envolveu a participação dos festeiros, possui uma dinâmica que está ligada a alguns setores da sociedade imperial e suas posições diante da sociedade escravista e da abolição. A distinta formação das sociedades turfísticas do Jockey e do Derby dão pistas sobre a participação e presença desse esporte nos festejos pela abolição.

Fundado em 1868, o Jockey Club era composto, de início, por grandes e pequenos fazendeiros e contava com o apoio da família imperial. O decreto que instalou definitivamente o clube foi assinado pelo imperador na ocasião de uma corrida que também contou com a presença da Princesa Isabel. A fim de facilitar a presença do público no evento, foi feito um esquema especial nos transportes, com redução de tarifas e de intervalos entre os trens, que vinham de diversas partes da província.<sup>149</sup> Os clubes turfísticos, nesse período, não serviam apenas para a realização de corridas ou como meio de ganhar alguns dividendos. Eram também locais de presença de membros da sociedade do Império, em muitos

<sup>146</sup> MELO, Victor Melo. *Cidade esportiva*, p. 164.

<sup>147</sup> *Idem*, p. 167, 171. Esse número de corridas era correspondente aos meses entre abril e dezembro e foram publicadas no *O Guia do Sportman*, jornal especial para a divulgação das corridas.

<sup>148</sup> *Idem*, p. 113. Outros prados surgiram na segunda metade da década de 80 e se propunham mais populares que o Derby Club. Entre eles estavam o Vila Guarany, o Sport Club, o Hippódromo Fluminense e o Sport Fluminense. Por serem menores, possivelmente não divulgavam com grande alarde pelos jornais os eventos que promoviam.

<sup>149</sup> LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade*. p. 107. A corrida foi realizada em 1869, um ano depois da decisão da fundação do clube.

casos sócios desses clubes, que tinham nos prados um local para negociação e sociabilidade. Assim como foi tratado pelos editores do *Sportman*, os clubes não serviam apenas para ver cavalos correrem, eram também locais para os membros da sociedade serem vistos por seus semelhantes.<sup>150</sup>

O domínio do Jockey Club entre aqueles apreciadores de corridas de cavalo foi reduzido com o surgimento do Derby Club, em 1885, mais ligado aos setores urbanos e com o objetivo de popularizar a corrida de cavalos e dar maior atenção aos proprietários dos animais.<sup>151</sup> Uma das causas da popularização do Derby Club entre os núcleos urbanos era sua localização. O seu hipódromo ficava no atual bairro do Maracanã, no local do estádio de mesmo nome, o que contribuiu para o acesso daqueles que moravam entre a Zona Norte, local de moradia das elites e também da família imperial, e o Centro.<sup>152</sup> Por conta dessa aproximação, a família imperial, frequentadora do hipódromo mais antigo, o Jockey Club, passou a frequentar também o Derby Club. Além disso, o mais novo mostrava-se mais organizado que seu concorrente quanto à divulgação dos eventos, venda de bilhetes e localização das arquibancadas.

No final da década de 1880, os apreciadores do turfe se dividiram entre esses dois clubes. Os setores mais tradicionais e ligados à economia agrária fluminense permaneceram fiéis ao clube mais antigo, enquanto o mais novo, o Derby Club, atraiu os novos setores da elite: letrados, profissionais liberais, setores urbanos, dentre outros – e aqueles que buscavam ali não um esporte refinado, mas uma simples chance de aumentar sua renda através do jogo.<sup>153</sup> A visão em torno do esporte e da necessidade de pertencimento à sociedade no ambiente dos clubes muda na medida em que a influência de setores tradicionais do Império – barões do café e proprietários de escravos – perde lugar para setores que não estavam ligados à ordem escravista.

<sup>150</sup> MELO, Victor Melo. *Cidade esportiva*, p. 61. Segundo o autor, os clubes de turfe eram locais de articulação, de encontro e de autoidentificação.

<sup>151</sup> *Idem*, pp. 59; 83-4. Presidia o clube em 1888 o engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin. *Almanaque Laemmert*, 1888, p. 1531. *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>152</sup> MELO, *op. cit.*, p. 59. Nesse período era mais elegante morar nas regiões mais afastadas, como, por exemplo, os bairros da Zona Norte (Cidade Nova, São Cristóvão, Tijuca, Rio Comprido) no século XIX, e os bairros da Zona Sul (Glória, Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo) mais para o século XX. Ao mesmo tempo, as freguesias do Centro eram cheias de habitações conhecidas como cortiços e destinadas aos mais pobres. NEEDLE, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48; GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência*. Criadas e patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>153</sup> MELO, *op. cit.*, p. 84.

Apesar disso, as corridas de cavalo pareciam não ser um momento para discussão a respeito do futuro da escravidão, mesmo quando os discursos abolicionistas ganharam espaço nos jornais e nos debates parlamentares. Um ano antes da abolição, eram quase inexistentes as referências a esse tema no jornal *Sportman*. A exceção ficou por conta do relato de uma corrida promovida pelo Sport Club em comemoração ao aniversário da independência em 1887. Na ocasião, oito escravos receberam suas cartas de alforrias numa cerimônia que contou com a presença da diretoria da sociedade e dos membros da Câmara Municipal.<sup>154</sup> Esse clube, frente ao outros dois, Derby e Jockey Club, foi de menor ressonância e de curta duração.<sup>155</sup> Mesmo assim, foi ele quem promoveu, em maio de 1888, um páreo chamado “13 de maio”, cuja receita foi destinada à comissão dos festejos.<sup>156</sup> Apesar de pequeno, seus sócios queriam estar presentes na conjuntura dos festejos pela abolição.

Em maio de 1888, houve duas propostas de corridas para compor os festejos oficiais e elas partiram desses dois clubes. O Jockey Club ofereceu o seu prado para a realização de uma corrida que acabou não ocorrendo. Os motivos do cancelamento, segundo uma nota do *Diário de Notícias*, foram divulgados como sendo “alheios à vontade da comissão”.<sup>157</sup> A proposta do Derby Club teve mais sucesso e já no dia 15 de maio, quando houve a divulgação do programa dos festejos nos jornais, a corrida especial já aparecia como uma das atrações.

A intenção desses dois clubes em oferecer eventos para compor a programação dos festejos da imprensa e a consequente não realização de um deles por parte do clube mais antigo da cidade possivelmente estão ligadas à forma como foi feita a abolição. A presença de grandes e pequenos proprietários de terras entre o quadro de sócios do Jockey não pode ser descartada. Desde antes da abolição, esse clube vinha perdendo espaço e prestígio para o seu concorrente e não é difícil pensar que os problemas financeiros vividos pelo clube estivessem ligados à dinâmica abolicionista que se seguiu na segunda metade da década de 1880. Apesar disso, tanto o Derby quanto o Jockey buscavam apoio

<sup>154</sup> “Corridas no Sport Club”, *Sportman*, 10 de setembro de 1887.

<sup>155</sup> MELO, Victor Melo. *Cidade esportiva*, p. 113. Segundo o autor, o Prado Guarany, o Hippódromo Fluminense e o Sport Fluminense também foram clubes de menor duração.

<sup>156</sup> O evento ocorreu no dia 17 de maio, antes do páreo do Derby Club. Os responsáveis pelo clube já haviam avisado da doação do valor para a comissão antes mesmo da sua realização. *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888. O valor da doação foi de 4175\$. *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>157</sup> *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

governamental para a manutenção das suas atividades.<sup>158</sup> Tal apoio era correspondido com a presença, muitas das vezes, do Imperador e da Princesa nos eventos turfísticos promovidos por ambos os clubes. Logo, oferecer um evento para compor uma celebração que tinha como objetivo valorizar o ato imperial para o fim da escravidão seria uma resposta às ações da família imperial em prol do esporte e também um apoio desses clubes à forma como foi feita a abolição, mesmo que isso não tenha sido satisfatório para todos os sócios do Jockey.

O evento no Derby Club combinou a referência às corridas de cavalo, que os frequentadores dos prados já tinham, com os símbolos da abolição indicados pela imprensa em maio de 1888. O evento mostrava-se acessível a setores sociais distantes da pompa e da elegância dos sócios dos clubes de corridas, uma vez que o acesso naquela ocasião seria gratuito – dando oportunidade de conhecer esse tipo de divertimento a quem até 1888 ainda não tinha visto cavalos correrem. Os demais frequentadores, interessados nas vantagens financeiras que uma corrida trazia, podiam, do mesmo modo, se divertir, pois as apostas seriam permitidas normalmente naquele dia. Além disso, quem morava mais distante pôde contar com um esquema de trens feito especialmente para o festejo.<sup>159</sup> Apesar de o evento só começar ao meio dia, haveria desde as 10 horas e 15 minutos da manhã saídas de trens diretos do Centro para o Derby até as 13 horas e 30 minutos da tarde, e também do clube para o Centro logo após o término das corridas. Esses trens não teriam suas passagens cobradas, uma vez que o trajeto era para atender ao público que se dirigia ao Prado especialmente para os festejos.<sup>160</sup>

Porém, logo no anúncio da adesão do clube aos festejos pela abolição já havia o aviso de que as arquibancadas seriam reservadas aos sócios e aos convidados do Derby e da imprensa.<sup>161</sup> Mesmo oferecendo seu local para a realização de um evento gratuito, o clube ainda pretendia marcar que havia frequentadores que se diferenciavam daqueles que assistiriam à corrida gratuitamente. A abolição seria assim comemorada com a corrida de cavalo aberta

<sup>158</sup> MELO, Victor Melo. *Cidade esportiva*, p. 85-7. O autor cita as dificuldades financeiras vividas pelo Jockey Club e a concorrência com o Derby, sem citar como motivo dessas dificuldades o processo abolicionista. Tal fator não pode ser descartado, dada a presença de grandes proprietários de terras no quadro de sócios do Jockey.

<sup>159</sup> Era comum a realização de esquemas especiais nos trens e bondes por conta das corridas. Em maio de 1887, os trens da Estrada de Ferro D. Pedro II tiveram horários especiais para atender ao público que foi ao Derby Club para uma corrida comum. *Sportman*, 19 de maio de 1887.

<sup>160</sup> *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>161</sup> *Idem*.



a todos, mas com a permanência de uma distinção dentro do Prado. A igualdade da lei não chegava totalmente aos espetáculos esportivos.

Diante de todos os tipos sociais que presenciariam cavalos correrem para festejar a abolição, um verdadeiro desfile em forma de páreos contaria os marcos do processo abolicionista que deu cabo à escravidão. A corrida divulgada em anúncios de uma página foi chamada de “*Os festejos populares comemorativos da abolição*” e teve sete páreos nomeados a partir desses marcos. O primeiro páreo foi “Estrada de Ferro D. Pedro II”, o segundo, “Derby Club”, o terceiro, “Joaquim Nabuco”, o quarto, “José do Patrocínio”, o quinto, “Princesa Imperial”, o sexto e último, “13 de maio - Abolição”.

**FESTEJOS POPULARES**  
**COMMEMORATIVOS DA ABOLIÇÃO**  
 —————  
**PROGRAMMA DE INSCRIÇÃO**  
 PARA A  
**GRANDE CORRIDA**  
 PROMOVIDA PELA  
**IMPrensa FLUMINENSE**  
 A REALIZAR-SE NO  
**PRADO DO DERBY-CLUB**  
 SEXTA-FEIRA 18 DO CORRENTE

1º páreo—F. F. D. PEDRO II—1,450 metros—Animas nacionaes que não tenham ganho.  
 2º páreo—DERBY-CLUB—1,750 metros—Animas nacionaes (Handicap).  
 3º páreo—JOAQUIM NABUCO—1,450 metros—Animas estrangeiros de tres annos que não tenham ganho.  
 4º páreo—JOSÉ DO PATROCÍNIO—1,600 metros—Animas estrangeiros de tres annos.  
 5º páreo—PRINCEZA IMPERIAL—1,750 metros—Animas de qualquer paiz (Handicap).  
 6º páreo—TREZE DE MAIO—ABOLIÇÃO—1,600 metros—Animas nacionaes de meio-sangue.

—COO—

**PREMIOS**

Objectos d'arte aos vencedores, medilhas commemorativas: de ouro ao primeiro, de prata ao segundo, e de bronze ao terceiro.  
 Tabela de pesos do Derby-Club.  
 A inscrição encerra-se hoje, ás 6 horas da tarde, na secretaria do Derby-Club.  
 A inscrição é gratuita para todos os páreos.

Rio, 15 do Maio de 1888.

**COMMISSÃO DE CORRIDAS**  
 PAULO DE FRONTIN, presidente do Derby-Club.  
 ROBERTO DE MESQUITA, «Jornal do Commercio»  
 JOÃO CHAVES, «Gazeta de Noticias».

Figura 19 – *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888, p. 4

O nome dado ao segundo, o próprio nome do clube, pretende marcar a inserção do Prado e até dos seus integrantes ao processo abolicionista, que aparecia quase que de forma cronológica através da ordem dos páreos. Joaquim Nabuco (terceiro páreo) e José do Patrocínio (quarto páreo) foram os abolicionistas atuantes, mas somente com a ação da Princesa Imperial (quinto páreo) foi possível a abolição no dia 13 de maio (sexto páreo e fim da corrida). A divulgação da sequência dos páreos nessa ordem, ocupando quase que uma página inteira do jornal, marcava, assim, uma leitura do processo da abolição, ao menos da forma pela qual seu idealizador pretendia festejar.

Sem se limitar ao simbolismo, a participação desses novos heróis da abolição no evento se faria ainda de maneira direta. Segundo as regras da festa divulgadas pela imprensa, os vencedores desses páreos ganhariam medalhas e objetos especiais como premiação – relógio de mesa, alfinete de ouro, par de jarras vindas do Japão, corrente de ouro com medalha para relógio, dois quadros, aparelho de chá e taça de ouro e prata.<sup>162</sup> A comissão de entrega desses prêmios era composta por, dentre outros, André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.<sup>163</sup> Mais uma vez, caberia a eles o papel de sujeitos da dádiva.

O turfe nas comemorações pela abolição é um sinal do movimento de valorização do esporte vivido pela sociedade imperial nas últimas décadas do século XIX e que, culminando com as mudanças vindas com a lei do 13 de maio, marcava a entrada do país num ambiente moderno e saudável. A modernidade do fim do trabalho escravo convivia com o incentivo à prática do esporte visto como hábito associado à higiene e valorizado por uma juventude estudantil. O esporte estaria em 1888 integrado à vida social da Corte, uma vez que não ficou de fora desse momento ímpar vivido por seus moradores. Por outro lado, a participação de clubes na organização dos eventos esportivos para a abolição também indica a defesa por um tipo de associação, ligada aos clubes esportivos, cujos sentidos deveriam estar ligados a um associativismo mais sério de diversão, distinto de

<sup>162</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888. Não há o nome dos doadores de todos os objetos. O Sr. F. A. Moreira doou o relógio de mesa, o alfinete foi doação do Derby Club, Carneiro da Rocha doou os quadros e José Alves da Silva doou o aparelho de chá. Também não há informações a respeito desses doadores, mas possivelmente eram sócios do clube.

<sup>163</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888. O resultado da corrida apareceu na seção especial “Sport” do *Diário de Notícias* do dia seguinte apenas com os nomes dos vencedores de cada páreo, sem especificar qual premiação foi dada em cada páreo.

outras formas de se associar, como clubes carnavalescos, por exemplo. A atuação desses clubes ficou mais forte na realização das regatas da abolição.

A história da prática das regatas no Rio de Janeiro se assemelha à introdução do turfe por também estar ligada à ação de grupos estrangeiros. No entanto, as regatas tinham a seu favor a localização geográfica do Rio de Janeiro, em grande parte à beira mar.<sup>164</sup> A partir da década de 1860, a Corte passou a ter grupos de regatas para a organização do esporte<sup>165</sup> e, assim como o turfe, em algumas ocasiões os eventos marítimos contaram com a presença do Imperador. Coube ao Club Guanabarenses, fundado em 1874, o estabelecimento do remo na cidade. Foi no seu encalço que, ao longo da década de 1880, outros clubes de regatas foram formados.<sup>166</sup>

A valorização do remo como esporte está ligado às discussões surgidas em meados do século XIX a respeito da higiene física.<sup>167</sup> O remo, ao mesmo tempo em que desenvolvia a força, também se associava à ideia de valorização da saúde do corpo, ideias que passavam a se fazer presentes nas discussões parlamentares que defendiam a atividade física no ambiente escolar. Tais discussões não tiveram êxito de imediato no século XIX e foram necessários ainda muitos debates para se convencer da validade do esporte como alimento de uma mente e de um corpo saudáveis.<sup>168</sup> Mesmo assim, no final da década de 80 do século XIX, as regatas atraíam uma juventude da Corte que já se organizava a partir dos clubes de regatas, ambientes para a prática do esporte, e que também frequentava as competições a fim de apreciar a força humana movendo barcos e excitando o público.

Em um ambiente de entrada do Brasil na galeria dos países modernos, ou seja, países que haviam eliminado a escravidão do seu quadro social, as regatas como eventos comemorativos servem também para a valorização de uma modernidade vinda por meio do esporte e da valorização da força física. Além de tudo isso, reforçava a popularidade do esporte diante de um grande número de festeiros que ocupavam naqueles dias as ruas da cidade para comemorar a

<sup>164</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*. p. 50.

<sup>165</sup> MELLO, Victor Melo. *Cidade esportiva*. pp. 52 e 67. Há também uma forte presença do remo no sul do país, no Rio Grande do Sul, onde foi criado em 1888 um clube de regatas. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*, p. 47.

<sup>166</sup> MELLO, Victor Melo. *Cidade esportiva*, p. 67-8.

<sup>167</sup> PEREIRA, *op. cit.*; p. 46.

<sup>168</sup> *Idem*, p.44

abolição. Para os apreciadores das regatas, o evento especial era mais uma oportunidade para assistir aos espetáculos marítimos.

Assim como ocorreu com o turfe, as regatas especiais da abolição ficaram sob responsabilidade de uma instituição que não fazia parte dos órgãos de imprensa. O Club Naval, composto por oficiais da armada e das classes anexas, como eles próprios se definiram,<sup>169</sup> ficou responsável pela realização das regatas. O clube, em 1888, não era exclusivo para o exercício desse esporte. Segundo o anúncio publicado por eles no *Almanaque Laemmert*, o clube era destinado à prática de modalidades esportivas que estimulassem o desenvolvimento da força e da destreza.<sup>170</sup>

O evento na enseada de Botafogo que ocorreria na parte da tarde no dia 19 de maio<sup>171</sup> esperava contar com a presença da Princesa, que seria recepcionada por autoridades da Armada e da comissão da imprensa – Ferreira de Araújo e Souza Ferreira – e pelo deputado e abolicionista Joaquim Nabuco. Ao contrário do turfe realizado no dia anterior, essas regatas não tiveram suas entradas gratuitas. O ingresso para arquibancada geral seria vendido na ocasião do evento, enquanto que a arquibancada especial seria destinada ao ingresso de famílias.<sup>172</sup> Isso não impedia, no entanto, que a população assistisse à prova – uma vez que ela foi feita em plenas águas da Baía de Guanabara que, naquela época, poderia ser avistada mais facilmente de outros pontos da cidade. A cobrança do ingresso para as arquibancadas, provavelmente em um lugar muito mais privilegiado para a apreciação do espetáculo, definia assim uma separação entre diferentes setores sociais do público semelhante àquela estipulada no Derby Club.

Além da organização do Club Naval, as regatas da abolição contaram com o apoio do Club Guanabareense, cujos sócios cederam o espaço como forma de ponto de apoio para a realização das regatas.<sup>173</sup> Além desses dois clubes, participariam também os membros do Club de Regatas Cajuense, o Club

<sup>169</sup> *Almanaque Laemmert*, 1888, parte IV, p. 152.

<sup>170</sup> As modalidades na ocasião desse anúncio foram: jogo de espada, florete, tiro ao alvo, esgrima de baioneta, de infantaria, natação e ginástica. *Almanaque Laemmert*, 1888, parte IV, p. 152.

<sup>171</sup> *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>172</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888. O valor para a arquibancada geral seria de 1\$000 réis. Como forma de comparação, esse valor era o correspondente a duas Revistas Ilustradas naquele ano.

<sup>173</sup> *Diário de Notícias*, 16 e 17 de maio de 1888.

Internacional de Regatas e o Club de Regatas Paquetense.<sup>174</sup> Além dos membros desses clubes, houve um aviso para aqueles que iriam participar das regatas: “Roga-se aos amadores e profissionais que tomam parte nas regatas de se apresentarem meia hora antes dos páreos”.<sup>175</sup>

Os profissionais que o redator do *Diário de Notícias* cita possivelmente sejam aqueles ligados aos clubes e os amadores, aqueles que apesar de não estarem vinculados a algum clube específico tinham condições de participar do evento. De acordo com Vitor Melo, isso não era incomum nas últimas décadas do século XIX, quando o esporte ainda se firmava a partir dos clubes de regatas.<sup>176</sup> Logo, em pleno momento de celebração pelo fim do trabalho forçado, um esporte que aliava força e destreza fazia parte dos festejos pela abolição somando à organização de membros da armada, como os sócios do Club Naval, a participação de profissionais e amadores do remo que deixariam nessa regata especial seus sentidos e significados para a abolição.

Os onze páreos da regata seguiram a lógica presente nas corridas de cavalo: a nomeação dos páreos a partir de alguns símbolos ligados à abolição.

*PROGRAMA DAS GRANDES REGATAS PROMOVIDAS PELA IMPRENSA FLUMINENSE*

- 1º Páreo: *Treze de maio* – prêmio – medalhas de ouro comemorativas
- 2º Páreo: *José do Patrocínio* – prêmio – um alfinete de coral para gravata
- 3º Páreo: *João Alfredo* – prêmio – um serviço de prata dourada para escritório
- 4º Páreo: *Princesa Imperial* – prêmio – um serviço de prata dourada para peixe
- 5º Páreo: *Imprensa Fluminense* – prêmios – três medalhas comemorativas
- 6º Páreo: *Dez de março* – prêmio – um serviço de prata dourada para ostras
- 7º Páreo: *Abolicionista* – prêmio – um anel de ouro com pedra preciosa
- 8º Páreo: *Dr. Luiz de Castro* – prêmio – medalhas de ouro comemorativas
- 9º Páreo: *Visconde do Rio Branco* – prêmio – uma abotoadura de ouro
- 10º Páreo: *Euzébio de Queiroz* – prêmio – uma cigarreira e fosforeira de prata oxidada
- 11º Páreo: *Rio de Janeiro* – prêmio – um canivete de ouro.<sup>177</sup>

A partir dos nomes dados aos páreos é possível fazer uma leitura da abolição, leitura essa proposta pelos organizadores das regatas e também presente nos eventos da imprensa. Os heróis da abolição se apresentam a partir da

<sup>174</sup> *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888. No dia seguinte, o jornal anunciava a retirada do Club de Regatas Paquetense sem explicar o motivo. *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>175</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

<sup>176</sup> MELO, Vitor Andrade de. “O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Estudos Históricos*, 1999, nº 23, pp. 41-71.

<sup>177</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

participação no processo parlamentar que culminou com o “Treze de Maio”, páreo que inaugurava aquela regata. Os páreos do abolicionista “José do Patrocínio” (segundo) e do conselheiro “João Alfredo” (terceiro) precederam ao “Princesa Imperial” (quarto) e os três formam uma cronologia para a abolição. Ou seja, a ação abolicionista de José do Patrocínio abriu o caminho para a formação de um gabinete que seria responsável pelo encaminhamento da questão do fim da escravidão pela via parlamentar. Esse gabinete, presidido por João Alfredo, ficou conhecido por “Dez de março” (sexto páreo) e também ganharia espaço na leitura da abolição feita pelas regatas. A Princesa Imperial é a última ponta desse processo que culmina com a assinatura da lei, na data do treze de maio, páreo inaugural das regatas. Os páreos seguintes, do quinto ao décimo, retomam a participação de outros elementos de um processo abolicionista que não começou apenas em março com a escolha do gabinete, mas sim desde a assinatura por “Eusébio de Queiroz” (décimo páreo) da lei do fim do tráfico em 1850 e da lei de 1871 que libertou o ventre escravo e que foi assinada pelo “Visconde do Rio Branco” (nono páreo). Retomar a participação desses homens para o resultado final era significativo já que eles também compuseram a dinâmica parlamentar e legítima para dar cabo à escravidão. Por sua vez, os homens da “Imprensa Fluminense” (quinto páreo), tais como o “Dr. Luiz de Castro” (oitavo páreo), editor do *Jornal do Commercio* e falecido dias antes da abolição, também mereciam destaques uma vez que também cederam espaço nos seus jornais para o debate “abolicionista” (sétimo páreo). Por fim, a corrida é encerrada com o páreo “Rio de Janeiro”. Assim como a data da lei, motivo de toda aquela comemoração e que inaugurou esse evento especial, o nome da cidade onde foi assinada também merecia destaque, uma vez que a cidade em si parecia ser sujeito de todo aquele momento festivo. Os homens da imprensa, nos seus relatos sobre as festas, ao mesmo tempo em que ressaltavam a felicidade da Pátria, também colocavam a cidade como participante da festa. Portanto, muito natural que um evento de tamanha grandiosidade fosse encerrado com a lembrança da capital do Império na dinâmica de todo o processo abolicionista.

Os vencedores de cada páreo receberiam uma premiação especial e específica. No entanto, não é possível ignorar a diferenciação da qualidade dos prêmios da denominação dos páreos. As medalhas de ouro comemorativas, ou seja, as que tinham um valor simbólico muito mais forte que um conjunto de prata

para alguma refeição, foram doadas aos vencedores de três páreos: o “Treze de maio”, o “Imprensa Fluminense” e o “Dr. Luiz de Castro”. É a ligação forte entre imprensa e abolição, uma vez que os demais competidores dos outros páreos receberam prêmios diferenciados mas nenhum com essa marca comemorativa.

Além da nomeação dos páreos com marcas do processo abolicionista, havia também nesse jogo simbólico do esporte os nomes de cada barco competidor. A partir dos nomes dados aos barcos, é possível pensar que essa escolha tenha sido feita de forma aleatória pelos participantes e a partir de critérios próprios de quem competia e não de quem organizava a regata. Os nomes marcados em negrito correspondem ao vencedor de cada páreo.

Páreo Treze de Maio – competidores: **Gigg Cajuense** e Ferreira de Araújo  
 Páreo José do Patrocínio – competidores: Custódio de Melo e **Barão de Jaceguay**  
 Páreo João Alfredo – competidores: **Joaquim Nabuco** e Rio Branco  
 Páreo Princesa Imperial – competidores: João Alfredo, Treze de maio, Piratinim, **Luiz Gama**, Ferreira Viana, Rui Barbosa  
 Páreo Imprensa fluminense – competidores: Treze de maio e **Frou-frou**  
 Páreo Dez de março – competidores: Senador Dantas e **José do Patrocínio**  
 Páreo Abolicionista – competidores: **Treze de maio** e Dez de março  
 Páreo Dr. Luiz de Castro – competidores: Internacional e **Frou-frou**  
 Páreo Visconde do Rio Branco – competidores: Ferreira de Menezes e **Antonio Prado**  
 Páreo Euzébio de Queiroz – competidores: Antonio Bento, Alves Branco, Acarape, **Senador Vieira da Silva**  
 Páreo Rio de Janeiro – competidores: **João Clapp** e José Mariano.<sup>178</sup>

Um dos sinais de que os nomes dos barcos competidores foram dados por quem competia é a falta de um padrão. Há referências aos clubes de regatas, como o Cajuense e o Internacional, ao presidente do Clube Naval, Custódio de Mello, e aos abolicionistas já lembrados em outros eventos, como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Senador Dantas.

No entanto, o que chama atenção nesse caso é a referência a abolicionistas que foram pouco lembrados nas ocasiões festivas ou que nem tiveram seus nomes tocados nas comemorações da Corte. João Clapp e Rui Barbosa são exemplos para o primeiro caso. Apesar do primeiro ser o presidente da Confederação Abolicionista, pode-se dizer que foi pouco ressaltado em meio aos festejos cujos

<sup>178</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888. No anúncio das regatas do jornal, tanto os nomes dos páreos quanto os competidores e os prêmios foram publicados num único anúncio. A opção por separar as premiações dos competidores foi para facilitar a análise de todo o anúncio.



organizadores preferiram exaltar as ações de Patrocínio e Nabuco.<sup>179</sup> O jurista Rui Barbosa utilizou das leis assinadas antes do 13 de maio para combater a escravidão que, a seu ver, era ilegal. Por meio de discursos feitos em praça pública ou em clubes fechados, desde o final da década de 60, Rui Barbosa reforçava sua tese de que a “escravidão era um roubo”.<sup>180</sup> Possivelmente a ausência do seu nome em alguns festejos promovidos pela imprensa seja por não ter em maio de 1888 nenhum mandato no legislativo<sup>181</sup> e, portanto, não ter participação direta sua na aprovação da lei do 13 de maio. No entanto, tanto João Clapp quanto Rui Barbosa estavam ligados a um abolicionismo de denúncia contra a ilegalidade da escravidão e também de uma prática abolicionista nos quilombos urbanos, principalmente o do Leblon, que acolhia escravos fugidos e que se ligava aos quilombos de outras províncias. O símbolo desse quilombo, camélias, foi entregue por João Clapp à Princesa Isabel na ocasião da assinatura da lei do 13 de maio. Rui Barbosa era um associado da Confederação Abolicionista e apoiava as ações da mesma para a eliminação da escravidão.<sup>182</sup> Portanto, abolicionistas que atuaram na defesa do fim da escravidão e que tiveram papel ativo para a redução da influência escravista na Corte eram lembrados por esportistas nas festas.

Num caminho semelhante ao feito por Rui Barbosa, resguardadas todas as peculiaridades de trajetória de vida, a atuação de Luiz Gama, também lembrado pelos praticantes das regatas, foi esquecida pelos organizadores dos festejos da Corte. O negro Luiz Gonzaga Pinto da Gama, filho de escrava, atuou no abolicionismo na cidade de São Paulo através da promoção de denúncias e de ações judiciais em prol da liberdade de quem era escravizado ilegalmente. A partir do argumento da validade da lei de 1831 para o fim do tráfico, Luiz Gama defendia que todos que haviam entrado após essa data eram escravos ilegais. Luiz Gama não foi o primeiro a utilizar o argumento da lei para denunciar a ilegalidade

<sup>179</sup> João Clapp era negociante na Corte e administrava uma firma de investimentos que, anos antes da abolição, conseguiu arrecadar uma grande quantia para servir de fundos para abolição. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*. Movimentos sociais na década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2010, p. 161; MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora da UnB, 1986, p. 40. A *Revista Ilustrada* prestou homenagens a João Clapp colocando seu nome na fachada da redação na ilustração da capa comemorativa da abolição.

<sup>180</sup> SILVA, Eduardo. “Rui Barbosa e o quilombo do Leblon”. In: LUSTOSA, Isabel et al. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 58.

<sup>181</sup> MAGALHÃES JR. Raimundo. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 421

<sup>182</sup> SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 42; 67.

da escravidão mas foi o que alcançou grande popularidade nos tribunais de São Paulo.<sup>183</sup> Afinal, sua atuação no ambiente jurídico era a personificação da luta por uma causa e não por um meio de vida.<sup>184</sup> Apesar de ter morrido em 1882, seis anos antes da abolição, as ações de Luiz Gama ainda pareciam refletir na memória de quem participava dos festejos da abolição na Corte e faziam questão de batizar uma embarcação com o nome do abolicionista paulista.<sup>185</sup>

Além desses que utilizaram a via legal para a defesa da escravidão, na ocasião das regatas pela abolição o radicalismo abolicionista não foi esquecido. Mais uma vez, as ações abolicionistas em São Paulo foram lembradas na menção ao nome de Antonio Bento. Esse abolicionista foi um dos diretores das mais ativas e radicais associações abolicionistas de São Paulo e promovia também conexões com os abolicionistas da Corte, entre eles João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista. Suas ações em prol da liberdade dos escravos envolveram ações diretas com os escravos das fazendas e também na organização de um jornal, *A Redenção*.<sup>186</sup> Em São Paulo, os festeiros da abolição exaltaram seu nome e produziram marchas até a frente da sua residência, onde foi saudado como verdadeiro herói daquele momento. A mesma homenagem aconteceu para o conselheiro Antonio Prado, também lembrado nas regatas da Corte.<sup>187</sup>

As regatas da abolição na Corte também prestaram homenagens ao abolicionismo do Ceará. Os jangadeiros dessa província, liderados por Francisco Nascimento, desde o início da década de 80 intervieram no tráfico interprovincial evitando o transporte de escravos das províncias do Norte para o Sul.<sup>188</sup> As ações

<sup>183</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*, p. 144.

<sup>184</sup> *Idem*, p. 193. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 193.

<sup>185</sup> Nos festejos pela abolição em São Paulo seu nome foi lembrado pelos festeiros que organizaram uma espécie de marcha até o cemitério onde estava seu corpo. PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania*. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. PPGH-UFF, Dissertação de mestrado, Niterói, 2011, p. 148.

<sup>186</sup> MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. pp. 48, 215; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*, p. 146.

<sup>187</sup> PEREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 145-7. Na ocasião das festas em São Paulo, o ator Francisco Vasques fez uma poesia onde dizia ser o dia 13 de maio dia de Antonio Bento, uma alusão ao dia 13 de junho, dia de Santo Antonio. Antonio Prado foi ministro da Agricultura, antes de Rodrigo Silva. Pertencente a uma importante família paulista, defendia o trabalho do imigrante e o trabalho livre. MAGALHÃES JR. Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 139. Os festeiros de São Paulo também foram até a sua residência para saudá-lo pelo fim da escravidão.

<sup>188</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 187. No Ceará, os cativos eram transportados nas jangadas até os navios de onde saíam para o Sul. Os jangadeiros evitaram exatamente a chegada desses cativos aos navios e em muitos casos facilitavam a fuga de alguns.

desses homens simples, somada às propagandas abolicionistas vindas da Corte, permitiram que em 25 de março de 1884 toda a província do Ceará estivesse livre da escravidão.<sup>189</sup> Em 1888, em meio à realização das regatas pela abolição, a jangada de Francisco Nascimento percorreria as raias, segundo o anúncio da regata publicado no *Diário de Notícias*.<sup>190</sup>

Antonio Bento e os jangadeiros do Ceará são exemplos de um abolicionismo mais radical que, através de ações diretas, tentaram frear a escravidão nas suas províncias. Além desses, Ferreira de Menezes, editor da *Gazeta da Tarde*,<sup>191</sup> jornal abolicionista de forte atuação na Corte, também foi homenageado num evento que parecia demonstrar uma heterogeneidade de sentidos para a abolição muito maior que os vistos até então.

Assim, apesar de toda valorização da via parlamentar presente na nomeação dos páreos das regatas – com ênfase na ação de alguns homens que contribuíram para a assinatura das leis quanto na atuação de um abolicionismo mais retórico na Corte, como Patrocínio e Nabuco – os participantes das regatas, entre amadores e profissionais, pretendiam rememorar uma trajetória abolicionista que ia além daquela vivida na Corte e nos órgãos de imprensa e que se mostrava muito mais popular e radical. Apesar de o abolicionismo de Luís Gama e Antonio Bento não ter encontrado ressonância nos festejos organizados pela imprensa da Corte, em um momento específico e de autonomia para a inserção de sentidos e homenagens, seus nomes foram lembrados prontamente pelos praticantes do esporte. O festeiros das regatas também não esqueceriam das ações dos jangadeiros no Ceará que, 4 anos antes, foram fundamentais para a libertação da província da escravidão.

Deste modo, os organizadores dos esportes das festas da abolição compartilharam uma dinâmica já realizada pelos órgãos da imprensa nos dias que precederam os festejos nos textos que exaltavam heróis e fatos da abolição. Os festejos esportivos pretendiam reafirmar esses símbolos e significados por meio de um evento que agregasse toda a população para assistir a um espetáculo esportivo. No entanto, a promoção dessas partidas especiais não deixou de diferenciar seus frequentadores, seja por meio da cobrança de entradas ou através

---

<sup>189</sup> *Idem*, pp. 187-8.

<sup>190</sup> “Anúncio das regatas”, *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

<sup>191</sup> MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)* p. 40. Ferreira de Menezes morreu em 1881 e foi diretor e jornalista da *Gazeta da Tarde*.

de escolha de assentos mais específicos para determinados grupos sociais, em sua maioria organizados em clubes. Mesmo assim, a população compareceu aos eventos cujos competidores pareciam não compartilhar totalmente do sistema fechado de heróis e sujeitos da abolição propostos pelos organizadores daquele espetáculo. Ou seja, tanto o turfe quanto as regatas marcaram a existência não apenas de um sentido para a abolição, que deveria ser apreendido durante os festejos, mas também que nesse sentido havia desvios e formas variadas de se entender o processo abolicionista da década de 1880.

## 5

### A abolição em desfile

Se a missa representara a abertura simbólica dos festejos, e as regatas e corridas de cavalo ajudaram a atrair e entreter o público em meio às celebrações, para os organizadores da festa estava claro que as comemorações pela abolição teriam nos préstitos o seu auge. O desfile de associações e colégios pelas ruas da Corte, com a presença da população, marcou mais do que qualquer outro evento o tom pedagógico embutido nos festejos pelos seus promotores, tendo o claro propósito de dar sentido e significado à data celebrada.

Os préstitos foram programados para acontecer em dias diferentes, com sujeitos e temas distintos. O primeiro foi realizado no sábado, dia 19, e tinha como finalidade expor aos seus espectadores a organização dos alunos da Corte e sua forma de festejar a abolição. Meninos e meninas de escolas públicas e particulares percorreriam, na parte da manhã, um trajeto bastante conhecido durante aqueles dias de festa, as ruas entre o Senado e o Paço Imperial.<sup>192</sup> No dia seguinte, seria a vez da imprensa que, juntamente com outras organizações tais como clubes carnavalescos, esportivos, de trabalhadores, militares, dentre outros, fariam na parte da tarde o mesmo caminho do préstito escolar, mas incorporando outras vias a fim de unir toda a Corte naquela celebração cívica. Em meio àqueles que desfilaram, os fotógrafos registraram alguns pontos desses dois desfiles.

Os colegiais saíram do Campo de Santana, no portão próximo ao Senado,<sup>193</sup> e seguiram passando em frente à Câmara Municipal, que ficava do outro lado do campo,<sup>194</sup> entraram pela Rua da Constituição, Largo da Constituição (também chamado de Largo do Rocio, mais tarde Praça Tiradentes) e Rua do Teatro. Essa rua terminava no Largo de São Francisco, o que fez com que os alunos passassem em frente à Igreja de São Francisco de Paula para pegar o final

---

<sup>192</sup> Esse era um caminho conhecido daqueles que participavam dos préstitos que ocorriam pela Corte em homenagem à independência. KRAAY, Hendrik. “Alferes Gamboa e a sociedade comemorativa da Independência do Império, 1869-1889”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 3, nº 61, 2011; pp. 15-39. Logo, apesar de não ser um caminho novo para aqueles que participavam dos préstitos festivos, o da abolição reforçava ainda mais o caminho da lei.

<sup>193</sup> “As festas de hoje”, *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888. O prédio do Senado abriga atualmente a Faculdade de Direito da UFRJ. O campo de Santana passou a ser chamado de Campo da Aclamação após ser construído no seu interior um palacete para a aclamação do primeiro Imperador, D. Pedro I. AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969, p. 495. Os jornais se referem a esse local usando esses dois nomes.

<sup>194</sup> *Idem*, p. 517. A Câmara Municipal ficava entre as Ruas General Câmara e São Pedro. Esse prédio não existe mais.

da Rua do Ouvidor e seguir toda a sua extensão até chegar à Rua Primeiro de Março. A partir daí, o préstito deu outras voltas para pegar a Rua da Carioca e a Visconde do Rio Branco e finalizar o percurso no Campo de Santana.<sup>195</sup> Esse caminho ensinava não só aos colegiais o trajeto da lei, mas também àqueles que não estavam presentes na sua “caminhada” no domingo anterior.<sup>196</sup>

Esse caminho foi percorrido por aproximadamente 35 colégios com 3259 alunos, segundo os relatos publicados no *Diário de Notícias*.<sup>197</sup> O préstito foi aberto por um carro ocupado por membros da comissão da imprensa que, ao chegar à Câmara Municipal, saudou a Princesa e convidou seus filhos a participar do préstito.

Ao chegar à Câmara municipal, onde estavam Suas Altezas imperiais, os Srs. Drs. Dermeval da Fonseca, Fernando Mendes e Souza Ferreira, por intermédio do primeiro, dirigiram-se a Sua Alteza a Princesa Regente e lhe pediram permissão para que os príncipes fizessem parte do préstito. Sua Alteza acedeu ao pedido, e foram os príncipes instalados no carro, acompanhando-os os cavalheiros que já citamos.<sup>198</sup>

A participação dos filhos da Princesa nesse préstito só vinha reforçar a atuação deles no movimento a favor da abolição. Através da edição do jornal *Correio Imperial*, em Petrópolis, os príncipes D. Luiz, D. Antonio e D. Pedro noticiavam, dentre outras coisas, as movimentações nessa cidade a favor da libertação dos escravos.<sup>199</sup> Em maio de 1888, antes mesmo do início do ano parlamentar, já publicavam nesse periódico a posição favorável ao fim da escravidão.<sup>200</sup> No préstito escolar, segundo a nota da *Gazeta de Notícias*, apenas D. Luiz e D. Antonio participaram. Os filhos da Princesa, ao desfilarem entre alunos da Corte, receberiam as mesmas louvações dadas à mãe.

<sup>195</sup> “As festas de hoje”, *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888.

<sup>196</sup> Wlamyra Albuquerque, ao estudar as festas do Dois de Julho, data da independência da Bahia, destacou que os caminhos que os préstitos dessa festa faziam eram os mesmos feitos pelas tropas brasileiras quando venceram as tropas portuguesas na independência baiana. *Algazarra nas ruas. Comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 1999, p. 57. Na festa da abolição, a repetição de um roteiro feito anteriormente no dia 13 não pode ser descartado.

<sup>197</sup> “O préstito das escolas”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>198</sup> “O préstito das crianças”, *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>199</sup> ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Editora Ediouro, s/d, p. 115. José Murilo de Carvalho considerou o jornal editado no Palácio de Petrópolis pelos netos do Imperador como um dos sinais do incentivo da Coroa para o encaminhamento da abolição. CARVALHO, José Murilo. *Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 320.

<sup>200</sup> O *Diário de Notícias* reproduziu no dia 11 de maio um texto que foi publicado no *Correio Imperial* e assinado pelos filhos da Princesa. No texto “Ave Mater”, os filhos da Princesa a saudavam por conta da fala do trono feita dias antes, quando houve por parte dela a demonstração clara de que apoiaria um projeto para a abolição. No texto, saudaram a mãe e deram vivas a sua atitude no parlamento. *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1888.

Os representantes da imprensa da Corte vieram logo em seguida ao carro dos príncipes e foram seguidos pelos alunos e professores dos seguintes colégios:

Liceu de São Cristóvão, Ginásio Fluminense, escolas municipais de São Sebastião, São José, Nossa Senhora do Socorro. S. Vicente de Paulo, Santa Thereza, Nossa Senhora da Conceição, Santa Thereza de Jesus, Nossa Senhora das Dores, internato e externato do colégio de Pedro II, escola gratuita de S. Vicente de Paulo, escola mista da imperial quinta da Boa Vista, os professores e alunos das escolas públicas d'esta corte, 2ª escola pública da freguesia do Engenho Novo, 2ª e 3ª de meninos de São José, 2º da do Sacramento, colégio Vianna, preparatorianos, liceu de Artes e Ofícios, colégio alemão, mosteiro de S. Bento, colégio Venerando, curso noturno da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, colégio S. Feliciano, Imperial Conservatório de Música, externato Avellar, liceu Polimático, liceu do Engenho Velho, 2ª escola pública da freguesia de Santa Rita, escola dos Lázaros; fechando o grande e imponente préstito a união preparatoriana.<sup>201</sup>

O préstito escolar agregou uma diversidade – de sexo, colégios e origens – de alunos, sem contar a presença dos príncipes que deram um toque de realeza ao desfile. Sua participação no préstito foi encerrada na passagem do cortejo pela Rua do Ouvidor. De lá, o préstito seguiu seu caminho até retornar à Câmara Municipal, onde se dispersou na parte da tarde, enquanto os príncipes fizeram um caminho contrário, sem acompanhar mais o cortejo.<sup>202</sup>

De fato, esse desfile era composto apenas por alunos e professores. Por ter sido todo feito a pé, a falta de carros parecia não dar ao trajeto uma narrativa à abolição. Apenas afirmava a adesão dos colegiais àquele momento de mudança no país. No entanto, aqueles que desfilaram puderam contar com a arrumação de um cenário composto especialmente para a ocasião. Além disso, os próprios alunos trataram de enfeitar o trajeto segurando galhardetes, bandeiras e estandartes dos colégios que representavam.<sup>203</sup> Assim, quem ocupava as ruas para assistir às crianças desfilando conseguiria identificar o pertencimento de cada uma ao seu colégio.

<sup>201</sup> “O préstito das crianças”, *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>202</sup> *Idem*. O motivo do retorno não foi informado na nota.

<sup>203</sup> “O préstito das escolas”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.



Diante de toda composição do cenário e preenchimento das ruas, tanto de espectadores como de atores daquele desfile, os profissionais da fotografia também se fizeram presentes.<sup>204</sup> As imagens da festa, principalmente dos préstitos, dão conta de uma diversidade pouco relatada pelos editores dos jornais. Essas fotos focam o centro de determinada parte do desfile, mas abrangem também aquilo que estava ao seu redor. A partir disso, é possível ler o préstito e sua diversidade.

---

<sup>204</sup> As fotos dos préstitos também fazem parte da coleção pertencente à Princesa. LAGO, Pedro e Bia Correa (org.) *Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX. op. cit.*



**Figura 20** – Augusto Elias, *Préstito colegial*, 17 x 21 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, pp. 306-7)

O autor dessa imagem foi Augusto Elias da Silva, português estabelecido no Brasil em 1882.<sup>205</sup> Além de fotógrafo profissional, era líder espírita e divulgador da doutrina kardecista.<sup>206</sup> Logo no ano seguinte da sua chegada ao Brasil, fundou o periódico espírita *Reformador*. Nele, o fotógrafo abolicionista pedia para que seus leitores espíritas libertassem os seus escravos.<sup>207</sup> Apesar da tendência abolicionista, esse jornal dedicou pouco espaço para o relato da festa da abolição. Apenas na primeira edição de junho de 1888 destacou o fim da escravidão e fez homenagens ao Visconde do Rio Branco.<sup>208</sup> Nele também não há notícias acerca das fotos feitas por Augusto Elias durante as festas.<sup>209</sup>

A localização do fotógrafo permitiu o registro de uma parte do préstito e, conseqüentemente, da sua grandiosidade, ao mesmo tempo em que focalizou a diversidade daquele público que ocupou as ruas nos dias de festa. Sem poder afirmar a que parte do préstito corresponde o ponto fotografado por Augusto Elias,<sup>210</sup> não se pode deixar de notar alguns detalhes da imagem. Os bondes eram, de fato, a ligação dos moradores de diferentes partes da cidade com o ponto da festa. A imagem consegue abranger a lotação desse transporte e também a aglomeração de pessoas, possivelmente os colegiais, numa das ruas do trajeto. Ao ampliarmos o nosso olhar sobre a fotografia, conseguimos enxergar além de espectadores e colegiais.

<sup>205</sup> LAGO, Pedro e Bia Correa (org.) *Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX*, p. 306. Augusto Elias chegou ao Brasil logo depois de ser premiado na Exposição Industrial em 1881, conforme consta no seu cartão de propaganda. “Mestres do século XIX”. Acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro. Nesse cartão, seu nome aparece como A. Elias da Silva, com o endereço na Rua da Carioca, 120. Nesse acervo também há a fotografia de uma mulher feita por Elias e o endereço também abrange o número 114 dessa rua. Segundo Ana Maria Mauad, o retrato era o que mais atraía a clientela já consolidada na Corte a partir da década de 1860. MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do segundo reinado.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Vol. 2, p. 191. Essa foto, apesar de estar sem data, configura a atividade comercial exercida por Elias.

<sup>206</sup> LAGO, *op. cit.*, p. 306.

<sup>207</sup> MACHADO, Ubiratam. *Os intelectuais e o espiritismo*. De Castro Alves a Machado de Assis. Rio de Janeiro: Edições Antares, Brasília, INL, 1983. p. 153. O jornal *Reformador* tratava de temas ligados à doutrina espírita e abordava também a escravidão, criando um contato com sociedades emancipacionistas e abolicionistas. VALLE, Daniel Simões. “A abolição da escravidão sob outro prisma: os projetos de reforma na imprensa espírita da Corte, 1881-1888”. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.) *Caminhos da Liberdade*. História da Abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011, p. 246.

<sup>208</sup> “Uma reparação”, *O Reformador*, 1 de junho de 1888.

<sup>209</sup> Augusto Elias aparece como responsável pelas correspondências do jornal desde a sua fundação até o primeiro número de fevereiro de 1888. A partir dessa data, a responsabilidade sobre o recebimento de cartas ficou com F. A. Xavier Pinheiro. *O Reformador*, 15 de fevereiro de 1888.

<sup>210</sup> De acordo com o trajeto divulgado pelos organizadores, o préstito passaria pela Câmara Municipal e depois seguiria pela Rua da Constituição. O local onde ficava a Câmara já não existe e, por isso, não é possível afirmar se a imagem foi feita desse ponto. No entanto, a imagem desse local não se parece com as demais ruas por onde o préstito passou e que ainda existem.



**Figura 21** – recorte da figura 20



**Figura 22** – recorte da figura 20



Esses homens da fotografia (figura 21) parecem carregar algo apesar de observarem o préstito. Eles não pertencem ao cenário, mas interagem de algum modo com aquela movimentação (figura 22). O mesmo não ocorre com as senhoras que permanecem afastadas da multidão. Diante da indiferença de alguns, os colegiais continuam sua marcha no cruzamento de alguma rua do roteiro.

Também do alto foram feitas as imagens do préstito por A. Breton. Diferente dos outros fotógrafos, esse tem uma biografia desconhecida. Seu nome está associado a três fotografias por causa de sua assinatura. Fez registro apenas do préstito escolar e a partir de um mesmo ângulo. Segundo Pedro Lago, Breton não era um fotógrafo amador, porque ao lado do seu nome havia a expressão “phot”, referência colocada pelos fotógrafos profissionais.<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> LAGO, Pedro e Bia Correa (org.) *Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX*, p. 310.



**Figura 23 – A Breton, Desfile comemorativo do Treze de maio, Rio de Janeiro,**  
22 x 16 cm (LAGO, LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 311)



**Figura 24 – A. Breton, *Desfile comemorativo do Treze de maio, Rio de Janeiro*, 22 x 16 cm (LAGO, LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 310)**



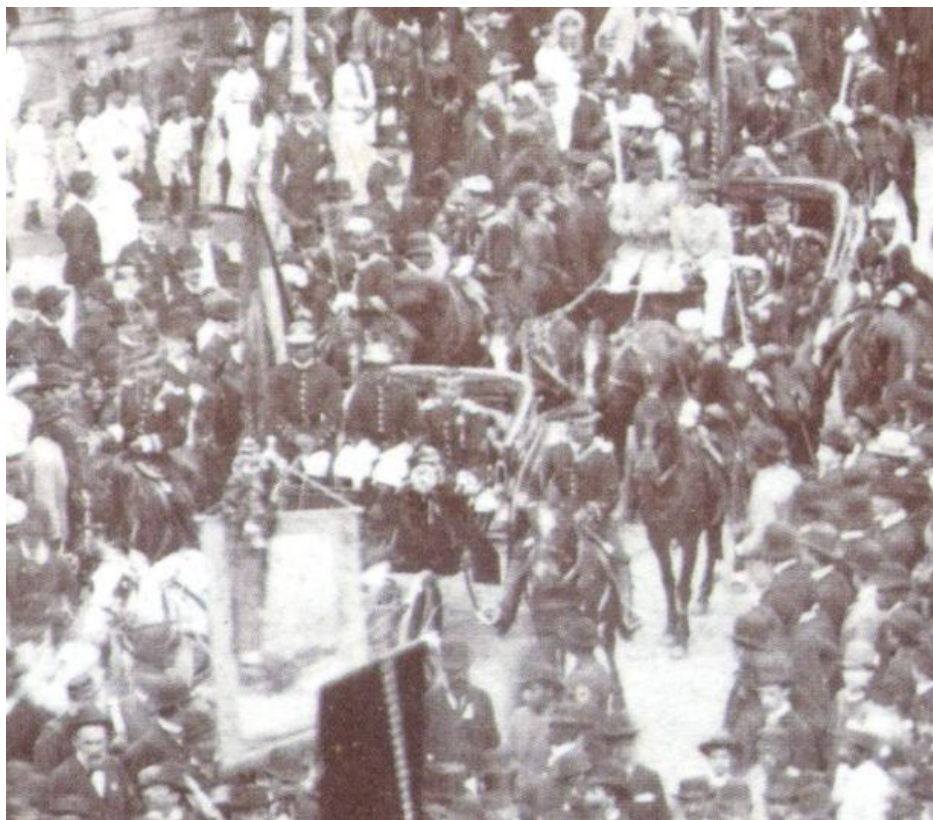


**Figura 25 – A. Breton, *Desfile comemorativo do Treze de maio, Rio de Janeiro*, 22 X 16 cm, (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 310)**





A sequência anterior, da figura 23-25, é a possível ordem das fotos. Na primeira delas temos o motivo desse registro.



**Figura 26** – recorte da figura 23

Esse recorte da primeira foto mostra os príncipes D. Luís e D. Antonio, cada um num carro, logo após a banda. Eles estão no centro da foto e a passagem do carro abriu o desfile, de acordo com a descrição publicada na *Gazeta de Notícias*:

Na frente do grande préstito seguiam as bandas do 1º regimento de cavallaria, 2º de artilharia e 1º de infantaria. Outras bandas de música iam intercaladas e dispostas com muita ordem.

Abria o préstito um carro ricamente adornado, em que vinham os príncipes do Grão-Pará, D. Luiz e D. Antonio, acompanhados pelos Srs. Ramiz Galvão, Souza Ferreira, Dermeval da Fonseca e Fernando Mendes, e os Srs. Gaspar de Souza e Ernesto Senna.<sup>212</sup>

A foto mostra exatamente essa descrição publicada na *Gazeta de Notícias* e explica também o motivo da aglomeração de tanta gente nessa passagem, saída da Rua do Teatro e entrada na Rua do Ouvidor. São testemunhas da passagem da realeza, que

<sup>212</sup> “O préstito das crianças”, *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1888.

escolheram esse ponto possivelmente pela possibilidade de ver mais facilmente as ilustres crianças.

Os homens da imprensa que acompanhavam o Príncipe também se serviram do carro “ricamente adornado” para a passagem. Nesse caso, se igualam a realeza quanto à importância no préstito. Aliás, se os príncipes atuaram de certa forma no abolicionismo por meio da escrita de textos publicados em seu jornal, que circulava por Petrópolis, na Corte os responsáveis pelos jornais também queriam se fazer presentes e compartilhar os vivos dados ao abolicionismo real.

Os demais alunos vieram seguindo a pé o cortejo. O grande número de alunos aparece mais forte na segunda e terceira fotografia de Breton. No entanto, a partir desse ponto já não é possível identificar se faziam parte do meio ou do final do desfile, uma vez que os jornais não publicaram a ordem de cada escola, e nem seus alunos usavam uma identificação possível de ser vista nas imagens. Entretanto, cada escola levou seu estandarte e os alunos utilizaram uniformes específicos a fim de se diferenciarem dos demais. Essa diferenciação é muito nítida nas imagens e os alunos com seus uniformes parecem formar blocos unidos e coesos.

As imagens de Breton ainda dão conta de nos informar o quanto aquela presença real era disputada.

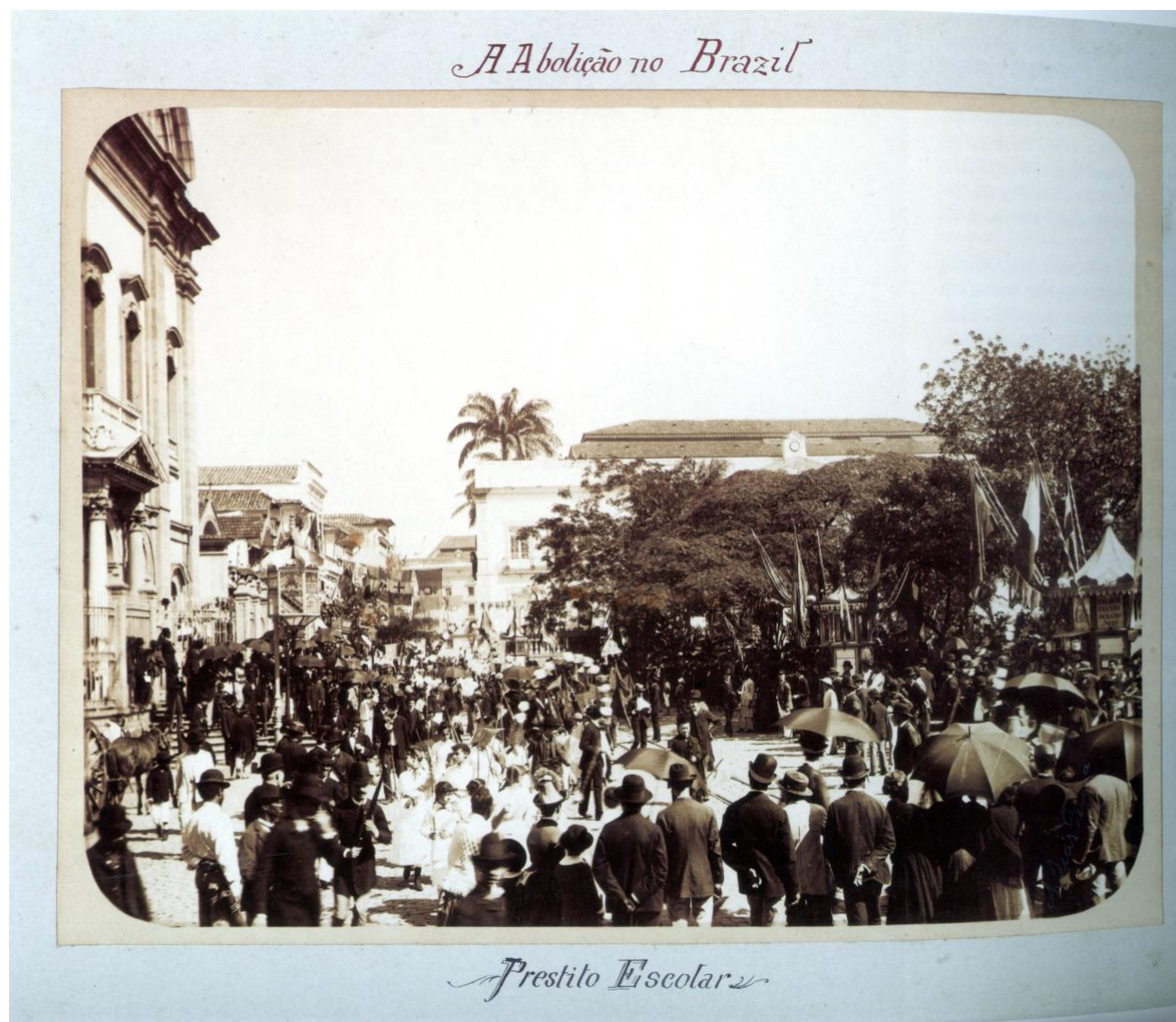


**Figura 27** – recorte da figura 23

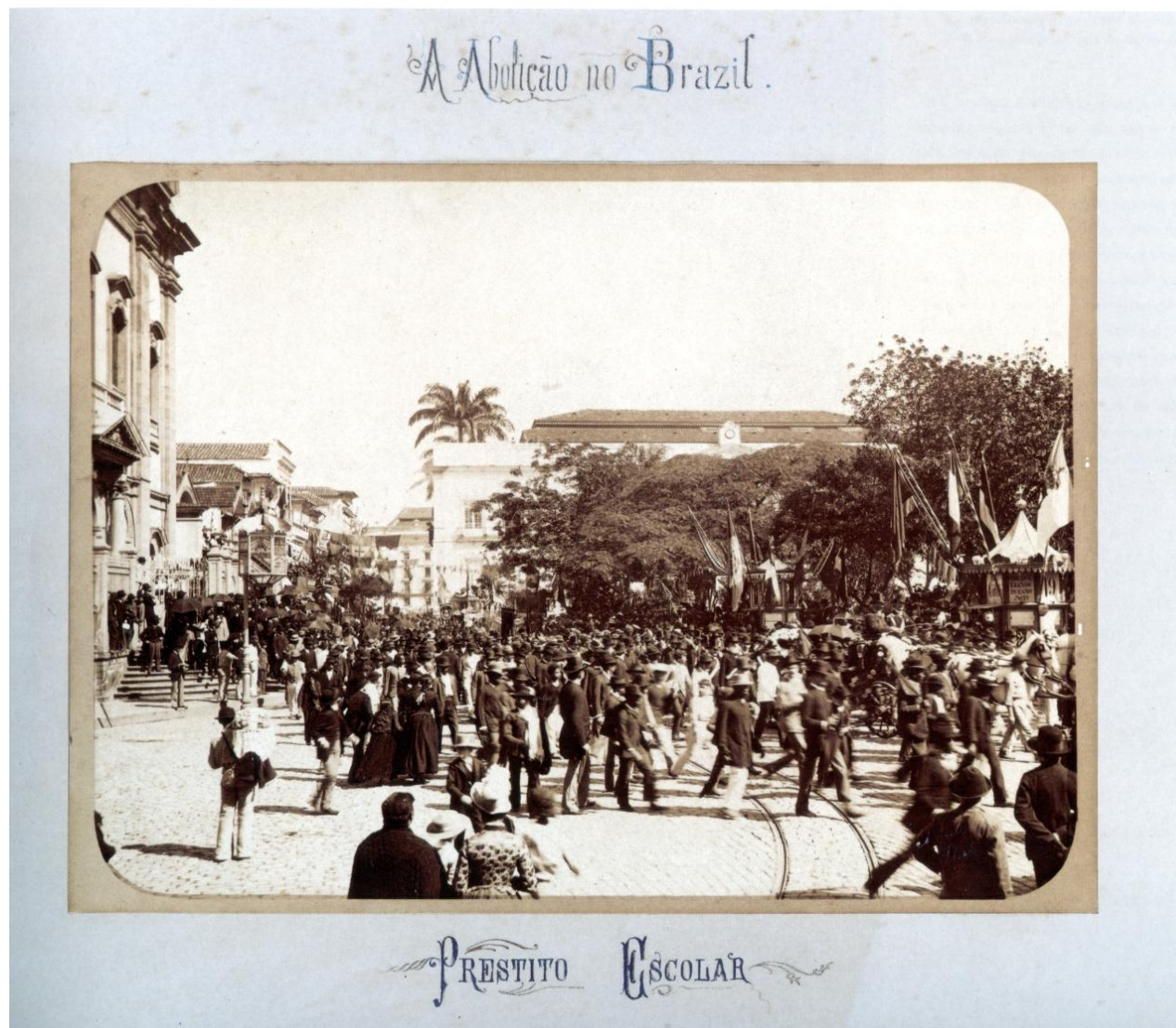
Para ver os príncipes, e também os editores dos jornais, valia de tudo: utilizar as grades da Igreja de São Francisco, as sacadas dos prédios próximos ou se aglomerar o mais perto possível do carro dos príncipes. No entanto, havia pessoas que queriam manter a distância de toda aquela movimentação, atitude semelhante àquela registrada também por Augusto Elias.

No mesmo Largo de São Francisco, Antonio Luiz Ferreira também estava presente registrando esse préstito. No entanto, sua visão, diferente da de Breton, é de baixo, quase no mesmo nível dos participantes e espectadores.





**Figura 28** – Antonio Luiz Ferreira, *Préstito escolar*, 19 x 24,5 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 294)



**Figura 29** – Antonio Luiz Ferreira, *Préstito escolar*, 19 x 24,5 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 295)



As duas fotos de Ferreira foram tiradas do mesmo local e o campo de visão é o mesmo. Ferreira pegou o cortejo na curva, ao sair da Rua do Teatro, no Largo de São Francisco, para entrar na Rua do Ouvidor. Devido a essa curva e ao fato de o fotógrafo estar distante da aglomeração dos alunos e daqueles que o acompanhavam, é possível ver nessas imagens algumas características do público que assistia ao cortejo (mapa 2). Há homens, mulheres, negros, crianças e vendedores ambulantes que pararam para ver os alunos passarem.



**Figura 30** – recorte da figura 29

Ao procurar os detalhes da foto, é possível perceber a quebra de um roteiro, de uma passagem, de um caminho natural. O ambulante parado na esquina, perto da Igreja, parece não compartilhar daquele festejo por ter sobre seus ombros um pesado material. A rua, para ele, era o seu local de trabalho e não de festas – uma atitude semelhante à registrada por Augusto Elias. No sábado de manhã, nem todos estavam livres para festejar a abolição com os estudantes da Corte.



**Figura 31** – recorte da figura 28



**Figura 32** – recorte da figura 29



Ainda sobre essas fotos, é possível ver que os moradores e comerciantes da Rua do Teatro atenderam aos pedidos da imprensa para enfeitar o local de passagem do préstito.<sup>213</sup> Dentre os enfeites há uma corda na largura da rua com várias bandeiras que também estavam presentes nos quiosques do Largo. Em uma dessas bandeiras é possível identificar a do Império. O cenário da passagem daquele grande desfile devia ser feito utilizando elementos que identificassem aquela sociedade. A bandeira do Império servindo de alegoria para aquela cena é uma marca que deveria ser assimilada pelos espectadores. A participação dos príncipes no cortejo confirma ainda mais a espécie de aliança que se formou entre Império e imprensa naqueles dias de festa. Outras bandeiras também foram utilizadas como enfeites do cenário de festa. Tudo faria parte da leitura da abolição que seria feita no cortejo por aqueles que assistiam.

Essas fotos mostram mais do que o desfile e o cortejo de alunos. Por um lado, elas testemunham o fausto daquela celebração e a presença do público nos festejos pela abolição – passando com isso uma imagem grandiosa da festa, vista como expressão de um modelo de futuro capaz de deslumbrar os presentes. Por outro, evidenciam o pouco entusiasmo dos seus espectadores, assim como o papel passivo destes no festejo. O público vê o cortejo passar e não se mistura totalmente a ele.

No entanto, não era a passividade que aparecia nos relatos dos jornais a respeito do préstito. Ao contrário, uma grande euforia em torno não apenas da presença do forte público e dos alunos da corte, mas principalmente pela participação dos príncipes, tomou conta dos noticiários:

Sua Alteza Imperial dignou se confiar à comissão da imprensa, para fazer parte do préstito das escolas, do que faz parte a mocidade brasileira, que é a esperança da nossa pátria, os seus queridos filhinhos, que são também brasileiros e hão de guardar a lembrança do grande dia que a nação inteira festeja no meio do maior entusiasmo e delirante de alegria.<sup>214</sup>

Tamanha participação, apesar da presença da Princesa em outros festejos, tais como a missa e as regatas, foi saudada de forma exaustiva pelos redatores das folhas da Corte por estarem os príncipes incorporados ao desfile. Essa era a mensagem que os editores pretendiam passar. Todos pareciam unidos em torno da saudação à liberdade e ao futuro que viria. O relato publicado no *Diário de Notícias* enfatizou o futuro da

<sup>213</sup> Essa era uma das responsabilidades do corpo comercial, segundo o *Diário de Notícias* do dia 16 de maio de 1888. O cenário da festa é fundamental para o objetivo que se colocava sobre ela. Um exemplo disso ocorreu nas festas cívicas de Minas Gerais estudadas por Carla Simone Chamon, onde também havia um cuidado na arrumação desse cenário. *Festejos imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

<sup>214</sup> “Préstito escolar”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

nação diante daqueles que pelas ruas da Corte desfilavam, sem deixar de associar também o futuro que estaria sobre os ombros dos filhos da Princesa. Eram todos brasileiros que guardariam aquele dia na lembrança enquanto que os pequenos príncipes testemunhavam a confraternização da “realeza com o povo”.<sup>215</sup> Ao fim de tudo, a imprensa, entre os responsáveis pelos jornais e por aquela manifestação de júbilo, seria a guardiã mais segura do futuro.

O futuro, para o redator do *Diário de Notícias*, também estava ligado aos alunos de alguns colégios que se apresentavam naquela manhã de sábado. Entre eles estavam os da escola da Quinta da Boa Vista, escola gratuita sustentada pelo Imperador, e os das escolas estrangeiras, entre elas a Escola Alemã e o Asilo Profissional da Sociedade Portuguesa da Beneficência, que veio num préstito separado, logo em seguida ao dos colégios. Esse último rendeu a melhor descrição sobre o entendimento dos homens desse jornal sobre o destino da mão-de-obra livre no país. Segundo o autor, a ordem do préstito refletia a disciplina do estabelecimento “d’onde deve sair cidadãos úteis, pois vestem a blusa honrada do operariado. Honra aos estrangeiros que assim contribuem para o engrandecimento da nossa pátria”.

Antes disso, o autor da nota ainda tinha dado um roteiro para o futuro do trabalho no país e para os colegas:

Possam eles, aceitando os exemplos que a história da escravidão apresenta dos cidadãos que se elevaram por seu trabalho e merecimento próprio, contribuir para a grandeza e progresso da nossa pátria, onde de hoje em diante cada um tem o dever e o direito de um trabalho, cuja responsabilidade inteira lhe cabe.<sup>216</sup>

A ordem presente no desfile – alunos alinhados e seguindo um comando que ia a sua frente num carro, realeza e imprensa – dá o tom do futuro que era pensado pelo editor desse jornal e pelos demais que compartilhavam a harmonia presente no desfile. A ordem também estaria presente no mundo do trabalho, ênfase dada não só para comentar a respeito dos alunos de uma escola estrangeira quanto para os demais participantes do préstito. O trabalho, a partir do fim da escravidão, deveria ser para aquelas crianças que festejavam o único caminho para o estabelecimento da ordem, do progresso e da grandeza da nação. E essa grandeza, a partir de 1888, se faria com esses futuros cidadãos que utilizariam a história da escravidão como exemplo, sem deixar de ter a honra da mão-de-obra estrangeira.

---

<sup>215</sup> “Préstito escolar”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>216</sup> *Idem*.

O uso de um momento festivo como forma de inserir sentimentos patrióticos e de união por uma causa, tendo as ruas como cenário de um ensinamento, não era novidade nos países da América aos quais o Brasil, com o fim da escravidão, se orgulhava de se igualar. O uso de grupos escolares em festas pátrias foi adotado na Argentina na década de 80 do século XIX como forma de utilizá-los como propagadores de um sentimento patriótico.<sup>217</sup> Nesse país, a participação das crianças em eventos pátrios era a ligação entre o passado heroico e o futuro que se esperava promissor.<sup>218</sup> No Brasil, mais precisamente na Corte, a participação dos colégios num préstito exclusivo era também uma forma de unir gerações para comemorar o fim do passado escravo não tão vivido pelos colegiais, ainda jovens em 1888. Ao mesmo tempo, celebrava um novo momento da nação que precisaria desses jovens para construir o país sem escravos. A adesão dos colegiais ao préstito era também um sinal de que estavam dispostos a participar desse futuro. O mesmo podemos apontar em relação à participação dos filhos da Princesa Regente nesse préstito. Eles fariam parte desse projeto de futuro que se esboçava entre festas e desfiles.

Deste modo, a promoção de um préstito escolar tinha como finalidade estimular a adesão patriótica dos moradores da cidade a esse grande evento realizado pela imprensa, e também chamar atenção para o préstito do dia seguinte. Além disso, colocar sob a responsabilidade das crianças que desfilavam o futuro da nação, pelo menos nos relatos sobre o préstito, foi uma forma de ensinar sentimentos patrióticos que deveriam se reproduzir tendo a ordem, como a de um desfile, como princípio básico. Não deveria haver grandes surpresas e nem sublevações na reprodução do sentimento patriótico que já era ensinado tanto nas escolas como nos meios letrados e que agora era passado para quem assistia ao desfile. Assim, o cortejo dos colegiais pela cidade num caminho similar feito pela lei era uma forma de mostrar que a ordem que culminou na abolição deveria permanecer no futuro da nação, representada pelos estudantes. O préstito escolar agregou, naquele momento, jovens, alunos, príncipes e a população para uma lição de patriotismo que era entendido, pelos organizadores, como participação na festa. O último préstito da programação seria a síntese do futuro da nação e de quem a compunha.

---

<sup>217</sup> BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolistas y nacionalistas*. La construcción de La nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires, Argentina. Fondo de Cultura Económica. 2001, p. 80.

<sup>218</sup> *Idem*, p. 91.

O préstito da imprensa contou com a participação de vários elementos da sociedade imperial como desfecho de toda aquela programação. Desfilaram por entre várias ruas tendo como cenário diversos enfeites, bandeiras do Império e flores, era a síntese dos participantes do processo abolicionista e do seu resultado final, a abolição. A materialidade ficaria por conta das poesias que foram distribuídas de alguns carros da imprensa e das fotografias feitas de diversos pontos do cortejo. Assim, entre poesias, imagens e desfiles, a abolição foi contada para espectadores que compartilharam sentidos ou apenas assistiram ao cortejo, estabelecendo sentidos próprios.

Os responsáveis pelos jornais, clubes carnavalescos, algumas escolas e famílias percorreram ruas enfeitadas da Corte como forma de saudar a abolição e seus protagonistas, citados pela imprensa durante toda a semana e mencionados em versos nas poesias distribuídas durante os dias de festa. No total, segundo os jornais, estavam envolvidas no desfile cerca de cinco mil pessoas, que desfilaram durante 5 horas a pé, a cavalo ou de carro.<sup>219</sup> Dado o alto número de participantes, não é difícil imaginar que na metade do desfile as principais ruas da Corte já estivessem tomadas pelo préstito. A concentração do dia 20 também foi no Campo de Santana, na altura da Casa da Moeda,<sup>220</sup> próxima ao Senado, de onde saiu o desfile,<sup>221</sup> que seguiu pela Rua Visconde do Rio Branco. Esse préstito ainda passou pelo Largo da Constituição (Largo do Rocio), Rua do Teatro, Largo do São Francisco, Rua do Ouvidor, Primeiro de Março, Largo do Paço e depois disso passaria mais duas vezes pelo Largo do Rocio, duas pelo Largo de São Francisco, até se desfazer em frente à Câmara Municipal no Campo da Aclamação.

Esse roteiro foi montado pela comissão da imprensa a partir das adesões de moradores e comerciantes dessas ruas, que anunciaram ao longo da semana os preparativos e a vontade de ver o préstito passando por esses locais.<sup>222</sup> O sentido do cortejo envolvendo grande parte da Corte, seus moradores e comerciantes, somado aqueles que dele participariam, tinha a intenção de agregar diferentes elementos da sociedade imperial para compor um único argumento: a abolição foi uma aspiração nacional e era festejada por todos, conforme já vinha aparecendo nos textos. Além disso, os préstitos, de modo geral, formado por outros setores da sociedade, servem para

<sup>219</sup> *O Paiz*, 21-22 de maio de 1888. A *Revista Tipográfica* de 26 de maio de 1888 também informou esse número de participantes.

<sup>220</sup> *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888. O prédio da Casa da Moeda atualmente abriga o Arquivo Nacional.

<sup>221</sup> *Revista Tipográfica*, 26 de maio de 1888.

<sup>222</sup> Essa ordem foi publicada nos jornais *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias* na terça, 22 de maio de 1888.

uma teatralização da harmonia da sociedade que apareceu, ou se reforçou, após o fim da escravidão e na forma como a abolição foi feita.<sup>223</sup> Nesse sentido, o fim do cativo foi feito sem a necessidade de grandes batalhas de sangue, mas sim de discussões parlamentares que receberam o apoio da sociedade. Assim, essa mesma sociedade agora se faria presente nessa narrativa da harmonia através do préstito do domingo, com todos unidos celebrando uma ordem, um desfile visual da harmonia resultante da lei.

A ordem dos desfiles, principalmente o da imprensa que teve a participação de outros grupos, divulgada nos jornais tanto antes como depois da realização, foi uma forma de marcar na memória dos leitores e dos seus contemporâneos a ordem social existente em maio de 1888 e com as possíveis hierarquizações. A procissão cívica passando em grande número por diversas ruas da cidade tinha como função determinar um modelo de sociedade que deveria ser seguido, com marcas sobre quem eram os seus protagonistas, baseada no status social e no seu prestígio.<sup>224</sup>

Nesse modelo, ou nesse préstito, já somada a lista de participantes publicadas no *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e *Cidade do Rio*, houve aproximadamente 72 setores desfilando pelas ruas da Corte no domingo, dia 20 de maio.<sup>225</sup> Entre eles estavam: o corpo da Marinha e do Exército, clubes carnavalescos e esportivos, representantes do comércio, sociedades estrangeiras, grupos de empregados de alguns setores da economia da corte, alunos e professores de alguns colégios. Encerrando esse longo préstito, os representantes da imprensa, precursores de todo esse festejo: Ferreira de Araújo e Machado de Assis representaram a *Gazeta de Notícias*; Fernandes Mendes e família, o *Diário de Notícias*; Artur Azevedo, o jornal *Novidades* e demais carros com membros da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Commercio*.<sup>226</sup> (Anexo 2)

Todos os que desfilaram no domingo, dia 20 de maio, utilizaram ou carros enfeitados, ou a cavalaria, ou foram mesmo a pé. A fim de se fazerem notar por aqueles que assistiam ao préstito, alguns grupos utilizaram seus estandartes e inscrições variadas, que marcavam a qual grupo pertenciam. Bandas de música também se fizeram

<sup>223</sup> FRAGA FILHO, Walter. “O 13 de maio e as celebrações na Bahia, 1888-1893”. In: *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010, pp. 63-90. O autor utiliza esse argumento para tratar dos festejos realizados na Bahia pelo fim da escravidão e que também utilizaram cortejos que envolveram vários setores da sociedade, nas ruas da capital, como forma de demonstrar alegria e ordem pelo fim da escravidão.

<sup>224</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas ruas*, p. 59.

<sup>225</sup> Os três jornais publicaram a ordem do desfile quase da mesma forma. No entanto, na descrição desses jornais é possível ter um panorama maior do préstito e dos grupos que desfilaram. O anexo 1 traz detalhes desse préstito e desses grupos a partir da descrição dos três jornais.

<sup>226</sup> “Abolição – As festas de ante-hontem”, *Gazeta de Notícias*, 21-2 de maio de 1888. Ver no Anexo 1 a lista completa dos que desfilaram baseado no relato desses três jornais, os únicos a fazerem tal descrição.

presentes e dentre as canções tocadas por elas estava, quase que predominantemente, o Hino Nacional.<sup>227</sup>

O desfile foi feito por ruas enfeitadas em sua maioria pelos próprios moradores ou comerciantes dos locais, e em algumas delas contou com iluminação pública à luz elétrica. Um exemplo foi um trecho da Rua da Alfândega, entre a Primeiro de Março e a Ourives. Segundo a nota do *Cidade do Rio*, os dois quarteirões seriam iluminados com o uso de mais de 500 lâmpadas e 8000 luzes. Os moradores e comerciantes desse trecho da rua haviam gasto mais de 5 contos de réis com a ornamentação e seria a primeira vez que participariam dos festejos. Por conta disso, o préstito passaria pela região a fim de corresponder aos esforços dos comerciantes e moradores que compunham a comissão dos festejos da rua.<sup>228</sup> Logo, os moradores da Corte não pretendiam apenas participar dos festejos, queriam fazer parte dele e ter sua região de moradia e de trabalho prestigiada como cenário da celebração.

A presença da luz elétrica sem dúvida nenhuma foi uma novidade da época, e os festejos da abolição testemunharam esse novo tempo da tecnologia. No entanto, antes dela, a iluminação foi uma constante tanto nos festejos da Corte como em outras regiões. Um exemplo está em Minas Gerais, ainda na primeira metade do século, quando os festejos cívicos daquela região tinham na presença da luz, em suas diversas formas, um sinal da união de uma região em torno do motivo do festejo e também um sinal de diferenciação social, uma vez que as casas mais iluminadas seriam de membros da sociedade que pretendiam usar a ornamentação das luminárias para se destacar entre os festeiros.<sup>229</sup> A colocação de uma simples vela de cera ou lamparina de barro nas portas, até as sofisticadas lanternas de folha de flandres e vidro, transparências e painéis coloridos pintados com símbolos patrióticos, não era feita ao acaso e tinha a intenção de servir de fator de diferenciação social que deveria ser visto principalmente por quem naquela região passava.<sup>230</sup> No entanto, o mais significativo é pensar a respeito da iluminação feita para o ambiente noturno e que, de algum modo, segundo Carla Chamon, rompia com o cotidiano da cidade, quando a noite era para dormir e não para

<sup>227</sup> “Abolição – As festas de ante-hontem”, *Gazeta de Notícias*, 21-2 de maio de 1888.

<sup>228</sup> *Cidade do Rio*, 19 de maio de 1888.

<sup>229</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*, p. 51-2.

<sup>230</sup> BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. “Festas Cívicas na Corte regencial”, In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº 36, jul-dez. 2006, pp. 494-536. O autor estuda as festas feitas no período regencial na Corte. Como é possível perceber, esse uso da iluminação como distinção social ainda durou até o final do século e esteve presente nos festejos da independência, não apenas na corte como em outras províncias.

ocupar as ruas, uma vez que a falta de iluminação a tornava mais perigosa.<sup>231</sup> As luzes, que transformavam noite em dia e por isso exerciam um fascínio na população em meados do século, ampliavam a participação de senhoras e senhores nos festejos noturnos.<sup>232</sup>

Em 1888, nos festejos pela abolição, a presença da luz elétrica apareceu para abrilhantar ainda mais aquelas comemorações. Assim, novos significados, não apenas das luzes mas também da festa, surgem uma vez que ela é vivida com mais intensidade e vai além daquele momento promovido por seus organizadores. Por outro lado, é importante frisar que nos festejos da abolição a presença da luz elétrica era mais um fator de decoração e, obviamente, de iluminação e não aumentou o regozijo público e entusiasmado provocado pela abolição e seus festejos, segundo afirma Eduardo Silva.<sup>233</sup> O cenário para a passagem do préstito era fundamental porque ele também era sinal de um regozijo pela forma como foi encaminhada a abolição. Não por acaso, a *Revista Tipográfica*, ao descrever o préstito e seu público, viu neles uma demonstração de uma alegria que seria comum aos mais diferentes grupos: “toda a cidade trajava galas e ostentava um aspecto deslumbrante pelas ricas decorações das ruas, praças e prédios”.<sup>234</sup> A cidade, com suas ruas e prédios, também era sujeito daquele momento de festa e igualmente se enfeitava.

Diante de tantos enfeites e júbilo, uma multidão desfilou para um público que presenciou não apenas uma leitura daquela festa da abolição, mas também percebeu quais eram os seus sujeitos.

A visão desse espetáculo foi dada por jornalistas e fotógrafos. Ambos relataram uma visão do alto, superior, mas cada um a seu modo. A Rua do Ouvidor teve prioridade sobre esses relatos, uma vez que estavam nela as sedes das redações dos jornais, os promotores das festas. No entanto, a *Gazeta de Notícias* nos ofereceu também a visão de outro ponto da cidade: o do Campo da Aclamação (campo de Santana). Apesar de um olhar distanciado e frio da festa, (“de um ponto elevado, com vista para o campo era curiosíssimo observar a perspectiva indescritível que ele

<sup>231</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*, p. 52.

<sup>232</sup> KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da independência no Rio de Janeiro, 1840-864”. In: *Topói*, v. 8, n. 14, jan-jun. 2007, pp. 9-36.

<sup>233</sup> SILVA, Eduardo. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: PAMPLONA, Marco Antonio (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

<sup>234</sup> “Marcha cívica”, *Revista Tipográfica*, 26 de maio de 1888.

oferecia”),<sup>235</sup> a admiração e curiosidade do redator se fizeram notar. A sua curiosidade, apesar de ter participado do préstito nos carros que representavam tal jornal, não foi suficiente para esmiuçar aquilo que via e que viveu para os seus leitores. Apenas a sua admiração se fez presente ao perceber tamanha adesão de público e de participantes no desfile que haviam projetado, inicialmente, apenas tendo como participante a imprensa.

A comissão da imprensa, a mesma que projetara toda aquela semana de festejo que ora se encerrava, abriu o préstito para aqueles que aderiram ao seu chamado também desfilassem naquele cenário de festa.

Em seguida, veio o grupo que precedeu aos membros da Marinha: a banda de música do corpo da polícia de Niterói, General Deodoro da Fonseca, a banda de música do encouraçado Riachuelo.<sup>236</sup> O corpo naval contou com algumas subdivisões que foram assim descritas pelo *Diário de Notícias*: o Batalhão Naval, os Imperiais marinheiros, o Colégio Naval, operários do Arsenal da Marinha e escola da marinha.<sup>237</sup>

---

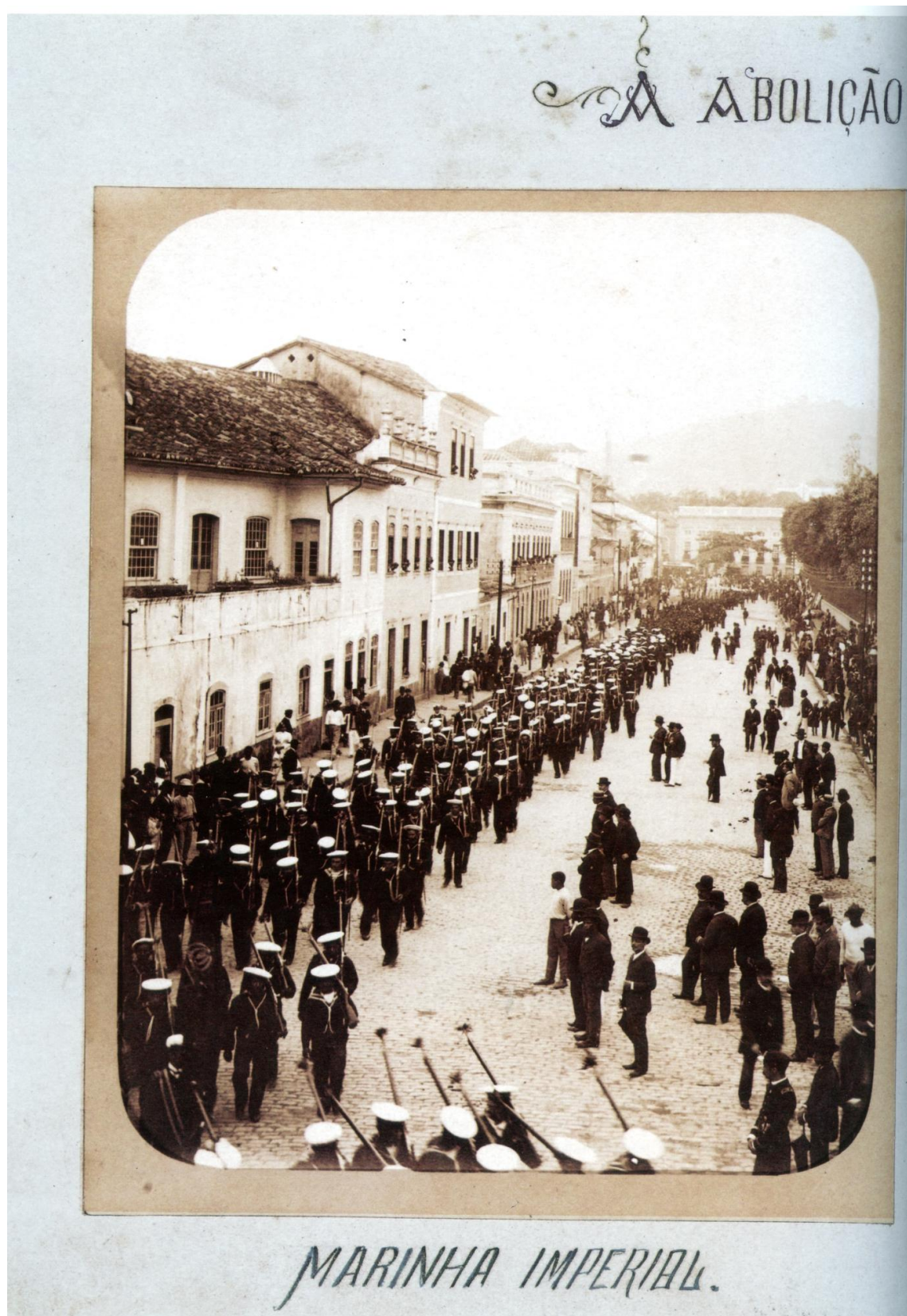
<sup>235</sup> “Abolição – As festas de ante-hontem”, *Gazeta de Notícias*, 21-22 de maio de 1888. A *Gazeta da Tarde* desse mesmo dia também destacou a movimentação do Campo da Aclamação e da Rua do Ouvidor.

<sup>236</sup> “As festas da igualdade”, *Cidade do Rio*, 23 de maio de 1888.

<sup>237</sup> “Grande préstito”, *Diário de Notícias*, 21-22 de maio de 1888.



**Figura 33** – Antonio Luiz Ferreira, *Marinha Imperial*, 18 x 13 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p.296)



De acordo com a ordem do préstito publicada pelos jornais, é possível afirmar que o fotógrafo Antonio Luiz Ferreira iniciou seus trabalhos logo no início do cortejo com o registro da Marinha Imperial, conforme pode ser visto na própria legenda colocada por ele.<sup>238</sup> Além disso, parece utilizar a mesma ideia do redator da *Gazeta de Notícias*, que também utilizou a visão do alto de algum prédio do Campo da Aclamação para observar e registrar o máximo de determinado ponto do desfile, diferente do feito no préstito escolar.

A presença da Marinha nos festejos da abolição, dividida em setores não deixou de ser a representação da forma hierarquizada dessa força militar no Império. A Marinha, até 1890, aproximadamente, foi marcada por uma forte hierarquia, sem mobilidade entre os cargos e com pouca formação educacional, apenas o básico para a execução dos serviços navais. Apenas em 1890 houve a iniciativa de regulamentar as regras, apesar de ainda rígidas, para a ascensão hierárquica e social dos marinheiros.<sup>239</sup>

A imagem mostra uma Marinha negra e, possivelmente, a parte mais baixa da hierarquia dessa força militar.<sup>240</sup> Desfile em blocos separados permitia que o público percebesse quem eram os destaques dessa força e sua hierarquia. Além disso, ligava a Marinha à causa abolicionista, apesar ainda da existência de tratamentos no seu interior similares aos do período da escravidão. Mesmo assim, em plena década de 80, os operários do Arsenal de Marinha, mestres e operários das oficinas de fundição, organizaram uma subscrição a favor da abolição do elemento servil. O dinheiro arrecadado semanalmente era entregue à Sociedade Emancipadora.<sup>241</sup> Em maio de 1888, o fim da escravidão pôde ser comemorado por esse grupo de marinheiros que ainda sofreriam por muito tempo as péssimas condições da vida militar.<sup>242</sup> Portanto, restava comemorar a liberdade dos escravos com um desfile da disciplina militar.

De modo claro, a organização do desfile atribuía a instituições como a Marinha um papel muito mais ativo na celebração do que aquele dedicado aos homens comuns,

<sup>238</sup> As fotos de Antonio Luiz Ferreira foram feitas de um mesmo ponto. Ao observá-las, é possível dizer que foram feitas da esquina da atual Rua 20 de Abril (antiga Travessa do Senado) com a Visconde do Rio Branco. Desse local, a visão que se tem atualmente é do prédio da Faculdade de Direito ao fundo, antigo Senado. A mesma visão aparece nas fotos. O que confirma essa hipótese é a direção do préstito, que está de acordo com as indicações dos jornais a respeito do local da concentração, a Casa da Moeda (atual Arquivo Nacional), prédio que ficava depois do Senado.

<sup>239</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008, p. 121-2.

<sup>240</sup> O embranquecimento da Marinha foi o plano de oficiais após a revolta de 1910. *Idem*, p. 125.

<sup>241</sup> Essa notícia saiu no jornal *O Abolicionista*, de 28 de setembro de 1881, *apud*, MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 19-20.

<sup>242</sup> A existência dos castigos corporais na Marinha afastava a população livre do serviço militar, que deveria ser feito por aqueles que representavam ônus social, vagabundos e réus de polícia. *Idem*, p. 88.

aos quais só restava o papel de espectadores. Esses dois recortes da foto da marinha imperial mostram a posição desses espectadores diante da passagem do préstito: um público disperso, homens caminhando, outros parados, uns atentos e outros conversando. Apesar de o alvo do fotógrafo ser o desfile, ele acabou focando o público que assistia à Marinha passar: negros, brancos, mulheres, homens de casaca, cartola, com chapéu de coco, sem chapéu, com roupas simples que lá estavam para assistir um grande desfile.

Na ordem divulgada pela imprensa, o carro do Clube dos Democráticos passou logo depois do grupo da Marinha Imperial.<sup>243</sup> O carro levado pelo clube ao desfile da abolição lembrava os conhecidos “carros de ideias” utilizados nos carnavais das grandes sociedades nos desfiles pela Rua do Ouvidor.<sup>244</sup> A presença desses carros no préstito da imprensa servia também para inserir uma narrativa ao desfile e deixar marcado para os foliões de maio os sentidos da comemoração.

O Clube dos Democráticos surgiu em 1872 a partir de uma iniciativa de um grupo dos empregados do comércio que pretendiam repetir no carnaval do Rio de Janeiro a elegância e distinção que caracterizavam os carnavais das principais capitais européias.<sup>245</sup> Juntamente com os Fenianos e os Tenentes do Diabo, os Democráticos se firmaram como principais atrações dos festejos carnavalescos das últimas décadas do século XIX.<sup>246</sup> Se essas grandes sociedades carnavalescas tinham como missão, nos festejos do período do carnaval, promover uma civilização dessa festa, no desfile da abolição a presença delas tinham também uma função de expor aos seus espectadores um desfile ordeiro e com sentidos muito específicos. A fórmula adotada para o desfile da abolição já vinha sendo usada com sucesso pelas sociedades carnavalescas ao longo da década de 80. Tal fórmula, que contava com o controle dos seus organizadores sobre aquilo que seria celebrado no carnaval, também tinha o apoio dos literatos e dos editores dos jornais.<sup>247</sup> Logo, usar esse mesmo esquema para celebrar a abolição não seria muito inovador, mas eficaz.

<sup>243</sup> “Grande préstito”, *Diário de Notícias*, 21-22 de maio de 1888.

<sup>244</sup> Segundo Mary Del Priore, o emprego de tabladros fixos, ou com rodas nas festas profanas e religiosas foi introduzido no Brasil no período colonial como tradição herdada de Portugal e das festas medievais. PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, pp. 50-1.

<sup>245</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das letras*, p. 117.

<sup>246</sup> *Idem*, pp. 116-7. Sobre o carnaval das grandes sociedades no Rio de Janeiro, ver CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>247</sup> *Idem*, p. 123.

A abolição já tinha sido tema das grandes sociedades durante o período do carnaval. O próprio Democráticos já vinha valorizando em seus desfiles a atuação dos abolicionistas. No carnaval de 1886, apresentou o carro “Glória aos abolicionistas”, no qual as atuações de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio foram valorizadas por “pretinhos” que cantavam em homenagem a esses homens.<sup>248</sup> Em maio de 1888, todo o préstito da imprensa parecia ser a representação desse ideal pregado durante os carnavais pelo Clube dos Democráticos.

A grande popularidade desse clube carnavalesco, assim como sua ligação com o corpo comercial, talvez ajude a explicar a existência de duas fotografias tiradas de seu carro – uma feita por Antonio Luiz Ferreira, que fotografou do mesmo local que as demais, e outra de Augusto Elias, feita num outro ponto do percurso.

---

<sup>248</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das letras*, p. 124.



*A Abolição no Brasil*



*CLUB DOS DEMOCRATICOS*

**Figura 34 – Antonio Luiz Ferreira, *Club dos Democráticos*, 18 x 13 cm, 1888**  
(LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 293)

A imagem feita por Ferreira confirma a presença de um público quase que apático com a passagem de um carro carnavalesco. O público permanece distante do carro apesar de não haver, aparentemente, nada que impedisse uma aproximação maior. Na verdade, essa postura era um pouco distinta da reação do público que havia pulado o carnaval nos meses anteriores e que viu o Clube apoiar a abolição no seu desfile. Na ocasião, de acordo com o relato do editor da *Revista Ilustrada*, não faltaram “bravos” e “palmas” para ovacionar o carro que fazia apologia à abolição.<sup>249</sup> Mesmo assim, ainda no carnaval, no concurso para a escolha do melhor carro, o público não favoreceu essa alegoria do clube.<sup>250</sup> Na festa da abolição, apesar da insistência do relato de uma euforia por parte dos festeiros, a imagem destaca mais uma apatia do público do que momento de vibração por aquele desfile. A apatia no desfile da abolição e a presença de um carro abolicionista no carnaval talvez seja por conta do público não se ver representado em tamanha alegoria. O abolicionismo pregado pelo clube carnavalesco não parecia corresponder aos princípios de quem o assistia.

O mesmo se pode constatar em outra imagem feita por Augusto Elias também da passagem do carro do Clube dos Democráticos em um local distinto daquele fotografado por Ferreira. Nele, há uma aglomeração maior de pessoas, apesar de não haver também maiores manifestações.

---

<sup>249</sup> *Revista Ilustrada*, 18 de fevereiro de 1888, *apud* NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da Abolição. Diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)*. PPGH; Dissertação de mestrado, Niterói, 2011. p. 162.

<sup>250</sup> PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das letras*, p. 135.





**Figura 35 – Augusto Elias, *Festejos no Rio de Janeiro por ocasião da abolição da escravidão*, 17 x 21 cm**  
(LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 309)

Na verdade não é possível afirmar por que houve uma maior concentração de pessoas nesse ponto do trajeto. A região próxima ao Largo de São Francisco talvez atraísse um público maior que também poderia contar com os quiosques como ponto de socialização e de apoio durante aquele préstito. De qualquer modo, essa foto feita por Elias dá conta de uma proximidade muito maior do público com aquele protagonista do desfile, apesar de ainda não haver interação ou atitudes mais empolgantes. Pareciam estar mais numa parada militar do que num desfile de carnaval. Além disso, nem todos estavam dispostos a ocupar as ruas e assistir àquela passagem de forma aglomerada. Ao contrário, as pessoas ocuparam as sacadas dos prédios dessa rua que, se comparadas aos tempos atuais, seriam uma espécie de camarote. Do alto, pretendiam ver para além do desfile e compreender aquela passagem em meio a um roteiro que se formava. No entanto, a ocupação dessas sacadas era para poucos, uma vez que o seu aluguel foi anunciado nas vésperas dos desfiles.<sup>251</sup>

Essa foto, em especial, também marca a participação dos moradores dessa rua, possivelmente a Sete de Setembro, entre o Largo do Rocio e o Largo de São Francisco, na formação do cenário do desfile. A rua está enfeitada por bandeiras e a do Império é de fácil identificação. Ao seu lado, uma de três cores, possivelmente a francesa. A posição das bandeiras marca a entrada do Império brasileiro na galeria de nações “civilizadas”. A colocação de tais bandeiras, assim como os enfeites das sacadas e dos quiosques, indicava um cuidadoso esforço de preparação de um cenário cosmopolita, com o qual se tentava comemorar a entrada do Brasil no grupo de países modernos que não utilizavam a mão de obra escrava. As bandeiras desses países precisavam enfeitar as ruas como forma de indicar para aqueles que passavam por elas a unidade da nação e o seu compartilhamento das ideias liberais com outras nações modernas.

Entre a passagem do Clube dos Democráticos e da Escola Politécnica, também fotografada por Antonio Luiz Ferreira, um grande número de sociedades passou sem ter recebido o registro dos fotógrafos da abolição. Além de algumas ligadas a grupos de empregados – tais como os da Alfândega, do comércio da Rua do Ouvidor, dos telégrafos, – passaram também sociedades abolicionistas, o Club Abolicionista Forense, a Confederação Abolicionista, Club Abolicionista

<sup>251</sup> Em 17 de maio, a *Gazeta de Notícias* publicou um anúncio de aluguel de sete janelas num sobrado na Rua Uruguaiana, esquina com a Sete de Setembro. O valor não foi divulgado.



Gutenberg, – alunos e professores de colégios da Corte que mais uma vez desfilavam pela abolição e sociedades estrangeiras, tais como as francesa, portuguesa, italiana e espanhola.

Ainda entre esses dois pontos do préstito, desfilaram também alguns representantes da imprensa. Na verdade, eles não apenas abriram o desfile como também se misturavam ao préstito, numa espécie de intervalo entre uma ala e outra. Foi o que aconteceu com a passagem dos representantes do *Jornal do Comércio*, que vieram depois de um batalhão do Exército e antes da passagem da colônia orfanológica.<sup>252</sup> Logo em seguida, veio o carro alegórico “a caridade não tem pátria”. Esse carro precedeu a passagem da “terceira comissão da imprensa”, citada assim na *Gazeta de Notícias*. Essa comissão tinha como guia, ou melhor, como ponta da ala, o abolicionista José do Patrocínio, que desfilava a cavalo juntamente com seu filho. Além dele, também estavam os representantes do *Diário Mercantil*, de São Paulo, do *Cidade do Rio* e da Confederação Abolicionista. Essa espécie de bloco, ainda na metade do desfile, aparecia como espécie de interrupção de um roteiro. Se antes deles passaram sociedades carnavalescas, abolicionistas, estrangeiras e escolar, em determinado momento do préstito o público que o assistia devia se lembrar dos responsáveis não só por aquele evento mas também do protagonismo vivido pela imprensa na promoção do fim da escravidão. Se mostravam, assim, caridosos por uma causa que parecia não ter pátria, ou seja, a liberdade era festejada por todos.

Após a ala da imprensa e dos abolicionistas, outro grande bloco de sociedades e grupos se seguiu. Entre eles estavam: alunos de outros colégios, clubes abolicionistas, clubes esportivos, como o Vila Isabel, o de Esgrima e o Jockey Club, e o corpo de polícia. Esse último desfilou levando a bandeira da República Argentina, de modo a lembrar a união dos dois países. Além disso, desfilariam também com o estandarte do 31<sup>a</sup> Batalhão dos Voluntários, nome dado ao corpo da polícia da Corte na campanha do Paraguai. Na nota do *Diário de Notícias* não há a quantidade de homens que viriam nesse corpo, apenas que o carro seria seguido por oficiais a cavalo.<sup>253</sup> O desfile da abolição também serviria para lembrar um passado de protagonismo de alguns homens numa das causas do

<sup>252</sup> *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*, 21-22 de maio de 1888. Essa colônia era uma fábrica de flores orfanológica, de acordo com a *Gazeta de Notícias*.

<sup>253</sup> “Corpo militar da polícia da corte”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

Império. Era o passado pedindo passagem numa celebração que celebrava o futuro.

Logo depois da outra ala da imprensa a cavalo, veio a participação da Escola Politécnica que, após desfilar a pé no préstito escolar, utilizava carros e um grande número de alunos e professores. De acordo com a *Gazeta de Notícias* e o *Cidade do Rio*, o grupo da Politécnica veio composto pela guarda de honra a cavalo, o corpo docente no carro, alunos divididos em quatorze carros e um carro com André Rebouças, professor da escola. Esse grupo também mereceu o registro de Antonio Luiz Ferreira.



**Figura 36** – Antonio Luiz Ferreira, *Escola Polythécnica*, 18 x 13 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 297)

O carro à frente, com uma alegoria de difícil identificação, seguido por outros carros, está de acordo com o que foi descrito pelos jornais no dia seguinte

ao préstito.<sup>254</sup> O momento da passagem da Politécnica pela Rua do Campo da Aclamação mostra um aumento de público assistindo ao desfile, se comparado com as outras imagens feitas por Ferreira desse mesmo ponto. No entanto, independente do público que estava presente no préstito, o que vale ressaltar é a forma como esse desfile foi contado. Os carros enfileirados sendo puxados por um que levava um símbolo caro à escola é uma forma de deixar claro o envolvimento dessa instituição com o motivo daquela celebração. A grandiosidade da escola e sua importância para o desenvolvimento das ciências da Corte deveriam ser mostradas para os espectadores do préstito.

Algumas alas depois da Politécnica, entre a corporação tipográfica e os carros de família (que as notas dos jornais não indicam quais foram), apareceu o carro do Derby Club. Esse clube já havia contribuído para os festejos da abolição ao promover uma corrida de cavalos com nomes e páreos especiais. Na comemoração da imprensa, o clube mais uma vez se fazia presente, merecendo também atenção especial do fotógrafo Antonio Luiz Ferreira.

---

<sup>254</sup> *Gazeta de Notícias e Diário de Notícias*, 21-22 de maio de 1888.



# A ABOLIÇÃO NO BRASIL



*Derby Club.*

**Figura 37- Antonio Luiz Ferreira, *Derby club*, 18 x 13 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 292)**

Assim como a Escola Politécnica, o carro do Derby Club também contava com uma alegoria e mulheres em cima do carro. Ao aproximarmos a imagem, é

possível ver que um dos símbolos levados pelo clube era uma espécie de flâmula com uma data. Devido ao ângulo da fotografia, é possível identificar apenas uma.



**Figura 38** – recorte da figura 37

A data de 1831 aparece em destaque e é possível ver também que nos outros cantos do carro estavam outras flâmulas, talvez seguindo a sequência de datas. O ano de 1831 correspondeu ao da assinatura da primeira lei contra o tráfico. Essa lei não foi suficiente para dar cabo ao tráfico atlântico, mas foi utilizada para a denúncia da escravização ilegal de milhares de africanos que entraram no Brasil após esse ano.<sup>255</sup> A lembrança dela num evento que

<sup>255</sup> Joaquim Nabuco utilizou tal lei para argumentar que grande parte dos escravos existentes no Brasil na década de 80 eram ilegais por já terem entrado no Brasil após o ano de 1831. Além dele, Rui Barbosa e Luiz Gama citaram a lei como argumento para a defesa da liberdade. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça.

comemorava a lei mais suprema de todos, a de 1888, é uma forma de ensinar o caminho percorrido na via parlamentar para o fim da escravidão. A ordem de um desfile lembrava a ordem das leis. Elas apareceram em destaque no carro do clube, cujos membros desfilaram ao som de bandas de música e com a guarda de honra a cavalo. O destaque dados às leis reforçava ainda mais a ação do Império em promover o fim da escravidão de forma pacífica e também a ação do parlamento como responsável principal pelo fim da escravidão. A lei aparece para ser festejada pelo público que a deveria receber como uma dádiva.

Nada muito diferente apareceu na passagem do carro fotografado por Ferreira, cujo título foi “Carro da Imprensa”. Por terem os editores dos jornais desfilado durante todo o préstito, em diferentes partes, não é possível saber se esse carro fechou o desfile. No entanto, na ordem do préstito, alguns carros com representantes da imprensa vieram logo em seguida ao carro do Derby Club. E quase que numa sequência de leis, esse carro também enfatizaria as datas caras àquele momento.



# A Abolição no Brasil.



## CARRO DA IMPRENSA

Figura 39 – Antonio Luiz Ferreira, *Carro da imprensa*, 18 x 13 cm, 1888 (LAGO, Pedro e Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*, p. 298)





**Figura 40** – recorte da figura 39

Numa espécie de globo, um grande painel reproduz o principal artigo da lei: a declaração do fim da escravidão. A lei é o destaque do carro e está envolvida a elementos bastante peculiares. Em cima, uma espécie de sol reforça a data da sua assinatura, 13 de maio de 1888; embaixo, a coroa junto com uma estrutura que lembra um brasão. Em volta, o que parecerem ser estandartes e bandeiras. A leitura desse carro e dos seus elementos é a síntese do desfile e também do fim da escravidão. A lei, apenas ela, foi capaz de iluminar e acabar com a escravidão, associada a um momento de trevas e escuridão pelos jornais durante todos aqueles dias de festa.<sup>256</sup> A coroa indica o responsável por aquela conquista: o Império, a

<sup>256</sup> Assim como as trevas, as chuvas que caíram na cidade atrapalhando um pouco as festas também eram associadas aos sentimentos escravistas ainda existentes entre algumas divindades. Essa foi a associação feita pelo editor da *Gazeta de Notícias*. No relato da chuva que caiu durante as festas, afirmava que era o embate entre a divindade chuvosa contra uma chamada de “patriotismo”, responsável pela permanência do povo mesmo sob chuva. “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888.

partir da ação da Princesa Regente. Essa mensagem, aparecendo no carro da imprensa, também dá sinais do apoio dado pelos representantes dos jornais àquele movimento legal que gerou a abolição. Jornalistas e literatos apareceram ao final do desfile como forma de encerrar não apenas a participação naquele último evento, mas também para fechar um ciclo de comemoração.

O registro da grandiosidade da festa também parece ter sido o objetivo dos fotógrafos, uma vez que do alto de onde tiraram as fotos foi possível ver além daquilo que estava presente nas legendas. A diversidade presente nas fotos não escapou do olhar do redator do *Cidade do Rio*. A “marcha triunfal da liberdade”, o préstito da imprensa, foi diversa:

Tudo participava do regozijo pátrio, - o soldado, a defesa do corpo, o padre, a defesa da alma, - o homem que segue para o passado e a criança que olha para o futuro (...) *toda a gente se fez representar* – o velho que esqueceu o passo e a criança que ainda não o conheceu – o *negro e o branco, e o pobre e o rico*. E essa promiscuidade imponente desfilou pela cidade em festa maravilhosa e grande como uma procissão olímpica de vitoriosos.<sup>257</sup> (grifos meus)

Mesmo com os relatos e as imagens querendo passar a ideia de um conjunto do qual “tudo participava” e, assim, esconder os rostos dos indivíduos em uma multidão indiferenciada – o povo –, os testemunhos fotográficos e escritos sobre a festa nos permitem enxergá-la a partir da multiplicidade de sujeitos presentes àquele momento.

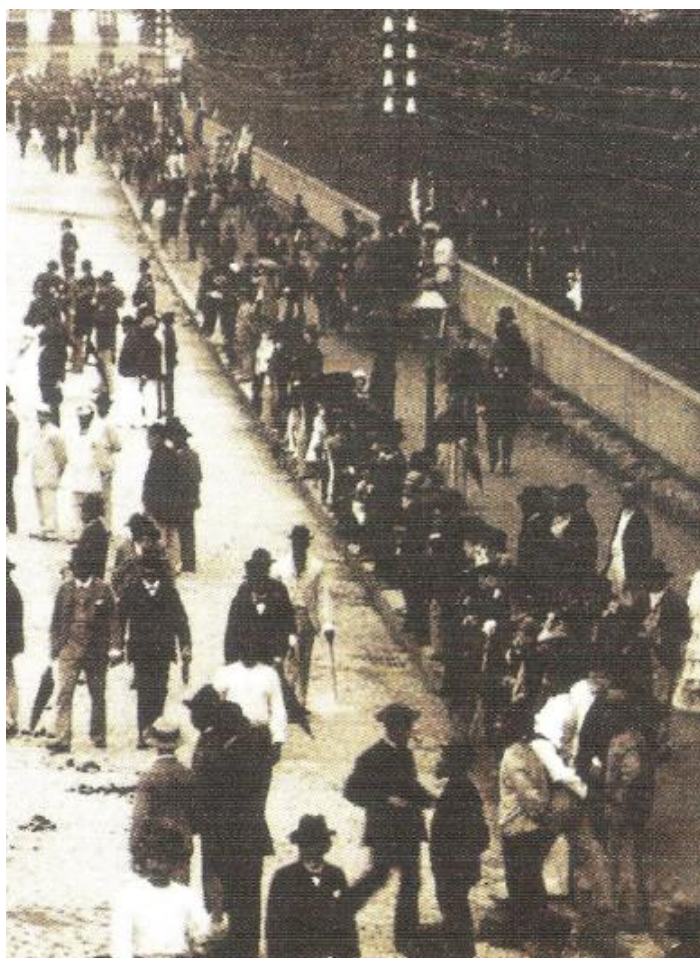
A presença de “toda a gente” dava o tom daquilo que era pensado como promiscuidade imponente. Não parecia haver diferenciação de origem e condição social nessa festa. O negro e o branco no relato pareciam estar lado a lado no ambiente da festa. O velho e a criança, apesar de opostos na idade, apareciam juntos na leitura do desfile e dos seus sentidos. O pobre e o rico, com suas diferentes riquezas, não pareciam tão opostos nas ruas ocupadas pelos préstitos. A ideia era de que todos eram iguais perante a festa. Não haveria, portanto, distinção social e de idade. O motivo do regozijo era comum a todas essas diferenças possíveis existentes na sociedade do Império.

Por mais que os relatos se limitassem a destacar poucos grupos letrados que teriam tomado parte na campanha abolicionista, a promoção de desfiles para a abolição pretendia agregar toda a cidade, através de carros enfeitados que desfilavam em ordem e com harmonia, sendo capazes de agregar elementos

<sup>257</sup> “As festas da igualdade”, *Cidade do Rio*, 23 de maio de 1888.

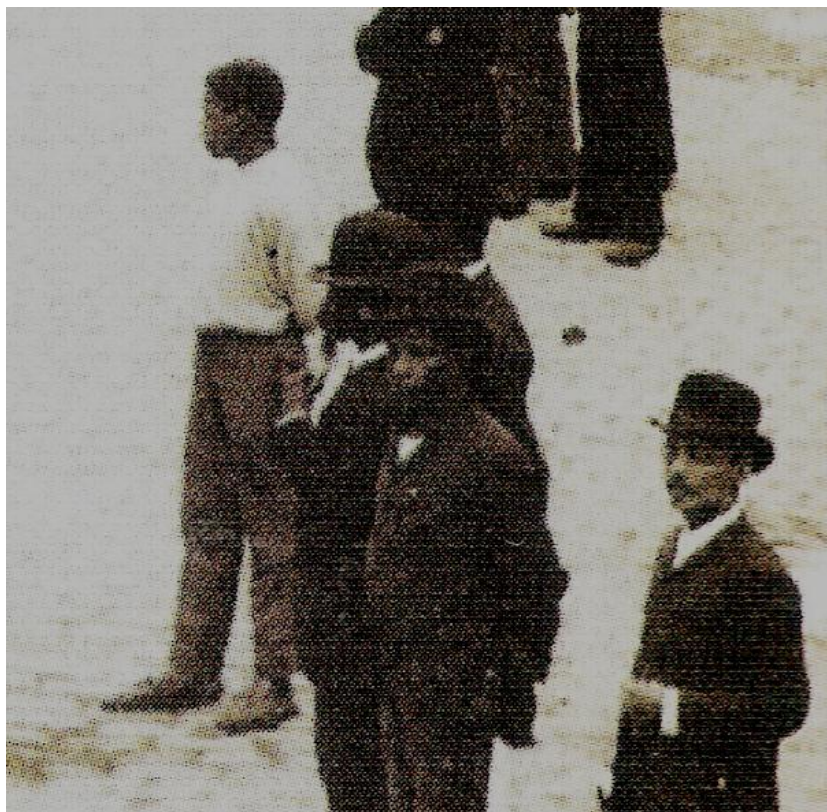
diferenciados. Esses elementos aparecem como sujeitos no préstito, apesar de uma participação quase que unânime: no apoio à causa e ao seu efeito, sem demonstrar contestação ao que estava sendo exposto. O destaque dado ao passado e ao futuro, representados pelo velho e pela criança, respectivamente, tinha como objetivo deixar marcado que o mais importante naquele momento era focar na criança, no futuro. O velho é aquele que esqueceu a sua trajetória, enquanto que a criança ainda vai aprendê-la. E certamente faria isso baseada nas lições adquiridas nesses dias de festas e de préstitos. A ordem cívica da procissão de vitoriosos – porque não há espaço para os perdedores – deveria ser perpetuada no futuro por essas crianças.

A narrativa do préstito feito pelos jornais, promotores daquele espetáculo, não considerou aquilo que estava ao redor das alegorias do desfile. As imagens dão conta dessa diversidade que, apesar de ter sido citada numa nota de jornal, não foi considerada na sua plenitude.

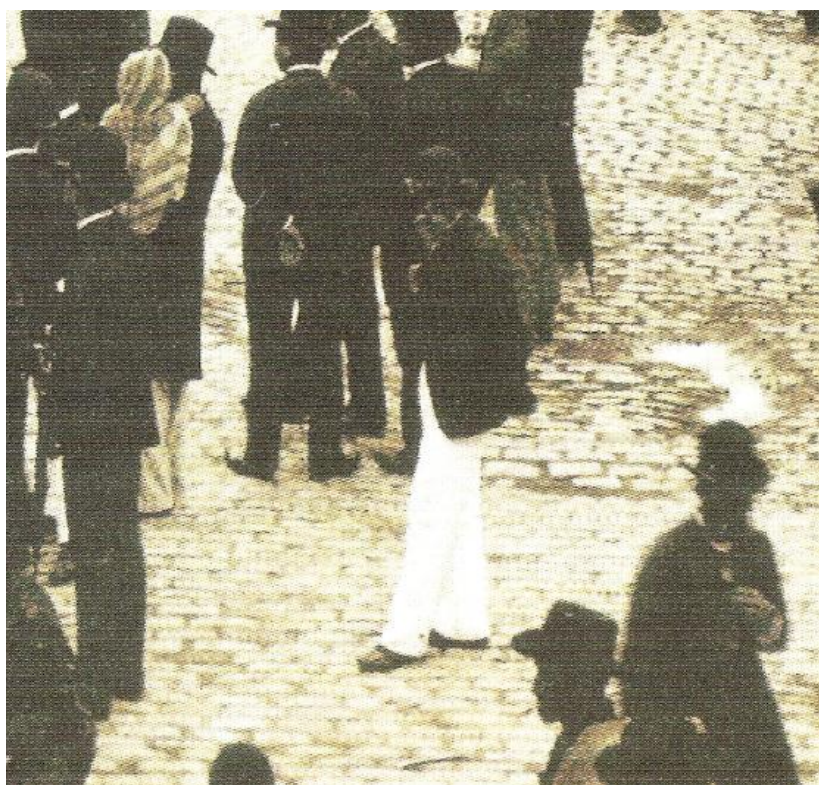


**Figura 41** - recorte da figura 36





**Figura 42-** recorte da figura 33



**Figura 43 -** recote da figura 34

Os senhores negros parados parecem não fazer parte daqueles festejos. Se por um lado eles mostravam com sua presença valorizar o ato celebrado, sua postura sugere que, naquele momento, estavam testemunhando passivamente um ritual de celebração que não era o deles. Reduzidos a simples público, eles ficavam de fora do desfile, cujos protagonistas estavam distantes de sua experiência.

Do ponto de vista dos jornalistas que retrataram o evento, no entanto, essa não parecia uma questão relevante. Ao ressaltar tanto a grandiosidade do espetáculo quanto seu caráter generalizante, capaz de representar o sentimento de toda uma nação, eles tratavam de marcar para os leitores dos jornais e também para os espectadores daquele festejo quem seriam os principais personagens e fatos dessa abolição de 13 de maio. O cuidado e a insistência do relato que os jornais fazem da ligação entre povo agradecido e a Princesa redentora era uma forma também de inserir na memória histórica os protagonistas daquela ação. A imprensa surge nesses relatos como sujeito principal do desencadeamento do processo abolicionista, uma vez que apoiou e chamou a população a ocupar as ruas durante as discussões parlamentares que deram fim à escravidão. Além dela, a Princesa e todos os membros do governo também eram os protagonistas, uma vez que não recuaram da responsabilidade de acatar uma vontade que seria de todos. Por fim, as demais associações abolicionistas e outros grupos sociais também eram responsáveis pelo fim da escravidão, uma vez que também apoiaram as ações parlamentares e, em maio de 1888, apoiavam a imprensa na promoção dos festejos. Os negros, pobres e ex-escravos são os espectadores, tanto da abolição quanto das festas. A narrativa que o préstito propunha é o da sociedade resultante da abolição, onde os protagonistas da lei e os seus receptores estão bem marcados.

## 6

**Liberdade em verso e prosa**

Enquanto as comemorações ainda eram organizadas pelos editores dos jornais, houve um pedido deles para que os literatos da Corte escrevessem poesias especialmente para a ocasião. Os papéis com os escritos poéticos seriam distribuídos tanto na matinê literária, que ocorreria num teatro da cidade, quanto pelas ruas da Corte durante os préstitos. Esses papéis, atualmente, fazem parte do acervo do Arquivo Público Mineiro, e sua análise nos permite identificar os sentidos para a abolição que foram distribuídos pelos literatos através dos seus versos poéticos.<sup>258</sup>

As poesias fizeram parte dos discursos dos homens letrados que pretendiam comemorar aquele momento além dos bailes e préstitos. Seus escritos cristalizaram uma gama de sentidos para a abolição que já vinha aparecendo em meio a textos publicados nos jornais durante aquele período de festas. As poesias nos papéis coloridos ilustraram e reforçaram tais sentidos.

A espécie de matinê literária que ocorreria em prol da abolição não era novidade para a população da Corte. Os teatros que aderiram ao projeto abolicionista da década de 80 acabaram se tornando uma das forças do movimento por serem, dentre outras coisas, um dos pontos de encontro dos moradores da Corte com os literatos abolicionistas.<sup>259</sup> Além disso, era nos teatros que ocorriam

<sup>258</sup> Um envelope com vinte e nove poesias foi doado ao diretor do Arquivo Público Mineiro, José Pedro Xavier da Veiga, em 1896, por Joaquim Fróis Vieira Pisco. No envelope estava escrito: “Coleção completa das poesias distribuídas durante o trajeto da memorável procissão cívica, em homenagem a Lei de 13 de maio, realizada no Rio de Janeiro no dia 20 de maio de 1888. A coleção completa é raríssima”. De acordo com Eduardo Silva, elas possivelmente foram recolhidas por um cidadão mineiro anônimo e mais tarde doadas a essa instituição. Não é possível saber o volume de poesias que foram distribuídas nesses festejos e nem se sabe se esses folhetos representam a coleção completa que o autor da nota no envelope se refere. MIRANDA, José Américo. “Poesia, História e circunstância”. In: *Maio de 1888. Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999, p. 15; SILVA, Eduardo. “Sobre versos, bandeiras e flores”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Panfletos abolicionistas*. O 13 de maio em versos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007, p. 18.

<sup>259</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 129. Segundo esse autor, os teatros da Corte abriram seus espaços para a encenação de peças que tratavam da escravidão, entre elas uma de José Alencar, “A mãe”, de Nabuco de Araújo, “O escravo”, e de Arthur Azevedo, “O liberato”.



espetáculos com sessões de poesias que, muitas das vezes, serviam para a arrecadação de fundos para a compra de alforrias.<sup>260</sup>

A distribuição de poesias em papéis coloridos também não era novidade em maio de 1888. Alguns eventos festivos que aconteciam na Corte tinham nas poesias um dos seus ingredientes. Durante os festejos pela independência, poesias eram dadas previamente ao público dos teatros, que mais tarde ouvia os versos da boca dos seus autores.<sup>261</sup> Nos préstitos carnavalescos era comum a distribuição de papéis com versos abolicionistas dos literatos participantes do carnaval das sociedades. Um exemplo desses literatos foi Valentim Magalhães que, em maio de 1888, tomou a frente da comemoração poética da abolição.<sup>262</sup>

Antes da organização de uma sessão literária para compor os festejos, a libertação dos escravos provocou a publicação de uma verdadeira avalanche de poesias nos jornais da cidade. Autores de diferentes regiões, tipos e origens tiveram suas obras poéticas publicadas nas folhas da Corte, que ofereceram aos leitores um arcabouço simbólico e interpretativo para a abolição. Desde o anúncio da aprovação do projeto até os dias seguintes ao final dos festejos, os jornais não passaram um dia sem reproduzir poesias que tratavam do futuro sem escravidão ou dos heróis daquele momento. A fim de arrumar e sintetizar esse arcabouço poético, o evento especial produzido e organizado por Valentim Magalhães marcaria os sentidos, em forma de poesia, da abolição.

Esse literato já vinha atuando nas esferas abolicionistas por meio da sua participação nas festas promovidas pela Confederação Abolicionista e pelas sociedades carnavalescas a fim de libertarem os escravos.<sup>263</sup> Valentim Magalhães, citado por Maria Tereza Chaves de Mello como “o grande animador intelectual da época”, viveu as turbulências e os desafios de um grupo de letrados que

<sup>260</sup> MARZANO, Andrea. *Cidade em cena*. O ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892). Rio de Janeiro: Folha Seca: FAPERJ, 2008, p. 75-6. Um dos casos citados pela autora foi o Teatro Politheama que, em 1881, fez uma sessão de poesias para arrecadar fundos para libertar uma escrava.

<sup>261</sup> KRAAY, Hendrik. “‘Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade’: comemorações da independência no Rio de Janeiro, 1840-864”. In: *Topói*, v. 8, n. 14, jan-jun. 2007, pp. 9-36. Nos festejos regenciais pela independência, também havia espetáculos teatrais com recitação e distribuição de poesias. BASILE, *op. cit.*.

<sup>262</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das letras*. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 125. Nesse livro, o autor tratou da participação dos literatos da Corte como cronistas e participantes da vida social da cidade, principalmente dos festejos carnavalescos. Esses mesmos literatos terão na abolição um segundo grande momento de festejos no ano de 1888.

<sup>263</sup> MARZANO, Andrea. *Cidade em cena op. cit.*, pp. 74-6.

pretendiam viver da pena mas tinham em outras profissões o seu sustento.<sup>264</sup> Seus escritos foram publicados nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo nas duas últimas décadas do século XIX, período em que se envolveu, segundo Brito Broca, com toda sorte de iniciativa de cunho literário.<sup>265</sup> Em maio de 1888, diante da abolição, motivo pelo qual muitos literatos conviveram com Valentim Magalhães, um comemoração letrada se fazia necessária. Tal evento tomou conta do teatro Recreio Dramático.<sup>266</sup>

O evento seria aberto àqueles que estivessem interessados em ver os literatos da Corte tratar da abolição nas suas diferentes formas. Anúncios foram feitos nos jornais na véspera do evento, realizado no dia 18, chamando o público e o informando sobre a distribuição gratuita dos ingressos na portaria de alguns teatros da cidade. Temendo o interesse de uma grande multidão, praças da polícia estariam a postos a fim de evitar qualquer confusão.<sup>267</sup> No entanto, não foi registrado nada além de aglomeração na porta do teatro e seu interior lotado no dia do evento. Quem não pôde participar dessa matinê assistiu a alguns literatos recitarem seus versos das sacadas das redações na Rua do Ouvidor. Além disso, os papéis coloridos seriam distribuídos tanto pela Ouvidor quanto pelos préstitos entre os dias 17 e 20 de maio.<sup>268</sup>

Na matinê do dia 18 estariam presentes, segundo o *Diário de Notícias*, Joaquim Nabuco, Luiz Delfino, Afonso Celso Júnior, Aluísio Azevedo, Pereira Franco, Figueiredo Coimbra e Lopes Cardoso. Além das poesias recitadas haveria também discursos de Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Afonso Celso Júnior e Valentim Magalhães.<sup>269</sup> Nos dias dos festejos, os papéis com poesias escritas por Machado de Assis e Arthur Azevedo, dentre outros, foram distribuídos pelas ruas da Corte. As poesias foram cuidadosamente impressas em papéis coloridos de 25

<sup>264</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Edur, 2001, p. 175. Valentim Magalhães era advogado e colaborava para a *Gazeta de Notícias*.

<sup>265</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. p. 109

<sup>266</sup> O Recreio Dramático já tinha aberto seu espaço para um festival em homenagem ao Ceará, enquanto os abolicionistas dessa província avançavam na campanha pelo boicote ao tráfico interprovincial. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*, p. 134.

<sup>267</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>268</sup> Houve distribuição de poesias em homenagem à abolição em outras partes do país. O caso das poesias distribuídas e publicadas nos jornais da província de Minas Gerais foi estudado por José Américo Miranda no texto “Ecos da província”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Panfletos abolicionistas*.

<sup>269</sup> *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1888.

cm de altura e 16,5 cm de largura, de modo a chamar a atenção do público e servir como uma espécie de souvenir da festa – algo a ser guardado para a posteridade.

As poesias, canais de comunicação entre os literatos e o público, tinham como função criar uma narrativa dos acontecimentos que precederam a assinatura da lei e fixar para seus ouvintes e leitores imagens e sentidos para a abolição e aquela festa. Durante a festa, elas ensinam, narram e se transformam, juntamente com seus papéis, na materialização dos sentidos da festa e da abolição. As temáticas variadas escolhidas por seus autores para explicar o processo abolicionista e seus responsáveis definiram também o que deveria ser esquecido e lembrado daquele dia em diante.

Os espetáculos teatrais presentes na programação da imprensa ficaram sob a responsabilidade dos donos dos teatros que, apesar de não terem uma peça escrita especialmente para a ocasião, até porque não houve tempo hábil para isso, abriram suas casas para a exibição gratuita de espetáculos que já estavam em cartaz. Foi o que aconteceu com os teatros Lucinda, Santana e Recreio Dramático, que distribuíram bilhetes para a noite do dia 18 de maio.

Na verdade, os teatros não esperaram a assinatura da lei para a promoção de peças especiais. Um exemplo foi a seção especial do Teatro Santana, que em homenagem à última discussão da lei na Câmara, no dia 10 de maio, exibiu a peça “A cabana do Pai Thomaz”<sup>270</sup> e contou com a presença de literatos e abolicionistas, entre eles Coelho Neto, José do Patrocínio e Luiz Murat,<sup>271</sup> além da presença de João Alfredo, presidente do conselho de ministros.

Mas foi com a proximidade da assinatura da lei que esses espetáculos passaram a ser mais constantes, com forte adesão dos proprietários dessas casas. E eles se fizeram presentes na programação oficial divulgada pela comissão da imprensa. Nos dias 19 e 20 de maio, os espetáculos do teatro Recreio Dramático teriam o valor da entrada reduzido pela metade. Tal atitude apareceu como forma de comemoração extra, não fazendo parte e nem sendo subsidiada pela comissão

<sup>270</sup> Antes mesmo da assinatura da lei, a encenação da peça e sua boa recepção eram vistas como sinais de adesão ao projeto abolicionista. *Gazeta da Tarde*, 4 de maio de 1888.

<sup>271</sup> *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1888; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1888. O Teatro São Pedro de Alcântara também teria espetáculo especial para o domingo, 13 de maio, em homenagem à Confederação Abolicionista. A *Gazeta da Tarde* destaca o nome da companhia que faria o espetáculo, Guilherme da Silveira, e afirma que o teatro seria o “ponto de reunião de todos os abolicionistas”. *Gazeta da Tarde*, 9 de maio de 1888.

da imprensa, apenas como participação especial desses estabelecimentos nos festejos.

A matinê da abolição não fugiria às regras das realizadas anteriormente, quando o fim da escravidão era apenas uma causa de luta desses letrados. O diferencial, dessa vez, seria que agora não haveria arrecadação de fundos para comprar alforrias e as entradas seriam liberadas para que todos pudessem participar e comemorar poeticamente a liberdade recém-conquistada.

No dia anterior ao da matinê, os jornais divulgaram as principais atrações: poesias dos irmãos Valentim e Henrique Magalhães,<sup>272</sup> de Rodrigo Otávio e Olavo Bilac.<sup>273</sup> No dia do evento, numa seção especial para anúncios de teatro do jornal *Diário de Notícias*, há uma chamada com a divulgação das leituras das poesias de Lúcio de Mendonça, Aluísio Azevedo e Raimundo Corrêa, além da presença de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Afonso Celso Júnior, chamados de “gloriosos abolicionistas”.<sup>274</sup> As poesias lidas durante a matinê foram, dentre outras: “A redentora”, de Valentim Magalhães, “Treze de maio”, de Henrique Magalhães, “Ao povo”, de Rodrigo Otávio, e uma poesia de Luiz Delfino, lida por Henrique Magalhães,<sup>275</sup> além dos discursos de Joaquim Nabuco, Valentim Magalhães, Afonso Celso Junior, Coelho Neto e outros.<sup>276</sup>

Ao relatar o sucesso do evento, as notícias reproduziram a euforia tanto dos participantes da matinê quanto da multidão que “aglomerava-se”, “acotovelava-se” na porta do teatro Recreio Dramático.<sup>277</sup> No seu interior, os camarotes foram ocupados por senhoras, e todas as classes sociais estavam ali representadas. O discurso feito pelo organizador não foi reproduzido na íntegra pelo jornal, que preferiu fazer uma síntese de todo o evento. Segundo o redator do *Diário de Notícias*, Valentim Magalhães afirmou que a escravidão também foi prejudicial para as letras e por isso os letrados também tinham motivos para o regozijo pelo advento da liberdade. Por isso, era justo que dessem pública

<sup>272</sup> Valentim e Henrique Magalhães eram irmãos e possuíam trajetórias distintas. Enquanto Valentim conviveu com literatos que fundaram a Academia Brasileira de Letras, Henrique Magalhães tem uma biografia menos conhecida e de menor ressonância.

<sup>273</sup> *O Paiz*, 17 de maio de 1888.

<sup>274</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>275</sup> Apenas essa poesia de Luiz Delfino não consta na coleção de folhetos do Arquivo Público Mineiro. *Diário de Notícias* 19 de maio de 1888.

<sup>276</sup> *Diário de Notícias*, 17 e 18 de maio de 1888. Dessas divulgadas pelo jornal na programação do evento consta na coleção a poesia de Lúcio de Mendonça, a de Valentim Magalhães e Henrique Magalhães.

<sup>277</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

manifestação de alegria. O orador também lembrou que era necessário destacar outros que trabalharam pela abolição, como Castro Alves, Fagundes Varela, Luiz Delfino, Gonçalves Dias, Luiz Guimarães, Ezequiel Freire, Narcisa Amadia, Silvestre de Lima, Lucio de Mendonça, Alencar, Macedo e Bernardo Guimarães. Segundo o autor da nota, ao falar cada um desses nomes, Magalhães foi interrompido com salvas de palmas.<sup>278</sup>

Esse momento de comemoração é também de retomada e de rememoração de todo um passado literário do país e sua ligação com as críticas à escravidão. Muitos dos que foram lembrados pelo orador e ovacionados pelo público não tiveram em suas obras claras referências favoráveis à abolição. No entanto, o momento de festa, cuja participação é sinal de patriotismo, requisitava a presença daqueles que compunham a tradição literária do país que deveria ser oposta à escravidão. No entanto, desses literatos citados, apenas a poesia de Castro Alves, “Navio Negreiro”, foi lida ao final do espetáculo.

Além do momento vivido no teatro, os literatos teriam nas ruas o seu momento para serem ovacionados pelo público que as ocupavam. As poesias de Arthur Azevedo, Pedro Malasarte, Adelina Lopes, Oscar Pederneiras e Guilherme Briggs<sup>279</sup> foram distribuídas, no dia 17, das redações dos jornais na Rua do Ouvidor e, na noite seguinte, foram distribuídos os versos de Machado de Assis, Rodrigo Otávio, Valentim Magalhães e Soares Sousa Júnior.<sup>280</sup> Apesar de o jornal não informar o título dessas poesias, é possível fazer um cruzamento entre as informações dos jornais e os folhetos. Na coleção, há duas poesias de Arthur Azevedo: “À Princesa” e “Ao imperador”; uma de Pedro Malasarte, “Fanfreluches”, que fazia parte de uma seção de poesias do jornal *Gazeta de Notícias* assinada por ele;<sup>281</sup> duas de Adelina Lopes,<sup>282</sup> “O mar” e “Ao sol”<sup>283</sup> e

<sup>278</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

<sup>279</sup> Apenas a poesia de Guilherme Briggs não consta na coleção do arquivo público.

<sup>280</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>281</sup> Essa mesma poesia foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias* no dia 15 de maio de 1888. Esse era o título único dessa seção.

<sup>282</sup> Adelina Almeida, irmã da escritora Júlia Lopes de Almeida, foi contista, teatróloga e professora da segunda cadeira de meninas na freguesia do Espírito Santo e publicou livros de poesias e poemas. BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 1970, 1º vol.

<sup>283</sup> Essa poesia consta em nota do *Diário de Notícias* como tendo sido distribuída durante o cortejo da imprensa. As poesias de Adelina Lopes foram distribuídas também durante um festival abolicionista promovido pelas escolas públicas da Corte em junho de 1888. O material produzido na ocasião foi publicado num livro, assim como as poesias distribuídas. *A festa das crianças*. Comemoração da lei de 13 de maio que aboliu a escravidão no Brasil. Imprensa Nacional, 1888.

duas de Oscar Pederneiras, “À pátria livre” e “13 de maio”. Há ainda uma poesia de Machado de Assis, igualmente intitulada “13 de maio” e duas de Soares Sousa Júnior,<sup>284</sup> “Ao glorioso 13 de maio” e “Ontem, hoje e amanhã”.<sup>285</sup> Diante disso, é possível crer que foram essas as poesias distribuídas pelas ruas, como citado na nota do jornal. No entanto, há ainda nessa coleção outras poesias. Uma delas, chamada “Depois da noite”, de Osório Duque-Estrada,<sup>286</sup> foi citada por outro periódico. Segundo a *Revista Tipográfica*, durante o cortejo do domingo, os funcionários da tipografia do jornal *O Paiz* pararam em frente à sede dessa revista, sendo freneticamente saudada por eles. Nesse momento, uma menina chamada Luiza Couto teria lido essa poesia. Nessa nota não há o nome do autor e nem o título da poesia, mas ela se encontra impressa em papel amarelo na referida coleção, com uma inscrição que dizia ter sido “recitada pela menina Luiza Couto”.<sup>287</sup>

Durante o préstito da imprensa, os 3 carros do *Diário de Notícias* distribuíram as poesias “A escrava”, “Ao sol”,<sup>288</sup> “Ave Libertas” e “Treze de maio”,<sup>289</sup> que constam na coleção. Apenas as “Até que enfim”, “José do Patrocínio”, igualmente distribuídas pelos carros do jornal, não pertencem à coleção. As outras 14 poesias que constam no acervo do Arquivo Público Mineiro não receberam referências semelhantes em nenhum outro periódico. Elas foram escritas por autores como Mario Pederneiras, irmão de Oscar Pederneiras;<sup>290</sup> Baronesa de Mamanguape (Carmem Freire), que morreu jovem e possui um livro póstumo de versos; B Lopes;<sup>291</sup> Gastão Briggs, que atuou no funcionalismo e

<sup>284</sup> Apesar do grande destaque que recebeu em vida, foi esquecido pela literatura.

<sup>285</sup> VENANCIO, Renato Pinto. *Panfletos abolicionistas*.

<sup>286</sup> Joaquim Osório Duque-Estrada foi autor da letra do Hino Nacional Brasileiro e entrou para a ABL em 1916. Em 1918, lançou o livro *Abolição, um esboço histórico*, onde reuniu argumentos e fontes para a escrita da história da abolição. MORAES, Renata Figueiredo. *Os maícos de 1888: história e memória na escrita da história da Abolição*. O caso de Osório Duque-Estrada. Niterói, Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2007.

<sup>287</sup> *Revista Typographica*, 26 de maio de 1888. A revista transcreveu a poesia e por isso é possível afirmar ser dele.

<sup>288</sup> *Diário de Notícias*, 22 e 23 de maio de 1888.

<sup>289</sup> Há quatro poesias com esse título na coleção.

<sup>290</sup> Oscar e Mário Pederneiras foram poetas com grande destaque no período e para a posteridade deixaram poesias, peças de teatros e outras produções literárias. Mário Pederneiras foi representante do simbolismo no Rio de Janeiro e exerceu influência sobre o grupo de poetas pós-simbolistas dentro do movimento modernista. CARDEAUX, Otto M<sup>a</sup>. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, 4<sup>o</sup> ed. s/d.

<sup>291</sup> Um dos pioneiros do simbolismo no Brasil, B Lopes teve uma vida tumultuada que prejudicou sua produção poética. Segundo Cardeaux, Bernardino Lopes foi um parnasiano de “múltiplos recursos poéticos”. Os modernistas inspirados no simbolismo procuraram reabilitá-lo, como Andrade Murici, que organizou suas obras. CARDEAUX, *op. cit.*.



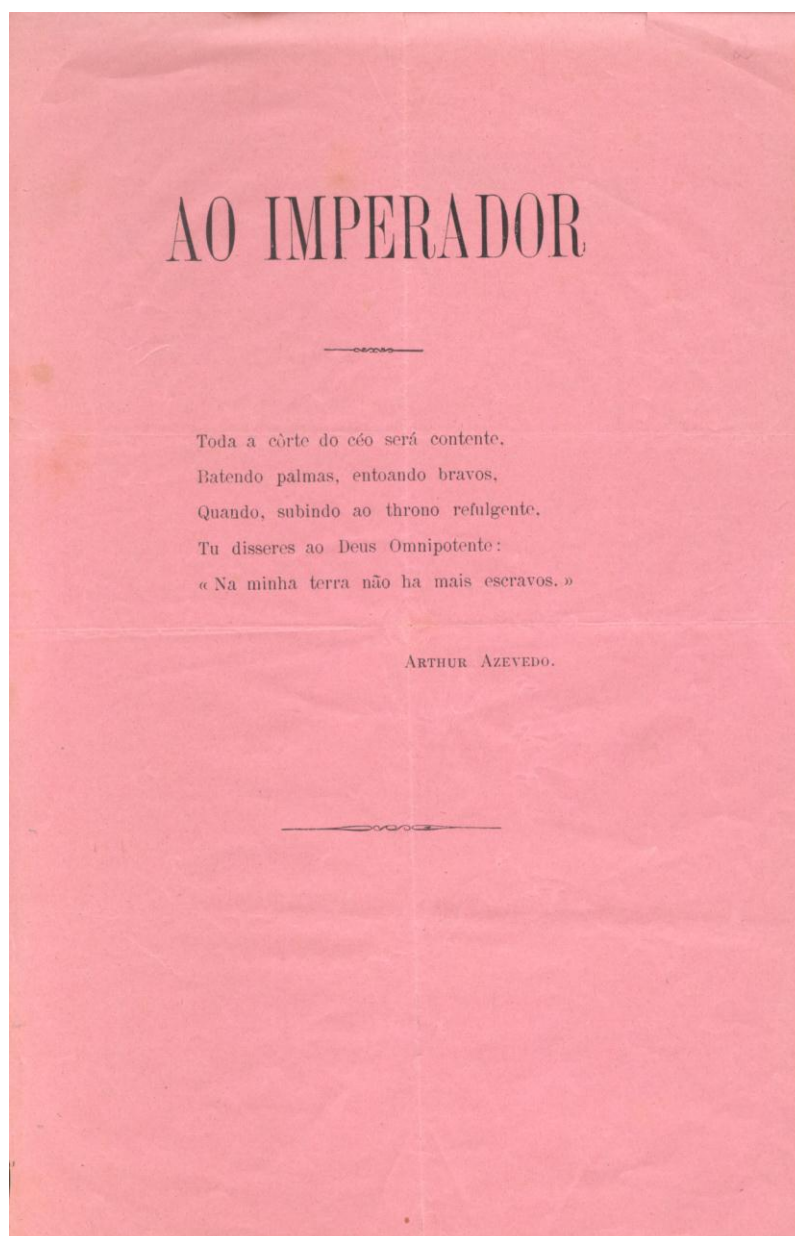
publicou um livro sobre a prosódia francesa; A Cardoso de Meneses, poeta, músico, teatrólogo e jornalista com atuação no jornal *Gazeta de Notícias*. Além desses, há os seguintes poetas com biografia desconhecida: B de M (nem ao menos o nome verdadeiro é conhecido), Guil Mar (Guilherme Martins), A Peres Junior, Oliveira e Silva, Virgílio Gentil, Bernardino Queirós e Pedro Malasarte, pseudônimo de um poeta desconhecido.

As poesias aparecem nesse contexto festivo como fruto da relação desses poetas com a sociedade escravista, com a campanha abolicionista e com o resultado da abolição do 13 de maio. Alguns literatos que escreveram poesias, mais tarde ou durante aqueles dias de festa, produziram crônicas alimentando a memória da abolição e marcando o sentido liberal que aquele ato político representava. Poesias e crônicas fizeram parte do mesmo processo de construção de uma memória unívoca da festa, empreendida pelos homens das letras desde a organização dos festejos até a reprodução desses sentidos em forma escrita.<sup>292</sup>

As crônicas publicadas nos grandes jornais na semana da assinatura da Lei privilegiaram a festa como assunto principal. Seus autores trataram de representar na escrita aquilo que viveram no cotidiano das comemorações. Já as poesias possuem uma dinâmica diferente. Menos ligadas ao vivido, à referencialidade, elas aparecem como um meio de expressar o que seria a essência da comemoração. Quem ouviu seus autores recitando das sacadas das redações ou compareceu à matinê literária pôde perceber que esses poetas pretendiam usar seus versos como meio de definir um sentido para a abolição, cujo significado geral se propunham representar.

---

<sup>292</sup> Os registros históricos da abolição também se alimentaram da memória da festa, principalmente os feitos por quem participou dela, como foi o caso de Osório Duque-Estrada. MORAES, Renata Figueiredo. “A abolição da escravidão: história, memória e usos do passado na construção de símbolos e heróis no maio de 1888”. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina C.; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.) *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



**Figura 44 - Artur Azevedo, *Ao Imperador*, 1888**

O autor dessa poesia, Arthur Azevedo, era um dos membros da comissão da imprensa para os festejos, como tesoureiro e, da mesma forma que muitos letrados, também em 1888 não conseguia viver apenas da pena.<sup>293</sup> Desde o início

<sup>293</sup> Durante toda a vida, Arthur Azevedo conciliou jornalismo, literatura, teatro e funcionalismo público. Azevedo chegou do Maranhão em 1875 e, um mês antes de sua morte, foi promovido para o cargo de Machado de Assis, recém falecido, no departamento de Agricultura. A respeito da trajetória de vida desse literato ver: SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio que passa* por Arthur Azevedo: cotidiano e vida urbana na Capital Federal da alvorecida do século XX. Tese de doutorado; PPGA/MN/UFRJ, 2011; especialmente o capítulo “O literato Arthur Azevedo e sua posição no universo das letras”. Na ocasião da abolição, fez uma poesia a Rodrigo Silva, responsável pela apresentação do projeto da abolição na Câmara e chefe seu e de Machado de Assis no Departamento de Agricultura. Essa poesia será discutida na segunda parte desta tese. *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

da campanha abolicionista nos teatros, Arthur Azevedo participou de festividades que tinham como intuito recolher fundos para a compra de alforrias.<sup>294</sup> Diante de tamanho engajamento, nada mais natural do que começar a ler suas poesias escritas ao fim de todo esse longo processo. A sua interpretação acerca dos agentes daquela abolição que se comemorava de forma exaustiva apareceu em duas poesias. Em ambas, se arrisca a tratar dos papéis exercidos pelo Imperador e pela Princesa para o fim da escravidão.

Nessa curta poesia “Ao Imperador”, a Corte do céu foi ligada à Corte do Brasil. Dado o frágil estado de saúde de D. Pedro II, o poeta aproveitou para sugerir um diálogo deste com Deus, com o primeiro dando ao segundo a notícia tão esperada. Com a leveza que era habitual em seus escritos, Arthur Azevedo fazia desses versos um meio de dissociar a monarquia da escravidão. Escritos como forma de saudação ao Imperador, esses versos pareciam querer apagar a sua responsabilidade pela longa presença da escravidão em terras brasileiras. Por mais que o Estado Imperial, sob o domínio de Pedro II, tivesse sido construído sobre o trabalho escravo, o seu fim aparecia para o autor como simples questão moral, dissociada de qualquer interesse. A metáfora religiosa mostrava, ainda, a importância de se combater esse mal, cuja sobrevivência atentaria contra a própria doutrina cristã. Escrita no momento do desmonte da hegemonia escravista e do questionamento sobre as contradições do Estado Liberal escravista,<sup>295</sup> a poesia apagava, assim, a história desses conflitos, fazendo crer ser a lei recém promulgada uma simples questão de justiça. A escravidão acabava naturalmente quase que da mesma forma como existiu. Na poesia em homenagem à Princesa Regente, Arthur Azevedo seguiu a mesma linha.

(...) tens visto que a sociedade  
até hoje distinguia  
a cor do preto, sombria.  
Da branca, de seu senhor...  
Princesa toda bondade,  
Exemplo dos soberanos,  
Vê que os corações humanos  
Têm todos a mesma cor.<sup>296</sup>

<sup>294</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*, p. 135.

<sup>295</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 140-2.

<sup>296</sup> Artur Azevedo, *À princesa*, 1888.

As referências feitas à Regente e à distinção da sociedade entre as cores negra e branca servem para o elogio maior à Princesa, que não fazia essa distinção e percebia que os corações tinham a mesma cor. Ou seja, nas poesias de Arthur Azevedo os responsáveis pela abolição são o Imperador e a Princesa, representados como visionários que perceberam a necessidade da igualdade entre todos. Ao reduzir o debate sobre o fim da escravidão a uma questão moral e natural, Azevedo faz dos membros da família real os representantes maiores da virtude que viria a suplantá-la – vendo assim a festa em questão como uma oportunidade de expressar gratidão àqueles que teriam de fato acabado com essa situação indigna.<sup>297</sup> A diferença que ainda existia antes da abolição era feita pelos outros, e não pela Princesa. Esses outros o poeta não cita, assim como também não cita os responsáveis pela manutenção da escravidão.

A data e a lei que acabaram com a escravidão foram também fartamente exploradas pelos poetas. Inúmeras poesias foram escritas sob o título “13 de maio”, tanto entre as que foram distribuídas ao povo quanto as publicadas nos jornais da Corte.<sup>298</sup> A saudação à nova lei feita nessas poesias explicitava, também, o sentido da mudança dela decorrente. É o que mostrava a poesia “13 de maio” de Cardoso de Menezes:

Conta a Lenda dos apóstolos  
Que, expirando n’uma Cruz  
Levantada sobre a golgotha<sup>299</sup>  
O Nazareno Jesus,

O sepultaram discípulos  
Das doutrinas que pregou.  
E, depois, no dia crástico,<sup>300</sup>  
O Morto ressuscitou.

Pois, também, na Lenda Brázila,  
Morre o Cristo – Escravidão.  
E do corpo seu exânime<sup>301</sup>  
Surge – o novo cidadão.<sup>302</sup>

<sup>297</sup> Arthur Azevedo não estava, claro, sozinho nesse tipo de saudação. A Princesa Regente foi tema ainda de outras três poesias: Guimarães Passos a tratou como heroína; Oscar Pederneiras louvou a “rainha” e destacou a firmeza do trono entre bênçãos e flores diante da liberdade; Afonso Celso Jr, “A S A I Regente”, homenageou a Princesa e não a abolição.

<sup>298</sup> A abolição inspirou inúmeros poetas e, em todos os jornais da Corte, por vários dias, inúmeras poesias foram publicadas, muitas sob o mesmo título “13 de maio”.

<sup>299</sup> “Calvário”. O dicionário utilizado para o significado dessas palavras foi *HOUAISS*, Ed. Objetiva, 2009.

<sup>300</sup> “No dia seguinte”.

<sup>301</sup> “Desmaiado”, “parecendo estar morto”.

A referência religiosa é utilizada pelo poeta para dar também um ar de sacralidade e sacrifício ao fim da escravidão. Assim como foi necessário um calvário e a morte na cruz para que pudesse haver a ressurreição, e assim o surgimento de uma nova doutrina religiosa, o cristianismo, para o Brasil, teria que haver o sacrifício da morte, o da escravidão, para surgir um novo elemento da sociedade, o novo cidadão, resultado de um momento de sacrifício. O poeta não pretendia explorar os responsáveis pelo regime escravista. Entretanto, mais uma vez, numa poesia, a escravidão é naturalizada e a abolição tratada como sacrifício, morte de algo que por tanto tempo sobreviveu. Assim com os discípulos de Cristo o levaram para o calvário, com a escravidão algo semelhante aconteceu.

Não eram novidades nos festejos da abolição as analogias religiosas. A todo momento, as referências à religião e aos seus elementos de ligação, união e sacrifício, típicos do cristianismo e do catolicismo, apareceram. O motivo de tamanhas referências talvez tenha sido a necessidade de adotar uma linguagem compreensível para a sociedade do Império, mas também uma forma de satisfazer a católica Princesa, responsável pela assinatura da lei.<sup>303</sup> No entanto, é necessário frisar que o poeta toca num ponto sensível do resultado do fim do escravidão: o surgimento de um novo cidadão. O 13 de maio é o marco desse surgimento e por isso não foi à toa que outro literato, também sob o título “13 de maio”, destacou a união dos brasileiros e uma igualdade até então inexistente, tendo no trabalho a sua base.

---

<sup>302</sup> Cardoso de Menezes, *13 de maio*, 1888.

<sup>303</sup> A respeito do catolicismo quase fanático da Princesa, ver DAIBERT JR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos* (1846-1988). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

# 13 DE MAIO

Brasileiros, pesai a longa vida  
Da nossa patria, e a curta vida nossa;  
Se ha dôr que possa remorder, que possa  
Odiar uma campanha, ora vencida,  
Longe essa dôr e os odios seus extremos;  
Vêde que aquelle doloroso orvalho  
De sangue nesta guerra não vertemos....  
União, brasileiros! e entoemos  
O hymno do trabalho.

MACHADO DE ASSIS.

**Figura 45 - Machado de Assis, *13 de maio*, 1888.**

Machado de Assis começou com uma referência a todos os brasileiros – incluindo diretamente na definição aqueles que, até a véspera, estariam longe de qualquer veleidade de cidadania. Como não havia mais a divisão entre escravos e senhores, todos que antes se dividiam em falanges opostas no regime escravista deviam agora estar juntos na tarefa de construir o futuro da nação através do trabalho. O 13 de maio é, assim, saudado por Machado de Assis como o marco do início dessa união, que configurava verdadeiramente a nação. Novamente



aparecem as referências citadas durante os dias de festa nos jornais da Corte, e até de outras províncias, de que o trabalho deveria ser o destino dessa população libertada pela lei. O discurso da imprensa para narrar os préstitos das crianças, por exemplo, no qual a utilidade da lei é vinculada ao trabalho, é reforçado nessa poesia de Machado de Assis que também frequentava o ambiente das redações de onde saíram os relatos das festas.

O futuro do trabalho, preocupação entre aqueles que apoiavam o fim da escravidão baseado na continuidade de uma ordem, apareceu como resultado final na poesia “Ontem, hoje e amanhã” de Soares Souza Jr.

# Hontem, Hoje, Amanhã

Hontem, hoje e amanhã! Aos gritos da victoria,  
Leamos do Brazil, completa, inteira historia,  
Na synthese em que fulge a aurora mais louça:  
Hontem, hoje, amanhã!

O ergastulo, a miseria, a infamia tenebrosa,  
O tronco immundo e vil, a noite pavorosa,  
A tetrica senzala, os gritos do senhor,  
E o latego vibrante e prompto do feitor!  
Torturas de hora a hora, a angustia flagellante,  
E nem uma esperança!... A treva! o horror cruciante!  
.....  
A carne retalhada ás vibrações do açoite,  
Que conte a historia negra, a historia d'essa noite  
Erma, triste, sem fim, sem risos, sem aurora,  
Carcere de uma dôr que eternamente chora!

Subito irrompe a luz, e tanta, e tanta luz,  
Que em chammass vai cantar nos braços d'essa cruz  
Onde em ancias gemia a raça escravizada,  
As divinas canções de intermina alvorada!  
Succede ao pranto o riso; á funebre agonia  
As doidas explosões de lucida alegria!  
O Lazaro resurge! E' findo o soffrimento!  
Tres seculos de dôr resgatam-se em um momento!

Amanhã! amanhã! A paz e o santo amor,  
Que dão irradiações ás festas do labor!  
Em vez do vil chicote, a febre do trabalho  
Movimentando a enxada e impulsionando o malho!  
Eis o milagre feito! A tunica de Nesso,  
Rota, por terra jaz! Sant'elmo do progresso,  
O sol da liberdade esplende em céu de anil,  
A' Gloria conduzindo o patrio meu Brazil!

Eis em synthese feita a esplendida Odysséa!  
Eis toda historia, emfim, que relampeja á idéa,  
Na phrase que traduz a aurora mais louça:  
Hontem, hoje, amanhã!

SOARES DE SOUZA JUNIOR.

Figura 46 – Soares Souza Junior, *Hontem, hoje, amanhã*, 1888

O poeta oferece aos seus leitores uma síntese do passado escravo e do seu horror e, subitamente, como a entrada de uma luz, todo esse sofrimento acaba. A realidade a partir de então seria de trabalho e por isso a “festa do labor!” que “em vez do vil chicote, a febre do trabalho/movimentando a enxada e impulsionando o malho”. Os séculos de escravidão, sintetizados por Soares Souza Júnior em dois parágrafos, acabaram a partir de um momento único. Nessa poesia, é clara a mensagem que se pretendia passar aos leitores. A escravidão foi cruel mais pelo sofrimento da prisão do que por ter tido momentos de batalha promovidos pelos escravos como forma de resistência. De forma súbita, como um raio de luz, os sofrimentos acabam. Sendo assim, o trabalho deveria ser o único alvo desses antigos sofrendores. O pensamento unívoco dos festejos pela abolição e no próprio significado da lei tem sua trajetória narrada pelo poeta.

O passado de horror, que terminou no 13 de maio, título da poesia de Henrique Magalhães, tem no seu oponente, o futuro, o progresso.

Inda há pouco as canções doloridas e estranhas  
Dos escravos, sangrando o coração da terra,  
Iam morrer, além no cimo das montanhas,  
Com a voz de um soldado a agonizar na guerra!

(...) Ainda ontem pela escravidão opresso,  
Pode ir, - livre, afinal, d’esse imenso desdouro, -  
Às conquistas do Bem, ao futuro, ao progresso,  
Pela arcada triunfal do século vindouro!<sup>304</sup>

Mais uma vez, uma menção ao passado de sofrimento do escravo e também ao futuro sem ele. O futuro do país sem escravidão permitiria tirar o negro dessa situação atrasada, para que ele entrasse finalmente no mundo moderno e civilizado da sociedade liberal, do progresso. A liberdade era uma concessão bondosa aos negros que, com esse ato de generosidade, veriam se abrir à sua frente as portas do futuro.

As luzes, objeto de decoração da festa e presentes em tantas outras, apareceram nas poesias como agentes da liberdade. A associação entre luz e liberdade foi feita por Oscar Pederneiras, em “À pátria livre” e por A. Peres Jr, em “Ave libertas – 13 de maio de 1888”. Esse último fez a relação *sol* e *noite*, *liberdade* e *escravidão*. Imagens como essas ajudavam, desse modo, a caracterizar uma compreensão da abolição que fazia dela o triunfo da razão, esquecendo

<sup>304</sup> Henrique de Magalhães, *13 de maio*, 1888.

deliberadamente a lógica que por séculos havia marcado esse regime de trabalho em terras brasileiras. Essa lógica de horror apareceu nas poesias como algo vivido pelo escravo e não pela sociedade. Por outro lado, a abolição acabara sem sangue derramado, conforme ocorrera em outros países.

Sofria o vasto Império, descontente,  
O jugo inquisidor do cativo,  
E com pesar com  
Chorava a triste sorte em tom gente.

(..) mas hoje a escravidão é um corpo exangue ...  
E o que nações tem feito pelo sangue  
Faz o Brasil disseminando rosas.<sup>305</sup>

Nessa poesia de Gastão Briggs, “Salve”, o horror do período da escravidão, mais uma vez aparece, mas é redimido diante da forma como acabou, com rosas ao invés do derramamento de sangue de outros países – em alusão velada ao caso americano. A mudança teria se dado, assim, de forma natural, como se fosse inevitável.

Quando olham para a festa na qual eram distribuídos seus versos, esses escritores tratam assim de atribuir a ela um sentido muito ligado à compreensão mais geral que formulavam sobre a abolição. É o que se nota na poesia “Em razão da mesma”, de B. Lopes:

(...) Há na cidade grande entusiasmo  
Como ainda não houve;  
Zé-povinho engomado fica pasmo  
De ver luzes metidas em cartucho...(.)<sup>306</sup>

Como em outros casos, aparece novamente nesses versos a imagem das luzes, como a singularizar o novo tempo que se iniciava. Nesse caso, no entanto, tais luzes são remetidas ao contexto da própria festa de celebração do fim da escravidão. Nas festas, elas serviam para deslumbrar o “Zé Povinho”, passivo e assombrado ante sua força. Se o trecho se remete ao uso da luz elétrica nos festejos, fica clara a tentativa do poeta em relacionar tal assombro do público com as luzes à reação dos ex-escravos diante da própria liberdade. O entusiasmo pela festa seria, para B Lopes, daqueles que assistiam “pasmos” a dádiva da luz que lhes tinha sido entregue.

<sup>305</sup> Gastão Briggs, *Salve*, 1888.

<sup>306</sup> B. Lopes, *Em razão da mesma*, 1888.

No entanto, a abolição tinha seus agentes e heróis, que não eram os escravos. Se Arthur Azevedo destacou a família imperial, assim como fizeram outros literatos que destacaram a posição da Princesa favorável ao fim da escravidão, houve também quem fizesse referência a heróis do passado e do presente. Foi em “Os dois heróis” que Oliveira e Silva fez uma relação direta entre a trajetória de José do Patrocínio e a de Tiradentes, na qual uma complementaria a outra.

Dos tempos através dois vultos altaneiros,  
Imensos, colossais, nos fastos brasileiros.

Irmãos na mesma ideia, apóstolos iguais,  
Pilotos do porvir, domando os temporais,

Completam-se hoje quando o povo é outro e a vida  
De súbito surgiu na pátria entorpecida.  
Lutaram muito e a luta a um deles esmagou  
E o sangue do martírio a pátria maculou!  
É desse sangue augusto, herança do passado  
Com a lágrima do escravo aos poucos fecundado,  
Que veio esse outro herói, ardente a pelejar  
Batendo a escravidão dos pósteros de Agar.

De um lado a infâmia, o horror, as sombras da epopéia!  
E do outro a pátria e o bem, o poema de uma ideia!

Sem tréguas o combate! O herói venceu então!  
Usando uma arma só, o imenso coração!

E assim da liberdade o santo tirocínio  
A Tiradentes fez igual a Patrocínio!<sup>307</sup>

As batalhas de ambos são comparadas e parecem iguais ao objetivo da luta do último, José do Patrocínio, e a abolição. No entanto, o poeta reconhece que há uma diferença entre o povo que presenciou a luta do primeiro, Tiradentes, e aquele que presenciou a abolição. Tiradentes sucumbiu à luta e seu sangue, misturado às lágrimas do escravo, fez surgir Patrocínio, um herói mais contemporâneo que combateu a escravidão e venceu a luta. O sacrifício de Tiradentes é comparado ao de Patrocínio, que se sacrificara pelos escravos que só possuíam lágrimas, sem ação. Mas, com a atitude do abolicionista, a “pátria entorpecida” teria se movido, fazendo surgir verdadeiramente seu povo, distinto daquele dos tempos coloniais de Tiradentes.

<sup>307</sup> Oliveira e Silva, *Os dois heróis*, 1888.

Oliveira e Silva remonta aos tempos da colônia e a Tiradentes, que participou de uma luta muito particular e não tinha vínculo com qualquer ideia ligada à pátria ou à abolição. Mais tarde, o inconfidente Tiradentes teria sua memória reconstruída a fim de se tornar o herói nacional republicano.<sup>308</sup> Nos tempos da abolição, ele apareceu como um dos batalhadores de uma época da história do Brasil que teria inspirado a batalha de José do Patrocínio.

Mais do que glorificar uma situação ou destacar heróis responsáveis pela abolição, essas poesias, em seu conjunto, ofereceram, assim, uma interpretação clara sobre o sentido da celebração que estava em curso. Se esses literatos, de acordo com suas simpatias políticas, podiam se dividir na caracterização de seus heróis – que iam da família real aos heróis do movimento republicano –, todos eram unânimes em ver na festa um espaço para celebrar uma liberdade vista como dádiva. As poesias dão sentido ao momento da festa e seus autores investiram num projeto para dar unicidade aos significados da abolição.

---

<sup>308</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



## 7

**Uma *Imprensa Fluminense* unificada**

Os festejos pela abolição se encerraram no dia 20 de maio com o préstito da imprensa. No entanto, o principal *souvenir* da festa seria publicado apenas no dia seguinte. O jornal *Imprensa Fluminense* foi produzido pelos membros da comissão organizadora e tinha como finalidade reunir textos comemorativos de todos os jornais que a compunham. Além disso, facilitaria a presença dos funcionários dos jornais no desfile do dia 20, já que no dia seguinte não circularia nenhum outro periódico, a não ser o *Imprensa Fluminense*. Esse jornal comemorativo seria vendido não apenas na Corte, mas em outras províncias do Império.

Como todo *souvenir*, era necessário deixar marcadas as lembranças daquele momento único e festivo. Produzir um jornal onde mais uma vez a abolição seria o tema principal – já que até aquele dia não se tratava de outra coisa nas folhas da Corte – mostrava a centralidade daqueles jornais para a construção de uma memória da abolição. O jornal *Imprensa Fluminense*, juntamente com as poesias nos papéis coloridos, também serviu como ingrediente para a elaboração de uma memória da festa, dos seus personagens e fatos. O jornal foi o último suspiro dado pelos exaustivos organizadores dos festejos da Abolição.

Na definição das tarefas entre os responsáveis pela comissão dos festejos, a organização do jornal ficou sob a responsabilidade de Henrique Chaves, Pederneiras, Dr. Rego Macedo, Ribeiro de Freitas, Coelho Netto e Arthur Azevedo, e teria como auxiliares Ernesto Senna, Alfredo Gonçalves e Theotônio Regadas.<sup>309</sup> Logo após a decisão sobre a publicação unificada, as notas da comissão publicadas nos jornais foram de orientação a respeito de como se faria o jornal e suas características. O valor do periódico para a Corte seria de 100 Rs e, para outras regiões, 200 Rs, venda que deveria ser feita a partir de 10 exemplares.<sup>310</sup> O valor do *Imprensa Fluminense* excedia o dos jornais diários, que eram vendidos, em maio de 1888, por 40 Rs, como o *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*.<sup>311</sup> A sua tiragem seria de 300 mil exemplares, número bem acima das tiragens diárias dos jornais da Corte, que era de 24 mil para o *Gazeta de*

<sup>309</sup> *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>310</sup> *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1888.

<sup>311</sup> O *Cidade do Rio* e o *Gazeta Nacional* também tinham esse valor em maio de 1888.

*notícias*, 22 mil para o *Diário de Notícias* e 25 mil para o jornal *O Paiz*, naquele mês. Ou seja, a ideia principal dos organizadores desse jornal especial era suprir a necessidade dos leitores por notícias sobre as festas da abolição em um único periódico, mesmo que eles tivessem que desembolsar um valor acima do normal para um jornal vendido em plena segunda-feira.

Os seus organizadores publicaram até o dia 19 de maio notas informando sobre o esquema para o envio de matérias e para a publicação de anúncios.<sup>312</sup> No dia 21, o jornal que os leitores da Corte receberam tinha textos assinados pelos redatores da *Gazeta de Notícias*, do *Diário de Notícias*, do *Jornal do Commercio*, da *Cidade do Rio* e da *Gazeta da Tarde* feitos especialmente para essa edição. As duas primeiras páginas foram ocupadas por esses textos e as duas seguintes por anúncios de diferentes tipos: leilões, médicos, remédios, bancos, instrumentos musicais, loterias, lojas comerciais, dentre outros.

Os textos ali publicados condensavam, de forma coesa, as ideias sobre a abolição e seus festejos comemorativos que jornalistas e literatos vinham afirmando desde a assinatura da Lei. Não foi um jornal para tratar do cotidiano da festa da abolição, mas sim, para procurar fechar os sentidos sobre ela e os efeitos da lei do 13 de maio. O conteúdo dos textos publicados no *Imprensa Fluminense* é semelhante àquele dos dias seguintes à aprovação da lei, quando os redatores dos periódicos da Corte indicaram, antes das festas, o que deveria ser comemorado. Agora, após as comemorações, eles sintetizam o que deveria ficar marcado na memória dos seus leitores e daqueles que viveram as festas da abolição, tendo nesse jornal o seu arcabouço escrito.

Para tanto, o jornal foi elaborado de forma cuidadosa tanto na escolha dos textos quanto no uso das ilustrações. O topo da primeira página marcavam o local e o motivo daquela publicação.

---

<sup>312</sup> Os anúncios eram feitos nos jornais da comissão, como, por exemplo, o *Diário de Notícias*.



Figura 47 - *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

O jornal tinha, logo no seu topo, um texto a respeito do motivo da festa e seus responsáveis: “No 67º ano da independência do Brasil e do Império, comandado pelo Imperador D. Pedro II e que na representação da S. A. I. a Sr<sup>a</sup> D. Isabel Condessa D’Eu à nação brasileira (...) extinta a escravidão no Brazil”.<sup>313</sup> Em seguida, aparecem os artigos da lei e a exigência do seu cumprimento em todas as províncias. Os dois artigos são expostos logo de início e deixam marcada a forma da abolição: através da lei. Entretanto, apesar de a escravidão ter sido, nas suas últimas décadas, mediada por leis que garantiram a sua redução – seja pela abrangência dos espaços de negociação ou pela libertação de alguns grupos de escravos, como os sexagenários –, o que era reforçado nesse exemplar festivo era a ação da última lei, que não indicava outro caminho a não ser o do fim da escravidão.

Por outro lado, a figura feminina que apareceu como ilustração logo ao lado da lei marca também a ação da Princesa nesse processo. Por mais que a imagem destaque uma ideia de ação e batalha para a conquista do 13 de maio de 1888, através da mensagem escrita no papel segurado pela mulher juntamente com a bandeira, a figura feminina fica reforçada. Além disso, o feminino lembra a própria imprensa que, nessa interpretação, também teria tido um papel fundamental na execução da lei, verdadeira batalha vivida nas folhas dos jornais que compunham agora a comissão que organizara aquele jornal. Logo, a primeira metade do jornal marca a ação do Império para o fim da escravidão e a figura

<sup>313</sup> *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

feminina da Princesa e também da imprensa. Essas marcas apareceriam novamente nos textos da publicação.

A abertura da edição foi assinada pelo responsável pelo *Jornal do Commercio*, sem a identificação nominal, datada do dia 20 de maio de 1888.<sup>314</sup> O 13 de maio de 1888 era, para o autor, “uma das datas mais gloriosas da história da humanidade”. No segundo parágrafo, demonstra a síntese do processo da abolição e dos dias de festa:

Um só pensamento congrega nesse ponto todos quantos na capital do Império traduzem, ordinariamente por vários modos, a opinião nacional: uma só vontade os guia nesse movimento sintético; uma voz, composta de cem vozes, um brado, que nasce espontâneo em todos os corações, que irrompe ao mesmo tempo de todos os lábios, saúda, harmônico, o bom, o generoso, o nobre povo brasileiro, que, extinguido a escravidão no meio de sorrisos, de flores e de bênçãos, paga um dia a dívida de três séculos.<sup>315</sup>

Essa é a síntese dos sentidos da abolição para aquela comemoração orquestrada pela imprensa fluminense. A harmonia, a pacificidade do processo, o consenso, todos os sentimentos que dão sentido a uma ideia de negociação, sem conflito ou disputa. Além disso, todos estavam irmanados com o final da escravidão, que foi redimida, apesar dos três séculos de existência, conforme bem ressaltou o autor, em apenas um dia. Por isso, o 13 de maio é o dia da glória porque é o responsável pela redenção. Se antes das comemorações os jornais já reafirmavam essa atmosfera quase que natural a respeito da permanência do sistema escravista durante tanto tempo, agora, ao final delas, e num texto assinado logo após todas as manifestações do público a favor da abolição, esse mesmo ar se repetia. O motivo da permanência da escravidão não foi tocado nem nesse texto e nem nos demais anteriores à festa. Se a escravidão existiu durante tanto tempo de forma silenciosa, o seu fim, de acordo com o autor do texto, veio em forma de brado, grito que saiu do coração de todos. O grito é único, igual e unânime. E a imprensa fazia parte dessa unanimidade uma vez que se uniu num jornal chamado pelo autor de “neutro”, exemplificando a união que acontecia entre “todos os partidos políticos”, “todas as crenças” e “todos os homens” a fim de glorificar o

<sup>314</sup> Segundo Cícero Sandroni, esse artigo foi feito por Souza Ferreira, na ocasião chefe da redação do *Jornal do Commercio*, cargo assumido após a morte de Luiz de Castro, dias antes da abolição. O *Imprensa Fluminense* foi impresso nas oficinas do *Jornal do Commercio*. SANDRONI, Cícero. *180 anos do jornal do comércio – 1827-2007*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007. p. 242.

<sup>315</sup> “Imprensa Fluminense”, *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

país livre. Por fim, a abolição, lembrada pelo autor, se ligara à imprensa uma vez que foi assinada no aniversário de 80 anos da sua criação, por D. João VI.<sup>316</sup>

O texto de abertura do jornal mostrava aos seus leitores, no campo da escrita, o que eles haviam vivido nas festas, entre poesias, préstitos e eventos esportivos. Logo em seguida a esse texto, outro tratou dos heróis e personagens do processo abolicionista. O mais ovacionado durante os dias dos festejos também foi o primeiro a ser mencionado nessa publicação especial: José do Patrocínio.

Na seção “Crônica da semana”, oferecida pelo *Gazeta de Notícias*, o destaque é para a glória em vida recebida por José do Patrocínio durante os dias de festejos.

A semana foi apenas isto: José do Patrocínio.

Por todas as ruas da capital, desde as 8 horas da manhã até as mais adiantadas horas da noite, milhares de bocas pronunciavam entusiasticamente este nome, elevando-o muito alto, à justa altura a que o conduziu o seu próprio esforço.<sup>317</sup>

O seu nome, ovacionado por todos, parecia fazer crer aos leitores que apenas a ação de Patrocínio foi suficiente para o desfecho harmônico que se comemorava. No entanto, tal participação não veio sozinha e coexistiu com a contrariedade daqueles que não viam tanta vantagem com o fim da escravidão. Segundo o cronista, a batalha de Patrocínio havia gerado ameaças e desejos de vingança por parte dos senhores de escravos. Sua vida correu perigo, já que sua pele era o desejo de fazendeiros de Campinas, por exemplo, segundo o autor. Após o fim da escravidão e, conseqüentemente, com a vitória da luta empreendida por Patrocínio, o autor questiona: “Como premiar o primeiro operário do século, pelas extraordinárias proporções do edifício que acaba de levantar?”<sup>318</sup>

A proposta era abrir uma subscrição para a construção ou aquisição de um patrimônio para Patrocínio, e toda a imprensa abolicionista deveria contribuir.<sup>319</sup> O quase mártir da abolição merecia algo além dos clamores populares. E, como todo operário, deveria ser remunerado por seu glorioso trabalho.

A Rua do Ouvidor, ambiente dos festejos pela abolição, foi o destaque do texto de mesmo nome que veio logo em seguida ao da crônica. Se antes esse ambiente havia sido alvo dos cronistas dos jornais, que enfatizaram a participação

<sup>316</sup> “Imprensa Fluminense”, *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

<sup>317</sup> “Crônica da Semana”, *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

<sup>318</sup> *Idem*.

<sup>319</sup> *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

de todos na festa, dessa vez a ação das mulheres para o desfecho abolicionista era o alvo das abordagens sobre essa rua, com a valorização da figura feminina para o fim da escravidão. O autor do *Diário de Notícias* destacou que poucas mulheres haviam maltratado os “*pobres humildes*” e a maioria fez muito pela “*raça que padeceu três séculos*”. No lar da “mulher brasileira” brincava o filho da senhora e o da escrava. E por todas essas qualidades existentes na mulher, só poderia ser a partir de uma, a Princesa, o “grito de perdão de uma raça inteira”.<sup>320</sup> Até então pouco se tinha tratado a respeito do papel das mulheres no processo abolicionista. Apesar de ser forte o papel delas na perpetuação da escravidão, por ser o ventre a marca da continuidade, elas também significaram o início do processo de liberdade uma vez que a lei de 71 regulava o próprio ventre escravo feminino.<sup>321</sup> Nos textos que destacaram os festejos nos diferentes jornais da comissão, as senhoras presentes nesses eventos apareceram mais como espectadoras e festeiras do que como participantes ativas do movimento que teria ido à rua para comemorar uma causa própria. No entanto, a participação das mulheres para a própria constituição dos significados da abolição apareceu durante os dias de festa, uma vez que pelo menos duas delas escreveram poesias que compartilhavam os sentidos da liberdade tão divulgados naqueles dias também pela ala masculina de poetas da Corte.<sup>322</sup> Além disso, nas imagens de Antonio Luiz Ferreira, as mulheres aparecem em destaque na Rua do Ouvidor, assim como nos relatos feitos quase diariamente dessa região de festejo. O texto publicado no *Imprensa Fluminense* pretende inserir entre os abolicionistas festeiros as mulheres, associando a imagem feminina a momentos antiescravistas e de bondade. Um pouco dessa criação de bondade feminina serviu para alimentar ainda mais o culto sobre aquela que assinou a lei, a Princesa Regente. No entanto, nos destaques dados aos momentos pós-abolição e pós-festejo, os jornais ressaltaram a permanência da escravidão ou do espírito escravista a partir das próprias mulheres.<sup>323</sup> De qualquer forma, o autor do texto as insere no âmbito dos

<sup>320</sup> “Na Rua do Ouvidor”, *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

<sup>321</sup> A respeito de uma discussão mais profunda sobre feminismo e abolicionismo, Cf. COWLING, Camillia. “Debating womanhood, defining Freedom: The abolition of slavery in 1880s Rio de Janeiro”. In: *Gender & History*. Vol. 22, nº 2, August 2010, pp. 284-301.

<sup>322</sup> Chiquinha Gonzaga também foi uma dessas mulheres que lutaram pela abolição ao lado dos grandes nomes masculinos do abolicionismo da década de 80. DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

<sup>323</sup> Na segunda parte desta tese, no capítulo 10, “As outras festas”, cito um exemplo sobre a atuação dessas mulheres.



responsáveis pela abolição, enquanto reforça a imagem passiva dos escravos na sua própria libertação, preferindo ver esta como fruto da dádiva de políticos, jornalistas ou de outras almas femininas caridosas.

Mas nem só de reflexão sobre o passado escravista e o papel dos protagonistas da abolição foram os textos do *Imprensa Fluminense*. Na crônica “Macaquinhos no sótão”, o diretor da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo, usava seu conhecido pseudônimo “José Telha” para tratar com ironia do suposto exagero que enxergara na festa. Em oito dias, ele não fizera mais nada, pois acordava já pensando nos vivas a Patrocínio. No banho, dava vivas a Nabuco. Ao tomar o café, ao almoçar, enfim, ao longo de todo o dia, ficaria assim sempre em meio a um berreiro e uma barulheira de vivas e mais vivas, a maior parte deles dirigidos à Princesa Regente.<sup>324</sup> Contradizendo aqueles que afirmavam que a abolição causaria desordens, dizia que ela gerara apenas festas, festas e mais festas, tanto na cidade quanto na roça. Segundo o autor, os ex-escravos deram vivas no domingo, dia 13, e na segunda já voltaram a trabalhar.<sup>325</sup> O autor mostra nessa crônica que as celebrações não eram para todos, mas apenas para alguns que poderiam dar todos os dias vivas à abolição, já que os demais, ex-escravos e até outros trabalhadores livres da Corte, tiveram que trabalhar durante os dias de festa. Esses dias parecem ter sido exaustivos para aqueles que viveram a escravidão dos vivas.

Na folha, era possível notar também a variedade de perspectivas políticas existente no seio da imprensa carioca. No texto “Movimento Político”, o aparecimento de gritos de “Viva a República” em meio aos festejos era interpretado como um aviso de que os cidadãos brasileiros, aumentados em número, tinham aspirações democráticas. Por isso, caberia à Princesa, que patrocinara o fim da escravidão, ouvir esses gritos, para que pudesse dar continuidade a esse processo de conquistas democráticas – inspirando-se, para isso, na Rainha Inglesa.<sup>326</sup> Para além da disputa entre monarquistas e republicanos, no entanto, nota-se no jornal uma defesa comum de um avanço que tem um claro sentido liberal, como mostra a analogia final com o regime inglês. Essa diferença de perspectivas já havia aparecido na imprensa antes mesmo da

<sup>324</sup> “Macaquinhos no sótão”, *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

<sup>325</sup> *Idem*.

<sup>326</sup> “Movimento Político”, *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

festa, mas não foi suficiente para gerar um debate mais acalorado, nos jornais, sobre o futuro do regime político associado à abolição. Esse tema parecia ter tempo para esperar o término dos festejos e a volta do Imperador.

A crônica, mais uma vez, ganhou espaço no jornal e fazia parte da série assinada por Machado de Assis e publicada no *Gazeta de Notícias*, “Bons dias!”. O foco do cronista foi o primeiro evento dos festejos da imprensa: a missa campal realizada no dia 17. O narrador estaria atendendo a pedidos para traduzir o evangelho lido na ocasião. Assim o faz numa paródia entre o evangelho e os caminhos da abolição, desde a saída de Cotegipe até a chegada de João Alfredo e a escolha dos demais membros do ministério formado em março de 1888. O texto é feito a partir de uma estrutura de escrita presente nos textos bíblicos. Um exemplo está no primeiro versículo – nome dado aos versos da mesma forma como aparece na *Bíblia*: “1. No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a Regente, e Cotegipe era a Regente”.<sup>327</sup>

Os demais versículos seguem essa estrutura até chegar ao momento da assinatura da lei: “25. A Regente, que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e superna”. O cronista ainda faria mais três versículos para encerrar sua pregação. No seguinte, destaca a euforia e os “brados de contentamento” recebidos por João Alfredo e seus discípulos e a obediência dos senhores de escravos. Porém, no versículo vinte e sete, penúltimo, Machado de Assis destaca a recepção da lei numa província muito distante da Corte:

27. Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes.

A denúncia vinda de um lugar tão distante talvez tivesse como intenção afastar da euforia existente na Corte a notícia sobre a permanência de alguns espectros da escravidão. Ora, no Maranhão a lei não chegaria de forma tão rápida, talvez, devido a distancia ou por conta das dificuldades das autoridades locais em aplicá-la. Na Corte, entre vivas e brados, teria sido diferente. No entanto, em seu

<sup>327</sup> Essa crônica foi publicada no jornal *Imprensa Fluminense*. No entanto, utilizei a versão da crônica publicada no livro *Bons Dias!* organizado por Jonh Gledson, porque o exemplar do jornal da Biblioteca Nacional encontra-se mutilado, sendo possível ler apenas a metade da crônica. GLEDSON, John (org.) *Bons Dias! – Machado de Assis*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.

último versículo, assim como o evangelho tenta dar um conselho, o cronista também quis dar uma lição e um desejo de futuro:

28. Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o Eclesiastes: algumas vezes tem o homem domínio sobre o outro para desgraça sua. O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo.

A existência de libertos comprando escravos não parecia algo que admirasse o sisudo Carioca, que não parece ver mudanças nisso com a lei. O encerramento dado a essa espécie de evangelho abolicionista é mais uma forma de conselho e de vivência de quem nunca havia sido escravizado. O autor não sabia o que era o pior de tudo: ser propriedade de outro.

Na verdade, as resistências à aplicação da lei não ocorreram apenas nas províncias distantes, como a do Maranhão, por exemplo. Na Corte, as notícias a esse respeito foram relativizadas nos jornais que se preocuparam com a euforia da liberdade e das suas festas. O cronista parecia estar atento à superficialidade da ideia de harmonia e consenso presente na lei e na sua aceitação. Porém, os leitores do seu evangelho receberam o “boas noites”, forma como se despedia, sabendo o que era o melhor, mas sem saber, de fato, se isso chegara a todos.

O *Imprensa Fluminense* ainda publicou uma breve síntese dos festejos promovidos pela imprensa, mas sem grandes novidades a respeito dos eventos. Houve também desafios de lógica para a distração do leitor e publicação de “a pedidos”. Uma parte da segunda página do jornal foi ocupada por anúncios que se estenderam pelas páginas seguintes. Foram anunciadas lojas e produtos dos mais variados tipos: móveis, banco, vinho, sabão, aulas de inglês, médicos, loterias, lojas de roupas, de importação, de piano e músicas, drogaria, remédios, companhia de seguros, fábrica de flores e de cerveja. Todos esses anunciantes pretendiam ter sua marca associada à publicação especial da imprensa, apesar de não terem nenhuma relação mais direta com o evento que motivou a publicação. Apenas uma loja, no último anúncio da última página do jornal, fez referências e promoções associadas à lei da abolição.



Figura 48 – *Imprensa Fluminense*, 21 de maio de 1888.

A loja americana aproveitaria a ocasião para atrair clientes e, assim, aumentar seu faturamento, associando o número 13 aos descontos que daria a seus produtos. Esse foi o único anúncio a destacar a abolição. Certamente os proprietários dessa loja acreditavam que não apenas o tamanho do anúncio era importante para atrair clientes, mas também associar toda aquela movimentação da imprensa a um objetivo comercial. De qualquer modo, associando ou não os produtos à marca da abolição, os anunciantes do jornal especial foram atraídos pela exclusividade da publicação, única a circular nesse dia, e pela grande tiragem anunciada. Assim, grande parte do jornal foi dedicada aos anúncios e não aos relatos das festas ou a textos ligados à abolição. Essa foi a grande crítica de alguns periódicos a essa publicação. O *Cidade do Rio*, jornal dirigido por Patrocínio, ao acabar o relato dos últimos dias de festa, não esqueceu de comentar o jornal comemorativo:

A última parte do programa – o número especial do jornal *Imprensa Fluminense* – para que sejamos francos, não esteve à altura do mais – entretanto, como a intenção é tudo, vá lá, passe o jornal comemorativo.<sup>328</sup>

<sup>328</sup> *Cidade do Rio*, 23 de maio de 1888.

Apesar de toda homenagem prestada a Patrocínio no jornal *Imprensa Fluminense*, isso não foi suficiente para que não houvesse uma crítica à forma como foi feita a publicação. O excesso de anúncios também foi o destaque dado pelos editores da *Revista Ilustrada*. Mas, dessa vez, a crítica veio em forma de ilustração:



Figura 49 - *Revista Ilustrada*, nº 498, ano 13, 19 de maio de 1888, p. 8

Esse jornal não foi também o momento da síntese dos festejos promovidos pela imprensa para comemorar a abolição. A crítica de alguns órgãos da imprensa talvez estivesse ligada a uma falta de balanço das festas. Se, por um lado, eram importantes os anúncios para custear a publicação do jornal, por outro, era necessário divulgar ao público leitor informações sobre a comissão e sobre como foi realizado todo aquele festejo.

Um dos pontos de crítica à comissão da imprensa fluminense era a respeito da sua falta de comprometimento com os ex-escravos. Segundo o pequeno jornal *Carbonário*, havia sobras de dinheiro de iniciativas privadas para a liberdade, dinheiro recolhido para a compra de alforrias, e também do livro de ouro criado em abril de 1888 pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que serviu para

libertar os escravos do município neutro.<sup>329</sup> A princípio, o jornal não faz referência direta sobre qual poderia ser o destino desse dinheiro, mas, dias depois, citou a leva de ex-escravos saída das fazendas e de outras casas que, por estarem velhos e inválidos, iriam mendigar nas ruas da Corte em busca de comida e auxílio. Segundo os redatores do jornal, o dinheiro da Câmara, somado às sobras do dinheiro da comissão da imprensa, deveria ajudar essa população ou na criação de um asilo.<sup>330</sup>

Um dos questionamentos feitos pelos redatores desse jornal foi a ajuda financeira dada pela Câmara Municipal para a realização dos festejos da imprensa.<sup>331</sup> Essa ajuda foi feita a partir de duas doações de 5:000\$ (cinco mil réis), nos dias 16 e 21 de maio, a Henrique Villeneuve, responsável pela tesouraria da comissão.<sup>332</sup> E, de fato, essa quantia apareceu na prestação de contas da comissão, publicada em 25 de maio no *Diário de Notícias*.<sup>333</sup> Ficava claro, assim, que, para os articulistas da pequena folha, esses fatos mostravam que os organizadores da celebração achavam mais importante organizar uma festa faustosa e moderna, na qual afirmassem uma imagem igualmente brilhante para a data celebrada, do que ajudar efetivamente os ex-escravos entregues à própria sorte. Seria esse mesmo tipo de preocupação que moveria as várias instituições que patrocinaram as festas da imprensa.

Talvez como resposta a essas críticas e a fim de dar notícias sobre esse dinheiro, a comissão da imprensa, através do balancete assinado pelos seus tesoureiros e publicado em diversos jornais em 5 de junho, divulgou com detalhes a receita e a despesa das festas (Anexo 3). A comissão recebeu doações em dinheiro de alguns locais que promoveram os festejos, como o Derby Club e Sport Club, de algumas companhias de Carris urbanos e de um dono de um bar no Passeio Público. Além disso, obteve receita através da venda do jornal *Imprensa Fluminense*. No entanto, a maior receita veio mesmo da Câmara Municipal. Entre receita e despesa, a comissão obteve um saldo positivo de 6:317\$300 (seis contos, trezentos e dezessete mil e trezentos réis) que foi devolvido a esse órgão público.

<sup>329</sup> *Carbonário*, 16 de maio de 1888. A respeito da existência do livro de ouro da câmara e de seu uso, ver *Diário de Notícias*, 13 de abril de 1888.

<sup>330</sup> *Carbonário*, 16 de maio de 1888.

<sup>331</sup> *Carbonário*, 23 de maio de 1888.

<sup>332</sup> *Ofício do Contador da câmara sobre a quantia doada ao representante da Imprensa para os festejos da lei de 13 de maio – 1888 – 6,1,4 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.*

<sup>333</sup> *Diário de Notícias*, 25 de maio de 1888.



Apesar dessa devolução, ela continuou sendo a maior contribuinte dos festejos,<sup>334</sup> o que foi destacado pelos tesoureiros em forma de agradecimento num texto publicado em vários jornais ainda em maio:

O auxílio pecuniário prestado pela ILMA. Câmara municipal para a realização dos festejos, na importância de 10:000\$; assim como a boa vontade com que auxiliou a comissão.<sup>335</sup>

Diante da prestação de contas da comissão da imprensa fluminense, percebe-se que houve apoio público e privado aos festejos, mas que não envolveu diretamente a família imperial. Apesar de apoiarem os eventos através do comparecimento em algumas festividades, ou enviando alguns ministros, não houve qualquer doação financeira em nome da Princesa Regente, do seu esposo, dos ministros ou do Imperador. O comparecimento deles às solenidades legitimou os festejos, apesar de não haver nenhuma interferência quanto ao ritual escolhido pela imprensa para celebrar a abolição.

O jornal *Imprensa Fluminense*, apesar de ser uma publicação especial que circulou ao final dos festejos, não tinha como intenção prestar contas aos seus leitores daqueles momentos de euforia vividos por todos na Corte e comandados pela imprensa. Na verdade, só veio reforçar os significados da abolição, tendo como responsáveis por aquele momento de liberdade os parlamentares e os abolicionistas, cujas ações foram legitimadas pela Princesa, que assinou a lei num domingo de sol.

Além da ausência de um balanço da festa, não houve nessa publicação nenhum questionamento sobre o dia seguinte após a liberdade e nem muito menos sobre as reminiscências da escravidão, fato lembrado pelo cronista Machado de Assis. Ao contrário, o jornal representou a afirmação da unicidade da imprensa e da sociedade por ela representada em meio às festas da abolição. Ao se colocar como voz única da Corte, capaz de se sobrepor às diferenças cotidianas entre as várias folhas da cidade, tal iniciativa simbolizava a ideia de unidade, além do jornal representar um valor simbólico diante daquele quadro comemorativo. O nome dado ao jornal, o da própria comissão, e não um relativo à abolição e sua

<sup>334</sup> *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1888. Em 25 de junho já havia saído uma nota sobre algumas receitas obtidas pela comissão, mas foi somente em junho que ocorreu a publicação do detalhamento entre receitas e despesas.

<sup>335</sup> *A Época*, 24 de maio de 1888. Esse texto foi publicado também na *Gazeta de Notícias* no dia seguinte.

lei, é o símbolo do sujeito político que após o 13 de maio pretendia sair fortalecido. Ter o nome da imprensa fluminense reforçado em detrimento aos outros era um sinal de que as diferenças e particularidades surgidas com a abolição deveriam ser suprimidas não apenas nos festejos, mas também nessa publicação especial, a fim de que seus responsáveis saíssem fortalecidos para o enfrentamento dos desafios do pós-13 de maio.

Claro que, ao formular essa voz única, os redatores da folha propositalmente calaram outras vozes que não pareciam compartilhar da alegria do momento – em especial daqueles que não ficaram satisfeitos com a forma como a abolição foi feita, sem indenização. Do mesmo modo, esqueceram também de dar voz àqueles submetidos à violência que tanto associavam à escravidão: os próprios escravos, cujas experiências de luta desapareceram sob a insistente afirmação de que a liberdade teria sido alcançada sem sangue, sem luta, na paz. Homens e mulheres negros, que lutaram por sua liberdade através de inúmeros meios, inclusive pela violência, tiveram sua experiência escondida pela reafirmação da ideia de que seriam receptores passivos de uma liberdade que lhes era concedida. A publicação dessa folha cristaliza, assim, o processo de construção de uma imagem coesa e articulada para a festa da abolição. Seria a partir de testemunhos como esses que a imagem de uma festa celebrada por toda a nação seria construída, mostrando que o Brasil seguiu rumo à modernidade a partir da ação obstinada de suas lideranças.

## **PARTE II – A Abolição no plural**

## “Todos querem contribuir”: uma subscrição popular

Ao mesmo tempo em que os jornais que compunham a comissão dos festejos para a abolição buscaram em suas notícias construir uma imagem unívoca da festa, não deixaram, porém, de transmitir algumas informações acerca das comemorações pela abolição promovidas por outros sujeitos e independentes da imprensa. Através dessas notícias e por meio de outras fontes será possível compor um cenário festivo muito mais múltiplo e diversificado que aquele promovido pela comissão. O primeiro sinal dessa diversidade festiva apareceu dias antes da assinatura da lei e se concretizou no dia 13 de maio.

No ritual da assinatura da lei, o professor Luiz Pedro Drago fez um discurso na ocasião da oferta da pena de ouro à Princesa, usada na assinatura da lei:

À V. A. Imperial manda-me o povo agradecido impetrar a graça de aceitar esta pena, como glorioso instrumento histórico, e troféu inteiramente popular, a qual deve assinar a lei nº 3353 de 13 de maio de 1888, que elimina o nome escravo da nação brasileira!<sup>336</sup>

A pena ofertada na ocasião foi adquirida por meio de uma subscrição popular iniciada por Luiz Pedro Drago e que teve o apoio de alguns jornais da Corte, entre eles *O Paiz*, *Cidade do Rio* e *Revista Ilustrada*. A respeito da iniciativa na criação dessa subscrição, o jornal *O Paiz* publicou, ainda nos dias que antecederam a lei, a seguinte convocatória aos seus leitores:

O Sr. Dr. Luiz Pedro Drago nos procurou ontem para solicitar o nosso auxílio na subscrição popular que vai iniciar a fim de se adquirir e oferecer a Sua Alteza a Princesa Imperial a pena com que a augusta regente assine a lei que extingue a escravidão no Brasil. Para que essa subscrição tenha todo o cunho de um dom popular, o seu iniciador deseja que cada quota não exceda de 500 rs. Estamos prontos a receber a entregar ao Sr. Dr. Drago as quotas que nos queiram remeter os que adotarem a sua patriótica ideia.<sup>337</sup>

Na visão do proponente da ideia, o dom popular seria marcado pelo valor da cota solicitado de cada participante. Esse valor correspondia à metade do preço de uma *Revista Ilustrada*, periódico vendido todos os sábados na Corte. Assim, o professor Luiz Pedro Drago acreditava estar inserindo através de um símbolo – a

<sup>336</sup> Rascunho do discurso de Luiz Pedro Drago na ocasião da entrega da pena de ouro para a Princesa; Seção de manuscritos, BN, II – 32,10,1. Esse mesmo discurso foi publicado no jornal *O Paiz*. “Ave libertas”, *O Paiz*, 14 de maio de 1888.

<sup>337</sup> *O Paiz*, 09 de maio de 1888.

pena de ouro – novos personagens ao ritual da abolição. Além disso, o apoio dado pelo jornal *O Paiz*, seguido por *Cidade do Rio* e a *Revista Ilustrada*, ampliava essa iniciativa para além da Corte e das redações dos jornais e permitia que a notícia da subscrição chegasse a lugares afastados, criando a oportunidade de doações de diferentes origens.

Pouco se sabe a respeito desse professor. Além de atuar no Colégio Pedro II, era autor de compêndios escolares de matemática e atuava também como professor particular de alunos que desejassem ingressar na Escola Politécnica.<sup>338</sup> No entanto, na ocasião da proposta da subscrição, o apoio dado pelo jornal *O Paiz* foi fundamental, uma vez que nos dias que antecederam à abolição e nos dias seguintes inúmeras propostas de subscrições foram feitas e publicadas nos jornais da Corte. A de Drago teve o respaldo do jornal *O Paiz* e pôde, assim, ganhar uma ressonância um pouco maior que as outras.

Esse jornal, fundado em 1884, se destacou dos demais órgãos da imprensa na cobertura da abolição e suas festas. Tinha no seu quadro de editores o republicano Quintino Bocaiúva e o abolicionista Joaquim Serra. Na ocasião da sua fundação, a ideia dos redatores era fazer d'*O Paiz* um órgão independente, mas ao longo dos anos sua tendência republicana foi se reafirmando, apesar de não haver uma confirmação por parte dos seus editores, conforme houve com a *Gazeta Nacional*.<sup>339</sup>

A vertente abolicionista do jornal apareceu na coluna “Tópicos do Dia”, assinada por Joaquim Serra, escrita entre novembro de 1884 e 14 de maio de 1888.<sup>340</sup> Ainda assim, esse jornal não esteve entre os que tomaram a direção dos festejos da comissão da imprensa. Apesar de apoiar a criação da comissão e seus

<sup>338</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio: Brasília, INL, 1974, p. 167. Antes da proposta da subscrição, o nome de Drago apareceu no jornal *O Paiz* ligado aos processos seletivos ocorridos no Colégio Pedro II. *O Paiz*, 6 de agosto de 1885.

<sup>339</sup> PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O País e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição – Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2008.

<sup>340</sup> *Idem*, p. 98. Serra encerrou a sua coluna no dia seguinte à abolição porque considerou já ter cumprido o seu papel. A vida de Serra após a abolição também foi breve. O abolicionista faleceu em outubro daquele ano. Mas sua vida no jornalismo e em defesa da abolição não se iniciara no jornal *O País*. Em 1869, passou a dirigir o jornal *A reforma*, que em 1873 era um dos mais lidos na Corte. Nesse jornal, a causa abolicionista fazia parte da sua defesa e ao seu lado atuava também o literato, e seu conterrâneo, Artur Azevedo. SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 202, 214. CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoques: 1808-1964*. A história do Brasil contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, p. 141.

eventos, além de publicar algumas notícias a respeito dos festejos,<sup>341</sup> *O Paiz* manteve uma linha independente – provavelmente ligada à sua aberta adesão à causa republicana, expressa na direção dada à folha por Quintino Bocaiúva. Este republicano defendia a República como medida fundamental para o desenvolvimento social e não a abolição, pensada pelos liberais republicanos como parte de reformas graduais seguidas à República.<sup>342</sup> Antes mesmo de editar o jornal *O Paiz*, Bocaiúva já havia dirigido o jornal *A República*, na década de 1870, no qual defendeu um projeto de emancipação gradual com prazos e indenização.<sup>343</sup> No entanto, décadas mais tarde e com o encaminhamento do projeto que acabaria imediatamente com a escravidão sem direito à indenização, Bocaiúva não se mostrou contrário a tal medida mas deu à cobertura feita da abolição pelo seu jornal um diferencial ao mostrar outros elementos que compunham as comemorações e os rituais simbólicos daquela medida. Assim, o jornal noticiava os eventos da comissão de imprensa, mas tentava agregar outros sentidos – diferenciando-se da cobertura dada pelas outras grandes folhas, com a divulgação dos detalhes sobre a subscrição para a compra da pena de ouro e dos nomes dos doadores.

De fato, o apoio dado pelo jornal *O Paiz* à subscrição, assim como acontecia com a *Cidade do Rio* e a *Revista Ilustrada*, indicava por si só os limites do sentido restrito que as comemorações promovidas pela Comissão de Imprensa tentavam imprimir aos festejos da Abolição. Esses três periódicos, apesar de participarem dos festejos pela abolição promovidos pela imprensa, não chegaram a ocupar uma posição mais significativa na direção dos mesmos. Além disso, enquanto havia certa euforia em torno da festa da abolição por parte da imprensa, esses três periódicos mantiveram uma postura crítica não apenas em relação à festa, mas também aos dias seguintes à abolição e suas consequências. Um exemplo foi o *Cidade do Rio*, jornal de José do Patrocínio, que, mesmo estando próximo ao Império, ainda assim mantinha uma postura de denúncia contra a

<sup>341</sup> Os eventos eram publicados e comentados pelos jornais. No entanto, diferente daqueles que encabeçavam a comissão, *O Paiz* não deu ênfase aos eventos na primeira página das suas edições. Mesmo assim, em 5 de junho, publicou o relatório dos tesoueiros da comissão que também saiu em outros jornais.

<sup>342</sup> ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.) *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 99-100.

<sup>343</sup> MACHADO, Humberto. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1991.



permanência de resquícios da escravidão em pleno período dos festejos. O mesmo fez a *Revista Ilustrada*. Embora tenha dado destaque nas ilustrações de Angelo Agostini sobre os responsáveis pela lei – entre eles, a imagem da Princesa juntamente com os atores parlamentares da abolição – nos textos e em algumas ilustrações, não deixou de expressar posições de crítica àquela festa e à configuração feita para comemorar o fim da escravidão. Maio e junho, para esses jornais, além da cobertura da festa, foram meses de discussão sobre o fim do regime servil. No entanto, ainda no momento que antecedeu à abolição e à construção do seu aparato simbólico, foram esses jornais que construíram um discurso dissonante daquele existente nos jornais da Corte que se organizavam em uma comissão para celebrar a lei. Havia, portanto, muitos outros sentidos para a abolição além daqueles pensados pelos jornais diretores da comissão dos festejos. A pena de ouro e o apoio dado a essa forma de aquisição, através de uma subscrição aberta a todos que quisessem participar, era mais um sinal da existência de uma amplitude de sentidos antes e depois da assinatura da lei.

No entanto, ao apoiar a mobilização popular em favor da subscrição, a direção de *O Paiz* nos permite perceber que o ato festejado ganhou, entre os contemporâneos, sentidos que iam para além dos debates jornalísticos e das diferenças entre as folhas. Mais do que gerar listas com assinaturas de nomes e doação de dinheiro, em uma mobilização que ia além dos limites da Corte, tal iniciativa permitiu que fosse recolhido, além de dinheiro, os sentidos da abolição escritos nas justificativas para a doação das quantias. Distantes do processo parlamentar, os doadores mostram-se empenhados não apenas em se fazer presentes através da doação de valores, como também em querer justificar o motivo daquela doação e a importância daquele ato não apenas para as próprias vidas, como também para a pátria, o país, o Império.

A importância atribuída pelos contemporâneos à iniciativa pode ser atestada pela ideia do então diretor da Biblioteca Nacional, Saldanha da Gama, que reuniu toda espécie de material produzido naqueles dias de festa, “desde os mais valiosos até ainda os mais insignificantes”, que pudessem servir, mais tarde, para o “estudo dos futuros escritores da história do elemento servil neste

Império”.<sup>344</sup> Essa iniciativa tinha como objetivo arquivar um material da abolição e seus precedentes a fim de que eles não se perdessem na própria euforia da festa. Dentre este material, constavam as listas de doação entregues ao jornal *O Paiz*.

Embora o jornal publicasse em suas páginas apenas os nomes dos doadores, as listas guardadas pela Biblioteca Nacional nos dão acesso às justificativas e percepções de muitos daqueles que aderiram à campanha. Através dessas listas com assinaturas, é possível traçar, de início, um panorama do alcance da causa abolicionista, capaz de mobilizar habitantes de localidades muito distantes da Corte Imperial. Ao mesmo tempo, no entanto, percebe-se, através de tais registros, que os sentidos da abolição eram mais amplos do que aquilo que se publicava nos jornais da Corte ou em poesias que foram distribuídas nas festas. Desse modo, essas listas nos permitem tentar entender outros sentidos atribuídos ao ato celebrado em 13 de maio, de modo a pensar na abolição para além da imprensa e do parlamento.<sup>345</sup>

Apesar da marca popular que os organizadores da subscrição pretendiam atribuir a esse ato, os primeiros doadores foram os mesmos abolicionistas já atuantes na Corte nos anos anteriores e que fizeram doações por meio da lista criada na redação do *Cidade do Rio*. Dentre os primeiros doadores que tiveram seus nomes publicados, ainda no dia 10 de maio, estavam José do Patrocínio (editor do jornal), o jornalista Ernesto Senna, o literato Coelho Neto e o jovem poeta Osório Duque-Estrada<sup>346</sup> – todos já envolvidos com a dinâmica dos preparativos para a abolição, fosse por sua presença nas galerias da Câmara durante os debates parlamentares ou escrevendo para os jornais da Corte, de modo a divulgar a euforia das ruas a cada votação do projeto.<sup>347</sup>

Essa também foi a lista assinada pelos membros da Confederação Abolicionista e pelos representantes do Quilombo do Leblon.<sup>348</sup> Trata-se de

<sup>344</sup> “Biblioteca Nacional”, *O Paiz*, 04 de junho de 1888. Essa iniciativa do diretor da Biblioteca Nacional explica a existência, na instituição, dos originais das listas enviadas ao jornal *O Paiz* com a subscrição para a compra da pena.

<sup>345</sup> Todo o material utilizado nesse capítulo a respeito dos bilhetes e listas de doações pertence à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. A exceção será sinalizada em nota de rodapé. *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01.

<sup>346</sup> *Cidade do Rio*, 10 de maio de 1888.

<sup>347</sup> Constam também nessa lista assinaturas que vinculavam famílias inteiras à doação, entre elas estavam: Braga, Dória, Cavalcante de Albuquerque, Nabuco de Gouvêa, Bousquet, Guanabardino, Salvador de Mattosinhos, Reis, Vinhaes, Bocaiúva, Campos da Paz, Assis e Fábregas.

<sup>348</sup> “Subscrição popular”, *Cidade do Rio*, 11 de maio de 1888.

parcelas mais radicais do movimento abolicionista da Corte, que muitas vezes associaram-se aos abolicionistas de outras províncias de modo a tramar ações que visavam diminuir a influência da escravidão no ambiente urbano da Corte. Um desses casos foi justamente a constituição do Quilombo do Leblon.<sup>349</sup> Nessa região distante do grande centro, escravos fugidos tinham acolhimento por parte de abolicionistas, que também promoviam ações ligadas aos quilombos urbanos de outras províncias.<sup>350</sup> Nas vésperas da abolição e diante do momento que encerraria a luta empreendida por eles durante todos aqueles anos, assinar uma lista pública em nome do Quilombo do Leblon e da Confederação Abolicionista não apenas marcava a presença de outros sujeitos e lógicas em meio ao processo abolicionista, como também legitimava as ações empreendidas por eles como parte importante do processo que, naquele momento, conseguia dar um fim à escravidão.

Nem só de abolicionistas já destacados, no entanto, se fez a subscrição. As listas enviadas à redação do jornal *O Paiz* chegavam em uma espécie de formulário padrão, com um cabeçalho informando o tema da subscrição e logo em seguida um espaço para as assinaturas. Porém, em diferentes locais foram formadas listas com cabeçalhos e justificativas diversas para aquela doação. A variedade de listas e justificativas nos permite identificar a diversidade dos grupos que participaram da iniciativa, assim como os sentidos que eles atribuíam à abolição e à festa que devia celebrá-la.

A notícia da subscrição não tardou a chegar a lugares mais afastados da Corte. Afinal, o jornal *O Paiz* tinha leitores nas províncias vizinhas. Sinal disso foi a lista recebida pela redação vinda de Juiz de Fora, com noventa e seis assinaturas.<sup>351</sup> Outras chegaram com justificativas para a doação que ampliavam o modo pelo qual os doadores entendiam a festa que se anunciava. É o caso dos abolicionistas de Porto Novo do Cunha,<sup>352</sup> que enviaram suas doações no dia 11 de maio. Vale a pena reproduzir o bilhete enviado por eles:

<sup>349</sup> SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>350</sup> *Idem*, p. 15. O chefe do quilombo do Jabaquara, Quintino de Lacerda, em São Paulo, tinha relação com o do Leblon, o imigrante e comerciante Seixas.

<sup>351</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01.

<sup>352</sup> A região do Porto Novo do Cunha fica no atual município de Além Paraíba, Minas Gerais, e teve sua história marcada pela produção do café e por fazer parte dos trajetos das estradas de ferro.

Ilmo Sr. Redator do *O País*

Porto Novo do Cunha 11 de maio de 1888

Neste lugar onde é quase um crime ser-se abolicionista e onde o delegado de polícia esquecendo a sua origem pretende meter na cadeia todo aquele que se manifestar comovido a favor da extinção do cativo da raça escura, somos obrigados a guardar o incógnito, com a mais severa cautela, para não dar-mos ao homengenho o gosto de cair sobre nós com o peso de toda a sua autoridade.

Mas como não podemos sufocar o entusiasmo que sentimos pela Excelsa Princesa, máxima neste assunto que ela vai referendar e pelo qual se elevará o Brasil a grandeza que lhe foi destinada, concorremos também com a espórtula para a pena que nova era vai indicar nos faustos da História pátria, (...)

Somos Sr. redator, vossos constantes leitores.

Três abolicionistas.<sup>353</sup> (grifos do autor)

Esse bilhete exemplifica a tensão existente às vésperas da assinatura da lei e a importância atribuída ao ato e à sua celebração por aqueles que ainda sentiam na pele que a escravidão estava longe de ser um simples espectro do passado, como tentavam fazer crer os ideólogos da imprensa nas vésperas da abolição. Um sinal disso era a denúncia clara do crime que era ser abolicionista, e do modo pelo qual autoridades locais estavam empenhadas na sua punição. Apesar de toda a movimentação e do debate na Corte, no dia 11 de maio ainda não era seguro declarar-se abertamente a favor da abolição nas proximidades das fazendas que ainda eram dependentes do trabalho escravo. A escravidão, longe do parlamento, ainda parecia forte e defensável – o que explica os motivos pelos quais esses homens não assinaram a carta, preferindo contribuir anonimamente para o fim da escravidão através da quantia enviada para a compra da pena. Ao mesmo tempo, assim como doam uma quantia para a pena de ouro, reproduzem também em seus escritos a ideia de que a liberdade dos escravos seria outro ato de doação, dessa vez feito pela “Excelsa Princesa”, principal protagonista do que ocorreria na Corte. Os doadores da quantia vinda de Porto Novo do Cunha tinham no jornal, conforme eles mesmos tratam, a principal fonte de notícias da movimentação que ocorria na Corte para a votação do projeto. Portanto, reproduzem o sentido de doação da liberdade presente nos discursos da imprensa.

O anonimato desses abolicionistas, em uma região dependente do café e, sem dúvida, do trabalho escravo, não foi novidade nas listas de doadores para a

---

Porto Novo foi a estação terminal da Estrada de Ferro d. Pedro II, cujos trens vinham do Rio de Janeiro e, em 1873, teve inaugurado o primeiro trecho da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, primeira ferrovia de Minas Gerais. GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições culturais, 2005, p. 55.

<sup>353</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01.

pena. Muitos deles fizeram questão de se identificar a partir de referências políticas e do seu passado. Até mesmo nas listas geradas na Corte há duas doações tendo como assinatura a referência a “um republicano”.<sup>354</sup>

Já outro doador mostra o conhecimento da importância daquele ato, assinando como “um liberto” e demonstrando que havia um ex-escravo acompanhando toda aquela movimentação pelo fim da escravidão e com referência a seu passado escravo.<sup>355</sup> Por isso, assinar marcando uma origem, apesar de não sabermos ao certo se era efetivamente um ex-escravo, era mais significativo do que colocar um nome que não causaria maiores associações. O mesmo pode ter pensado “um libertador do Ceará”, “um abolicionista de todos os tempos” ou “um abolicionista não da última hora” quando assinaram a subscrição aberta na redação do *Cidade do Rio*.<sup>356</sup> Esses que omitiram seus nomes marcaram seus posicionamentos e, até mesmo, fizeram uma crítica aos momentos finais da abolição, deixando claro que aquela luta não se iniciara com o envio do projeto à Câmara, mas sim, durante a década de 80. Nesse período, a libertação do Ceará e a participação de abolicionistas pareciam fundamentais para aquilo que viviam no mês de maio. Logo, as listas, com suas assinaturas, cabeçalhos e justificativas de doação, eram também uma forma de afirmar a especificidade de cada sujeito ou grupo que dela tomavam parte e seu posicionamento diante do movimento pela abolição. Através dessa ação coletiva, foi possível perceber a dinamicidade de sentidos e valores que a abolição recebeu antes mesmo de acontecer. Tal dinamicidade não foi valorizada nem mesmo pelo principal jornal que apoiou a subscrição popular, uma vez que os bilhetes e cartas que expressavam a vontade dos seus doadores não foram publicados. Ainda assim, doações coletivas ou individuais escritas em páginas ou num simples cartão de visita traçaram um panorama sobre a abolição e seus efeitos entre aqueles que eram livres, ou recentemente haviam conquistado a liberdade.

O formato de criar listas de doações a partir de um local de trabalho, dando para cada doação uma identidade maior para além dos nomes, foi seguida por

<sup>354</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01. Essa lista recebeu 253 assinaturas, mas não é possível identificar onde foi feita a subscrição que teve a assinatura de dois doadores como “um republicano”.

<sup>355</sup> *Idem*. Essa lista recebeu 132 assinaturas e também não há referência sobre sua origem.

<sup>356</sup> “Subscrição popular”, *Cidade do Rio*, 11 de maio de 1888. O recorte dessa parte do jornal também faz parte do material da subscrição existente na Biblioteca Nacional.

grande parte dos doadores que colocavam cabeçalhos indicando os sentidos que atribuíam àquela contribuição. Essa iniciativa também ocorreu entre grupos de trabalhadores livres da Corte que organizaram listas para promover arrecadação de dinheiro para ser enviada à redação do jornal. Essas listas também foram as primeiras geradas na Corte e são originárias de setores específicos. Os docentes do Ginásio Fluminense, os empregados do Asilo dos Meninos Desvalidos<sup>357</sup> e os foguistas do Encouraçado Javary enviaram suas doações em subscrições organizadas em seus próprios locais de trabalho. Esses últimos encaminharam, junto com sua contribuição, um pequeno texto, repleto de erros ortográficos e com os vinte e seis nomes transcritos em uma mesma caligrafia, na indicação de que os signatários talvez não soubessem assinar seu próprio nome. Seu título, tal como transcrito pelos doadores, já deixava claro seu perfil: “fuguistas contratado do Encouraçado Javary para oferecer uma pena de ouro, Princesa Imperial, para acignar a lei da buliçao”. Nota-se, no documento, o esforço de deixar marcado para os receptores da doação a identidade específica dos trabalhadores, forjada no trabalho em comum. Os desejos daqueles homens não foram, porém, respeitados pelo jornal, que publicava apenas os nomes dos doadores sem fazer nenhuma distinção quanto à sua origem. O mesmo ocorreu com os moradores de alguns subúrbios: apesar de formarem subscrições a partir dos bairros de origem, os nomes dos doadores foram misturados aos das demais listas publicadas no jornal, na diluição de todas as identidades específicas que se apresentavam no momento da celebração.<sup>358</sup> Da perspectiva desses trabalhadores e moradores do subúrbio, no entanto, era de forma coletiva e articulada que tentavam se inserir na comemoração pela abolição.

A exceção a essa regra ocorreu com a lista proveniente da Escola Militar, única a ser publicada no jornal *O Paiz*. No cabeçalho dessa listagem há a justificativa e o que entendiam ser a abolição para alunos e professores:

<sup>357</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01. Na lista dos docentes do Ginásio Fluminense consta vinte e oito assinaturas e vinte e três na lista dos empregados do asilo dos meninos desvalidos.

<sup>358</sup> *Idem*. Na documentação constam as doações dos moradores de Cascadura, Freguesia do Irajá e Penha, que também fazia parte dessa freguesia.

*Subscrição promovida no seio da Escola Militar para a compra da pena com que deve ser assinado o decreto da abolição declarando iguais todos os brasileiros*

Ao redator principal d'O Paiz, (*ilegível*) proveniente de 95 assinaturas, a quantia de 47\$500 com que concorrem o general comandante, professores, alunos e empregados da administração da escola militar, para auxiliar a compra da pena de ouro com que deve ser assinado o decreto da abolição da escravidão. É um justo culto de veneração e de amor; é uma eloquente e singela prova de fraternização que dá a escola militar à raça oprimida, cuja redenção vai decretar a augusta princesa imperial, como uma reparação a três séculos de exploração, de ignomínia e de amarguras profundas e dolorosas – sou com admiração, etc.etc. – Serzedelo Correia – Escola Militar, em 12 de maio de 1888.<sup>359</sup>

Serzedelo Correia, em maio de 1888, era professor da Escola Militar e um dos militantes da causa republicana ao lado de republicanos históricos, como Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva e Campos Salles.<sup>360</sup> A proximidade que tinha com um dos editores do jornal possivelmente influenciou a publicação do seu texto, o único a sair no formato conforme foi enviado pelos assinantes da subscrição. No texto, a doação da quantia era uma concessão dada pelos oficiais a quem eles chamaram de “raça oprimida”, sendo a pena um instrumento de redenção de três séculos de escravidão. Através da sua assinatura, a Princesa finalizaria um período de “amarguras profundas e dolorosas”. O ato da doação da quantia é uma amostra da importância que esses militares davam àquela assinatura para o futuro e o passado do país, uma vez que a lei o redimiria. Participar do ato através da contribuição para a aquisição da pena era também colocá-los em meio àquela ação.

Outros militares também fizeram suas doações através de listas criadas em setores específicos, como, por exemplo, os do 1º Regimento de Cavalaria; os funcionários da oficina de Ferreiro do Arsenal de Guerra da Corte e os operários do Arsenal da Marinha. No texto abaixo, apenas dois militares assinaram a doação dando sentidos próprios àquele ato.

Ilmo Exmo. Sr. Redator

Saúde paz e felicidade e o que mais desejamos em companhia de sua prezada família.

Senhor, nós abaixo mencionados não podíamos e nem podemos deixar de contribuirmos nesta gloriosa pena de ouro! E graças ao ilustre redator, de ter esta grandiosa ideia!?

E a se assim procedemos, passaríamos por homens, que não tem amor a sua pátria.

<sup>359</sup> “Subscrição popular”, *O País*, 13 de maio de 1888.

<sup>360</sup> TAVARES, A. de Lyra. *Aristides Lobo e a República*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987, p. 35.



Senhor, não repare na diminuta quantia, que junto-lhe remeto.  
 Destes seus criados  
 Operário militar Álvaro da Câmara Pinheiro  
 2º Sargento, Manoel Gomes Ferreira  
 Rio de Janeiro, 13 de maio de 1888.<sup>361</sup>

Assim como os demais militares, o envio da quantia era um ato patriótico a ser vivido por todos, até mesmo como uma obrigação de quem tivessem amor à pátria. No entanto, esses dois militares, ao fazerem suas doações, pretendiam se destacar quase que individualmente de qualquer outra lista coletiva criada no seio militar, a fim de deixar registrado suas ideias acerca daquele ato. Ou seja, era necessário mais do que doar, era preciso marcar entre os receptores das listas quem e como ocorriam as doações.

Apesar de suas diferenças de perspectiva, essas listas não apresentaram sentidos para a abolição que fossem divergentes daqueles que estavam sendo reproduzidos nos jornais nas vésperas da assinatura da lei. O diferencial é o compartilhamento desses sentidos entre os participantes da subscrição para além dos grupos já fechados e presentes nos discursos reproduzidos nos jornais daquele período. Ou seja, os abolicionistas de maio, ou aqueles que participaram do processo abolicionista dos últimos dias, constituíam-se numa amplitude muito maior e para além de literatos, jornalistas, políticos e governantes. Todos, a partir da constituição de identidades, faziam parte daquele momento de celebração e produção de sentidos.

Contudo, as doações para a pena também receberam sentidos diversos daqueles que estavam sendo reproduzidos nos jornais e em outras listas. Isso fica evidente numa doação individual vinda da província de Minas Gerais. A doação de Simplício Luiz da Cunha, de Sant'Ana de Pirapetinga, província de Minas Gerais, foi feita com uma justificativa bem marcada.

Sant'Ana de Pirapetinga (Minas), 11 de maio de 1888  
 Ilmo Sr.  
 Incluso remeto a V. S. uma nota de 500 Rs para fazer o favor entregar ao Sr. Dr. Luiz Pedro Drago, como donativo para compra da pena que tem de ser oferecida a excelsa Princesa Imperial que tem de assinar o decreto de lei extinguindo a escravidão da nossa pátria.  
 Seu criado e Venerador  
 Simplício Luiz da Cunha.<sup>362</sup>

<sup>361</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01.

<sup>362</sup> *Idem*.

A doação individual era uma forma de contribuir para um momento que se acreditava ser um dever. O apoio ao ato e à dinâmica simbólica proposta por Drago é feito através da doação mas, ao mesmo tempo, a Princesa usaria a pena para uma função muito específica: extinguir a escravidão da pátria. Ou seja, o ato da princesa não seria uma doação, mas sim uma obrigação bem marcada.

As doações para a compra da pena de ouro aumentaram à medida em que o projeto passava pelas votações na Câmara e no Senado. Muitos ainda queriam participar, mesmo que não desse tempo para que a quantia fosse utilizada no seu objetivo principal. Diante disso, aparecia um problema: o que fazer com a quantia que chegasse tarde demais para comprar a pena? A doação abaixo contou com 131 assinaturas e tem a data de 12 de maio, ou seja, véspera da assinatura:<sup>363</sup>

Ilmo Sr. Redator d'O Paiz

Aderindo à patriótica idéia do Sr. Luiz Pedro Drago, de adquirir com donativos populares e oferecer a S. A. P. Regente, (...) a subscrição abaixo, que produziu 65\$500, cuja importância inclusa lhe remetemos.

Rogamos a V<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>, a fineza de, na hipótese de se achar encerrada a subscrição, que V<sup>a</sup>S<sup>a</sup>, com tanta gentileza e cavalheirismo, se dignarão abrir n'essa redação, em auxilio da ideia do Dr. Drago, aplicar a quantia que enviamos a qualquer fim humanitário.

Aproveitamos a ocasião para apresentar a V<sup>a</sup>S<sup>a</sup> nossos sinceros parabéns, pela nobre e desinteressada atitude tomada por V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> na causa da redenção dos cativos, fazendo dessa idéia a principal arma que se tem batido, desde a fundação dessa conceituada *folha*. (grifo do autor)

Assinaremos com todo o respeito e alta consideração.<sup>364</sup>

A possibilidade de o dinheiro chegar com certo atraso às mãos de quem seria o responsável pela compra da pena não desanimou esses doadores, que acreditavam que outro destino pudesse ser dado ao dinheiro. Mais do que conseguir a quantia necessária para a finalidade primeira da subscrição, o que valia para os abolicionistas que arrecadaram essa alta quantia era entrar para a galeria daqueles que contribuíram diretamente para o fim da escravidão. A alternativa que davam para a utilização do dinheiro indicava, porém, que não se tratava de uma simples homenagem à Princesa. Ao falar dos fins humanitários da iniciativa, esses sujeitos mostravam associar seu ato à efetiva melhoria de vida dos ex-escravos.

<sup>363</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01.

<sup>364</sup> *Idem*. O valor citado corresponde à doação de 500 réis feita por 131 pessoas.

Não é de se admirar, por isso, o grande sucesso da subscrição, que contou com um número surpreendente de adesões. Até o dia 12 de maio, a redação do jornal já havia arrecadado 831\$400 (oitocentos e trinta e um mil e quatrocentos réis) e os nomes da maior parte dos doadores já haviam sido publicados no periódico. O espaço, no entanto, não era suficiente para a publicação dos nomes de uma só vez e os redatores prometiam publicar os demais nos dias seguintes.<sup>365</sup> Para os que contribuía, era necessária a publicação dos nomes como forma de deixar marcado para a posteridade, em um veículo de grande circulação, a participação no ritual da assinatura. A quantidade de doadores foi tanta que o jornal teve que retificar mais de uma vez alguns nomes que saíram errado em edições anteriores.<sup>366</sup> Ou seja, a publicação era vigiada por quem doava. E isso apareceu de forma clara no final de uma lista enviada ainda no dia 11 de maio. O autor da subscrição, vinda de Mendes, interior da província, pediu: “os 26 nomes devem ser publicados, pois que eu preciso dar satisfação de cada um”.<sup>367</sup>

Até a véspera do último dia de discussão da lei, 12 de maio, foi grande o volume de arrecadações. O total daquele dia foi de 859\$400 (oitocentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos réis), entre subscrições feitas dentro das redações da *Revista Ilustrada* e *Cidade do Rio*, contribuições individuais enviadas ao jornal ou por meio de listas que tinham os nomes dos proponentes publicados. A fim de dar um prazo final para a arrecadação, o jornal anunciava que a subscrição se encerraria no dia 13 de maio, ao meio dia.<sup>368</sup>

Na tarde do domingo, 13 de maio, foi finalmente assinada a lei, e efetivada a homenagem proposta pela subscrição. Antes da assinatura final, a pena de ouro foi doada à Princesa por Luiz Pedro Drago, que pronunciou um discurso ao fim do ato. Nele, Drago ressaltou a pena como um troféu entregue pelo povo sem demarcar as diferenças existentes entre os doadores. Assim como não destacou a diversidade daqueles que a partir daquele momento viveriam sob a lei da abolição.

<sup>365</sup> Em um único dia, o jornal chegou a receber quatrocentas doações de 500 réis cada uma. Logo, era quase impossível dar conta da publicação de todos esses nomes.

<sup>366</sup> “Subscrição popular”, *O País*, 11 de maio de 1888. O jornal destacava quem tinha seu nome corrigido logo depois de publicar a listagem do dia.

<sup>367</sup> *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago*, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional, II – 32, 10, 01.

<sup>368</sup> *Idem*.

Hoje, porém, que o Brasil considera o homem unicamente como irmão do homem, hoje que o Brasil conhece a sua pujança, pela homogeneidade de sua massa, hoje que a nação reconheceu o homem vinculado ao homem pelos mais estreitos laços da liberdade, hoje, finalmente que a nação contempla em jubiloso êxtase a justa igualdade dos direitos e deveres de seus filhos, pela grandiosa e imortal obra da redenção, é hoje também que terá o Brasil completado a sua independência.

Portanto, senhora, devemos considerar a lei 13 de maio como de verdadeiro dia de festa nacional.<sup>369</sup>

O momento celebrado por Drago era de união e irmandade. As diferenças existentes antes da abolição se encerrariam naquela data, e a união se faria presente entre todos. Nesse momento de celebração e de união pregado pelo autor, ele ressalta assim a defesa de uma homogeneidade entre os filhos do Brasil. Ou seja, a diversidade dos doadores da subscrição não interessava, uma vez que a lei redimia qualquer diferença até então existente. A celebração é pela união, pela homogeneidade e não pelas diferenças que são vistas por esse ponto de vista como algo ruim e negativo diante daquele momento que se iniciava com a lei. Portanto, a pena era o símbolo do direito e do dever do “povo agradecido” que se unia em busca de um propósito comum: o fim da escravidão. Apesar de a pena ter sido comprada por meio de uma subscrição que foi chamada por seu criador como sendo popular, no seu discurso na ocasião da entrega desse objeto, a diversidade que lembra esse conceito não foi valorizada, ao contrário, todas as vozes foram caladas sob uma fala que pregava a homogeneidade como elemento de liberdade e fim das diferenças até então vividas durante a escravidão.

De fato, o povo agradecido é homogêneo às vistas do jornal e daqueles que pretendiam controlar o ritual da assinatura. No entanto, aquele momento de doação não deixou de ser apropriado também por aqueles que tiveram nessa oportunidade uma única chance de expressar ideias a respeito daquela movimentação na Corte e que de algum modo estavam distantes. As vozes que foram caladas por Drago corresponderam a aproximadamente 3 mil assinaturas que arrecadaram um valor total de 2:174\$300 (dois contos, cento e setenta e quatro mil réis e 300 réis), de acordo com o valor publicado no jornal *O Paiz*.<sup>370</sup>

Enquanto as festas pela abolição tomavam conta da cidade, a pena de ouro foi exposta na redação do jornal para que pudesse ser vista e admirada não só por seus doadores, mas por todos que tinham na Rua do Ouvidor um caminho a

<sup>369</sup> “Ave Libertas”, *O Paiz*, 14 de maio de 1888.

<sup>370</sup> *O Paiz*, 15 de maio de 1888.

seguir. Entre o dia 20 de maio até o final do mês, a pena foi apresentada ao público no salão da redação, sendo assim descrita pelo redator do jornal:

Pena toda de ouro, tendo no dorso 48 brilhantes, cuja grandeza vai aumentando desde a extremidade superior até a base da nervura principal, onde se engasta uma linda esmeralda circundada de brilhantes, formando o nó central de um laço artisticamente feito e abaixo de qual se destacam duas ovaes, contendo uma coroa imperial, e a outra o brasão d'armas da casa de Orleans. No corpo da pena, e quase na extremidade inferior, vê-se ainda um dragão todo cravejado de brilhantes, emblema da casa de Bragança; sendo o espaço compreendido entre os dois citados emblemas ocupado pela seguinte inscrição. 'A D. Isabel, a redentora, o povo agradecido' – lendo-se do lado oposto o número e data da lei.<sup>371</sup>

A pena reunia elementos que associavam a família imperial àquele ato, e não apenas a Princesa Isabel e o Parlamento. Os símbolos dos Orleans e dos Bragança estavam presentes e marcam a ascendência não só da Princesa como também do Império. Por outro lado, a inscrição “povo agradecido” no início do discurso de Drago e na pena reafirma o sentido de dádiva que pretendiam associar alguns doadores àquele ato. Nesse caso, para o autor da subscrição, o povo, numa referência mais a uma homogeneidade descartando qualquer diferença política e social existente entre os doadores, apresentava-se apenas agradecido e por isso presenteava a doadora da liberdade.

A redação do jornal serviu de local de exposição da pena que foi visitada por um grande público, ao mesmo tempo em que também testemunhava um “trabalho de arte”, segundo o relato entusiasmado dos editores d'*O Paiz*.<sup>372</sup> De acordo com o prometido pelo jornal, a publicação dos nomes daqueles que doaram fundos para a compra da pena seguiu até o dia 01 de junho.<sup>373</sup>

Após o principal uso da pena e sua exposição para os que a compraram, o objeto usado para dar fim à escravidão se tornava uma relíquia e como tal deveria ser guardada. Um cofre de ferro foi comprado pelos editores d'*O Paiz*, através de outra arrecadação, e nele a pena ficaria guardada como monumento material e “precioso instrumento histórico”, nas palavras dos editores do jornal.<sup>374</sup> O valor de 121\$300 Rs (cento e vinte e um mil e trezentos réis) foi dado pelo tesoureiro

<sup>371</sup> “Salão d'*O Paiz*”, *O Paiz*, 20 maio de 1888.

<sup>372</sup> Através da publicação do jornal sobre as exposições que ocorriam no salão da redação, é possível concluir que a pena ficou exposta até o dia 30 de maio, quando há o anúncio de uma nova exposição.

<sup>373</sup> Os nomes foram publicados na primeira página do jornal, mas com uma fonte reduzida em comparação à utilizada nos outros textos. *O Paiz*, 01 de junho de 1888.

<sup>374</sup> “Salão d'*O Paiz*”, *O Paiz*, 10 maio de 1888 e 22 de maio de 1888.

do jornal, em julho de 1888, a João Saldanha da Gama, responsável pela compra do cofre e então diretor da Biblioteca Nacional.<sup>375</sup>

A relíquia a ser guardada em um cofre foi fruto da mobilização de milhares de pessoas que acreditavam estarem dando sua contribuição, de certo modo, para o fim da escravidão, apesar das inúmeras interpretações existentes e presentes nas listas. Enquanto as discussões em torno do projeto seguiram pelo *locus* parlamentar, o “povo agradecido”, em sua diversidade, mobilizava-se a partir de critérios próprios e sentidos compartilhados para a abolição. Assim, para além dos desejos de Drago, a compra da pena de ouro significou efetivamente mais do que uma simples homenagem à família imperial. Ela representava a participação de categorias sociais distantes da ambiência do parlamento ou do palácio Imperial, mas que tentavam, do seu modo, explicitar os sentidos que atribuíam ao ato a ser celebrado. Desse modo, a pena simbolizava os sonhos e aspirações de sujeitos diversos, assumindo para os participantes da subscrição inúmeros significados: a igualdade, a glória, a liberdade da pátria, a redenção e o fim do cativo.

Ao fim da assinatura da lei e início dos festejos, a diversidade do público que contribuiu para a compra da pena de ouro continuou aparecendo, de algum modo, nas páginas dos jornais através da mobilização de determinados grupos para a realização de festas pela abolição ou, até mesmo, na reivindicação de espaço nos eventos organizados pela imprensa. A vontade de participar da festa promoveu a formação de grupos que, a partir de elementos da formação de identidades coletivas,<sup>376</sup> local de trabalho ou de moradia, contribuíram para a compra da pena e mais tarde se fariam presentes na organização das suas celebrações individuais ou coletivas. A subscrição foi o primeiro passo para a participação de diferentes sujeitos sociais nos festejos da abolição, para além da imprensa.

<sup>375</sup> “Código escravidão” – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 6, 1, 7. Atualmente a pena está exposta no Museu Imperial de Petrópolis, juntamente com outras relíquias do tempo do Império. A lei, na sua materialidade, é acervo do Arquivo Nacional e os documentos da subscrição popular que a compraram pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>376</sup> KRAAY, Henrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade” – comemorações da independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 8, n. 14, jan.-jun. 2007, pp. 9-36.

## 9

**Os festejos longe da Corte**

A subscrição para a compra da pena foi o primeiro momento de integração de abolicionistas de outras regiões com as movimentações em prol da abolição que estavam ocorrendo no Parlamento. Com a assinatura da lei, esses grupos que haviam contribuído a distância com o envio de quantias para a aquisição de um símbolo pretendiam também se inserir na dinâmica dos festejos comemorativos. Vindos de regiões periféricas, esses festeiros puderam tanto participar dos festejos que foram organizados pela imprensa quanto promover suas próprias festividades. Ao traçarmos um panorama das festas ocorridas fora da Corte será possível perceber a existência de uma dinamicidade festiva que ia além daquela realizada pela imprensa. Da mesma forma que ocorreu com a subscrição, quando alguns sentidos para a abolição pareciam convergentes com aquilo que estava sendo tratado pela imprensa, nessas festas fora da Corte alguns sentidos foram compartilhados por sujeitos que pretendiam ficar marcados como organizadores de tais eventos. As festas em locais afastados se apropriam de uma dinâmica festiva comum, porém, marcam seus organizadores como protagonistas do evento, independente dos mandos da imprensa.

Sem dúvida que, nesse período, a ligação entre a Corte e as regiões periféricas, tanto do interior quanto entre províncias vizinhas, teve como facilitador as ferrovias, que já haviam contribuído para a circulação de notícias acerca das discussões sobre o fim da escravidão. Em maio, serviu para o trânsito entre os moradores de diferentes regiões naqueles tempos de festa.<sup>377</sup> Estudos a respeito da expansão dos subúrbios<sup>378</sup> não deixam de considerar as estradas de

---

<sup>377</sup> A realização da subscrição popular e a contribuição de moradores de regiões mais afastadas são exemplos de como as estradas de ferro – não apenas as que ligaram a Corte aos subúrbios, mas também aquelas que ligavam outras províncias – eram necessárias para a comunicação entre diferentes tipos sociais.

<sup>378</sup> O uso do termo “subúrbio” já recebeu inúmeras definições de especialistas tanto da área de arquitetura e geografia quanto por historiadores. Para o primeiro caso, temos a sua definição a partir da etimologia das palavras “urbano” e “suburbano”, como algo ligado à proximidade da cidade, no sentido de segregação espacial. LINS, Antonio José P. S. “Ferrovia e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro”. In: OLIVEIRA, Márcio P. FERNANDES, Nelson da N. (orgs) *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF, 2010, p. 139. Já a historiadora Laura Maciel pensa no termo no seu uso no início do século XX, quando jornalistas e cronistas se referiam a “subúrbios” para qualquer área em expansão na cidade (Botafogo, Leme, Copacabana). Mais tarde os subúrbios ao sul foram incorporados à cidade e transformados em bairros, enquanto as regiões mais pobres, ao norte, continuaram a ser vistas como subúrbios. MACIEL, Laura Antunes. “Outras memórias nos



ferro, principalmente a primeira delas, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, como fundamentais para a ocupação e o desenvolvimento de uma região periférica.<sup>379</sup> A ocupação das proximidades das estações entre o Centro e Cascadura foi feita a partir do retalhamento de antigas chácaras e fazendas para a criação de bairros que foram ocupados por uma população com emprego mais estável e remuneração média: funcionários públicos, militares, profissionais liberais e comerciantes<sup>380</sup> que preferiram ter uma casa possivelmente mais confortável do que as moradias disponíveis na região central da cidade, valendo-se do trem como deslocamento entre a residência e o trabalho.<sup>381</sup> Além disso, as estações de embarque e desembarque de passageiros só foram construídas em locais de interesse para as indústrias, o que demonstra haver também um pólo de emprego nessas regiões.<sup>382</sup> Ou seja, desde a segunda metade do século XIX, quando as estradas de ferro e suas estações passaram a ser construídas, a cidade se interligou por meio delas e isso permitiu que, no contexto da abolição, não apenas os moradores da região central da cidade, como também os que viviam em outras regiões, pudessem participar das movimentações em prol do fim da escravidão. Todos participariam, seja saindo dos seus bairros e utilizando o trem para o deslocamento, seja ficando na sua região e festejando de forma própria a abolição junto com seus pares. Se os moradores desses subúrbios já haviam contribuído para a comemoração da abolição ao participarem da subscrição para a compra da pena de ouro,<sup>383</sup> as

---

subúrbios cariocas: o direito ao passado”. In: OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 196. O termo também é utilizado para os bairros situados à beira das ferrovias, nas zonas norte e oeste da cidade. LINS, *op. cit.* p. 140. Diante de todas essas tendências ou variáveis para pensar o início do uso do termo, continuo a utilizá-lo para o ano de 1888 por tê-lo encontrado nos jornais de maio desse ano. Neles, o termo é utilizado para caracterizar áreas mais afastadas da região central e próximas à linha do trem.

<sup>379</sup> O serviço de passageiros foi implantado por volta de 1870 e a primeira linha partia da estação da Corte, que ficava junto ao Campo de Santana, destinando-se à província de São Paulo, indo pelos vales que hoje compõem os subúrbios. A Estrada de Ferro D. Pedro II facilitou o acesso dessas regiões ao centro da cidade. LINS, *op. cit.* p. 150.

<sup>380</sup> MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2011, p. 28.

<sup>381</sup> MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma*. (Rio de Janeiro, 1890-1910). Dissertação de Mestrado, Unicamp. Campinas: SP, 2008, p. 29. De acordo com a autora, o gasto com a passagem não afetava tanto o orçamento dos trabalhadores que moravam nos subúrbios e que utilizavam o trem para chegar ao trabalho.

<sup>382</sup> FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Morigerados e revoltados*. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). Dissertação de Mestrado, Unicamp: Campinas: SP, 2008, p. 15. O bairro de Inhaúma é exemplo de região que se desenvolveu a partir de condições existentes de trabalho onde a população pôde se fixar sem a necessidade de fazer grandes deslocamentos até o trabalho. MIYASAKA, *op. cit.*

<sup>383</sup> Na subscrição consta a contribuição dos moradores dos moradores de Cascadura, Penha e Irajá.

ferrovias garantiram também sua participação física, aproximando do ambiente parlamentar do Império quem nem estava tão distante assim.

Em maio de 1888, os ramais da Estrada de Ferro Pedro II foram enfeitados a fim de fazerem parte da dinâmica festiva que tomava conta de toda a província. A ornamentação desses locais não fugiu daquela feita nas fachadas das residências e casas comerciais da Corte. Nos ramais eram utilizados bandeiras, galhardetes e outros enfeites que faziam menção àquele momento de festa. Enfeites em prédios, bandas de música, luzes, tudo o que poderia demonstrar apreço por aquele motivo da festa também foi utilizado para ornamentar as estações e a vizinhança. Os passageiros que chegavam aos ramais para tomar o trem para o Centro já encontravam um ambiente festivo, semelhante ao que presenciariam mais adiante.<sup>384</sup>

Em meio à movimentação nos dias seguintes ao 13 de maio, os editores dos principais jornais da Corte encontraram pouco espaço para divulgar as notícias dos subúrbios. As notas foram dadas de forma breve e sem aprofundar os detalhes. Ainda assim, a promoção de festejos pela abolição nesses locais foi reconhecida em pequenas notas, como aquela publicada no *Diário de Notícias*, em meio a uma reportagem que tratava da movimentação que ocorria na Rua do Ouvidor. Ao final do relato, esse redator admitiu: “D’esta vez a alegria do povo estendeu-se por toda a cidade, invadiu os subúrbios”.<sup>385</sup> Não havia como negar a existência de festejos tão empolgantes quanto os dessa rua em outros locais, promovidos por outros sujeitos. A *Gazeta de Tarde* conseguiu descrever com certa riqueza de detalhes a mobilização dos moradores das regiões próximas às estações:

Desde Cascadura todas as estações e paradas da estrada de Ferro D. Pedro II acham-se festiva e galhardamente embandeiradas e iluminadas.

Na estação de Cascadura, os arcos de folhagens, junto a uma engenhosa disposição de copinhos de cor amarela, desde longe encantam a vista e ensinam que o triunfo pertence todo, pacífico, ao auriverde pavilhão. Um túnel luminoso percorrido pela locomotiva. A beleza e disposição deliciosa do trabalho decorativo e de iluminação fazem honra ao delicado gosto do digno agente, o Sr. Miguel Figueiredo e do telegrafista o Sr. Durães.

Piedade está toda cingida de galhardetes e tem todas as suas arestas pontilhadas de balões venezianos multicores.

<sup>384</sup> “Estação dos subúrbios”, *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888. Nessa nota, há a informação sobre os enfeites nas estações entre São Cristóvão e Cascadura e a presença de pessoas nas plataformas saudando os trens que passavam em direção à festa na Corte.

<sup>385</sup> “A Rua do Ouvidor”, *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1888.

Oficinas apresentam no ápice de sua frontaria uma linha recurva de grandes pupilas frisadas, brilhantes.

Todos os Santos iluminada a lanternas chinesas. Uma multidão adorável de senhoras troca vivas à liberdade com os passageiros.

Engenho Novo tem a acrescentar a graça e bom gosto de seu arranjo, a iluminação vistosa de todas as casas circunvizinhas.

Sampaio e Riachuelo com seus edifícios e jardins rendilhados de amarelo, verde, branco e encarnado, conforme a cor das lanternas que as iluminam.

Rocha, um mimo de bom gosto.

Durante o dia, uma banda de música, com as notas afinadas de seus metais, juntam-se à elegância de sua decoração.

À noite, os arbustos que a circundam, os crótons, os flamboyants parecem carregados de grandes frutos luminosos.

S. Francisco igualmente bonito e alegre.

S. Cristóvão, ostentando arcos de folhagens, troféus, bandeiras (...) <sup>386</sup>

A análise do editor começa por Cascadura, e as demais estações citadas no texto estão no sentido Cascadura-Centro. <sup>387</sup> Inúmeros aspectos a respeito dos festejos nos subúrbios podem ser pensados a partir dessa descrição. As estações de trem se mostram como principais pontos dos festejos dos subúrbios uma vez que, ao mesmo tempo em que constituem o local de embarque para os eventos da Corte, são também uma espécie de ambiente de sociabilidade da região onde, por exemplo, concentravam-se nesses dias senhoras que ocuparam tais espaços a fim de saudar os demais festeiros. Ao fazer a descrição dos enfeites e da ornamentação, o redator trata as estações como sujeitos da festa. As expressões “Todos os Santos iluminada a lanternas chinesas”, “Rocha, um mimo de bom gosto” e “São Francisco igualmente bonito e alegre”, por exemplo, levam o leitor a visualizar mais um personagem da festa e não apenas um local de passagem dos festeiros. Além disso, esses sujeitos enfeitados receberam suas ornamentações a partir de símbolos associados ao Império, como as cores das bandeiras nas lanternas utilizadas na estação de Sampaio e Riachuelo, por exemplo. As cores predominantes, verde e amarelo, marcam também o compartilhamento de símbolos que já estavam em voga naqueles dias. No entanto, quem os utilizava era outro sujeito, os bairros periféricos da região central.

A base das festas nos subúrbios não muda e em outro relato sobre elas as estações entre Cascadura e o Centro, principalmente o ramal do Rocha, são citados pelo redator do *Diário de Notícias* como estando tomadas por enfeites e

<sup>386</sup> “Nos subúrbios”, *Gazeta da Tarde*, 19 de maio de 1888.

<sup>387</sup> Sobre as estações entre Centro e Cascadura, ver MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro*, p. 30; MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios*, p. 24.

por uma banda de música que saudava quem passava de trem e quem embarcava ou chegava.<sup>388</sup> Ao reproduzirem em seus espaços símbolos similares ao dos festejos da Corte, os moradores desses subúrbios marcavam uma posição diante daquele ambiente festivo que parecia existir apenas nas proximidades das redações das grandes folhas.<sup>389</sup> Ao mesmo tempo em que os enfeites utilizados pareciam iguais àqueles colocados pelos moradores da Corte nas fachadas das residências e do comércio, nessas áreas suburbanas o que estava em voga era se fazer presente num ritual festivo através de uma dinâmica própria. As estações de trem também ligavam os moradores desses diferentes bairros e faziam das festas no subúrbio algo tão grandioso quanto as da imprensa na Corte. No entanto, a diferença dava-se a partir dos seus organizadores, que não estavam presos ao sentido unívoco estabelecido por um grupo de jornais.

Grande parte das notícias dos eventos sobre a abolição nos subúrbios foi publicada nos jornais da Corte após o fim dos festejos da imprensa. Só então as principais folhas da cidade noticiavam a ocorrência de préstitos e festivais realizados nos bairros suburbanos simultaneamente aos da Corte. Nesses eventos, a dinâmica da festa foi feita a partir dos critérios dos moradores dessas regiões. Um exemplo foi o ocorrido na Rua 24 de Maio, no bairro de São Francisco Xavier. Nesse evento, um “grupo da caridade” desfilou com seu estandarte e parou em frente à casa de um morador da região, Manuel Carlos de Azevedo, fazendo discursos e dando vivas a ele. Além do préstito, houve a armação de um coreto, e outro morador, Francisco Luiz Gonzaga, recitou uma poesia em homenagem ao Conselheiro Dantas.<sup>390</sup> Esse evento mostra que, além de haver uma dinâmica festiva que poderia até ser comparada àquela que ocorria algumas estações à frente, no centro da cidade, não havia como negar que os moradores dessa região também atribuíam significados próprios à abolição, expressos na escolha dos personagens que mereciam a saudação. A homenagem feita a um morador do bairro e ao conselheiro Dantas, responsável pela primeira versão da

<sup>388</sup> “Estação dos subúrbios”, *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888. A nota informa também que as estações de São Cristóvão, São Francisco, Riachuelo, Sampaio, Todos os Santos, Engenho de Dentro, Cupertino e Cascadura também estavam enfeitadas.

<sup>389</sup> Moradores de regiões que não tinham a linha do trem como ligação também festejaram, como os da região da Boca do Mato, em Jacarepaguá. *O Paiz*, 16 de maio de 1888.

<sup>390</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1888.

lei conhecida, mais tarde, como dos sexagenários,<sup>391</sup> mostra que havia muito mais sujeitos envolvidos na abolição além dos já conhecidos e festejados pela imprensa.

Através de pequenas notas como estas, percebe-se que as festividades pela abolição não foram deixadas de lado nesses subúrbios com a chegada do mês de junho. Ainda havia muito o que comemorar. As “notas suburbanas” do *Diário de Notícias* relataram com detalhes o grande “Festival Abolicionista” ocorrido no bairro do Engenho Novo no dia 10 de junho:

Em um coreto, levantado ao lado da estação do Engenho Novo, via-se grande número de escudos, em cada um dos quais se liam os nomes de S. A. Regente, do gabinete 10 de março, de todos os jornais diários da corte, ministros que fazem parte do ministério 10 de março, abolicionistas, senadores e o do falecido Visconde do Rio Branco.<sup>392</sup>

Esse festival se assemelhava aos demais festejos ocorridos nos subúrbios, uma vez que foi realizado ao lado de uma estação de trem. Apesar dos símbolos utilizados nesse festival serem semelhantes àqueles destacados nas festas da Corte, os organizadores desses festejos utilizaram sua própria dinâmica festiva para a inserção desses símbolos. Um exemplo disso foi a escolha do dia do evento. Após a euforia das festas de maio, o mês de junho ainda tinha espaço para a continuidade das comemorações pela abolição para além dos domínios da imprensa. Ou seja, seus organizadores eram moradores dessas áreas que, com seus critérios de organização festiva, pretendiam se fazerem presentes e protagonistas dos festejos comemorativos pela abolição associando, assim, suas práticas cotidianas de diversão – como, por exemplo, a reunião em torno de clubes recreativos ou de outro tipo de associativismo<sup>393</sup> – à parte da abolição.

Esse tipo de associativismo presente nos subúrbios apareceu ao final dessa festa no Engenho Novo. Além dos festejos nas ruas do bairro, as comemorações se estenderam para o interior do clube Congresso do Engenho Novo. O local abriu suas portas durante à tarde para bailes que precederam a passeata que ocorreu nas

<sup>391</sup> Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis*. A Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. 2º Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

<sup>392</sup> “Notas suburbanas”, *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1888.

<sup>393</sup> Apesar do associativismo dos clubes recreativos nos subúrbios ser mais frequente no início do século XX, não há como negar a força desses clubes já no final do século XIX, principalmente no momento de comemoração da abolição. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Prazer das Morenas’: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República”. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.) *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 275-299.

ruas ao final do festival, à noite. Entre os que acompanharam esse préstito estavam os membros do Clube dos Faustinos e do Clube Musical Prazer do Engenho Novo. Os detalhes desse dia foram registrados pelo representante do jornal que acompanhou o préstito.<sup>394</sup> Após os festejos de maio na Corte, os que ocorreram longe dessa região e que não concorriam com a festa da imprensa puderam ser registrados de forma mais detalhada pelos editores dos jornais apesar de, ainda assim, não ganharem destaque nas primeiras páginas desses periódicos.

No mês de junho também ocorreram na região entre Campinho, Cascadura e Madureira mais festejos pela abolição. Os moradores desses bairros vizinhos deixaram para organizar seus festejos apenas após a notícia da melhora da saúde do Imperador.<sup>395</sup> De fato, no mês de maio as notícias acerca do estado de saúde do monarca não eram nada animadoras. Mesmo assim, pelo menos na Corte, festas não deixaram de ser realizadas. Porém, nessa região afastada, a notícia sobre a saúde do imperador, que melhorara logo nos dias seguintes à abolição, também parecia ser causa de regozijo.

O evento seguiu alguns rituais comuns às festas de maio. Um préstito composto por cavalheiros da comissão organizadora e alunas de um colégio da região percorreu as ruas do bairro do Campinho em direção a Madureira. O préstito contou também com uma alegoria utilizada na passagem da Sociedade Dramática 10 de agosto, adornada com flores, escudos e estandartes abolicionistas. Os espectadores saudavam quem desfilava dando vivas à liberdade. Poesias também foram recitadas por moradores da região. No relato não há a hora do início do evento, apenas o final: 2 da manhã. O festejo se encerrou com um sarau dançante realizado na casa de um dos moradores do bairro que, por sinal, segundo o relato, era a mais enfeitada.<sup>396</sup> Mais uma vez há o uso de alguns rituais utilizados nos festejos da imprensa, apesar de uma distinção ao final: a realização de um baile dançante dentro de um ambiente fechado. Esse local que recebia os festeiros de Madureira é um sinal de que havia muito mais elementos para celebração do que aqueles exibidos durante o préstito pelos bairros. Os festejos pela abolição nos subúrbios seguiam uma lógica que mesclava o ritual daqueles promovidos pela imprensa (préstitos, poesias, heróis da abolição, por exemplo)

---

<sup>394</sup> “Festival Abolicionista”, *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1888.

<sup>395</sup> “Notas suburbanas – Festas da Abolição”, *Diário de Notícias*, 13 de junho de 1888.

<sup>396</sup> *Diário de Notícias*, 15 de junho de 1888.

com a cultura dos grupos sociais que promoviam as festas nos subúrbios, que acabariam após horas de bailes dançantes em locais específicos para tal prática. A festa da abolição, mais do que civismo, também representou nessa ocasião uma forma de divertimento compartilhada entre os moradores do bairro.

Nas proximidades dos seus locais de moradia, esses homens e mulheres se apropriaram de um ritual testemunhado na Corte em maio e adaptaram tal dinâmica às suas experiências de diversão. Sem dúvida, as festas da imprensa serviram de parâmetro, mas não representaram amarras para a promoção e valorização de outros aspectos. A comemoração pela abolição por parte de outros sujeitos, nesse caso moradores dos subúrbios, se iniciou através da doação de uma quantia para a pena e teve seu auge na realização de festas com uma dinâmica própria, apesar da reprodução de alguns parâmetros das festas da imprensa.

Deste modo, à pluralidade das festas pela cidade correspondeu também a variedade de sujeitos que delas participaram. Seja nos subúrbios ou na região central, pessoas das mais diversas origens e perfis tomaram parte, ao seu modo, da celebração. Essa diversidade de sentidos inseridos por meio das festas também foi marca dos festejos que ocorreram no interior da província, mais precisamente nas regiões escravistas. Com a chegada da notícia da assinatura da lei no interior, os festejos ocorridos nas fazendas promovidos pelos então ex-escravos tenderam a uma dinâmica própria, apesar de ainda estarem, em muitos casos, comprometidos com a lógica senhorial da celebração.

Na Fazenda Pocinhos, na estação do Ypiranga da Estrada de Ferro D. Pedro II, todos os escravos da localidade, homens, mulheres e crianças, foram reunidos para receber o anúncio da libertação. Ao saberem das boas novas, todos “romperam entusiásticas saudações”:

Tornaram-se verdadeiros loucos: uns ajoelhavam-se levantando mãos súplices aos céus; outros riam, muitos choravam, beijavam a terra que regaram por tanto tempo com o suor do trabalho forçado, todos erguendo vivas a S. Benedito, a Princesa Imperial e ao ministério João Alfredo.<sup>397</sup>

Ao mesmo tempo em que a euforia tomava conta daqueles que recebiam a notícia da sua liberdade, as saudações feitas por eles possuíam um sentido muito específico. Apesar de levantar graças à Princesa e ao ministério, não esqueciam também do santo de devoção, São Benedito. Na continuação da nota, era ainda

---

<sup>397</sup> *O Paiz*, 15 de maio de 1888.



dito que os negros do local resolveram celebrar uma missa para o “glorioso santo cujo nome não lhes saia dos lábios”. A atitude desses ex-escravos nos ajuda ainda a entender, no entanto, alguns dos sentidos que esses devotos de São Benedito podiam, então, atribuir à tão comemorada Abolição. São Benedito foi um dos santos negros mais cultuados pelos escravos. Essa devoção possivelmente esteja relacionada à biografia do santo, filho de pais escravos. O seu culto no Brasil ocorre desde o início do século XVII, após ser atribuído a ele o milagre da cura do filho de uma escrava do convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro.<sup>398</sup> O santo de devoção já havia beneficiado os antepassados desses escravos e a graça da abolição recebida não poderia deixar de ser associada a ele. No entanto, tamanha devoção e alegria não foram suficientes para tirar esses novos trabalhadores livres das obrigações do trabalho. Ainda de acordo com a nota, às 4 horas da tarde, enquanto comemoravam, houve uma previsão de “borrasca” (ventania) e havia naquele local grande quantidade de café, calculada em 6:000\$000 (seis mil réis). Então, na mesma hora, os ex-escravos recolheram todo o café e guardaram no depósito e logo depois voltaram aos “folguedos da libertação”.<sup>399</sup> Ao fazerem isso, mostravam compreender de forma bastante específica a liberdade que lhes havia sido anunciada: ela não parecia ser a simples negação ao trabalho, mas sim a possibilidade de afirmação autônoma de sua cultura e, nesse caso, do seu santo de devoção.

Um caso semelhante ocorreu em Maricá, onde a comemoração dos ex-escravos se deu à noite e durante o dia permaneceram trabalhando na lavoura.<sup>400</sup> Esses dois casos de festejos nos antigos locais de escravização demonstram que a liberdade festejada não era a simples negação ao trabalho. Por outro lado, a reprodução dessas notícias nos jornais da Corte reforça a ideia da permanência da ordem nesses locais e nenhuma alteração significativa no mundo do trabalho após a abolição. Foi o caso, por exemplo, de uma notícia vinculada na *Gazeta de Notícias* narrando que um fazendeiro foi recebido pelos ex-escravos com festas, e ao final todos permaneceram no trabalho, sem nenhuma alteração. Sua

<sup>398</sup> BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades dos Rosários*. Devoção e solidariedade em minas gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, p. 155.

<sup>399</sup> *O Paiz*, 15 de maio de 1888.

<sup>400</sup> *Gazeta de Notícias*, 21-22 de maio de 1888.

permanência teria sido o resultado da disciplina estabelecida na fazenda.<sup>401</sup> Apesar de não informar onde esse fato ocorreu, a nota tende a reafirmar uma estabilidade nas fazendas e a vivência de uma negociação tanto para a realização das festas, quanto para a continuidade dos trabalhos. No editorial da *Revista Ilustrada*, “o ar livre e oxigenado da liberdade” aparecia também nos relatos conciliatórios entre ex-escravos e seus ex-senhores. O caso de duas mulheres que pretendiam continuar com seus antigos senhores ajudando-lhes nas despesas, e a permanência dos ex-escravos de Paulino de Souza e de Lacerda Werneck, ambos votos contrários ao projeto da abolição, em suas fazendas, eram interpretados por Júlio Verim, autor do texto, como exemplos de que a tensão projetada para os dias seguintes aos de liberdade era infundada e, em menos de um mês passada a lei, era possível ver a permanência da calma.<sup>402</sup> Essas notícias negam o conflito e qualquer suspeita de mudança radical e autônoma promovida pelos libertos. A lógica dos redatores era a do fazendeiro que pretendia permanecer com seus domínios a partir da crença de que isso era uma opção do liberto. Ou seja, essas notícias negam qualquer lógica de autonomia e de escolha vivida pelos libertos nos dias seguintes à assinatura da lei. A relação de domínio, nesses casos, teria permanecido a mesma e os diferentes sentidos da liberdade, tanto os vividos pelos fazendeiros quanto pelos libertos, apareceriam no relato das festas e dos seus conflitos.

Ao mesmo tempo, é através dos jornais que nos chegam as notícias a respeito da interrupção de uma festa feita pelos libertos sob alegação de que não teria chegado até a região a notícia oficial da assinatura da lei.

No dia 14 do corrente ao constar em Mangaratiba a notícia da sanção e promulgação da áurea lei, muitos escravizados, em número superior a 100, reuniram-se e, precedidos de uma banda organizada com os seus toscos e primitivos instrumentos de música, tambores, chocalhos (...) percorreram as ruas daquela vila, levantando vivas a S. M. o Imperador, a S. A. a Regente, aos senadores Dantas e João Alfredo, a Patrocínio e outros. (...).<sup>403</sup>

Os festejos continuaram com saudação ao abolicionista da região, cujo nome é ignorado pelo autor da nota. Ao voltarem para a fazenda, esses ex-escravizados se reuniram e continuaram os festejos até serem interrompidos pelas autoridades locais, que diziam não ter ainda o comunicado oficial do fim da

<sup>401</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>402</sup> *Revista Ilustrada*, 02 de junho de 1888.

<sup>403</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888.

escravidão. A chegada das autoridades causou a interrupção da festa, que foi retomada após negociação e continuou até ao amanhecer.<sup>404</sup> Na verdade, a notícia acerca da abolição certamente já havia percorrido toda a região de abrangência da fazenda e foi levada adiante na espécie de préstito realizado pelos ex-escravos pelas ruas da vila. De fato, a ordem dada logo após a assinatura era para que todas as províncias soubessem da lei e a aplicassem.<sup>405</sup> O telégrafo, nesse ano, era a forma mais rápida de comunicação e fez chegar a notícia da abolição a todo país e até mesmo fora dele.<sup>406</sup> Logo, possivelmente, o motivo da interrupção da festa foi uma desculpa das autoridades a fim de parar com uma prática festiva que também para elas era desconhecida ou condenada. Porém, ao realizarem suas festas, esses ex-escravos trataram também de utilizar alguns símbolos da festa letrada, ao dar vivas à Princesa, ao Parlamento e a Patrocínio, fazendo isso nos usos das suas próprias práticas culturais de diversão. No entanto, tal cultura é ignorada pelo editor da nota cuja classificação dada aos instrumentos que eles utilizaram, chamados de toscos e primitivos, é um dos sinais da hierarquia que se pretendia construir nos relatos das celebrações.

De todo modo, a preocupação em torno da forma de celebrar a liberdade tomava conta das mentes das autoridades locais e policiais, que temiam aglomerações e festejos prolongados. Essas foram as notícias enviadas ao Ministério da Justiça vindas de chefes de polícia e presidentes de província em Maio de 1888. Segundo Wlamyra Albuquerque, os pedidos de ajuda tinham por objetivo conter um “perigoso estado eufórico”<sup>407</sup> que certamente poderia ocorrer nas festas nas ruas e nas fazendas.

A lógica da festa por parte dos ex-escravos deveria ser controlada a fim de evitar a perda do controle da ordem. Para o chefe de polícia da província do Rio

<sup>404</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888. Boatos aconteceram também na região do Vale da Paraíba do Sul. Segundo Stanley Stein, correu um boato de que, de acordo com o novo decreto governamental, os ex-escravos tinham que servir mais sete anos na escravidão. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. Uma referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora brasiliense, 1961, p. 310. Tal atitude certamente tinha como fim evitar a saída dos ex-escravos das fazendas, conforme o descrito por Stein para a região de Vassouras, interior do Rio de Janeiro.

<sup>405</sup> Essa determinação apareceu logo em seguida aos artigos da lei.

<sup>406</sup> Era forte a expectativa pela abolição e possivelmente a notícia se espalhou de forma muito mais rápida, tornando quase impossível seu desconhecimento. De acordo com Eduardo Silva, o telégrafo e as modernidades do ano de 1888 fizeram parte dos festejos pela abolição. Silva, Eduardo. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: Pamplona, Marcos A. (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro. Access, 2001.

<sup>407</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 95.

de Janeiro, a promessa de que a ordem e a paz permaneceriam inalteradas com a abolição era baseada tanto no controle das autoridades como também na experiência do passado. O relato do chefe de polícia a respeito dos dias seguintes à abolição é um sinal dessa crença vivida na época.

A ordem e a paz públicas permaneceram inalteradas, o que atesta a índole pacífica dos habitantes da importante província do Rio de Janeiro, seus hábitos de trabalho, o amor que consagram às instituições juradas, a civilização que se vai espalhando nos seus municípios mais remotos, o respeito e a confiança às autoridades constituídas e às leis em vigor.<sup>408</sup>

Tudo o que se pretendia conseguir naqueles dias seguintes à abolição era a ordem. Ela viria a partir do compartilhamento de hábitos que o chefe de polícia acreditava permanecer inalterados com o fim da escravidão. No entanto, tal consideração precedeu os relatos acerca dos conflitos existentes em algumas regiões após a assinatura da lei e ainda em meio às festas. Ou seja, existiam outras lógicas e sentidos ligados à liberdade e vividos pelos ex-escravos e por seus senhores e que fugiram a um controle por parte das autoridades.

O primeiro caso é do ex-escravo Martinho que, no dia 14 de maio, foi repreendido por um feitor por estar fazendo baderna no divertimento dos companheiros que “festejavam o decreto que aboliu a escravidão”. Martinho, indignado com a repressão, tirou a faca que estava na cintura do feitor e o matou. Ele foi preso em flagrante.

Na região chamada de Distrito da Barra, no dia 26 de maio, “o preto Valério, ex-escravo” feriu com um canivete o administrador da fazenda do seu ex-senhor, que já era morto, e depois fugiu. Não há nenhuma outra informação sobre a causa do crime e nem se Valério havia permanecido na fazenda após a abolição.<sup>409</sup>

Nesses dois casos relatados pelo chefe de polícia, temos exemplos de como existia uma lógica de liberdade que não era compartilhada igualmente pelos ex-escravos e pelos antigos feitores. A respeito do caso de Martinho não se tem clareza sobre quem ele incomodava, aqueles que faziam suas festas ou ao próprio feitor, ainda figura presente e de autoridade naquele local. A ação de Martinho

<sup>408</sup> “Relatório do chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro” In: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, Dr. José Bento de Araujo. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1888. Disponível no *Center for Research Libraries – global resources network*. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/822/>

<sup>409</sup> *Idem*.

revela mais do que vontade de ser livre e festejar: quer ao mesmo tempo eliminar a figura do feitor e da sua repressão, marcas da escravização, mesmo que essa eliminação tenha sido de forma extrema. O outro caso de agressão contra um administrador da fazenda, cometido pelo ex-escravo Valério, apesar de desconhecemos a sua causa, também mostra a intolerância a certos limites possivelmente colocados por antigos senhores e administradores a fim de manter sua mão-de-obra nas fazendas. Em ambos os casos, esses ex-escravos pretendiam viver uma liberdade que, às vistas dos seus antigos opressores, deveria ser vigiada e com limites estabelecidos por eles. Porém, para eles, ser livre era poder participar de uma diversão sem a figura repressora do feitor que os remetesse aos tempos de escravidão.

Por outro lado, essa liberdade conquistada por meio da lei não eliminou a violência cometida pelos senhores de escravos que, mesmo com a abolição, se achavam no direito de marcar de forma violenta o lugar social do ex-escravo. Essas agressões foram registradas no relatório do chefe de polícia no dia 16 de maio em diferentes locais. O primeiro foi em Sapucaia, quando dois libertos foram postos no tronco pelo seu ex-senhor. E o outro ocorreu em Valença, uma ingênua foi apresentada ao delegado com ferimentos dizendo ser de responsabilidade da ex-senhora.<sup>410</sup>

A ordem pregada pelo chefe de polícia não foi assimilada por todos e a violência continuou sendo uma marca das relações hierárquicas existentes no interior da província, mesmo com o fim da escravidão. Em todos esses casos, a liberdade vinda com a lei não foi duradoura, uma vez que os ex-escravos tiveram que arcar com os custos dos seus atos violentos ou das vontades dos seus ex-superiores que ainda viviam com a lógica escravista dominando seus atos. Por meio desses atos, tanto dos ex-escravos como dos ex-senhores, percebe-se como a festa que celebrava a liberdade era vivida de forma diversa e tinha diferentes significados. O festejo da liberdade deveria compartilhar símbolos e significados presentes tanto na mentalidade do senhor quanto na do liberto.

Um exemplo desse compartilhamento ocorreu no curato de Santa Cruz, interior da província, quando a notícia da abolição chegou junto com a da melhora da saúde do Imperador. A casa da superintendência foi iluminada e fogos de

---

<sup>410</sup> “Relatório do chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro”, p. 26.

artifício foram lançados. Os sinos da matriz tocaram e iluminou-se todo o curato. Nesse momento, os ex-escravos foram para a igreja entoando hinos, que de início saudavam as figuras do D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e da Princesa Regente.

Depois de executado o hino, cantaram uma linda música original, continuando suas festas em roda do novo cruzeiro, permanecendo até alta noite sempre em folguedos e boa ordem.<sup>411</sup>

Mais uma vez, a liberdade recém conquistada era experimentada por esse grupo de ex-escravos como o direito de expressar seus próprios costumes e tradições. Se a tradição senhorial e a gratidão do momento os levavam a executar cantos em louvor à família real, no momento de celebrar ao seu modo as boas novas, tratavam de se organizar em roda, com cantos e danças que eram provavelmente uma forma de celebrar suas origens centro-africanas.<sup>412</sup> Por mais que compartilhassem os significados que os brancos construíam para a abolição, na louvação ao Imperador e nos hinos à ascendência portuguesa da Princesa Regente, não deixavam, assim, de também comemorar a seu modo a liberdade recém alcançada, em formas que seriam incompreensíveis aos ouvidos do branco.

Não por acaso, essas formas de comemoração nas fazendas apareceram nas ilustrações de Angelo Agostini para a *Revista Ilustrada*.<sup>413</sup>



**Figura 49 - Revista Ilustrada, nº 499, Ano 13, 2 de junho de 1888, p.4**

<sup>411</sup> *O Paiz*, 15 de maio de 1888. Todos esses casos foram publicados nesse jornal.

<sup>412</sup> SLENES, Robert W. “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jongueiros cumba na senzala centro-africana”. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2008.

<sup>413</sup> Na análise feita por Marcelo Balaban sobre a visão da *Revista Ilustrada*, o autor afirma que Agostini não havia retratado a festa dos negros e nem suas possíveis comemorações. Essa ilustração contraria essa informação. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

*Os troncos, bacalhaos e outros instrumentos de tortura, alimentaram as fogueiras, em redor das quais os novos cidadãos entregaram-se ao mais delirante batuque.*

Por mais que se tratasse de um trabalho do desenhista, que não necessariamente significava uma cena antes vista ou vivida por ele, o modo de representá-la parte do conhecimento de Agostini sobre como se organizavam as festas negras no interior das fazendas ainda durante a escravidão. A dança em roda, com homens e mulheres de pés descalços, as mãos dadas, como em uma ciranda que rodava em volta da fogueira, sempre presente nos festejos dos escravos realizados após o trabalho, marca a forma negra de celebrar, lembrando as rodas de jongo, tão marcantes na experiência dos africanos escravizados da região e seus descendentes.<sup>414</sup>

O jongo realizado para comemorar a abolição era a síntese de um período onde esses ex-escravos tiveram que, em meio ao trabalho na lavoura, rearticular suas redes de identidade a partir dos costumes compartilhados no continente africano. Essa dança ocupava uma posição intermediária entre uma cerimônia religiosa e diversão secular<sup>415</sup> e foi o exemplo, no Brasil, da adaptação de uma identidade original diante de um contexto de escravidão e resistência.<sup>416</sup> Ao realizarem um jongo para celebrar a abolição marcam uma autonomia em relação a forma de viver a liberdade recém-conquistada e também a sua comemoração.

Além de Agostini não fugir da realidade do interior das fazendas para retratar o festejo negro, a legenda inserida por ele na ilustração exemplificou, de certo modo, uma situação ocorrida num festejo negro em um local distante da Corte. O jornal *The Rio News* relatou as comemorações dos ex-escravos em Campinas e lá houve o que o editor chamou em inglês de “shin-digs”, registrando ao lado o seu equivalente em português: “batuque”. E assim como a legenda da ilustração de Agostini, quando os libertos utilizaram os instrumentos de tortura para aumentar a fogueira, em Campinas também foi realizado um “auto de fé” com todos os instrumentos de tortura encontrados na região.<sup>417</sup> Com a lei, esses

<sup>414</sup> STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. p. 246.

<sup>415</sup> SLENES, Robert W. “‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana”, p. 57; 115.

<sup>416</sup> SLENES, Robert W. “‘Malungu, ngoma vem!’: África coberta e descoberta do Brasil” (1991-1992). *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

<sup>417</sup> *The Rio News*, 24 de maio de 1888. Segundo Stanley Stein, a associação entre fogueira e tambor estava presente nos locais de escravização e serviam como momento de sociabilidade entre



objetos tornavam-se inúteis e por isso foram utilizados numa comemoração escolhida pelos libertos: o batuque. O som dos instrumentos “toscos e primitivos” dos ex-escravos e a fogueira alimentada pelas antigas peças de escravização alimentaram as noites dos festejos dos libertos, que, a partir da sua cultura negra, comemoravam a liberdade.<sup>418</sup> Todas essas festas no Vale do Paraíba, área de escravização dependente da lavoura do café, foram precedidas pelas notícias sobre a abolição transmitidas por fazendeiros que tentaram agregar os seus ex-escravos ao quadro de funcionários das fazendas ou por boca a boca entre os próprios libertos que percorreram as fazendas dando a notícia.<sup>419</sup>

A ilustração de Agostini dando exemplos de um festejo negro e a confirmação da sua existência por parte de um jornal que circulava na Corte pertencem a uma dinâmica festiva realizada e promovida pelos ex-escravos que celebraram a liberdade a partir das suas experiências vividas no tempo da escravidão. Tais festejos ocorridos numa região distante do Rio de Janeiro, mas ainda assim noticiados nos periódicos que circulavam na cidade, mostram o quanto que a abolição foi festejada para além dos sentidos pregados pela comissão organizadora dos festejos na Corte. Os batuques, os jongs e as fogueiras dão significados de ruptura e liberdade à Lei de certo modo distintos dos vividos na festa da cidade. A liberdade vinda através de uma lei reforçava um tipo de negociação existente antes mesmo de 1888 entre escravizados e senhores onde o ambiente legal era o campo de resistência principal da escravidão. Nesse espaço de negociação a realização de uma festa negra já era uma forma de conquista antes mesmo da abolição. Com o fim da escravidão, essa festa celebra a vitória de sujeitos que no âmbito legal da negociação conquistaram espaços de preservação da sua cultura e das suas crenças. A lei da abolição consolidava esse caminho também trilhado por aqueles que na cidade do Rio de Janeiro negociavam a sua liberdade a todo momento. Em seu conjunto, estas celebrações sugeriam que, para ex-escravos distantes da Corte ou até mesmo os da cidade do Rio de Janeiro, a abolição era mais do que liberdade. Era tudo o que seu festeiro da noite, do dia, do batuque e do jongo a ela quisesse associar.

---

os escravos, novos e velhos. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. p. 246.

<sup>418</sup> STEIN, op. cit. p. 309. Segundo Stein, durante três dias e três noites, podiam ouvir-se as batidas dos tambores enquanto os libertos festejavam o acontecimento dançando ao toque do caxambu.

<sup>419</sup> *Idem*, p. 308.

## 10

### Trabalhadores em festa

A abolição foi festejada não apenas pelos ex-escravos nos seus antigos locais de escravização mas por todos que viam na lei o surgimento de um novo tempo. Participar da festa, seja testemunhando um evento promovido pela imprensa ou doando uma quantia para a compra da pena, foi uma das formas vividas por diferentes grupos de trabalhadores para celebrar a abolição. Ao mesmo tempo em que queriam se inserir na dinâmica festiva daquele mês, pretendiam também realizar, a partir de critérios e objetivos próprios, eventos comemorativos e simultâneos aos da imprensa fluminense. Através deles, diferentes sentidos para a abolição foram inseridos, dinamizando a festa de maio de 1888 realizada na Corte e seu significado.

A participação dos trabalhadores nos festejos da imprensa deve ser vista a partir de uma dinâmica de reivindicação por espaços na festa e por horas livres de lazer, uma vez que a Corte e seu funcionamento tenderam a permanecer inalterados apesar dos festejos, que pareciam incorporar todo o cotidiano dos seus moradores e do comércio. Diante de tamanha movimentação e demandas que alcançavam toda uma gama de trabalhadores, reivindicar folgas naquele tempo parecia querer atrapalhar o bom funcionamento da festa. De qualquer modo, essa reivindicação ocorreu a partir de alguns grupos e seu sucesso dependeu do campo de atuação desses profissionais.

Entre esses trabalhadores que tiveram sucesso em sua reivindicação estavam os funcionários do Ministério da Agricultura. Nesse período, o campo do funcionalismo público, apesar de não ser regulamentado, assim como os demais cargos, era local de aquisição de renda fixa, além de prestígio social, uma vez que os ocupantes do funcionalismo público estavam acima dos demais trabalhadores livres do período, como caixeiros, artesãos e agregados, por exemplo.<sup>420</sup> O funcionalismo público servia, para muitos literatos no século XIX, como complemento de renda, que também era alimentada pelos rendimentos provenientes da atuação no jornalismo e publicação de livros. Esse foi o caso de

---

<sup>420</sup> CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da Monarquia*. Ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro, Editora Ouro Sobre Azul, 2002, p. 11.

Artur Azevedo e de Machado de Assis, ambos funcionários do Ministério da Agricultura, em 1888.<sup>421</sup>

Esse era o Ministério responsável pela realização das matrículas dos escravos, prevista na lei de setembro de 1871.<sup>422</sup> Em 1888, o ministro era Rodrigo Silva, também responsável pela apresentação do projeto da lei da abolição à Câmara.<sup>423</sup> Nas vésperas do início dos festejos, os funcionários do Ministério prestaram homenagens ao ministro na ocasião da sua chegada ao setor na manhã do dia 16 de maio.<sup>424</sup> O chefe da seção, Machado de Assis,<sup>425</sup> comandou a homenagem com um discurso para todos os presentes, funcionários e Ministro, destacando as ações de Rodrigo Silva e, ao término da sua fala, declarou a admiração sentida por todos ali presentes pela última ação empreendida por Silva: o referendo dado à “lei que declarou para sempre extinta a escravidão no Brasil”.<sup>426</sup>

Ao final da cerimônia, que contou também com a banda do Arsenal de Guerra, o Ministro discursou agradecendo a homenagem mas lembrou também que o mérito cabia igualmente aos funcionários daquele setor. O fato é que desde muito antes de Rodrigo Silva assumir o cargo foi nesse Ministério, mais especialmente na segunda seção chefiada por Machado de Assis desde 1876, que o trabalho de cumprimento da lei de 1871 foi feito de forma mais rígida, apesar dos protestos de donos de escravos que procuravam brechas na lei a fim de permanecer com a escravização de homens e mulheres, mesmo com a tentativa de regulação dos escravos existentes no país proposta em um dos artigos da lei.<sup>427</sup>

<sup>421</sup> MAGALHAES JR, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966, p. 56, especialmente o capítulo “O pé de boi do ministério”.

<sup>422</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 207.

<sup>423</sup> O deputado Rodrigo Silva Assumiu o ministério em maio de 1887 na ocasião da saída de Antonio Prado. MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 144.

<sup>424</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888. O *Diário de Notícias* e o *Cidade do Rio* também publicaram a notícia da homenagem a Rodrigo Silva.

<sup>425</sup> Machado de Assis ingressou no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas aos 33 anos de idade. Entrou para o setor como amanuense, no ano de 1873, e, naquela ocasião, já era escritor de certo renome, tendo publicado alguns livros (p. 13). Logo depois, no mesmo ano, foi nomeado para o cargo de “primeiro oficial”. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Machado de Assis, funcionário público* (No Império e na República). Rio de Janeiro, Ministério da viação e obras públicas – Serviço de documentação, 1958, p. 16.

<sup>426</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888.

<sup>427</sup> Além de determinar a matrícula de todos os escravos, a lei de 1871 também regulava a possibilidade do escravo adquirir sua liberdade por meio de pecúlio. Tal possibilidade abriu margens para que houvesse ainda mais batalhas na Justiça pela liberdade dos escravos por meio do

A manhã especial da quarta-feira no Ministério da Agricultura terminou com a leitura de uma poesia feita por Artur Azevedo no verso de um cartão de visita:

Conselheiro, perdoai tanta ousadia,  
Minha falta esqueçai, se há n'isso falta;  
Mas vós, firmando a lei que a pátria exalta  
Fizestes igualmente uma poesia,

É muito natural que n'este dia,  
Que de prazer as almas sobressalta,  
Os prosaicos ofícios tenham alta;  
E entrem as musas na secretaria.

Os mesmos sentimentos delicados  
Que hoje dão direito a honrada lenda,  
Oh! Providência dos escravizados!

Apelo e o vosso coração nos atenda!  
Estendei para os vossos empregados  
A mão que a liberdade referenda!<sup>428</sup>

Os versos de Artur Azevedo ironizam a liberdade referendada por Rodrigo Silva ao mesmo tempo em que exaltam a importância do seu ato. Por isso, Artur Azevedo e os demais funcionários se apresentam como dignos de receber uma “liberdade” – nesse caso, a folga nos dias seguintes, dias de festejos pela Corte, que também, em parte, eram organizados por Azevedo. O pedido de folga se justificava por ser aquele momento vivido por todos como algo único na história do país e ainda tendo sido prenunciado por um dos membros desse setor. Ou seja, a participação nas festas era uma manifestação de civismo da qual não pretendiam se ausentar. A resposta de Rodrigo Silva foi positiva ao pedido feito em forma de verso e com um “até segunda” liberou seus funcionários para curtir aqueles dias de festa.<sup>429</sup>

No entanto, Machado de Assis e Artur Azevedo estavam dentro da dinâmica da realização das festas da imprensa uma vez que, além da atuação no Ministério, também atuavam nos jornais membros da comissão. Ao mesmo tempo, a folga reivindicada por Artur Azevedo promoveu também a liberação dos

---

uso da lei. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e senhores no parlamento e na justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 55.

<sup>428</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888. Essa poesia também foi publicada por Magalhães Júnior em sua biografia de Artur Azevedo. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 147.

<sup>429</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888.

demais funcionários, que estavam longe do ambiente da organização das festas vivido pelos literatos e que, com a folga, puderam viver aqueles dias em sua plenitude.

No relato dessa homenagem feito pelos jornais da Corte, Machado de Assis e Artur Azevedo não eram os únicos a serem reconhecidos por suas atuações no Ministério. Os demais que exerciam apenas esse ofício também foram destacados pelo editor do *Cidade do Rio* para justificar as homenagens recebidas não apenas por Rodrigo Silva, mas por todos que ao lado dele trabalharam.

No silêncio do gabinete, José Júlio, Amarillo de Vasconcelos, Machado de Assis, Pinto Serqueira, Paula Barros, e ainda outros, dedicaram-se durante anos a velar com solicitude na defesa dos direitos dos escravos, a tirar das leis de liberdade todos os seus naturais corolários, a organizar e a tornar efetiva a emancipação gradual pela ação do Estado (...).<sup>430</sup>

Ao citar o nome de funcionários que, no cumprimento de suas funções, haviam se dedicado à defesa dos “direitos dos escravos” – expressão reveladora do sentido político de suas ações –, o jornal mostrava como muitos daqueles funcionários da Secretaria haviam efetivamente trabalhado para o fim da escravidão ao regularem as relações entre senhor e escravo a partir dos princípios previstos na lei de 1871, que previa a matrícula de todos os escravos.<sup>431</sup> É o que mostra, em especial, o caso de Machado de Assis. Após assumir o cargo de funcionário do Ministério em 1873, três anos depois ele passou a chefiar a seção encarregada de acompanhar a aplicação da lei de 1871.<sup>432</sup> Os pareceres escritos por ele favoráveis à aplicação da lei na sua forma total mostram a crença desse funcionário na validade da lei como um passo importante para a emancipação dos escravos. Além da produção de pareceres duros e contrários à manutenção da escravização de homens e mulheres não matriculados, o literato também utilizava, nesse período, o campo da crônica para elogiar os efeitos da lei.<sup>433</sup>

O engajamento de funcionários públicos como Machado de Assis na causa dos escravos explica, portanto, o sentido tanto da homenagem oferecida ao Ministro quanto da folga que lhes foi permitida por ele, uma vez que esses trabalhadores são vistos como agentes daquilo que se festejava em maio de 1888.

<sup>430</sup> “Manifestação honrosa”, *Cidade do Rio*, 18 de maio de 1888.

<sup>431</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas a escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*.

<sup>432</sup> CHALHOUB, Sidney, *Machado de Assis Historiador*, op. cit., p. 138.

<sup>433</sup> *Idem*, pp. 288-9.

A liberdade conquistada no dia 13 de maio, fruto também de uma lei, deveria ser festejada na sua plenitude por aqueles que décadas atrás já vinham lutando pela aplicação de outra lei e pela preservação dos direitos dos escravos. Em maio de 1888, esse direito tinha sido alcançado na sua plenitude não como uma dádiva, como faziam crer alguns editores dos jornais da Corte, mas como uma conquista iniciada décadas atrás no parlamento e na justiça.

A atuação de outros grupos sociais pelo fim da escravidão, longo caminho que não havia sido iniciado apenas em 1888, justificava o pedido de folgas para a vivência da festa e até mesmo a sua realização a partir de outros objetivos. Sendo assim, não apenas os funcionários do Ministério da Agricultura se sentiam responsáveis por percorrer esse caminho; existiam outros que, a seu modo, se sentiam participantes do ato que deu fim à escravidão.

Os tipógrafos são exemplos de trabalhadores que fizeram parte de uma dinâmica da abolição própria ao seu ofício. Em maio de 1888, além de serem os responsáveis pela produção material dos jornais da Corte, alguns membros dessa categoria também atuaram na impressão da lei assinada pela Princesa Regente. Tal fato não foi esquecido naqueles dias de celebração, nos quais tudo que era ligado à relação entre imprensa e abolição transformava-se em motivo de festa. Por esta razão, os nomes de Manoel Germano Brandão e Américo José Leite Pereira foram saudados por terem sido os que compuseram a letra da lei, e o de Joaquim da Cunha Telles por ter sido seu impressor.<sup>434</sup>

A celebração do ato de impressão da Lei e dos seus sujeitos foi feita em dois jornais. Na edição do dia 15 de maio, a *Gazeta da Tarde* descreveu com detalhes a emoção da produção da lei e os trabalhadores daquele momento. A *Revista Typographica* também registrou de forma sucinta, mas não menos interessante, uma parte do ritual e seus responsáveis. O relato de ambos os periódicos indicam, no entanto, outros sentidos para aquele ato além daqueles já pregados pelos jornais. A *Revista Typographica* fez questão de destacar o valor da participação desses profissionais para o futuro da pátria:

---

<sup>434</sup> “As festas da liberdade”, *Gazeta da Tarde*, 15 de maio de 1888 e “A áurea lei”, *Revista Typographica*, 19 de maio de 1888.

Os dois distintos artistas devem sentir verdadeiro orgulho por terem sido os destinados a gravarem em tipos o decreto sublime, que veio riscar da nossa pátria a abominável instituição da escravidão.<sup>435</sup>

A ênfase sobre a participação desses trabalhadores pretende marcar que havia muito mais agentes trabalhando pela abolição além daqueles que atuaram no Senado e na imprensa. Por isso, as saudações recebidas por eles se assemelhavam às recebidas pelos homens do parlamento.

Ao cair a forma no prelo para tirar a primeira prova para a revisão foi o antigo tirador de provas Manoel Joaquim da Cunha Teles felicitado por seus companheiros de trabalho (...) a suprema ventura de ser o primeiro a imprimir em letra de forma, a diamantina lei que apagava para sempre da bandeira nacional a negra mancha da escravidão; oferecendo-lhe nessa ocasião o administrador, o Sr. Antonio Nunes Galvão uma saudação, assinada pela maioria dos empregados presentes, como um indelével recordação de tão fausto acontecimento debaixo de uma estrondosa salva de palmas.<sup>436</sup>

Ainda que fossem modestas as louvações aos trabalhadores da tipografia, se comparadas às recebidas pela Princesa ou pelos parlamentares, esse relato da *Gazeta da Tarde* mostra o quanto o ritual da confecção da lei era importante para aquele grupo de trabalhadores – que, ao saudar seus pares que participavam do ato, também se reconheciam como parte ativa da vitória conquistada. O destaque dado aos nomes dos impressores da lei marcava que, de alguma forma, havia a atuação de outros agentes no processo que deu fim à escravidão. Para eles, a participação desses tipógrafos deveria ser ressaltada como sendo a de trabalhadores que contribuíram efetivamente para o fim do que eles chamaram de “negra mancha da escravidão”, num caminho semelhante ao dos trabalhadores do serviço público. Nos dias seguintes à abolição, todos pretendiam se inserir na dinâmica festiva e, assim, garantir um lugar na memória histórica da abolição.

Os tipógrafos tinham a seu favor o acesso aos meios de impressão e isso facilitou o registro da participação desses profissionais no processo abolicionista e dos seus pontos de vista em torno da abolição. Além disso, foram essenciais num período de difusão de textos e aumento da popularidade de jornais na Corte e nos

<sup>435</sup> “A áurea lei”, *Revista Typographica*, 19 de maio de 1888.

<sup>436</sup> “As festas da liberdade”, *Gazeta da Tarde*, 15 de maio de 1888. De acordo com Artur Vitorino, o trabalho exercido pelos tipógrafos demandava técnica e especialização. VITORINO, Artur José Renda. “Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de Classe*. Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 174. Talvez por isso, nesse relato, os compositores, responsáveis pela produção da letra, são chamados de artistas pelo editor do jornal.



seus arredores. Apesar da categoria denominada “tipógrafos” ser dividida de acordo com as diferentes funções nas oficinas, os “compositores tipográficos” compunham dentro dela o grupo mais numeroso e representativo.<sup>437</sup> Para o exercício dessa função não era necessária apenas a força física, mas também a intelectual, uma vez que era preciso o domínio da escrita. Assim, os compositores, cuja função também requeria inteligência e disciplina, se assemelhavam a outros profissionais liberais do período, estando numa posição intermediária em meio às diversas categorias profissionais existentes na Corte.<sup>438</sup>

Para divulgar suas ideias a respeito das condições de trabalho que experimentavam, ao longo do século XIX os tipógrafos publicaram folhas próprias, direcionadas aos seus pares.<sup>439</sup> Dentre essas folhas está a *Revista Typographica*, impressa pela Tipografia Universal de Laemmert & Cia.<sup>440</sup> Por terem o domínio da escrita e também dos meios de impressão das folhas,<sup>441</sup> os tipógrafos tiveram condições de se reunir em pleno período da abolição em torno de um periódico específico e dissertar sobre aquele momento tal como fizeram os homens das letras nos jornais da Corte.

Nos momentos que antecederam a assinatura da lei, no próprio dia 13 de maio, foi marcada uma reunião da classe tipográfica para definir como participariam dos festejos pela abolição.<sup>442</sup> Para os tipógrafos, aquele momento era marcado pelo fim do drama da escravidão e também pela participação de todas as classes, apesar de possuírem características distintas das demais:

<sup>437</sup> O setor tipográfico se dividia entre o compositor, o impressor ou maquinista de impressão, o fundidor tipográfico (dos tipos de composição) e de encadernação. Existiam ainda os gravadores. Apesar de todas essas divisões no trabalho daqueles que se denominavam tipógrafos, a função de compositores representava o maior número. VITORINO, Artur José Renda. “Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira”, p. 175.

<sup>438</sup> *Idem.*

<sup>439</sup> *Idem.* Artur Vitorino destaca três periódicos dos tipógrafos que circularam na segunda metade do século XIX: *Echo da Imprensa*, *Jornal dos Tipógraphos* e o *Tipógrapho*, todos com uma vida efêmera.

<sup>440</sup> *Idem.*, p. 169. Essa mesma tipografia já havia publicado, entre os meses de fevereiro e julho de 1864, uma revista chamada *Revista Typographica*.

<sup>441</sup> A organização desses trabalhadores remonta a meados do século XIX, sendo os tipógrafos pioneiros no uso da greve como recurso para reivindicação de melhores condições de trabalho. Segundo Marcelo Badaró, eles tinham maiores condições de divulgar suas ideias por terem acesso à impressão dos jornais. MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 56.

<sup>442</sup> *Gazeta da Tarde*, 13 de maio de 1888. Vale ressaltar que a expressão “classe tipográfica” foi utilizada pelos próprios para a convocação dos trabalhadores.

Todas as classes, sem distinção, ruidosamente aplaudem esse desfecho, e nós, os homens do progresso, representantes da rainha das artes, devemos fazer ecoar no mundo inteiro as nossas estrondosas palmas.<sup>443</sup>

Apesar de o tom do discurso pertencer a uma lógica de vivência de todos os trabalhadores no grande desfecho, os tipógrafos pareciam pertencer a uma categoria acima, uma vez que se autodenominaram “homens do progresso”. Na verdade, há muito pretendiam se diferenciar dos demais trabalhadores livres ao se definirem como artistas e detentores de um ofício especializado.<sup>444</sup> A atividade que exerciam – a impressão de jornais, revistas e folhetos – dava a eles a ideia de estarem num mundo à parte dos demais trabalhadores da Corte que não conheciam as letras e, por isso, não tinham domínio das técnicas que levariam ao progresso. As letras, para eles, e consequentemente a leitura dos jornais, eram ferramentas para tal fim e, por isso, se sentiram inseridos numa arte que levava o que eles produziam para além das fronteiras da Corte. Sendo assim, diante das comemorações pela abolição, os tipógrafos pretendiam ser mais que apenas espectadores. Logo, à medida em que foram importantes para a confecção material da lei, deveriam também participar de forma ativa, assim como os homens da imprensa, daqueles festejos que começavam.

O modo pelo qual tratam, em um mesmo movimento, de celebrar o ato da abolição e de se diferenciar do conjunto mais amplo dos trabalhadores da Corte, mostrava as ambiguidades do envolvimento desta categoria com a causa da abolição. Tais ambiguidades já se haviam feito notar nas décadas anteriores, quando o tema entrou na pauta da categoria. Em 1858, por exemplo, houve uma mobilização dos editores do *Jornal dos Typógraphos* contra os leilões de escravos ocorridos em praça pública. Na ocasião, eles propuseram a criação de uma associação para arrecadar fundos para libertar os escravos que, uma vez libertos, deveriam prestar serviços à associação a fim de compensar o valor pago por eles.<sup>445</sup> Enquanto isso, no entanto, havia outras associações de tipógrafos que sequer permitiam homens de cor em seus quadros de sócios.<sup>446</sup> Se em 1888 faziam

<sup>443</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.

<sup>444</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*. p. 196. Essa autodenominação e essa diferenciação têm origem na primeira mobilização dos tipógrafos em torno do *Jornal dos Typógraphos*, publicação da época da greve de 1858.

<sup>445</sup> *Jornal dos Typógraphos*, 18 de janeiro de 1858, apud VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1995, p. 79.

<sup>446</sup> VITORINO, p. 81.

questão de afirmar sua participação na luta pela liberdade, desde muito antes já vinham afirmando a superioridade do trabalho qualificado que exerciam diante dos demais trabalhadores livres e, conseqüentemente, dos escravizados.<sup>447</sup> Assim, era partindo de uma clara diferenciação em relação aos demais trabalhadores que os tipógrafos trataram, naquelas décadas, de dar forma à sua luta.

Nem por isso, entretanto, sua posição pode ser simplesmente igualada àquela representada nos festejos oficiais promovidos pela grande imprensa. É o que sugeriam as ações de um grupo de tipógrafos que, na década de 1880, trataram de tentar amenizar a grande distância que enxergavam em relação a estes homens escravizados através da fundação do Clube Abolicionista Gutemberg – destinado não apenas a comprar alforrias, mas também a promover a instrução noturna e gratuita para os libertos.<sup>448</sup> Tal postura deixava claro que, para eles, a eliminação da distinção jurídica dos homens só seria de fato válida se acompanhada de um movimento de instrução dos antigos cativos.<sup>449</sup> Por mais que não se considerassem iguais aos afrodescendentes que carregavam consigo as marcas da experiência escrava, apontavam, assim, para um caminho de inclusão – capaz de permitir que aqueles superassem as marcas do atraso que, a seus olhos, explicava a superioridade que julgavam ter sobre eles. Era a educação, de seu ponto de vista, que marcava a diferença.

Percebe-se, com isso, que os tipógrafos, inseridos nas discussões do seu tempo sobre abolicionismo e progresso, participaram do movimento em prol da liberdade dos escravos através de critérios próprios, forjados a partir de suas experiências. No momento da assinatura da lei de 13 de maio, trataram-na como uma vitória pela qual também se viam como responsáveis e, assim, se inseriram nos eventos programados pela imprensa. A forma de participação apareceu após a reunião da classe tipográfica que criou comissões que representariam as folhas para as quais trabalhavam e obedeceriam, em linhas gerais, a estrutura dos festejos organizados pela comissão de imprensa.

<sup>447</sup> VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro*, p. 78.

<sup>448</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres*, pp. 157-8. O autor destaca ainda a promoção por parte dos tipógrafos de conferências de Vicente de Souza, abolicionista, republicano e líder das ideias socialistas, no final da década de 70.

<sup>449</sup> VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro*, p. 83.

De fato, a abolição foi comemorada por esses trabalhadores através da realização de um préstito que, ao longo do trajeto, acabaria por se incorporar ao da imprensa, o que mostrava a adesão dos tipógrafos àquela celebração. Ainda assim, faziam questão de manter, nela, sua autonomia: o estandarte da classe e o distintivo na roupa, símbolo individual de pertencimento à categoria, marcariam para os espectadores do desfile quem eram em meio ao grande desfile.<sup>450</sup>

Na edição da *Revista Typographica* que descreveu o desfile do domingo, dia 20, o editor citou a diferença no relato da grande imprensa em relação aos participantes do préstito. De seu ponto de vista, os tipógrafos teriam tido a sua participação reduzida ou não enfatizada pelos grandes jornais, e por isso cabia à *Revista* dar os detalhes de sua participação, similar àquela feita pelos grandes jornais na descrição do préstito da imprensa. O caminho feito por eles é descrito com forte entusiasmo e de uma perspectiva que se formula a partir da experiência dos que efetivamente tomaram parte no desfile. “Fazendo parte do cortejo cívico não nos é possível descrever com precisão todas as manifestações que receberam do público fluminense as corporações tipográficas”,<sup>451</sup> explicava o redator da notícia – mostrando com isso se diferenciar da visão afastada e superior formulada pelos grandes jornais sobre o préstito. Ao fazer isso, acabou por defender que qualquer um que se propusesse a fazer a história dos festejos da abolição realizados no dia 20 deveria, necessariamente, colocar os tipógrafos num primeiro plano, dada sua importância na festa.

Os cerca de 800 tipógrafos que desfilaram no préstito da imprensa fizeram o percurso passando em cada tipografia existente no caminho a fim de saudar seus semelhantes e aumentar o número de participantes no préstito.<sup>452</sup> Além do desfile, os tipógrafos também escreveram sobre a abolição e distribuíram para quem os assistiam poesias e jornais. Entre as poesias está a de Joaquim Osório Duque-Estrada, “Depois da noite”, que foi recitada pela menina Luiza Couto na passagem do préstito em frente à redação da *Revista Ilustrada*.<sup>453</sup>

<sup>450</sup> “Classe typographique – Grande Passeata Cívica”, *Cidade do Rio*, 19 de maio de 1888. O distintivo era formado por uma fita branca e outra preta que formariam um laço a ser localizado no ombro esquerdo de cada membro do desfile.

<sup>451</sup> “Abolição”, *Revista Typographica*, 26 de maio de 1888.

<sup>452</sup> *Idem*. Esse número de participantes foi publicado na revista.

<sup>453</sup> Na publicação da poesia na *Revista Typographica* não há o autor da obra. No entanto, o folheto dessa poesia consta na coleção de papéis distribuídos nos festejos pela abolição. No folheto, além do nome da menina que a recitou, consta também o nome do autor, Osório Duque-Estrada.

# DEPOIS DA NOITE

## Recitada pela menina Luiza Couto

---

A' pouco, os ferros, o azorrague immundo,  
As algemas crueis, a gargalheira,  
Que gaguejando andavam pelo mundo :  
— E' de sangue e de lama essa bandeira !

Prantos, soluços, ais, gritos, gemidos,  
Echoavam no ar sinistramente....  
Em toda a parte os corações partidos,  
O coração partido a toda a gente !

Salve ao heróe que luta e que trabalha !  
Cinjam-lhe a fronte novos esplendores ;  
Já que foi bella e grande essa batalha  
Uma batalha olympica, de flôres....

A liberdade já creou raizes  
Onde reinavam dôr e soffrimento :  
O amor dos pobres e dos infelizes  
Já pôde ser um nobre sentimento.

OSORIO DUQUE ESTRADA.

Figura 50 - Osório Duque-Estrada, *Depois da noite*, 1888.

A poesia escolhida para ser recitada trazia elementos distintos dos pregados nas poesias distribuídas nos préstitos da imprensa. Nessa, o jovem poeta Osório Duque-Estrada enfatiza a ideia de batalha e conquista da abolição, e não de simples dádiva e resultado de alguns heróis. Aliás, os heróis seriam não os ilustrados defensores da liberdade, mas aqueles “que lutam e que trabalham”. Por esse motivo, não se limitam a cantar uma liberdade etérea: era com atenção para os sentimentos dos “pobres e infelizes” que faziam sua festa. Essa poesia, recitada aos festeiros em meio a um préstito encabeçado por trabalhadores, exaltava a diversidade daqueles que batalharam pela abolição e que não eram os já conhecidos e louvados abolicionistas dos festejos da imprensa.

De forma distinta daquela feita pela comissão da imprensa fluminense, os tipógrafos ainda produziram e distribuíram gratuitamente um jornal comemorativo à assinatura da lei. O título do jornal, *Treze de maio*, marcava para quem o recebia o motivo de toda aquela movimentação.<sup>454</sup> A obra, editada em 5 páginas e publicada pela mesma tipografia da *Revista Typographica*, tinha textos escritos pelos tipógrafos e homenageava os personagens da abolição, dando sentidos ao momento vivido por todos.

Esse era o sentido do texto “13 de maio” do tipógrafo Augusto Barreto:

(...) Agora que o Brasil é iluminado pelo facho radiante da liberdade; agora que não é o mesmo sol, escurecido pelos sofrimentos da miseranda legião escrava, que nos ilumina, podemos dizer altivos e sem que a nossa face se enrubeça, que somos brasileiros.

Humilde operário, mas tendo um coração que sabe palpitar de entusiasmo pelos grandes cometimentos venho erguer também um viva aos beneméritos da grande causa da abolição!...<sup>455</sup>

A lei da abolição, como luz radiante, além de acabar com uma escuridão, também eliminava a vergonha vivida por outros trabalhadores que, após a lei da liberdade, poderiam se classificar como brasileiros. Apesar de o autor se tratar como humilde operário e, assim, não reivindicar maiores glórias para o seu ofício, se incorpora àqueles que se entusiasmaram pela abolição e por isso acha digna sua manifestação. Essa fala representa a de milhares de outros trabalhadores que, mesmo tendo um ofício distante de ações que pudessem favorecer a abolição, naquele momento pretendiam saudá-la.

<sup>454</sup> *Treze de Maio*, 1888.

<sup>455</sup> Augusto Barreto, “13 de maio”, *Treze de Maio*, 1888.

Para os tipógrafos, a abolição também marcava o início de um novo tempo no mundo do trabalho e no Império. Esse era o sentido do texto “A nova phase”, assinado pelas iniciais da tipografia, H. L.:

Os que trabalham devem saudar jubilosos o grande acontecimento que acaba de dar-se. O imenso futuro que espera este país, tão divinamente dotado, está todo dependente do trabalho, e a liberdade que acaba de ser proclamada para essa possante alavanca do progresso, constitui o maior padrão de glória para o Brasil. Essa liberdade vem juntar-se àquelas de que já gozávamos pelas instituições adotadas e colocar o Império em primeiro plano, pois ficará sendo incontestavelmente a nação mais livre do mundo.<sup>456</sup>

O texto é uma ênfase sobre o efeito da lei para os demais trabalhadores. A abolição não afetava apenas quem era escravo, mas sim quem vivia no mundo do trabalho livre e que gozaria da glória a ser vivida pelo país e pelo Império após esse feito. A nova fase vinha do mundo comum do trabalho, ao qual todos teriam acesso com a liberdade dos escravos. A abolição, para esses tipógrafos, ia além da liberdade dos escravos e também afetava diretamente seu cotidiano de trabalho. Tamanha interferência mereceu não apenas as páginas de um jornal, mas também todo um ambiente festivo programado para eles.

O jornal especial também renderia homenagens àqueles personagens da abolição já lembrados pelos demais periódicos da Corte naqueles dias de festa. Entre eles, estavam: a Regente, o abolicionista José do Patrocínio, o poeta Castro Alves e Joaquim Nabuco, lembrados em textos específicos, e os citados no topo da página: Senador Dantas, Silveira da Mota, Angelo Agostini (*Revista Ilustrada*), Joaquim Serra (*O Paiz*), J. Clapp (Confederação Abolicionista), Ferreira de Araújo (*Gazeta de Notícias*), os republicanos Quintino Bocaiuva, Lopes Trovão, Ennes de Souza, o deputado Afonso Celso Jr., Nicolau Moreira, Ubaldino do Amaral e Campos de Paz.<sup>457</sup>

Mesmo destacando personagens comuns para a abolição, faziam isso a partir do ponto de vista dos trabalhadores que atuavam nas diferentes tipografias e que, naquele momento especial, se reuniam em torno de um jornal para deixar marcado para seus leitores, possivelmente seus pares, o que esperavam da abolição e como homenageavam seus heróis. Logo, se a comissão da imprensa, ao fazer seu jornal comemorativo, pretendeu marcar o protagonismo dos jornais e jornalistas na festa, dando à folha lançada em meio às comemorações o título de

<sup>456</sup> H. L. “A nova phase”, *Treze de Maio*, maio de 1888.

<sup>457</sup> *Treze de maio*, Maio de 1888.



*Imprensa Fluminense*, os tipógrafos pareciam mais interessados em associar seus textos à data que libertava os escravos, e que incorporava o progresso à ordem do dia.

Os trabalhadores das tipografias assinalavam, assim, no modo pelo qual comemoravam a data: além de participar materialmente da produção da lei e dos jornais, também tinham uma visão própria e independente acerca da abolição e seus agentes. O préstito dos tipógrafos e a publicação da folha *Treze de Maio* eram sinais da reivindicação de participação naquele momento festivo por parte desses trabalhadores, que não pretendiam ser meros coadjuvantes da festa. Pelo contrário, mostravam-se enquanto uma categoria organizada e detentora de um discurso próprio a respeito da abolição.

Não por acaso, naquele mesmo ano foi criado o *Centro Tipográfico Treze de Maio*, fundado em 3 de junho. Nessa data, a comissão dos festejos dos tipógrafos, além de promover uma reunião para fazer um balanço das festas, definiu os princípios que regeriam o novo Centro. No texto que anunciava uma reunião do dia seguinte, o editor da *Revista Typographica* previa que esse centro seria um local de reunião dos tipógrafos e ambiente de manifestação de um mesmo pensamento, de um programa e de uma ideia. Não só promoveria a ordenação do trabalho e de um método para as oficinas tipográficas, mas também amenizaria as desavenças existentes nas oficinas. Além de todas essas funções, caberia ainda ao novo Centro celebrar anualmente a data da Abolição.<sup>458</sup> De fato, o próprio nome atribuído ao grêmio indicava o grande envolvimento desse grupo de trabalhadores com a lei que acabara de ser promulgada:

É um fato auspicioso e de incontestável significação e alcance a criação desse centro. É um fato auspicioso porque ele sintetiza em si uma aspiração arraigada, um pensamento tão sublime como foi o grande feito que deu origem à sua criação: a redenção do ser humano.<sup>459</sup>

A criação do Centro, associada à data de promulgação da lei, deveria servir como momento de união.<sup>460</sup> A lei inspirava os associados ao Centro, e a redenção proveniente dela seria inspiradora para as demais lutas dos tipógrafos. O Centro

<sup>458</sup> “Reunião Typographica”, *A verdade*, 9 de junho de 1888; “Reunião Typographica”, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1888.

<sup>459</sup> “Centro Typográfico 13 de maio”, *Revista Typographica*, 16 de junho de 1888.

<sup>460</sup> Grande parte das associações existentes era destinada a oferecer socorros mútuos aos seus associados. VITORINO, Artur José Renda. “Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira”, 2004, p. 170. Para o associativismo na Primeira República, Cf. BATALHA, Claudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República.” In: BATALHA (org.) *op. cit.*.

marcava a união de um grupo de trabalhadores que viam-se desafiados a enfrentar as dificuldades do ofício. Assim, os tipógrafos, pertencentes a uma categoria de trabalhadores especializados, se apropriavam da abolição e dos seus sentidos, liberdade e luta, para pensar a própria categoria. As festas promovidas por eles e todas as homenagens aos abolicionistas e aos membros do Império estavam dentro de uma dinâmica de se fazerem presentes num ambiente festivo, espaço de reivindicação de novas conquistas sociais, além da própria folga para festejar.

Tipógrafos e funcionários públicos tinham, no entanto, algo em comum. Embora vivessem do seu trabalho, foi fazendo parte do mundo letrado que as duas categorias afirmavam sua identidade. A festa vivida por esses dois grupos de trabalhadores na sua plenitude não foi a mesma vivida pelos demais trabalhadores da Corte. O direito da folga nos dias de festa não foi algo imediato à assinatura da lei e teve que ser batalhado em outras esferas que não incluíam apenas um pedido direto para o superior, conforme fizera Artur Azevedo. Trabalhadores distantes do mundo das letras e das leis reivindicaram horas de lazer para participar da festa, apesar de serem tolhidos pelos interesses dos patrões. Diante disso, foram obrigados a criar seus próprios rituais de celebração – o que só pôde ser feito a partir de uma organização mais articulada desses trabalhadores.

Um exemplo foram os funcionários da Câmara Municipal que, após trabalharem em uma sessão realizada em pleno período dos festejos, sendo discutida nela formas de homenagear a lei, saíram em passeata a fim de cumprimentar os jornais pela Rua do Ouvidor.<sup>461</sup> A marcha cívica também foi a escolha dos empregados da Estrada de Ferro, que marcharam pela Rua do Ouvidor antes mesmo do início das comemorações da imprensa,<sup>462</sup> assim como dos empregados dos Correios<sup>463</sup> e dos membros da classe artística que, por meio de uma associação, a “I. A. dos artistas brasileiros Trabalho, União e moralidade”, se organizaram para tomar um lugar no préstito da imprensa.<sup>464</sup>

Todos esses trabalhadores tiveram que encontrar brechas nos horários de trabalho a fim de participar de forma efetiva dos festejos pela abolição. Em um contexto no qual trabalhadores ditos livres conviviam cotidianamente com

<sup>461</sup> “Festejo municipal”, *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1888.

<sup>462</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888.

<sup>463</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>464</sup> “Aos artistas”, *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

trabalhadores escravizados no ambiente urbano,<sup>465</sup> aqueles, de perfil social diverso, mostravam também entusiasmo semelhante para festejar o fim do cativeiro.

Outro grupo de trabalhadores entusiasmados pela abolição e por suas festas foi o dos caixeiros. Essa era a denominação dada àqueles que atuavam no ambiente comercial, em sua maioria dominado por portugueses.<sup>466</sup> A relação de trabalho entre caixeiros e seus patrões era de dependência, uma vez que o caixeiro era responsável por quase todo o serviço do comércio, exercendo uma longa jornada de trabalho. Além disso, essa relação se aprofundava uma vez que grande parte dos trabalhadores combinava o local de trabalho com o de moradia.<sup>467</sup> Entre os caixeiros, existia uma determinada hierarquia que era condicionada ao trabalho exercido por cada um. Desse modo, a possível existência de uma mobilidade social entre eles amenizava o duro trabalho e a profunda submissão aos patrões.<sup>468</sup> Para além desse quadro de fortes relações de dependência e de exploração, havia ainda a convivência dos caixeiros com os escravizados no ambiente urbano. A convivência entre esses dois grupos de trabalhadores era profunda, uma vez que muitas lojas tinham escravos ocupando funções auxiliares às do caixeiro.<sup>469</sup> Ou seja, eram trabalhadores livres num ambiente de escravidão, mas, ao mesmo tempo, não tinham tamanha liberdade que poderia fazer crer a denominação “livre” nesses tempos do Império.

Diante desse quadro de dependência e convivência entre liberdade e escravidão, onde muitas das vezes esses conceitos se confundiam, a liberdade vinda com o 13 de maio pretendia ser comemorada por todos, até mesmo pelos caixeiros que, apesar de livres, viviam numa espécie de prisão ligada à sua forma de trabalho. O ambiente festivo e celebrativo da liberdade dava ousadia para a reivindicação de mais direitos ao lazer e, de algum modo, a continuidade da luta

<sup>465</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Segundo o autor, os discursos de identidade surgiram a partir das comparações entre o trabalho escravo e livre, apesar de o autor não considerar a lei do 13 de maio como marco principal sintetizador desses discursos.

<sup>466</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 34.

<sup>467</sup> *Idem*.

<sup>468</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>469</sup> MARZANO, Andrea. *Cidade em Cena. O ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008, p. 43.

por folga aos domingos. A assinatura da lei num domingo dava combustível à continuidade por essa antiga reivindicação.<sup>470</sup>

O público que encheu as ruas no domingo, 13 de maio, era aquele que foi acompanhar a votação no Senado, a assinatura da lei no Paço e também aquele que trabalhava nesse dia. As festas na tarde e na noite do domingo contaram com a participação desse público. Nos outros dias, no entanto, essa participação foi intensa – senão nos eventos aos quais a imprensa atribuía maior importância, como os préstitos, ao menos nas celebrações realizadas no período noturno, momento no qual os trabalhadores do comércio mostravam a importância que atribuíam à celebração que se realizava.

Ao mesmo tempo em que havia uma convocação por parte dos jornais que organizaram a festa para que os empregados do comércio aderissem às manifestações comemorativas, conforme publicou a *Gazeta de Notícias* nas vésperas do início dos festejos,<sup>471</sup> nos dias da festa o que aparecia nos jornais era uma denúncia feita pelo próprio editor a respeito do não fechamento do comércio e a ausência desses trabalhadores nos festejos.

É muito justo e muito regular o que vamos solicitar do comércio da Corte, esta classe tão distinta pelo seu patriotismo e por seu critério – que feche os seus estabelecimentos durante os festejos populares.

Os moços empregados do comércio desejam também levar o contingente de suas alegrias às públicas manifestações que se consagram à lei da extinção do elemento servil, e por isto nos pedem para reclamar para eles esta concessão, obtendo que o comércio em geral feche os seus estabelecimentos, durante os dias dos festejos, ao menos das duas horas da tarde em diante.<sup>472</sup>

O apelo do redator do *Diário de Notícias* não chega a reivindicar a presença dos empregados do comércio durante todo o dia de festejo, uma vez que havia programação na parte da manhã. Além disso, a participação dos “moços dos empregados do comércio” nas festas é como público que acompanharia as festas já programadas pela imprensa. A adesão dos donos dos estabelecimentos às festas se faria, assim, com o fechamento do estabelecimento a partir de um determinado horário, permitindo a participação de todos os empregados.

<sup>470</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*, p. 108. A primeira reivindicação pelo fechamento do comércio aos domingos apareceu na década de 50, mas apenas em 1911 houve um decreto da Câmara Municipal regulamentando o trabalho no comércio.

<sup>471</sup> “Imprensa Fluminense”, *Gazeta de Notícias*, 16 de maio de 1888.

<sup>472</sup> “Reclamação”, *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888. No dia seguinte, o jornal voltou a publicar uma nota pedindo a liberação.

No entanto, ao mesmo tempo em que os organizadores da festa pedem a adesão de todos e, conseqüentemente, a interrupção da rotina comercial, essas mesmas festas geravam uma movimentação no comércio, o que impedia – ou dificultava – seu fechamento. As festas eram momentos de consumo e as casas que vendiam objetos decorativos, vestidos e outros acessórios deveriam estar abertas, uma vez que era esperada uma grande concorrência de público para a festa. De fato, no dia marcado para o início dos festejos da imprensa, o *Diário de Notícias* e a *Gazeta de Notícias* publicaram anúncios de vendas e aluguéis de produtos diversos, todos associando os festejos da abolição como motivo para a compra ou aluguel. O anúncio abaixo foi publicado nos dois jornais:

#### **Abolição**

Alugam-se, para as grandes festas da libertação dos escravos, bandeiras, sinais, galhardetes, mastros, cadeiras austriacas, colchas de damasco de seda de todas as cores, cortinas, reposteiros, arandelas, placas, serpentinas, candelabros, jarras, espelhos, talheres de christofle, globos e muitos outros objetos próprios para bailes, casamentos e outras festas, na antiga casa do castelo, a rua dos inválidos, n. 41.<sup>473</sup>

Todos os tipos de utensílios, não só para enfeites de fachadas como para promoção de festas e ornamentação de interiores, eram oferecidos por essa loja que ficava a um quarteirão do Campo de Santana, local de saída dos préstitos da imprensa. O investimento do seu dono na publicação do anúncio em dois jornais de grande circulação foi um sinal de que havia uma demanda por esses objetos que seriam utilizados para festejar a abolição, título do anúncio. Aliás, a variedade dos objetos mostra que havia também uma diversidade de público e possibilidades que poderiam existir para comemorar a abolição.

Note-se ainda que, por serem as festas da abolição o ambiente para ver e ser visto, era muito natural a produção de vestimentas especiais para a ocasião. Para isso, existiam lojas especializadas, que fizeram seus produtos chegar ao conhecimento dos leitores dos jornais da Corte.

#### **Festa da Abolição**

Vestidos pretos

Para assistir aos festejos promovidos pela imprensa fluminense acham-se a venda na Rua Gonçalves Dias nº15A. São feitos pelos últimos figurinos chegados de Paris e próprios para *estas festas* (grifo meu).

Vestidos de seda, ditos de merino, ditos de lã, ditos de cretonne. Etc.

São vendidos por preços sem competidor, por isso pedimos as Exmas senhoras visitarem o nosso estabelecimento antes de fazerem suas compras.

<sup>473</sup> *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1888.

A FACEIRA,  
SOARES & IRMÃO<sup>474</sup>

Os trajes para “estas festas” eram vendidos na loja vizinha à *Revista Ilustrada*,<sup>475</sup> na Gonçalves Dias. Conforme já vimos, tanto essa rua como a Rua dos Inválidos receberam milhares de pessoas desde o anúncio da abolição e esse número só aumentaria com o início dos festejos da imprensa. Com isso, nada mais natural do que essas lojas ficarem abertas, exibindo figurinos para um público que ao mesmo tempo em que prestava homenagens à *Revista Ilustrada*, por exemplo, pudesse também conferir a última moda em Paris. A grandiosidade dos festejos da imprensa parecia pedir tamanho investimento. O comércio não poderia fechar. Logo, seus trabalhadores não teriam a folga desejada.

Não parecia casual, por isso, que os caixeiros recorressem à imprensa, promotora das comemorações, para garantir sua participação. Nos dias seguintes à abolição, num sobrado da Rua do Ouvidor, onde ficava a Associação dos Empregados do Comércio, se reuniram alguns comerciários a fim de definir a sua forma de participação nos festejos.<sup>476</sup> Essa associação, criada em 1880, tinha como uma das suas finalidades a luta pelo fechamento das casas comerciais aos domingos e dias santos.<sup>477</sup> Mas, no domingo, dia do préstito da abolição, a reunião tinha como intuito definir formas de prestar homenagens à assinatura da lei. Para isso, centravam sua atenção na programação oficial da comissão de imprensa – conseguindo com isso a simpatia dos jornalistas para a sua causa.

Em maio de 1888, o uso da imprensa como forma de reivindicar conquistas na forma de trabalhar não era, de fato, novidade para os comerciários. Desde a primeira reivindicação feita por folga aos domingos, em 1852, esses trabalhadores utilizavam os jornais a fim de pedir o apoio de políticos e, assim, pressionar as esferas superiores para que regulassem o trabalho no comércio.<sup>478</sup> O mesmo tipo de estratégia era utilizado tradicionalmente pelos caixeiros em relação

<sup>474</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>475</sup> A redação da *Revista Ilustrada* ficava no número 50 da Rua Gonçalves Dias.

<sup>476</sup> “Empregados do comércio”, *Diário de notícias*, 20 de maio de 1888. No dia 19, os comerciários se reuniram na Associação para decidir a participação no préstito da imprensa no dia seguinte.

<sup>477</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*, p. 101.

<sup>478</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*, p. 112.

ao poder legislativo.<sup>479</sup> No momento da festa pela abolição, tanto a imprensa quanto o poder legislativo foram solicitados a fim de que contribuíssem para a conquista dos caixeiros. Um desses casos foi dos empregados do prédio da Praça do Mercado, localidade próxima à Rua do Ouvidor, ao pedirem a intervenção do vereador José do Patrocínio para que o prédio fosse fechado e os empregados liberados para o festejo da abolição. A “ajuda” de Patrocínio foi publicada em seu jornal e foi considerada “mais um ato de liberdade” promovido por ele, numa referência à sua posição abolicionista.<sup>480</sup> Ou seja, uma luta histórica dos caixeiros pelo fechamento do estabelecimento comercial era associada a outra, a da liberdade dos ex-escravos. Aqueles que haviam lutado no parlamento e na imprensa pela liberdade do cativo eram capazes, então, de continuar a lutar por outra liberdade: a de folga para o festejo.

A luta pela participação nas festas se aproximava, desse modo, de antigas reivindicações dos caixeiros, que mostravam fazer da festa um momento de legitimação das causas e aspirações que organizavam sua luta, como, por exemplo, a continuidade no pedido de folga aos domingos e nos dias santos.<sup>481</sup> Os caixeiros são exemplos da existência de demandas próprias durante e depois da escravidão que, de alguma forma, se assemelham no que tange à conquista de direitos e benefícios no mundo do trabalho para além da dicotomia escravo/livre.<sup>482</sup> A luta por espaços de liberdade, promovida tanto por trabalhadores escravos como por livres, certamente foi alimentada pela troca de experiências coletivas ou individuais entre essas categorias de trabalhadores que em maio de 1888 se tornaram uma só: livres.<sup>483</sup> Em maio de 1888, o ambiente festivo e de celebração da liberdade tendia a ser compartilhado por todos esses

<sup>479</sup> No início da década de 80, houve uma conquista por parte dos trabalhadores do comércio pela folga aos domingos. Porém, essa conquista durou apenas alguns meses e a medida foi revogada pela própria câmara, que havia implantado por conta das pressões dos empregadores. SOUZA, Juliana Teixeira. *A Autoridade Municipal na Corte Imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2007, p. 115.

<sup>480</sup> *Cidade do Rio*, 19 de maio de 1888.

<sup>481</sup> POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*, p. 120. Muitas vezes, os trabalhadores utilizavam argumentos cristãos. Na República, essa reivindicação vai ser pelo limite de 12 horas de trabalho.

<sup>482</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17.

<sup>483</sup> Sílvia Lara em seu texto sobre esses diferentes “mundos” do século XIX propõe a busca por experiências coletivas ou individuais entre trabalhadores escravos e livres. LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: *Projeto História: PUC-SP*, nº 16, Fevereiro/98.



trabalhadores que pretendiam a conquista do festejos, do seu modo e a partir dos seus critérios.

A luta dos caixeiros pelo fechamento dos estabelecimentos comerciais para os festejos não era a única naquela semana. Os empregados das chapelarias também utilizaram o artifício da imprensa para solicitar folga para festejar. Contudo, diferentemente do pedido dos comerciários, a reivindicação é pelo fechamento total da fábrica de chapéus nos últimos dias da semana, exatamente nos dias de festa da imprensa.<sup>484</sup> Além deles, através de uma pequena nota os funcionários da Caixa Econômica denunciaram que eles não haviam sido contemplados pelo feriado decretado por diversas repartições públicas. A reclamação era baseada no fato de que dificilmente haveria quem fosse depositar dinheiro no banco nos dias da festa.<sup>485</sup> Ao reivindicarem publicamente uma chance de participação efetiva na festa da liberdade, saudada nos jornais como uma festa de todos, essas três categorias de trabalhadores (comerciários, chapeleiros e bancários) evidenciavam o quanto era restrita, na prática, a abrangência dessas comemorações preparadas pelos jornais para representar a alegria de todos. Ao mesmo tempo, faziam do discurso da imprensa um meio de alimentar suas próprias lutas – evidenciando a tentativa de fazer do momento da abolição mais uma oportunidade para a continuidade das reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho e, por que não, por horas de lazer.

Em muitos casos, como o dos caixeiros, essas brechas para o festejo só apareceram no final do expediente e, por isso, não puderam acompanhar toda extensa programação da imprensa. Mesmo assim, se incorporaram, na medida do possível, à festa que, aliás, não estava restrita ao ambiente elegante da Rua do Ouvidor. Do outro lado da Baía de Guanabara, na Ilha de Paquetá, operários das caieiras, fábrica de cal, promoveram festejos à base de músicas, foguetes e diversões populares pela aprovação do projeto na Câmara no dia 10 de maio.<sup>486</sup> A forte animação desses festejos talvez tenha animado a produção de um quadro chamado por seu pintor, o abolicionista Emílio Rouède,<sup>487</sup> de “Festa abolicionista em Paquetá”.<sup>488</sup>

<sup>484</sup> *Diário de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>485</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>486</sup> *O Paiz*, 11 de maio de 1888.

<sup>487</sup> Segundo Marcus Tadeu, Rouède era ligado a Patrocínio e foi um dos poucos artistas plásticos a participar da campanha abolicionista. Para angariar fundos para a compra de alforrias, ele pintava



**Figura 51 – Emílio Rouède, *Festa abolicionista em Paquetá***  
(RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *Emilio Rouède (1848-1908)*)

O pintor fez questão de registrar a população em meio à festa que contava com fogos de artifício e outras celebrações. A multidão compacta representada na praia lembra, à primeira vista, as fotografias do centro da cidade tiradas em meio à festa. Nesse caso, porém, essa imagem da multidão se associa a uma forma específica de festejo, que mais lembra um arraial junino do que a parada cívica representada nas fotografias diurnas feitas na Corte.

Em contraste com os festejos realizados antes da assinatura da lei e promovidos por variados grupos sociais como, por exemplo, esses operários em Paquetá, a partir do dia 13 de maio e nos dias seguintes as comemorações passaram a ser restritas àqueles que tinham permissão para festejar. Por mais que os organizadores dos festejos tivessem um discurso de união e suspensão das atividades nos dias pós-assinatura da lei – ou seja, toda a cidade pararia para comemorar a abolição –, de fato isso não ocorreu. Os espaços para os festejos estavam abertos para aqueles que já viviam num ambiente onde a possibilidade de negociação já era estabelecida. Nessa negociação, tipógrafos e funcionários

---

quadros e ainda com a tinta fresca os vendia nos festejos promovidos pela confederação Abolicionista. RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. “Emílio Rouède (1848-1908)”. IN: *Emílio Rouède (1848-1908)*. Museu nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1988.

<sup>488</sup> Segundo os organizadores da exposição de 1988, realizada no MNBA, essa obra pertence ao acervo de Jorge Eduardo Schnoor.

públicos, como os do Ministério da Agricultura, formaram um grupo de trabalhadores privilegiados que puderam, de modo distinto, conquistar espaço nas festas. Ou seja, já viviam num ambiente letrado e de fácil negociação, distinto das demais categorias de trabalhadores da cidade, como caixeiros, funcionários das estradas de ferro e até mesmo outros funcionários públicos como os da Caixa Econômica e os da Câmara Municipal, que não receberam folga de imediato. Esses tiveram que se contentar com outros festejos.

## 11

**As outras festas**

As outras festas que ocorreram pela Corte para comemorar a abolição puderam contar com os trabalhadores que, durante o dia, estavam presos aos seus postos de trabalho e, à noite, saíram às ruas para comemorar. Na ocasião de um evento desse tipo, ocorreu a seguinte situação narrada pelo editor da *Gazeta de Notícias*:

A alegria do povo imagina todas as manifestações possíveis, a maior parte das quais inofensivas. Uma, entretanto, apesar de evidentemente cômica – ou por isso mesmo – se por muitos era recebida com agrado a alguns causava visível, embora não invisível, repugnância.

Em frente ao escritório da *Gazeta de Notícias*, no coreto, a música do 7º batalhão tocou desde o anoitecer umas músicas que pareciam mesmo feitas de requebros; ouvindo-as, a gente sentia não sei o que, que lhe dançava cá por dentro, e era música para se ouvir com as pernas, em vez de se ouvir com os ouvidos.

Ora, isto deu em resultado na rua um baile público que não estava no programa dos festejos; e por sinal que um dos figurantes, de chapéu de palha e calças brancas dançava como se tivesse trezentos mil diabos no corpo.

Até aqui nenhum inconveniente; cada um tem o direito de divertir-se como quiser (...) o inconveniente foi obrigar-se algumas pessoas... a dançar! Fazia-se um círculo – círculo não imaginado por Dante – e d’ele só saía o desgraçado que lá estava, depois de dançar o miudinho.

Apenas um resistiu absolutamente, mas não houve conflito por isso. Entretanto, se a diversão se reproduzir, poderá haver cenas lamentáveis.

O relato continua com um pedido pela “abolição da dança obrigatória”. Para o redator, o problema seria o surgimento de algum conflito, caso alguém se recusasse a participar do que ele chamou de “obligatoriedade” de entrar na dança.<sup>489</sup>

Conforme foi admitido pelo próprio redator, o tal festejo ocorrera à noite num evento que não estava programado. De fato, nesse horário havia eventos em alguns pontos da cidade organizados pela comissão da imprensa e contaria, também, com a presença de alguns dos seus membros. Um exemplo foi o baile ocorrido no Campo da Aclamação no dia 19. Esse baile foi presidido por Coelho Netto, membro da comissão da imprensa e responsável pela fiscalização também do espetáculo de fogos de artifício que ocorreria na ocasião. No baile do Largo do Paço, Soares Sousa Júnior era o responsável.<sup>490</sup> Nesse local, o coreto foi iluminado com luz elétrica, assim como o Ministério da Agricultura e o Paço

<sup>489</sup> “Abolição”, *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888.

<sup>490</sup> *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

Imperial. O baile realizado também no dia 19 contou com aproximadamente 30 mil pessoas, de acordo com o cálculo do redator do *Diário de Notícias*.<sup>491</sup>

Apesar do possível exagero no número de pessoas presentes no baile, é certo afirmar que esse evento era um dos únicos ofertados pela comissão àqueles que não podiam participar da festa durante o dia. A montagem de coretos espalhados em outros pontos, como também no Canal do Mangue, por exemplo, para a realização de grandes bailes, era uma forma de mediar uma diversão que mesmo sendo pública deveria seguir uma ordem previamente programada. A mediação também ficava por conta da presença dos membros da comissão. Mais que fiscalizar, eles estavam legitimando aquele evento que, aos seus olhos, nos relatos publicados nos jornais da comissão, parecia grandioso e de sucesso.

Na dança ocorrida embaixo da redação do jornal, na Ouvidor, não havia mediações por parte da imprensa e nem muito menos algo que tratasse esse evento como oficial. Ou seja, escapava do controle dos organizadores dos festejos da abolição aquele grupo de homens e mulheres que pretendiam estender, ao seu modo, as comemorações. Além disso, esse episódio sintetiza um momento de brecha nos festejos para que outros pudessem usar suas práticas culturais como forma de comemoração.

A adesão aos eventos noturnos da imprensa chamava a atenção por alguns aspectos. O *Diário de Notícias*, em 19 de maio, registrou o aumento de público entre 8 e 10 horas da noite, apesar da chuva que caiu na cidade por aqueles dias.<sup>492</sup> De fato, eram dias com tempo instável, alternando sol e chuva, mas que não pareciam desanimar quem estava nas ruas para festejar, principalmente à noite. Outro aspecto observado sobre esses eventos dizia respeito a quem os frequentava. O editor do jornal *O Carbonário* observou:

Durante toda esta semana o povo, à tarde, depois da hora do trabalho, tem percorrido as ruas dando vivas à liberdade e saudando os grandes apóstolos da abolição. (...) É preciso notar que toda essa gente trabalha durante o dia, para só à noite sair a expandir o seu entusiasmo. Diziam os inimigos da abolição que quando esta fosse lei do país, assim nenhum ex-escravo trabalharia mais. E no entanto, os beneficiados pela lei, quase não comparecem nos festejos durante o dia.<sup>493</sup>

<sup>491</sup> “Largo do Paço”, *Diário de Notícias*, 20 de maio de 1888.

<sup>492</sup> “A rua do ouvidor”, *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1888.

<sup>493</sup> “As festas”, *O Carbonário*, 18 de maio de 1888.

Além de confirmar uma iniciativa festiva por parte dos trabalhadores, utilizando suas horas de descanso para os festejos antes mesmo do início das festas da imprensa, essa nota identifica quem ocupava as ruas à noite. Eram os trabalhadores da Corte que não tinham permissão para festejar durante o dia, mas que ainda assim pretendiam a seu modo celebrar a abolição. Enquanto que nos dias seguintes os horários da manhã e tarde seriam ocupados com eventos esportivos, matinês literárias e prêmios, sempre contando com uma adesão significativa por parte dos moradores da Corte, o horário noturno também seria de comemoração por parte daqueles que trabalhavam durante o dia ou que pretendiam fazer batuques até mais tarde.

A atenção dada pelo jornal *Carbonário* a esse público que ocupava as ruas à noite fazia parte da sua linha editorial uma vez que, na ocasião do seu lançamento, em 1881, afirmava ser o órgão oficial dos interesses do povo, assim chamado por eles os seus leitores. Os pequenos jornais, ao contrário da grande imprensa, segundo eles, deviam traduzir a opinião do povo e se esforçar para realizar suas aspirações.<sup>494</sup> Publicado três vezes na semana, o *Carbonário* fez uma cobertura dos dias seguintes à abolição e contribuiu para o preenchimento de algumas lacunas acerca dos festeiros das ruas e suas intenções para com a festa. Nessa cobertura, seus editores não deixaram também de destacar que, enquanto ocorriam eventos por vários pontos da cidade, algumas práticas do período da escravidão continuavam ocorrendo. Em 18 de maio, as denúncias eram contra aqueles que ainda exploravam o trabalho dos seus ex-escravos libertos com a lei.<sup>495</sup> Alguns dias depois, ocorreu uma denúncia concreta a respeito dessa prática:

Uma senhora, há que, segundo dizem, prendeu toda a roupa de uma ex-escrava, para que ela não pudesse sair de sua casa, mantendo-se em escravidão. Isto dá-se aqui na Corte.

De outros temos sabido que fazem crer as desgraçadas vítimas da infame usurpação, que as festas da liberdade foram simples prenúncio da libertação geral.<sup>496</sup>

A matéria continuava com a denúncia de que haveria uma tentativa de influenciar os “beneficiados da lei”, os ex-escravos, contra a ideia de igualdade nas relações sociais a partir do 13 de maio. Segundo o redator, uma forma de impedir isso era mandar os inspetores de quarteirão visitarem as casas para fazer

<sup>494</sup> “Carbonário – Nossa missão”, *Carbonário*, 16 de julho de 1881.

<sup>495</sup> *Carbonário*, 18 de maio de 1888.

<sup>496</sup> *Carbonário*, 25 de maio de 1888.

cumprir a lei, e ver se não havia pessoas ainda sob regime da escravidão.<sup>497</sup> Ao denunciar tal prática em plena época dos festejos pela abolição, o jornal mostrava que a simples assinatura da lei não bastava para modificar socialmente a situação do ex-escravo. Além do mais, a existência das festas pelas ruas da Corte não era suficiente para mostrar que a liberdade já poderia ser vivida por todos. Afinal, o prenúncio da liberdade era o que deveria ser comemorado na festa, e não a liberdade em si, de acordo com aqueles que não queriam profundas mudanças após o 13 de maio.

No entanto, ao mesmo tempo em que havia repressão àquilo que estava sendo comemorado, e que era denunciado pelo *Carbonário*, além da permanência da escravidão mesmo que velada, havia também comemorações feitas de um modo que não era agradável aos olhos daqueles que pretendiam controlar todo o processo festivo. O editor da *Gazeta de Notícias*, no seu relato da “dança obrigatória”, pretende reprimir não a escravidão, uma vez que para ele já não mais existia, mas sim a permanência de algo que lembrava esse período. O fim da escravidão também deveria ser seguido pelo fim de algumas práticas.

A admiração em relação ao evento ocorrido embaixo da redação do jornal era também por ter sido realizado fora do ambiente festivo já previamente determinado pela comissão da imprensa. De acordo com a nota, a festa não programada ocorreu na noite de 17 de maio e nesse dia já existiam coretos armados em diversos pontos da cidade com música e espetáculos de fogos de artifício. Logo, esta festa em plena Rua do Ouvidor era algo que fugia ao controle dos membros da comissão da imprensa e merecia receber uma atenção maior. A outra atenção dada pelo jornalista que observava tudo da sacada da *Gazeta de Notícias* foi para os requebros e, principalmente, pela familiaridade com que o público que estava ali tinha com aquelas músicas.

A classificação dada pelo editor para a música que ouvia, feita, segundo ele, para se “ouvir com as pernas”, parecia ser a repetição das formas genéricas encontradas nos relatos dos viajantes de meados do século ao caracterizar as danças negras. Nesses relatos, as coreografias e suas músicas sugeriam movimentos das ancas e contaria também com instrumentos e ritmos africanos.<sup>498</sup>

<sup>497</sup> *Carbonário*, 25 de maio de 1888.

<sup>498</sup> ABREU, Martha. *Império do Divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 290.



Entretanto, ainda em meados do século, no período da escravidão, as exhibições dessa forma de festejar não ficavam restritas aos lugares afastados da cidade, ao contrário. Tais movimentações ocorriam em importantes esquinas da cidade e eram presenciadas por “jovens moças” que se juntavam aos espetáculos.<sup>499</sup> Ou seja, a realização de festejos negros, típicos do período da escravidão, era, a partir do 13 de maio, condenada pelo editor do jornal, uma vez que junto com a escravidão tais práticas também deveriam ser abolidas.

No entanto, tais manifestações, tanto aquelas de meados do século quanto as que ocorreram nos dias seguintes à abolição, só foram registradas a partir de um olhar do branco, repressivo, ou por meio de um relato que, por fim, se mostrava condenatório àquela prática, conforme esse da *Gazeta de Notícias*. Nesse caso, se perde alguns elementos para se entender a festa negra realizada em diferentes locais e que tinham como características uma variedade de sentidos e significados em grande parte incompreensíveis aos ouvidos dos brancos.

A festa negra, na sua dinamicidade,<sup>500</sup> utilizava instrumentos de percussão, o que alimentava o som dos batuques, e, em roda, recebia a participação de quem quisesse entrar para dançar,<sup>501</sup> o que para o editor da *Gazeta de Notícias* era o principal perigo. Esta festa negra, assim chamada por João José Reis, no período da escravidão desafiava as ordens daqueles que pretendiam manter negros e africanos sob o silêncio do cativo.<sup>502</sup> Com o seu fim, a negociação para a realização desse tipo de festejo passa por outra esfera e era dominada, no caso das festas pela abolição, pelos organizadores dos festejos que compunham a programação. A realização de algo fora do programa oficial desafiava não só a autoridade dos organizadores dos festejos como também o ambiente que se pretendia implantar após o fim da escravidão, onde batuques até altas horas da noite numa rua elegante da cidade não deveriam ocorrer.

<sup>499</sup> ABREU, Martha. *Império do Divino*, p. 290.

<sup>500</sup> REIS, João José. “Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 100.

<sup>501</sup> FARIAS, Juliana. *et al. Cidades negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 130. Os autores não fazem referência em qual lugar isso ocorria, na verdade destacam essa prática nas cidades negras. Cf. REIS, *op. cit.*; SLENES, Robert W. “‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana”. In: LARA, Sílvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca/Campinas: Cecult, 2008.

<sup>502</sup> REIS, *op. cit.*, p. 102. Interessante pensar na ambiguidade dessas festas, uma vez que ao mesmo tempo para alguns senhores poderia ser um sinal de perigo, ou seja, a ante-sala de uma revolta social, para outros era tida como um direito, servindo para diminuir as tensões sociais do cativo.

Essa tentativa de mediar o que poderia ou não ocorrer num festejo noturno parecia ser a repetição do olhar admirado do viajante de décadas anteriores. De fato, o relato de maio de 1888 indica que havia muito mais sujeitos batucando e dançando em roda do que o desejado. A diversão dos presentes, com tipos classificados pelo editor como o “figurante de chapéu de palha e calça branca”, possivelmente um afrodescendente que comandava e animava todos ali com seu gingado, também contava com quem não tinha a prática de dançar. Talvez por isso o seu temor em haver cenas lamentáveis, caso alguém não quisesse acompanhar o ritmo da batucada. No entanto, o final do relato exemplifica o que se pretendia de fato: eliminar a continuidade desse tipo de festejo nas festas da imprensa. A perspectiva de um possível acontecimento mais grave já era suficiente para se reforçar o pedido de, pelo menos, adequação desse festejo ao ambiente da Rua do Ouvidor.

O jornalista podia desconhecer a lógica daqueles que, em meio às festas de maio, promoviam esse tipo de festejo, mas certamente estava familiarizado com as frequentes denúncias sobre batuques e ajuntamentos feitos por “negros perigosos”, que realizavam “sambas” e “culto idólatra”, que apareceram de forma constante nos jornais da Corte em meados do século XIX. No tempo da escravidão, para a realização de batuques, festas e manifestações de negros, cativos e livres era necessária a constante negociação com senhores, agentes públicos e vizinhança.<sup>503</sup> No entanto, nem sempre essa negociação dava certo, e as autoridades policiais eram obrigadas a reprimir ajuntamentos que ocorriam na região da Corte.<sup>504</sup> Com a abolição, e todo o ambiente que por ora parecia ser de igualdade, a forma de festejo ocorrida naquela madrugada foi classificada como sendo “repugnante” e “cômica”. Apesar de admitir a existência de diferentes formas de manifestação de alegria, aquela que ele testemunhava não parecia ser a ideal. Ou seja, em pleno momento de festa da igualdade, o que era diferente deveria ficar em outro lugar.

<sup>503</sup> FARIAS, Juliana. *Cidades negras*, p. 113. No interior das fazendas, ainda durante a escravidão, a reunião de escravos para a realização de batuques ou outros festejos eram, segundo Stanley Stein, uma forma de conceder um divertimento ao homem que trabalhava durante todo o dia, apesar dos perigos que isso poderia representar, uma vez que permitiria a reunião de um grande número de escravos. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. Uma referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

<sup>504</sup> FARIAS, p. 90. Os autores citam a denúncia feita pelo *Jornal do Comércio*, em meados do século XIX, de que batuques na Rua Gonçalves Dias incomodavam a vizinhança.

Por mais que os relatos da imprensa insistissem em negar ao público que comemorava qualquer sentimento ou posição específica, promovendo sentidos para a festa que se propunham universais, a distância que separava a festa promovida por esses jornalistas e escritores daquela experimentada pelos que comemoravam nas ruas e embaixo de suas sacadas não parecia ser tão grande. Ou seja, a cidade tomada por festas acabava ligando a diversidade de festeiros àqueles que queriam apenas um tipo de comemoração. No entanto, a curta distância física não era suficiente para superar a distância cultural existente. Essa proximidade e, ao mesmo tempo, repulsa foi satirizada por Angelo Agostini nas suas ilustrações para a *Revista Ilustrada* sobre os festejos pela abolição.



Um estupendo batuque official e popular, symbolo da ignatdade estabelecida pela lei da abolição, seria dansado pelo ministerio e os libertos.

Figura 52 – *Revista Ilustrada*, nº 500, 9 de junho de 1888

Ironizando em imagens a suposta homogeneidade de ideais anunciados pela festa da liberdade, ele faz uma sátira deste discurso baseada na inversão do seu princípio: se era pelos negros a festa celebrada, seriam suas também as tradições que lhe dariam forma.<sup>505</sup> A diversidade dos festeiros, negros descalços

<sup>505</sup> *Revista Ilustrada*, 9 de junho de 1888. Essa festa imaginada por Agostini seria a realizada pela revista na comemoração do seu número 500. A festa da revista seria feita numa comparação com aquela realizada pela imprensa para os festejos da abolição.

dançando em roda ao lado de homens brancos de fraque, lembrando as práticas culturais de origem centro-africana e identificada nos jongos ocorridos nas fazendas,<sup>506</sup> era a forma ideal de comemorar uma causa, segundo Agostini. O batuque, antes reprimido por outro jornalista, para Agostini teria o caráter oficial e seria o símbolo da igualdade promovido pela lei, justificando assim a presença, lado a lado, de negros descalços com homens brancos tentando mexer as ancas ao som das músicas para se ouvir com as pernas. Na festa imaginada pelo ilustrador haveria uma improvável mistura pensada a partir de diferentes tipos sociais que naquele período comemorava a abolição, entre ministros, jornalistas e libertos. Mesmo assim, na realidade do dia a dia das festas, o fato é que havia um desconforto pela presença de festividades estranhas aos olhos de quem pretendia controlar a celebração e as diferentes formas de festejar. Percebe-se, assim, que os festejos pela abolição eram compostos não só por aqueles que tomavam para si a tarefa de construir para a festa sentidos unívocos, mas também por quem precisava ainda lutar nas ruas para fazer valer a liberdade anunciada no dia 13 de maio.

Além do estranhamento ligado à música e aos requebros que ela provocava, a outra preocupação citada pelo editor da *Gazeta de Notícias* era pela previsibilidade de um conflito provocado por alguém que não quisesse compartilhar da dança. Aliás, o caráter pacífico das festas era algo a ser preservado e era também uma espécie de demonstração de civismo.<sup>507</sup> Logo, nada deveria ocorrer na festa que estivesse fora da programação e que desfizesse a harmonia até então, a seu ver, preservada. No entanto, tal cuidado não levou em consideração que, durante os dias de festa, existiram pequenos conflitos noticiados em seções destacadas do jornal. Assim, não seria um batuque o responsável pela quebra do caráter pacífico da festa.

Na verdade, o jornal *Cidade do Rio* foi responsável pela publicação de alguns casos de desordem ocorridos pela Corte nos dias de festa. A edição do dia 23 de maio, na segunda página, teve quase uma coluna inteira com as notícias das prisões e suas causas. Um homem foi preso após promover desordem na Rua da

<sup>506</sup> SLENES, SLENES, Robert W. “‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana”.

<sup>507</sup> Um exemplo disso apareceu no *Diário de Notícias* de 21-22 de maio de 1888. No balanço da festa, o redator informa que, apesar da existência de muitas pessoas nas ruas, não havia tido maiores conflitos. Os que existiram haviam sido apaziguados com a ajuda do próprio povo “alegre e unido”.

Constituição; outro por dormir na Praça da Constituição; um terceiro, descrito como um “célebre vagabundo”, foi preso por dormir na mesma praça; e outro por ter promovido à noite desordens na Rua Luiz de Camões.<sup>508</sup>

Vale reforçar que toda essa região fazia parte da área ocupada pelos festejos da abolição e, por ter sido a nota publicada logo na edição seguinte ao fim dos festejos, possivelmente fez parte da rotina de repressão a algumas práticas festivas.<sup>509</sup> As ruas, nesses dias, estavam ocupadas por toda a sorte de público que se deslocava de regiões distantes para presenciar as comemorações e também participar dos mais variados tipos de festejos. A repressão à prática da vagabundagem nas regiões próximas da festa dá conta de uma tentativa de eliminar não só do ambiente festivo, mas também da rotina da Corte, aquilo que não deveria fazer parte daqueles novos tempos. Afinal, a festa da abolição decretava o fim de um período e o início de outro, marcado pelo trabalho como objetivo de todos os brasileiros, agora igualados pela lei. Tal marca estava presente nos discursos pronunciados por abolicionistas durante as festas e nas poesias distribuídas ao povo. Logo, não combinava a existência de “célebres vagabundos” pela cidade.

A classificação dada àqueles que estavam nas ruas à noite nos dias de festa, “vagabundos” ou “célebres vagabundos”, era uma forma de combater o vício do não-trabalho, perigo nos momentos seguintes à abolição. De acordo com Wlamyra Albuquerque, o termo “vadio” no jargão policial era utilizado para se referir àqueles que traduziram liberdade por autonomia. A perseguição a esses tipos sociais que não se encaixavam numa dinâmica pensada pelas autoridades policiais foi reforçada à medida em que o conceito de “vadiagem” passou a ser discutido pelos parlamentares do final do Império com base na inversão dos predicados do mundo do trabalho. Ou seja, a negação desses predicados definia o conceito de “vadiagem”. A ociosidade seria uma ameaça à ordem e seu praticante, um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Logo, a ociosidade combinada com a vadiagem deveria ser combatida enquanto o trabalho, defendido como lei suprema da sociedade.<sup>510</sup>

<sup>508</sup> *Cidade do Rio*, 23 de maio de 1888.

<sup>509</sup> Esses três casos ficam nas imediações da atual Praça Tiradentes.

<sup>510</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 73-5.

Ao mesmo tempo, no período da festa, quando houve certa supressão do cotidiano da Corte, a permanência dos ex-escravos no trabalho era algo que merecia atenção dos jornais, principalmente das pequenas folhas, como, por exemplo, o *Carbonário*, que já vinha afirmando a ausência deles nas festas. No entanto, a forma encontrada por esse periódico para tratar da questão dos novos trabalhadores, juntamente com a ordem do dia que deveria ser baseada no trabalho, foi através da publicação de uma série de crônicas que tinham como personagens dois pretos velhos: o Pai Francisco e o Pai Mané.<sup>511</sup>

Os diálogos são escritos num formato que tenta lembrar uma possível fala coloquial dos ex-escravos – o que evidencia a tentativa de dar à voz narrativa o ponto de vista desses escravos, ainda que dificultando a boa compreensão do texto.<sup>512</sup> Ao se encontrarem na rua, os dois homens tratavam de dar seu próprio testemunho sobre as festas que eram celebradas e o dia a dia após a abolição.

- Boa ria, Pae Mané,
- Boa ria, pae Flancico
- viva a liberdade!
- Vivô!
- viva o sô Zé do Patucio
- vivo
- viva Sinhô douto Nambuco (...).<sup>513</sup>

Começaram com os “vivas” à liberdade, a José do Patrocínio, a Joaquim Nabuco e ao Visconde do Rio Branco. Nem por isso, no entanto, deixavam de estranhar a alegria do branco. O diálogo continua com o estranhamento de que os brancos estavam fazendo festa. A desconfiança de Pai Francisco para essa alegria era porque vinha de gente que escravizou no passado e que agora fazia festa.<sup>514</sup> O autor da crônica mostrava as contradições do modo pelo qual a abolição era então celebrada – mostrando, através da suposta fala dos dois ex-escravos, o caráter socialmente restrito desses festejos.

<sup>511</sup> No texto “Outras histórias de Pai João” a autora Martha Abreu discute o personagem do “Pai João” e seus equivalentes na escrita de contos e histórias do folclore entre o século XIX e XX. De acordo com o *Vocabulário pernambucano* de Pereira da Costa, a palavra *Pai* foi utilizada como forma de “tratamento de respeito dado aos pretos velhos, e noutros tempos mesmo, indistintamente, a livres e escravos: Pai João, Pai Antonio, etc.” Dentre as características apontadas por Théo Brandão e citadas por Martha Abreu sobre esse personagem estão o seu jeito burlesco, enganado, boçal e também audacioso mas poderia ser, segundo Théo Brandão, astucioso, matreiro e sabido. ABREU, Martha. “Outras histórias de Pai João. Conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular. 1880-1950” In: *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp. 235-276.

<sup>512</sup> Preferiu-se à reprodução do diálogo sem nenhuma atualização gramatical por ele constitui também elemento importante para a crônica dos pretos velhos e a reprodução que faziam da fala.

<sup>513</sup> *Carbonário*, 23 de maio de 1888.

<sup>514</sup> *Idem*.

No segundo diálogo, a conversa é sobre a recusa de uma “negrinha” em trabalhar.

- bon ria, pai Mané
- bon ria, pae Flancico; succê cumo tá?
- eu tá hi, tá oiando.
- tá oiando quê, pae Flancico.
- tá oiando zi criourinha qui non quere mai tlabaiá.
- ué! Zere non come?
- zere dize qui tá foro; gora non plicisa trabaiá.
- ué!
- Blanco tambê non quere tlabaiá, dize qui quem tlabaiá é neclo e in buro.<sup>515</sup>

O diálogo continua com a dúvida de quem iria trabalhar, se nem negro e nem branco queriam. Finaliza lembrando a revolta dos fazendeiros com a Princesa Isabel por ter libertado os escravos. Nesse momento, Pai Mané lembra de dar viva à Princesa, que não havia sido dado no diálogo anterior. Mas Pai Francisco lembra que a festa já acabou.<sup>516</sup> Ora, se acabou a festa, não haveria sentido em continuar a dar vivas. De seu ponto de vista, era preciso discutir quem iria trabalhar agora que “preto é forro”.<sup>517</sup>

Esse diálogo reforça duas situações vividas naquele período de festa: a liberdade, para alguns, era a distância de um ambiente de trabalho que lembrava o da escravização. Não era a vivência de uma ociosidade, mas sim uma possibilidade de mudança na forma de trabalhar, e por isso se justificando o pensamento da “criourinha” não querer continuar com seu trabalho.<sup>518</sup> A outra situação diz respeito à própria posição desses dois personagens na sua visão sobre o mundo do trabalho após a abolição. Na verdade, eles estavam criticando exatamente a posição desses que, anteriormente escravizados, com a lei não pretendiam continuar num ambiente de trabalho que, a seu ver, rememorava o tempo da escravidão. Os dois homens, na verdade, questionam essa posição autônoma desses libertos que pretendiam ficar mais tempo numa euforia da festa e

<sup>515</sup> *Carbonário*, 25 de maio de 1888.

<sup>516</sup> Cantar a abolição e a Princesa Isabel foi uma característica encontrada por Martha Abreu em sua pesquisa sobre o folclore do Pai João. No entanto, nessa crônica publicada no *Carbonário*, o viva à Princesa lembra o término da festa e o início de uma arrumação da mão-de-obra já que, segundo eles, negro não queria trabalhar.

<sup>517</sup> *Carbonário*, 25 de maio de 1888. Essa é a expressão que eles usam: “preto tudo é forro”; não fazem referência sobre estarem livres, mas sim forros.

<sup>518</sup> Segundo Stanley Stein, muitos ex-escravos se recusaram a permanecer nos antigos locais de escravização por não verem neles uma perspectiva de mudança quanto ao tratamento dispensado pelo antigo senhor. Ou seja, seriam sempre escravos nesses locais. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. Uma referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

dos vivos pela liberdade do que no cotidiano do trabalho livre. Isso poderia ser pensado depois ou ser algo a ser resolvido pelos brancos e não pelos ex-escravos.

O fato é que ao mesmo tempo em que o jornal, em edições anteriores, condenava a continuação da escravização na Corte, em outras situações defendia a mediação das formas de trabalho. Nem a ociosidade era algo louvável nem a continuidade da escravidão. A mediação entre trabalho e ordem deveria ocorrer permanentemente nessa sociedade do pós-abolição. A igualdade civil promovida pela lei igualaria a obrigação de todos ao trabalho, mas também não era permissível a reprodução de certos barbarismos, esses denunciados pela *Gazeta de Notícias*.

A condenação feita pelo editor da *Gazeta de Notícias* à dança ocorrida embaixo da sua redação não é sem sentido, ainda mais que naquele dia estavam apenas começando os festejos pela abolição. Controlar a festa e a sua forma de celebração dentro de rituais e ritmos caros a esses editores era a função não apenas das denúncias nos jornais, mas também das autoridades policiais.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o editor da *Gazeta de Notícias* denunciava uma prática festiva fora dos padrões de comportamento que ele pregava, as autoridades policiais se organizavam a fim de deter, mesmo que provisoriamente, aqueles que acreditavam ser uma interferência à ordem estabelecida. O “célebre vagabundo” ou aquele que dormia na praça deveria ser mais fortemente combatido no período de festas e também nos dias seguintes, quando um processo de arrumação da cidade deveria ser criado a fim de manter a ordem. A permanência da ordem no trabalho também era reforçada nas crônicas, principalmente essa do Pai Francisco e Pai Manuel, que através de uma fala que tenta remeter à do ex-escravo pregava a continuidade do trabalho, tanto do branco quanto do negro, liberto

Reprimir quem estava nas ruas nos dias dos festejos comemorando ao seu modo a abolição foi a forma encontrada por autoridades para controlar a liberdade do festejar, algo que não devia ser vivido por todos, principalmente por aqueles que não estavam inseridos numa dinâmica letrada e plausível aos olhos das autoridades policiais e dos editores dos jornais. A dúvida acerca das atitudes que deveriam ser tomadas para evitar desordens e vagabundagem e, ao mesmo tempo, ajuntamentos, não era exclusiva da região da Corte. No interior, o temor a respeito do destino dos ex-escravos também era causa de preocupação por parte do chefe



de polícia no seu relatório enviado ao presidente da província em 1888. Segundo ele, a lei do 13 de maio criaria desafios que não estavam previstos pelos responsáveis pela manutenção da ordem na cidade. As autoridades policiais ainda estavam tentando entender os novos códigos a serem utilizados nesse período de liberdade. Por este motivo, a dúvidas sobre o melhor comportamento a ser adotado por aqueles que tinham a função de manter a ordem parecia generalizada:

(...) Uma ou outra reclamação das autoridades locais pedindo instruções para impedir as aglomerações perigosas nos povoados e estradas, para reprimir a vadiagem e forçar os libertos ao trabalho, não constituem, por certo, fatos que devam merecer atenção de V. Ex. e dos poderes públicos, para decretação de medidas de exceção. (...) A reforma operada pela lei n. 3353 de 13 de maio deste ano carece do concurso de todas as autoridades para produzir os seus salutareos efeitos. (...) tendo a peito evitar tanto quanto me tem sido possível, dentro de minhas atribuições de chefe de polícia, não só que os libertos sejam constrangidos em sua liberdade, mas também que os desviem os mal intencionados, das lavouras em que se acham, em virtude de contratos por eles celebrados, livremente, com seus ex-senhores ou com outros, recomendei muito às autoridades locais para acompanharem vigilantes o movimento que no seu município houvesse em consequência da promulgação da referida lei. (...) <sup>519</sup>

No longo texto introdutório feito pelo chefe de polícia antes de relatar os casos que julgou dignos de nota, é clara a preocupação com o novo tempo que surgia após a lei e a falta de preparo das autoridades policiais em lidar com a liberdade de quem antes de 13 de maio era escravo. A rotina desses ex-escravos e suas “aglomerações” eram preocupações de quem tinha como função manter a ordem, mesmo que esse conceito não fosse o mesmo para todos. Por isso, todos deveriam ficar vigilantes diante de atitudes que pudessem ser suspeitas ou que fossem contra a ordem estabelecida. Além do mais, as autoridades locais citadas pelo chefe de polícia correspondem àquelas do interior da província que viveram o perigo do esvaziamento das fazendas e da falta de mão de obra para a colheita do café. Como fazer com que esses ex-escravos permanecessem ligados à terra e ao trabalho era a grande dúvida não apenas do chefe de polícia, mas também de todos que tinham como função vigiar a liberdade vinda com a lei. A repressão à vadiagem e às aglomerações talvez fosse uma fórmula ideal para preservar a ordem do mundo do trabalho no interior. Na Corte, essa repressão também se

<sup>519</sup> “Relatório do chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro” In: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, dr. José Bento de Araujo. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1888. Disponível no *Center for Research Libraries – global resources network*. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/822/>

manteria principalmente contra as aglomerações que pudessem remeter ao tempo do barbarismo da escravidão.

A reclamação do editor da *Gazeta de Notícias* contra os batuques fora de hora era uma forma de reprimir algumas práticas egressas da escravidão e também de definir o que deveria mudar a partir da lei. Para o editor, a liberdade tinha um sentido distinto daquela pensado pelos festeiros da Rua do Ouvidor. Para eles, o horário noturno, independente do trabalho durante o dia, era o momento ideal para a celebração de um novo tempo. No entanto, o não trabalho, denunciado pelos cronistas do jornal *Carbonário*, também era uma forma de viver a liberdade conquistada com a lei. Os variados sentidos atribuídos à liberdade naqueles dias seguintes ao treze de maio apareceram tanto nos jornais da Corte que relataram o dia a dia das festas como também na própria forma da realização dos festejos, por meio de batuques em locais diversos, tanto na Ouvidor como por meio de aglomerações nas imediações das fazendas. A data do treze de maio marcava um novo tempo de liberdade que seria vivido de acordo com as experiências singulares desses homens e mulheres que viveram a escravidão na Corte. Festejar a lei, naquele momento, era a primeira forma de se identificarem como livres, tal como a lei os faziam.

## **Parte III – As festas da memória**

## 12

**Do grande sol a um dia nublado**

No dia 14 de maio de 1893, a *Gazeta de Notícias* publicou uma crônica de Machado de Assis que se iniciava com o relato da véspera, quando se celebrara o aniversário da Abolição:

Ontem de manhã, descendo ao jardim, achei a grama, as flores e as folhagens transidas de frio e pingando. Chovera a noite inteira; o chão estava molhado, o céu feio e triste, e o Corcovado de carapuça. Eram seis horas; as fortalezas e os navios começaram a salvar pelo quinto aniversário do Treze de Maio. Não havia esperanças de sol; e eu perguntei a mim mesmo se o não teríamos nesse grande aniversário. É tão bom poder exclamar: "Soldados, é o sol de Austerlitz!" O sol é, na verdade, o sócio natural das alegrias públicas; e ainda as domésticas, sem ele, parecem minguadas.<sup>520</sup>

Marcada pela melancolia, esta nota inicial não deixava dúvidas sobre o estado de espírito do cronista. Por mais que o quinto aniversário da abolição começasse com salvas de tiro dadas pelos navios ancorados na Baía de Guanabara, parte dos festejos oficiais do regime republicano para celebrar a data, tratava-se para ele de um dia “feio e triste”. O tempo, nublado e frio, era bem distinto daquele que vivera cinco anos antes, cujas lembranças aparecem na continuação da crônica:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto.<sup>521</sup>

Nas memórias do literato, o sol do dia 13 de maio de 1888 ajudou a compor um cenário de festa, cuja claridade era proporcional ao entusiasmo geral. Incluindo-se no rol dos que festejavam o ato, justifica-se por ser aquele um dia de “delírio público” de todo singular. Era assim como uma ocasião de verdadeiro entusiasmo generalizado que Machado de Assis rememora a data celebrada.

A distância entre estas lembranças e a realidade vivida naquele maio de 1893 era mais do que uma contingência climática. A falta de luz e empolgação que descrevia, então, parecia ligar-se ao momento então vivido pela capital da jovem República.

<sup>520</sup> [Machado de Assis] “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1893.

<sup>521</sup> *Idem*.

Definitivamente o ano de 1892 não era de festas. Aqueles que haviam lutado pela liberdade dos escravos em 1888, alguns anos mais tarde tiveram que adaptar seus escritos ao momento político do país ou então enfrentar a perseguição política promovida pelo então presidente, Floriano Peixoto. Uma das causas para que os literatos fossem o alvo da fúria de Floriano foi a publicação de críticas a sua permanência no cargo, após a renúncia do presidente Marechal Deodoro, nos jornais da capital, em 1892. No jornal *O combate*, onde trabalhava Olavo Bilac e Pardal Mallet, Rui Barbosa lançou pela primeira vez a teoria de que em caso de renúncia do presidente em menos de dois anos no cargo seria necessária a convocação de novas eleições.<sup>522</sup> Ou seja, uma profunda crítica ao posicionamento assumido por Floriano Peixoto que se recusou a cumprir tal procedimento após a renúncia do Marechal Deodoro.

O auge da crise foi a prisão de inúmeros opositores, entre eles militares e jornalistas, estando Olavo Bilac, José do Patrocínio e Pardal Mallet entre eles.<sup>523</sup> Todos foram mandados para o exílio, em diferentes locais do país, em pleno 21 de abril, data que a República comemorava o centenário de morte de Tiradentes, mártir do sentimento republicano.<sup>524</sup> Entre celebrações pela memória do inconfidente e perseguições políticas, os literatos nesse ano se dividiram entre os que escaparam do exílio, e assim tiveram que calar suas críticas àquela república, e os que deixaram a cidade presos ou autoexilados. Assim, o maio de 1892 não teria na celebração da liberdade uma perfeita coerência. Deste modo, as comemorações pelo 13 de maio teriam que se adaptar a essa configuração política vivenciada nos primeiros anos da década de 1890.

Para entender a distância que separa as memórias eufóricas de Machado de Assis sobre a abolição da escravidão do desânimo que testemunha no seu quinto aniversário, cabe buscar na história como se deu o caminho de construção de novas formas e sentidos para a festa que celebrava a data da abolição.

Este é um processo que se inicia ainda no primeiro aniversário da Lei, quando a mobilização da imprensa mostrou-se sensivelmente menor do que no ano anterior. Em 1889, uma das formas de celebrar a data foi através da

<sup>522</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. “Introdução”. *Bilhetes Postais/Coelho Netto*. Campinas, SP: Mercado das letras: CECULT; São Paulo: Fapesp, 2002, pp.7-26.

<sup>523</sup> “Os últimos acontecimentos”, *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1892.

<sup>524</sup> “O Tiradentes”, *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1892. A data representava o centenário de morte de Tiradentes e inúmeras celebrações foram realizadas para marcar esse dia.

publicação de textos que rememoravam as festas de 1888, marcando novamente para os seus leitores o significado daquele acontecimento para a história da nação e o protagonismo dos jornais, tanto no apoio dado à abolição quanto na realização dos grandiosos festejos. O primeiro aniversário da lei devia ser comemorado como momento de síntese de um ano de liberdade. Um dos pontos reiterados pelos redatores d'*O Paiz* era o da ordem vivida desde a libertação dos escravos. Essa ordem tinha que se confirmar nas festas que celebrariam o primeiro aniversário da data: “o dia 13 de maio deve ser e será um dia de paz”, afirmava o editor do jornal *O Paiz* dias antes.<sup>525</sup> Além da paz, as festas serviriam para confirmar a força dos eventos do ano anterior, cujo sentido era reafirmado por um redator da *Gazeta de Notícias*:

Esse dia, o maior da nossa história, e o maior porque anunciou aos povos cultos que já não havia mais escravos n'este vasto território americano, foi assinalado por festas cuja recordação perdurará na memória dos que assistiram a imponente manifestação da alegria popular, e transmitir-se-á de pais a filhos, para que nunca fique esquecido o dia em que a Pátria conquistou o direito de afirmar que é também nação culta, e que à sombra de leis civilizadoras nela habita um povo livre.<sup>526</sup>

Para o editor do jornal, o 13 de maio libertara não apenas os escravos mas também toda uma nação. Aos olhos destes jornalistas, as festas realizadas naquele ano de 1889 deveriam assim ter a função de reforçar a memória coletiva acerca daquele ato construído no ano anterior.<sup>527</sup> A memória da abolição era alimentada pela crença de que com a lei o país entrava para o grupo de nações cultas e modernas, algo impossível enquanto perdurasse a escravidão. Com a abolição, o país conquistara não apenas a liberdade mas também uma cultura que era compartilhada entre as nações livres. A festa, um ano após essa conquista, reforçaria todos esses sentidos, além também de servir para reproduzi-los por gerações.

Não era só a imprensa que tentava, naquele momento, cristalizar a memória que se havia começado a construir para a Abolição no ano anterior. Do ponto de vista dos agentes públicos, o 13 de maio de 1889 aparecia também como um momento de reafirmação e cristalização do protagonismo atribuído no ano

<sup>525</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 10 de maio de 1889.

<sup>526</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1889.

<sup>527</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/ comemoração: as utilizações sociais da memória.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 22, nº 44, pp. 425-438. Segundo a autora, e baseada em Paulo Ricoer, as comemorações servem para reforçar a memória coletiva.

anterior a personagens do mundo político aos quais era dada a vitória da causa abolicionista. Para isso, alguns nomes de rua foram substituídos por outros que tivessem ligação com a abolição. Ainda que de forma efêmera, foi feita em meio à comemoração do primeiro ano da abolição a troca das placas de algumas ruas e praças da cidade, como forma de homenagear a data nos dias de festejos. Desse modo, a Rua da Saúde viraria Rua Antonio Prado, em homenagem ao abolicionista paulista; a Rua dos Inválidos, Thomaz Coelho, ministro do Império; a da Guarda-velha, Rua Treze de Maio; a Rua do Passeio passaria a se chamar Rua Joaquim Nabuco; o Largo da Lapa se transformava na Praça D. Isabel, a Redentora; e, por fim, o Largo do Catete passava a se chamar Praça Ferreira Viana, ministro da Justiça, em 1888. O responsável pela iniciativa de trocar as placas das ruas como forma de comemorar a abolição não apareceu na nota divulgada pela *Gazeta de Notícias* que apenas informou que elas haviam sido colocadas no dia anterior.<sup>528</sup> De modo claro, a iniciativa tentava reforçar o protagonismo de personagens já destacados nos festejos oficiais do ano anterior, quando um dos elementos que decoravam as fachadas das redações dos jornais eram os nomes dos abolicionistas e dos membros do Parlamento. Nesta perspectiva, a festa de 1889 teria o fim de consolidar certa memória da abolição e dos sujeitos que seriam seus protagonistas, reiterando a lógica reproduzida pela imprensa carioca nos dias seguintes à assinatura da lei.

Esta lógica era reiterada, do mesmo modo, nas comemorações oficiais da data. As festividades pelo primeiro aniversário da lei contaram com a presença da família imperial que, na manhã do dia 13 de maio, desembarcou no Arsenal da Marinha. Saudada por autoridades e pelo povo que estava ali presente, eles acompanharam o cortejo até a Igreja do Rosário, onde ocorreu um *Te-Deum* em homenagem ao aniversário da abolição.<sup>529</sup> Após a cerimônia, a família se dirigiu ao Imperial Teatro Pedro II, onde foi recebida pelos membros da Confederação Abolicionista, responsáveis pela organização das comemorações daquele ano. Na ocasião, José do Patrocínio fez um discurso saudando o Imperador e a Princesa, e a festividade também contou com leitura de textos e poesias.<sup>530</sup> Ao findar o

<sup>528</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1889. Dessas ruas, apenas a da Guarda-Velha mudou definitivamente para Rua Treze de Maio.

<sup>529</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1889.

<sup>530</sup> *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1889. Aluizio de Azevedo leria na ocasião trechos do seu livro *O Cortiço*.

espetáculo a família se dirigiu ao Paço Imperial, onde pôde testemunhar a praça D. Pedro II cheia daqueles que queriam saudá-la. Era como um ato de homenagem à monarquia, associada na festa à abolição, que se organizavam as comemorações oficiais.

Os festejos patrocinados por sujeitos distantes do mundo letrado mostravam estabelecer um diálogo claro com os sentidos atribuídos pelos círculos letrados à Abolição. É o que mostrava a manifestação de uma sociedade formada no calor dos acontecimentos de 1888, que promoveu sua própria comemoração no primeiro aniversário da lei: a Associação Beneficente D. Isabel, A Redentora. Criada em 1888, tinha como uma das missões socorrer os associados em caso de necessidade e “festejar o glorioso 13 de maio”. Essa era uma Associação de caridade, conforme exposto no comunicado enviado à Câmara Municipal.<sup>531</sup> No primeiro ano da lei, a forma de celebrar a abolição foi dar posse à nova diretoria informando a solenidade nos jornais.<sup>532</sup> Tratava-se, assim, de uma sociedade cujos membros reforçavam uma memória em torno da lei erigida já no ano anterior, que tinha por fim destacar o papel da própria Princesa no processo de conquista da liberdade e o sentido de dádiva de sua ação.

Um tipo semelhante de postura em 1889 podia ser notada em outros préstitos realizados naquele ano pela Rua do Ouvidor por associações civis. Era o caso das sociedades Particular de Música Prazer da Glória e Amante da Liberdade. Ambas através de um pequeno anúncio chamavam seus sócios a participar dos festejos. A Prazer da Glória não informou que tipo de evento seria realizado, solicitando apenas que seus sócios comparecessem à sede do clube na parte da tarde. Já os sócios da Amante da Liberdade saíam em caminhada da sua sede em Botafogo até o Arsenal da Marinha para homenagear a Princesa.<sup>533</sup> Formada por homens de cor, esta sociedade realizou ainda na parte da tarde outro préstito pela Rua do Ouvidor para saudar a imprensa.<sup>534</sup> Casos como estes deixavam claro o sucesso das imagens unívocas construídas no ano anterior pela imprensa para a festa, cujos sentidos eram reafirmados em muitas manifestações de sujeitos distantes das esferas letradas.

<sup>531</sup> *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1888. Exercer a caridade estava entre as funções dessa associação no documento enviado a Câmara Municipal tratando a respeito da sua criação. “Abolição da escravidão” – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 6,2,14.

<sup>532</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1889.

<sup>533</sup> *Idem*. A família imperial compareceu ao Arsenal da Marinha na parte da manhã.

<sup>534</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1889.



Mais uma vez, no entanto, a construção de tais sentidos se fazia em paralelo à afirmação de outros significados para a data, expressos em outras formas particulares de celebração que se fizeram notar pelas ruas da cidade em 1889.

A associação formada após o 13 de maio de 1888, o Centro Tipográfico 13 de maio, tinha como uma das suas missões celebrar a data que lhe dava nome e também prestar auxílio à classe tipográfica, prestando educação e defendendo os direitos dos seus associados.<sup>535</sup> A lei da abolição serviu de inspiração para a formação desse Centro e o aniversário da lei deveria ser celebrado pelos tipógrafos de forma autônoma através de uma passeata cívica e uma matiné no teatro Recreio Dramático.<sup>536</sup> Bem diferente da realizada no ano anterior quando teve que se adaptar à lógica festiva da imprensa para celebrar a abolição.

Se os tipógrafos, por sua condição social intermediária, conseguiam maior publicidade para seus festejos, menos destaque tiveram outras formas de comemoração que, como no ano anterior, continuavam a acontecer pela cidade: aquelas patrocinadas pelos próprios beneficiários da Lei. A força de seus festejos naquele ano foi atestada, no entanto, pela insuspeita de Coelho Netto, que se empenhara nos anos anteriores na campanha abolicionista. No início da década de 1880, o jovem literato no seu contato com o abolicionismo de São Paulo utilizava a literatura como forma de engajamento político e social na denúncia contra a escravidão.<sup>537</sup> No primeiro aniversário da lei, ainda no Império, em crônica publicada poucos dias antes da data, assinada com a inicial “N.”,<sup>538</sup> ele centra sua atenção naqueles que eram, de fato, o centro da celebração – dando a ver, com isso, a possibilidade de existência de formas diversas de celebração da data:

13 de maio – a páscoa dos escravos está batendo às portas. É o primeiro aniversário do êxodo dos negros; curvemo-nos diante da turba que formiga ao longe, preparando-se para a marcha triunfal rememorada da hégira. Hebreus do Misraim, nós, os modernos, vamos ter também a nossa festa dos tabernáculos – a festa das senzalas. O cativo não foi exclusivamente para vós outros, se

<sup>535</sup> BATALHA, Claudio H. M (org.). “Centro tipográfico 13 de maio”. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 213.

<sup>536</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1889. No ano seguinte, em 1890, já na República, o Centro continuaria com os festejos “Centro Tipográfico 13 de maio”, *Echo Popular*, 17 de maio de 1890.

<sup>537</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Barricadas na Academia: literatura e abolicionistas na produção do jovem Coelho Netto”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 10, pp. 15-37.

<sup>538</sup> Esse era a forma como Netto passou a assinar a série cronística “Bilhetes postais” publicada no jornal *O Paiz* entre 1892-1893. SILVA, Ana Carolina Feracin da. “Introdução”. *Bilhetes Postais/Coelho Netto. op. cit.*

construístes as pirâmides, se edificastes os tempos na terra do Nilo, ao sol rubro, enquanto os vossos profetas cantavam as dores da vossa raça, eles, os africanos, edificaram mais – fizeram com o seu sangue o adubo da terra, plantaram com os seus braços as primeiras sementes, tiraram as mamas das bocas dos filhos negros para as bocas dos senhores recém nascidos, deram toda a força, toda a vida à terra, fizeram mais do que vós, hebreus, sofreram mais do que vós, israelitas.<sup>539</sup>

Ao descrever a data como a “páscoa dos escravos”, Coelho Netto se mostrava partidário de uma forma de encará-la próprio ao universo letrado – no qual imagens religiosas como estas já marcavam, desde o ano anterior a caracterização do ato celebrado. Através do paralelo com a história dos hebreus e a sua saída do Egito, ele indicava ser aquela uma festa que extrapolava em muito o universo dos festejos oficiais. Para ele, tratava-se de uma “festa das senzalas”, que deveria ser celebrada de forma própria por aqueles que mais tinham a comemorar: “os africanos”. Por este motivo, defendia que se desse espaço para que os próprios protagonistas da festa pudessem realizar livremente sua celebração. “Não interrompamos a festa sagrada dos negros – é um rito novo – o 13 de maio – é a religião da liberdade”, explicava o escritor, como a indicar certa tendência de repressão aos batuques com os quais os negros haviam comemorado no ano anterior a liberdade. E por isso finaliza: “Deixemos passar os que festejam a páscoa”. Por mais que compartilhasse dos sentidos atribuídos à festa por outras parcelas do mundo letrado, de seu ponto de vista, as festas desses ex-escravos não poderiam ser reprimidas porque representariam algo sagrado, fruto de um momento de sofrimento semelhante ao dos povos antigos.

No primeiro aniversário da lei, ainda sob o Império, já deveria ter para esse literato uma celebração distinta daquela promovida para a família imperial. Os escravos, para ele, deveriam ser o foco da comemoração e, ao mesmo tempo, realizarem seus próprios festejos de acordo com seus critérios festivos. Afinal, ninguém, além deles, tinha mais motivos para festejar a liberdade como gênese de um novo tempo.

Claro que, ao propor este deslocamento, Coelho Netto estava longe de negar o sentido ilustrado da luta, ou mesmo a ideia de que a liberdade havia sido uma dádiva dada aos escravos por homens pensantes como ele. As motivações da ênfase que dava naquela crônica à perspectiva do escravo se esclareceriam, dias

<sup>539</sup> N. [Coelho Netto] “Impressões”. *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1889.

depois, em outra crônica sobre a festa, desta vez assinada com seu próprio nome no *Diário de Notícias*:

13 de maio

Primeiro aniversário da nossa história política. Começamos a viver, 13 de maio de 1888 – antes éramos um povo de bárbaros, no estado primitivo. Depois das mãos portuguesas, que descobriram o solo, era mister alguma coisa que descobrisse as almas – um coração encarregou-se disso.

O Brasil deixou de ser o presídio dos negros d'áfrica para ser um Estado livre, independente da suserania dos oligarcas.

13 de maio é a data inicial da nossa história – depois do gênese o êxodo.<sup>540</sup>

As imagens religiosas para tratar da liberdade dos escravos permaneceram nesse pequeno texto de Netto. No entanto, mais do que tratar de uma religiosidade e, conseqüentemente, uma passividade em torno da lei, o autor trata dessas “almas descobertas” numa perspectiva de cidadãos que compunham um Estado livre. Ou seja, o protagonismo da ação que iniciou uma vida de liberdade e de fim de um estado primitivo não era a família real, mas sim, novamente, os escravos e, também, aqueles que atuaram por esse fim: “começamos a viver”. Todos, não apenas os ex-escravos, passaram a viver num Estado livre. Porém, algo ainda faltava para a completa liberdade. A frase final, “depois do gênese o êxodo” marcava que ainda era necessária outra ruptura para a completa vivência da liberdade.

O texto escrito no primeiro e único aniversário da abolição no Império marcava uma distinção da forma de celebrar a data por parte desse literato que atuou nas barricadas abolicionistas na década de 80. Para ele, os protagonistas da ação eram outros e por isso mereciam ser celebrados, ou permitido a eles a sua própria celebração, ou a sua páscoa, conforme escrevera dias antes do aniversário. Coelho Netto não estava sozinho na tentativa de tirar o foco da comemoração da Família Imperial e dos políticos ligados à monarquia. Como ele, outros adeptos da causa republicana trataram também, em 1889, de fazer do primeiro aniversário da Lei um momento de disputa sobre seu sentido. As celebrações imagéticas pela libertação dos escravos iriam alimentar ainda mais esse momento. Era assim dado o início de uma batalha política e simbólica sobre a abolição que ficaria mais evidente nos anos seguintes, nos festejos republicanos.

<sup>540</sup> C. Netto; “13 de maio”, *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1889.

Entretanto, o 13 de maio de 1889 era, de fato, um momento de arrumação da história não apenas da escravidão no Brasil mas também a do próprio país. Este é um processo que se iniciara já nos meses seguintes à abolição, quando o pintor positivista Décio Villares se propôs a produzir uma grande obra que teria como título “A epopeia africana”. Segundo uma circular explicativa lançada pelo pintor poucos meses após a Lei, o quadro teria o objetivo de sintetizar a história da presença africana no Brasil e da conquista da liberdade. Depois de finalizada, ela seria cedida à Câmara Municipal do Rio de Janeiro por ser “na casa comum do povo, na sede do futuro governo das sociedades regeneradas, que semelhante comemoração estética do concurso de uma raça ficará bem colocada”.<sup>541</sup>

O quadro teria, segundo seu proponente, a finalidade de ensinar ao povo da cidade uma dimensão pouco valorizada de sua história: o papel destacado dos africanos na formação nacional. Por este motivo, na circular publicada em 1 de julho de 1888 Villares pedia a contribuição da população para a realização do quadro, de modo a financiar tanto o material que utilizaria na obra quanto o próprio sustento do artista durante o seu período de realização – que seria de aproximadamente um ano e meio, segundo seus cálculos.<sup>542</sup> Nessa circular, Villares justificava a necessidade da produção da obra como uma homenagem às contribuições ao que ele chamou de “raça oprimida”:

A escravidão acha-se felizmente extinta entre nós. É, pois, tempo de mostrarmos-nos agradecidos pelos serviços imorredouros que a raça oprimida prestou à constituição econômica, política e moral de nossa Pátria. Sob o primeiro aspecto, foi ela que com o seu trabalho criou a riqueza nacional; sob o segundo, seu braço heroico defendeu a autonomia portuguesa d’esta parte da América contra a invasão protestante, e em todas as ocasiões de conflito exterior sempre lhe coube o maior quinhão no sacrifício nacional; sob o ponto de vista moral, foi ela, pelos seus representantes femininos, a devotada colaboradora doméstica da mãe brasileira; e, finalmente, transfundiu no nosso povo, com seu sangue, suas incomparáveis qualidades de viva afetividade, que a falta de cultura e degradação a que a reduziram não conseguiram apagar.<sup>543</sup>

O texto é para aqueles que não foram escravizados: os brancos, que deveriam estar agradecidos após anos de escravidão negra. Esse período havia

<sup>541</sup> Décio Villares. *A epopeia africana no Brasil*. Circular aos meus concidadãos. 1º de julho de 1888. Essa circular encontra-se arquivada no Museu Casa Benjamin Constant. O texto foi publicado em duas páginas está impresso numa espécie de folheto. Não há nele nenhuma inscrição sobre editora, apenas numa espécie de nota de rodapé a informação que o Centro Positivista havia publicado um folheto sobre o quadro. VILLARES, Décio; BC; DIV 888.07.01. Agradeço ao historiador Marcos Lopes, do Museu Casa Benjamin Constant, a informação a respeito dessa documentação nos arquivos do Museu.

<sup>542</sup> *Idem*.

<sup>543</sup> *Idem*.

sido fecundo para a formação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que degenerava a cultura negra. Diante de tais consequências, o quadro iria compor a síntese das contribuições dadas pelos africanos à sociedade na qual foram escravizados. Longe de qualquer alteridade, tal agradecimento seria apenas uma forma de reconhecimento da participação dos escravos na vida brasileira, seja em suas dimensões econômicas, políticas ou sociais. Desse modo, o quadro transformava a Abolição em uma questão de justiça, e não de dádiva – registrando e valorizando o passado dos negros como forma de mostrar ter sido a Abolição uma consequência natural de sua história.

Concebido originalmente ainda durante a comemoração da Lei, o quadro voltaria à discussão no momento em que se preparava a celebração de seu primeiro aniversário. Em abril de 1889, numa segunda circular, o artista informava que a “indiferença reinante por tudo que é de interesse social” o tinha feito retardar o início da obra, estando ainda por finalizar o atelier onde ela seria feita. O valor solicitado na primeira circular, de 7:000\$000 (sete contos de réis) – valor elevado para os padrões da época - não havia sido arrecadado, o que explicava o atraso do início de sua produção. A própria relação daqueles que haviam feito até então as doações, publicada nesta segunda circular, era, porém, significativa do tipo de posição representada pela obra. Embora aparecesse na lista o nome do Príncipe D. Pedro Augusto, que fez a maior doação individual, mas que também não caracterizava um apoio oficial, a maior parte da verba arrecadada havia sido doada por instituições nas quais era forte o engajamento republicano – como a Escola Militar, a Escola Normal e o Clube Naval. A elas se somavam outras doações individuais encabeçadas por engenheiros e militares, assim como contribuições de diversas Câmaras municipais.<sup>544</sup> Era assim, principalmente entre os partidários de outro modelo de sociedade, que o artista colhia seus apoios.

Do ponto de vista de Villares, no entanto, aquele apoio recebido não seria o suficiente para realizar seu projeto. A baixa arrecadação seria para ele um exemplo do “indiferentismo” em relação àquilo que seria de interesse social, como julgava ser o seu quadro. Por isso, somente no dia 13 de maio de 1889, quando uma nova onda de celebrações trazia o assunto novamente à pauta, Décio

<sup>544</sup> Décio Villares. *A epopeia africana no Brasil*. 2ª Circular aos meus concidadãos. 21 de abril de 1889. VILLARES, Décio; BC; DIV 888.07.01. O príncipe D. Pedro Augusto doou 50\$000. O mesmo valor de uma lista feita pelos alunos da Escola Normal e da Câmara municipal de Santa Cruz. Porém, Villares não explicou quantos doadores tiveram em cada lista.

Villares conseguiu finalmente inaugurar o atelier.<sup>545</sup> No anúncio da inauguração, a festividade era de todos – em formulação que explicitava conteúdo republicano da proposta: “festa do povo e para o povo, são convidados todos os cidadãos e suas famílias, sem distinção de classe, não havendo convites especiais”.<sup>546</sup> Ao fazer o discurso de inauguração, o artista também mostra que não era ocasional a escolha da data:

Não porque seja ele um dia de satisfação orgulhosa para os brancos, pois nenhuma glória podem ter de haverem cumprido o seu dever tão tardiamente, mas sim porque ele lembra o termo de uma era em que a raça preta com a maior humildade e veneração esperou resignadamente receber das mãos dos seus opressores o que lhe pertencia de fato – a liberdade.<sup>547</sup>

A comemoração do aniversário da abolição seria a partir da ideia da liberdade recebida pelos negros dada pelos brancos através do cumprimento de um dever. Por isso, os brancos não eram glorificados por conta dessa ação. Para o artista, quem libertou cumpriu um dever esperado pelos escravizados de forma passiva e resignada. Por conta desse posicionamento pacífico a “raça preta” era a que deveria ser glorificada porque soube esperar a sua liberdade. A abolição, assim, aparece como uma fatalidade histórica uma vez que foi um dever cumprido enquanto foi aguardado por quem a queria e a desejava. Cabia, assim, a celebração dessa fatalidade através de uma síntese histórica sobre os anos de escravidão.

O esboço do quadro, exposto na ocasião, traduzia de forma ainda mais clara a leitura proposta por Decio Villares da data a ser celebrada. Na descrição de Miguel de Lemos – diretor do Centro Positivista do Brasil, que apoiava a obra de Décio Villares a presença africana no Brasil começou com a chegada do navio negreiro e o préstito realizado entre o local do desembarque do navio e as fazendas, para onde estavam sendo levados os africanos que aqui chegavam. O pano de fundo da obra é o Rio de Janeiro, tendo o Morro do Castelo a sua referência. Num canto do quadro estariam alguns personagens da história do país:

<sup>545</sup> *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1889; Décio Villares. *A epopeia africana no Brasil*. 2º Circular aos meus concidadãos. *Op. cit.* Segundo Villares, o atelier ficava na base do morro de Santo Antonio, na Rua Senador Dantas, num terreno cedido pelo Ministério da Justiça e que pertencia ao Corpo da Polícia Militar.

<sup>546</sup> “13 de maio – A epopeia africana”, *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1889.

<sup>547</sup> *A epopeia africana no Brasil – discurso pronunciado pelo pintor Decio Villares ao inaugurar os trabalhos da sua obra comemorativa no dia 13 de maio de 1889*. Rio de Janeiro, Tipografia Central, 1889, p. 4. VILLARES, Décio; BC; DIV 888.07.01. As notícias sobre a inauguração do atelier também apareceram nos jornais do período: “13 de maio”, *O Paiz*, 14 de maio de 1889.

José Bonifácio, Tiradentes, Henrique Dias e Felipe Camarão. A independência do Brasil também aparecia na obra assim como o dia a dia da escravidão, com mulheres negras amamentando seus filhos e também os do senhor enquanto crianças, negras e brancas, brincavam. O fim da epopeia mostrava a presença da “raça ocidental”, da “raça africana” e também “raça aborígine” todas irmanadas aos pés do morro do Castelo.<sup>548</sup>

A irmandade entre as diferentes raças presentes no quadro de Villares retomava, por um lado, a visão romântica sobre a formação da sociedade brasileira proposta Von Martius, em sua monografia publicada em 1845 sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil.<sup>549</sup> Nela, Martius formulou pela primeira vez a ideia de que a singularidade do Brasil seria fruto “do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças” das “três raças” que haviam participado da formação nacional: “a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”.<sup>550</sup> Ao colocar ao fim de sua epopeia os brancos, negros e índios irmanados, Villares apropriava-se assim de concepção já corrente no pensamento social brasileiro do século XIX.

Ao apropriar-se de tal ideia, no entanto, Villares o fazia em consonância com os as ideias de seu próprio tempo. Enquanto Martius tratava de hierarquizar essas três raças, analisando de modo diferenciado como elas teriam contribuído para o desenvolvimento do país<sup>551</sup>, Villares adota uma perspectiva igualitária, na qual as três raças estariam colocadas sob um mesmo plano frente à força maior da natureza. Assim sendo, no quadro do pintor a harmonia nascida no Brasil após o fim da escravidão seria o reconhecimento de uma situação que se pretendia natural, marcada pela inexistência de distinções inatas entre os grupos formadores da nação. Era na história que se constituiria, ao mesmo tempo, suas diferenças e suas ligações – como mostraria a cena da mulher negra amamentando o filho do senhor e as crianças negras e brancas representando o futuro daquela sociedade através da convivência pacífica e num mesmo ambiente. Desse modo, superadas

<sup>548</sup> LEMOS, Miguel e MENDES, R. Teixeira. *A Epopeia Africana no Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Central, 1888. VILLARES, Décio; BC; DIV 888.07.01. Esse folheto foi distribuído pelo Centro Positivista para divulgar a obra de Villares.

<sup>549</sup> Von Martius venceu o concurso de monografias proposto pelo IHGB sobre a melhor forma de escrever a história do Brasil. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 112.

<sup>550</sup> K. Philipp Von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil?”, *Revista trimestral do IHGB* (24), jun 1845.

<sup>551</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Espetáculo das raças*. op. cit. p. 112

as distinções artificiais a sociedade brasileira do pós-abolição seria de harmonia e de conciliação, constituída à sombra de heróis cuidadosamente selecionados: José Bonifácio como o exemplo do homem conciliador; Tiradentes, o mártir pacífico da ideia republicana, Henrique Dias e Felipe Camarão como exemplos do negro e do indígena, respectivamente, que lutaram contra os holandeses no período colonial.<sup>552</sup>

Ficava claro, deste modo, que o grande quadro projetado por Decio Villares projetava uma leitura da data comemorada muito diferente daquela estabelecida no primeiro aniversário da lei pelas comemorações oficiais – motivo pelo qual recebeu apoio, desde o início, do Centro Positivista. De fato, era a partir de um ponto de vista muito específico que o pintor se propunha a celebrar a data. Ligado ao positivismo, e consequentemente crítico da monarquia, ele começava então a fazer da arte um canal de propaganda de um novo modelo de sociedade – em um caminho que, já na República, faria dele o responsável pela produção de alguns símbolos caros ao novo regime, como bustos, estandartes e retratos de personalidades.<sup>553</sup>

Não é de se estranhar, por isso, que somente em 1890, já no período do governo provisório instaurado após a proclamação da República, Villares tenha conseguido subsídio público para a produção do quadro. A justificativa para o subsídio, exposta no decreto que o liberava, associava a função do governo na produção de imagens sobre a história e sua comemoração:

Que entre os deveres que cabem ao governo figura o de esforçar-se para o levantamento da arte, nacional, principalmente quando ela leva em vista consagrar-se á comemoração dos grandes feitos da nacionalidade brasileira.<sup>554</sup>

<sup>552</sup> MATTOS, Hebe. “O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 215-227.

<sup>553</sup> LEAL, Elisabete da Costa. “O Calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista.” In: *HISTÓRIA*, São Paulo, V. 25, n. 2, p. 64-93, 2006. Décio Villares foi também responsável pelo desenho da bandeira nacional a partir de uma concepção positivista que pretendia harmonizar o passado imperial com o presente e o futuro. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. pp. 112-3. Além disso, contribuiu também para a criação de vários monumentos republicanos que tiveram forte inspiração positivista, como o monumento a Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. CARVALHO, p.45

<sup>554</sup> Decreto, nº. 444, 31 de maio de 1890.



O valor doado foi de 8:000\$000 (oito contos de réis), dividido em prestações durante um ano e meio, período necessário, de acordo com o decreto, para a finalização da obra.<sup>555</sup> Tratava-se de quantia maior do que aquela pedida por Villares ao promover a subscrição, na demonstração clara da adesão do novo regime à proposta.<sup>556</sup> Os percalços atravessados por Villares entre 1888 e 1890 para conseguir patrocínio para sua grande obra evidenciavam, porém, a força dos conflitos ideológicos ainda envolvidos na tentativa de definição de sentidos unívocos para a data celebrada – em uma disputa que ainda, nos anos seguintes, teria muitos desdobramentos.<sup>557</sup>

Na República, a comemoração da data do 13 de maio entrou para a galeria de festas nacionais por meio de um decreto expedido ainda do governo provisório. Nele, as relações entre festas públicas e o regime republicano foram definidas:

Que o regime republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal; que esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade a solidariedade de todas as gerações humanas;  
Que cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos.<sup>558</sup>

As festas públicas serviam, de acordo com esse decreto, para o reforço do sentimento de fraternidade e solidariedade entre indivíduos de uma mesma nação e, por isso, deveriam ser estabelecidas logo após a instauração do regime. Nele, o 13 de maio recebia o título de “dia fraternidade entre os brasileiros”, retirando, pelo menos no decreto, a grande obra do tempo do Império, a abolição.<sup>559</sup> Essa resolução, junto a outro artigo que definia o dia 1 de janeiro como dia da “fraternidade universal”, evidenciava a força das pregações positivistas na definição das celebrações e festividades cívicas do novo regime em seus primeiros

<sup>555</sup> Decreto, nº. 444, 31 de maio de 1890.

<sup>556</sup> VILLARES, Décio. *A epopeia africana no Brasil*. 2º Circular. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1889. *Op. cit.* Nessa circular Villares informou a quantia até então recebida: 1:623\$000.

<sup>557</sup> Esse quadro se transformou numa verdadeira odisseia para o artista. Em 1913 ainda se publicava notícias a respeito da exposição do esboço do quadro no aniversário da abolição. O quadro não foi finalizado. No entanto, há um registro de uma obra de Villares de grandes proporções chamada “Lei 13 de maio”. Atualmente faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes e não está disponível para consulta. O espólio do artista, e que não foi destruído por sua viúva logo após a sua morte, foi vendido para a Escola Nacional de Nelas Artes em 1936 e transferido para o Museu Nacional de Nelas Artes quando ocorreu a sua criação. Nos obituários publicados na ocasião da sua morte, a sua obra inacabada era um dos registros principais, além da sua vida de dificuldade e morte na miséria. *O Estado de São Paulo*, 30 de junho de 1931; *O Globo*, 30 de novembro de 1953.

<sup>558</sup> “Decreto nº 155-B, 14 de janeiro de 1890” *apud*, OLIVEIRA, Lucia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, pp. 172-189.

<sup>559</sup> “Dias de festa”, *O Paiz*, 15 de janeiro de 1890; OLIVEIRA, *op. cit.*

tempos.<sup>560</sup> O texto original do decreto, redigido por Teixeira Mendes, deixava exposta a necessidade da celebração de algumas datas ligadas à história brasileira e ocidental de forma a dar novos sentidos a eventos anteriormente comemorados como vitória de um regime do passado.<sup>561</sup> Na República, novos significados deveriam ser dados as mesmas datas. De fato, esse era um momento de arrumação da história do Brasil por meio das festas nacionais.

Ao definir o 13 de maio como dia da fraternidade entre os brasileiros, o novo decreto mudava radicalmente o sentido pelo qual havia sido até então celebrado dia nas comemorações oficiais. O que deveria ser celebrado, no novo regime, era a fraternidade entre os brasileiros, sem distinção, e não a dádiva da Princesa. Não foi casual o apoio do governo provisório à obra de Villares. A leitura do 13 de maio proposta pelo artista se afirmava assim por meio de um decreto – ambos sendo fruto de um imaginário positivista que via a arte como forma de operar a memória e a emoção, servindo para o culto cívico.<sup>562</sup> Assim como a obra de Villares, o decreto redefinia o passado através de uma nova leitura do sentido da festa. Tanto o quadro quanto o decreto serviam para estabelecer uma memória sobre o passado, que era monárquico, mas que na República ganhava novas formas e significados.<sup>563</sup>

Em meio à prática do lembrar e esquecer na consagração dos festejos oficiais republicanos, a abolição foi celebrada em 1890 com festas promovidas pela Confederação Abolicionista. A programação parecia grandiosa, e nos dias que antecederam a festa o *Diário de Notícias* publicava as listas de adesões das sociedades participantes e o modo pelo qual se daria o festejo. Aquelas que quisessem se incorporar ao préstito poderiam fazer isso na ocasião uma vez que

<sup>560</sup> LEAL, Elisabete da Costa. “O Calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista.”. In: *HISTÓRIA*, São Paulo, V. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

<sup>561</sup> As outras datas eram: 1 de janeiro – comemoração da fraternidade universal; 21 de abril – comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes; 3 de maio – descoberta do Brasil; 13 de maio – fraternidade dos brasileiros; 14 de julho – república, liberdade e independência dos povos americanos; 7 de setembro – independência do Brasil; 12 de outubro: descoberta da América; 2 de novembro – mortos; 15 de novembro – comemoração da pátria brasileira. OLIVEIRA, Lucia Lippi. “As festas que a República manda guardar”; LEAL, *op. cit.*

<sup>562</sup> LEAL, *op. cit.*

<sup>563</sup> Uma dessas formas foi o próprio estabelecimento das celebrações pelo descobrimento do Brasil para o dia 3 de maio. A data recebia um investimento por parte do governo e também por parte dos positivistas que promoviam celebrações para a data. No texto “3 de maio – as manifestações de ontem”. *Diário de Notícias*, 4 de maio de 1890, a descrição das festas do descobrimento e a adesão da população participando dos préstitos se assemelha muito ao discurso da imprensa ao tratar da abolição em 1888.

não era possível enviar um convite especial para cada sociedade.<sup>564</sup> Seriam incorporados ao cortejo os jornais da capital, o Clube dos Democráticos e a Associação dos Empregados do Comércio, entre outros.<sup>565</sup> A cada dia as adesões ao préstito cívico aumentavam e entre elas estavam também a Associação Beneficente Isabel, a Redentora e a Associação Memória ao Visconde do Rio Branco.<sup>566</sup> A grandiosidade dos festejos seria o sinal de uma verdadeira festa popular que teria a contribuição de todos, sem distinção de classe a fim de celebrar um brilhante fato histórico.<sup>567</sup>

Como acontecera na festa original, a programação do segundo aniversário da Lei era feita de salvas de tiros, préstitos de escolas públicas e particulares da capital federal,<sup>568</sup> um baile popular e um espetáculo teatral.<sup>569</sup> Dessa vez, no entanto, a festa da Abolição assumia de forma mais clara a feição de uma celebração da liberdade, entendida tanto em sentido jurídico quanto político. Dias antes do aniversário da lei, os diretores da Confederação Abolicionista já pediam a adesão dos moradores das ruas por onde passaria o préstito a fim de que jogassem flores sobre os “revolucionários de duas grandes batalhas pacíficas: o 13 de maio e o 15 de novembro”.<sup>570</sup> Igualadas como partes de um mesmo todo por políticos e jornalistas de inclinação republicana, as duas festas pareciam se complementar – como explica, na véspera da celebração, um articulista da folha republicana *Diário de Notícias*:

Amanhã festeja o povo brasileiro uma das datas mais festivas da sua história. Após o inferno colonial e o purgatório monárquico, chegou finalmente o dia em que a liberdade pode festejar a liberdade, em que a República pode coroar de flores a abolição.<sup>571</sup>

Do ponto de vista do redator da nota, a abolição e a República eram datas que se complementavam, por serem ambas ligadas à liberdade. Ponto culminante de uma linearidade histórica que teria rumado sempre ao progresso, a República aparece como uma conquista irresistível desse rumo que teve na Abolição no ano

<sup>564</sup> “13 de maio”, *Diário de Notícias*, 8 de maio de 1890.

<sup>565</sup> “13 de maio”, *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1890.

<sup>566</sup> “13 de maio”, *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1890.

<sup>567</sup> “13 de maio”, *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1890.

<sup>568</sup> Ofício da Confederação Abolicionista ao Intendente Municipal do dia 9 de maio de 1890 para que as escolas municipais e os batalhões escolas pudessem participar dos festejos programados pela Confederação. “Festividades pela data da abolição da escravidão (1888-1898)”. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 43,4,12.

<sup>569</sup> *Diário de Notícias*, 4 de maio de 1890.

<sup>570</sup> *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1890.

<sup>571</sup> “Áurea lei”, *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1890.

anterior uma de suas etapas principais.<sup>572</sup> Por este motivo, a data do 13 de maio comemorada na República celebrava a pátria, motivo pelo qual a glória não poderia caber a um líder ou indivíduo isolado. Significativamente, não se via, dentre as comemorações oficiais, celebração aos heróis dos tempos do Império – como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco ou a Princesa Isabel, todos ausentes da programação dos festejos.

A celebração de 1890 deixava assim claro que, com a instauração do novo regime, o aniversário da abolição passaria a ser também um momento de redefinição da memória histórica da própria nação. É o que ficaria ainda mais evidente na festa de 13 de maio de 1891, na qual supostamente a última leva dos documentos da escravidão foi queimada para apagar os vestígios da escravidão no Brasil - em uma solenidade que contou com a presença de João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista e do Ministro da Fazenda.<sup>573</sup> Apesar da proposta de queima dos documentos ter o intuito de eliminar os livros de matrícula, evitando com isso pedidos de indenização por parte de antigos senhores, de algum modo se tentava também apagar um passado, arrumando, assim, o presente: republicano, livre e sem escravidão. Essa solenidade marcava um ato oficial para comemorar o aniversário da lei e, ao findar a queima dos documentos que foram enviados pelos Estados, João Clapp “disse que ficava extinta de uma vez e por aquela forma a nódoa que por longos anos foi a vergonha d’este país”.<sup>574</sup> Era assim como mais uma festa cívica de caráter republicano que os novos governantes e seus entusiastas celebravam a data – que acabava, deste modo, por ver esvaziado seu sentido original, ligado à causa dos negros, cada vez mais apagados das celebrações oficiais.

<sup>572</sup> SIQUEIRA, Carla Vieira. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro os jornais cariocas – 1890-1922*. Dissertação de mestrado. PUC-Rio, 1995, p. 91. De acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, a complementaridade entre Abolição e República foi um dos caminhos utilizados pelos republicanos logo após a proclamação para se legitimarem. MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Edur, 2007, p. 27

<sup>573</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 12 de maio de 1891. A primeira queima dos documentos havia sido feita sob os comandos de Rui Barbosa em 15 de novembro de 1890. SLENES, Robert. “*Escravos, Cartórios e Desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?*” In.: *Revista Brasileira de história*. São Paulo, 1987. pp. 166-196

<sup>574</sup> “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1891. Por mais que a eliminação destes documentos fosse uma forma de acabar fisicamente com os vestígios da escravidão, evidentemente ela não foi capaz de eliminar totalmente as fontes sobre a escravidão resultantes de diferentes tipos de registro. Cf. SLENES, Robert. “*Escravos, Cartórios e Desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?*”.

Novamente, no entanto, estas celebrações oficiais estavam longe de representar o modo pelo qual os próprios beneficiados pela Lei construíam para ela um significado. Se era abandonada na programação definida pelas entidades organizadoras da festa, a importância da data para os próprios negros se fez notar no modo pelo qual ela continuava a ser festejada de formas diversas por toda a cidade. Se não tinham mais a coesão e unanimidade das festas de 1888, estes festejos apontavam para a continuidade das disputas em torno do sentido da celebração.

De fato, eram em pequenas iniciativas que passava a se manifestar a lógica da celebração de outros sujeitos distantes da campanha republicana. Os moradores do Méier e de Engenho de Dentro, área do subúrbio que congregava trabalhadores e uma classe média composta por funcionários públicos e militares, promoveram festejos pelo aniversário da abolição nas ruas desses bairros em 1891 – na indicação da importância singular que continuavam a atribuir à data. Organizações militares, tais como bombeiros e Guarda Nacional também celebraram a seu modo o aniversário da abolição daquele ano.<sup>575</sup> Em contraponto aos novos festejos oficiais, floresciam assim pela cidade formas muito diversas de celebração, que mais uma vez rompiam com a imagem unívoca que se tentava articular para a festa.

Em muitos casos, esta disputa passou a ter, como foco, a própria definição dos heróis da abolição, como José do Patrocínio. Depois de ter sido uma das lideranças abolicionistas mais louvadas em 1888, ele continuava três anos depois a merecer homenagens de sujeitos diversos. Uma sessão solene em seu louvor foi realizada em 1891 por um grupo de literatos e jornalistas no teatro Recreio Dramático, no centro da cidade – na qual fariam discursos, além do próprio homenageado, escritores e políticos como Dermeval da Fonseca, Olavo Bilac, Nilo Peçanha, Ernesto Senna e Rozendo Muniz, todos envolvidos tanto com a causa republicana quanto com a abolicionista.<sup>576</sup> No mesmo ano, Patrocínio era ainda homenageado por um baile no Engenho Velho.<sup>577</sup> Segundo a nota publicada no *Diário de Notícias* alguns dias antes, o evento seria promovido pelos membros de uma sociedade local, o Clube Engenho Velho, que se apresentavam então

<sup>575</sup> “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1891.

<sup>576</sup> *Idem*.

<sup>577</sup> Esse era o nome dado aos bairros que compõem a atual grande Tijuca: Andaraí, Grajaú, Vila Isabel e Tijuca.

como “seus amigos e admiradores”.<sup>578</sup> As duas bandas de música que animavam o concerto, a luz elétrica que iluminava os salões e o menu do jantar, escrito todo em francês, sugeriam ser aquele um baile muito diferente daqueles nos quais se ouvia, no período, batuques e ritmos ligados à herança musical africana. Mesmo nos círculos letrados, portanto, notava-se o caráter parcial da imagem que os ideólogos do novo regime tentavam construir para a festa do 13 de maio.

Apesar de todo festejo em torno de Patrocínio permanecendo nos anos seguintes à abolição, em 1892 o 13 de maio teve que ser celebrado com a sua ausência. Em abril desse ano, o abolicionista, juntamente com os demais críticos da política florianista, foram mandados para o exílio. O motivo dessa punição foi por conta do posicionamento contrário ao governo de Floriano Peixoto e por conta de um possível apoio que deram ao Marechal Deodoro, sendo interpretados como ato de conspiração e sedição.<sup>579</sup> A cidade do Rio de Janeiro vivia dias tensos e sob estado de sítio decretado pelo governo.<sup>580</sup> Além de Patrocínio, foram presos também para prestar depoimento, sendo uma parte condenada ao exílio: Dermeval da Fonseca, redator da *Gazeta de Notícias*, Antonio Francisco Bandeira Júnior, Osmar Rosas e Muniz Varela, do jornal *Novidades* e João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, entre militares e parlamentares.<sup>581</sup> Olavo Bilac e Pardal Mallet foram também presos e mandados para o exílio no mesmo dia 21 de abril.<sup>582</sup>

Na ocasião, um dos defensores dos presos, consequentemente de Patrocínio, foi Rui Barbosa que num discurso ao Supremo feito a favor da soltura dos exilados utilizou a data do 13 de maio como argumento, enfatizando a atuação de Patrocínio nos festejos pela abolição:

Era o homem que, nas primeiras celebrações de 13 de maio, toda a imprensa desta capital coroava como o libertador dos escravos. Ah! Que palavras que teve então para ele a mocidade! Que continências, o exército! Que distinções, o alto jornalismo! Agora bastou que o aceno do poder lhe pusesse um sinal de suspeita, para que essas flores se transformassem em detritos.<sup>583</sup>

<sup>578</sup> “13 de maio”, *Diário de Notícias*, 7 de maio de 1891.

<sup>579</sup> *O Paiz*, 12 de abril de 1892; ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, s/d, p. 164.

<sup>580</sup> *O Paiz*, 12 de abril de 1892.

<sup>581</sup> *Idem*.

<sup>582</sup> Pardal Mallet e Olavo Bilac aparecem na lista daqueles que iriam para o exílio, publicada n’*O Paiz*, 13 de abril de 1892. A lista dos exilados não consta o nome de João Clapp.

<sup>583</sup> ORICO, *op. cit.* p. 165. O pedido de *habeas-corpus* apresentado por Rui Barbosa foi feito no dia 20 de abril. *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1892.

Rui Barbosa recorria a data da abolição e ao posicionamento abolicionista de Patrocínio como argumento para a sua soltura. Além disso, criticava a imprensa que, a seu ver, naquele momento não apoiara o abolicionista em defesa da sua liberdade. Os argumentos de Rui Barbosa não serviram para a emissão do *habeas corpus* e os opositoristas a Floriano foram para o exílio e de lá retornaram apenas em setembro daquele ano.<sup>584</sup>

As celebrações pelo 13 de maio na República tiveram que conciliar não apenas os símbolos do passado, entre eles os personagens da abolição, como os abolicionistas, mas também a conjuntura política que esses mesmos personagens se envolveram após o fim do império. À primeira vista, a celebração a Patrocínio em 1891, não sendo realizada no ano seguinte devido a sua prisão, pode parecer um caso isolado, ligado à fidelidade que lhe devotavam seus antigos colaboradores da imprensa. A existência destas festas em sua homenagem sugere porém que, apesar da campanha republicana, em muitas celebrações extraoficiais os heróis anteriormente festejados tinham ainda suas imagens ligadas à abolição do ponto de vista das ruas, sendo por isso louvados por outros festeiros. Um exemplo exterior ao mundo letrado foi a missa em ação de graças à Princesa Isabel realizada em 1891, na Igreja de São Joaquim, por um “grupo de homens de cor gratos a áurea lei da abolição”.<sup>585</sup> O editor do jornal fez questão de ressaltar quem estava dando graças à Princesa em pleno período republicano. A Princesa não era louvada nem pelos brancos e nem pelos literatos ou homens da imprensa, mas por homens de cor que não deixaram de valorizar o ato da assinatura da lei como fundamental para a liberdade dos escravos. Independentes de qualquer novo sentido que a República desse à data do 13 de maio, como dia da fraternidade entre os brasileiros, por exemplo, o que esses homens celebram, de fato, é o fim da escravidão. Esse mesmo fim era celebrado em outros ambientes sociais de forte presença negra por homens e mulheres durante os primeiros anos da República, com saudações a Princesa – como mostravam os eventos organizados, em 1892 pelas Irmandades do Rosário e de São Benedito. Essas irmandades estiveram presentes na missa realizada em 1888 para comemorar a abolição e desde então não deixaram de promover celebrações para comemorar a liberdade dos escravos.

<sup>584</sup> MAGALHÃES JR. Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: LISA Ed. 1972, p. 296

<sup>585</sup> “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1891.

Durante a escravidão, as irmandades negras eram ambientes para o compartilhamento de experiências entre escravos e libertos e estratégias sociais dentro do mundo negro.<sup>586</sup> Sua formação vem desde o período colonial quando funcionavam de forma relativamente autônoma como sociedade de ajuda mútua, (re)construindo identidades sociais muitas das vezes desarticuladas por conta da escravidão.<sup>587</sup> No Rio de Janeiro, uma das mais antigas, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, do final do século XVIII, tinha no seu regulamento o “socorro aos irmãos escravos” e através de um sorteio era escolhido quem seria alforriado.<sup>588</sup> Na década de 1880 apoiou a campanha e a imprensa abolicionistas e tinha entre seus membros José do Patrocínio.<sup>589</sup>

Ao findar a escravidão, essas irmandades negras perderam sua principal característica que era a proteção ao irmão escravo. No entanto, continuaram tendo um papel ativo entre a população liberta da capital federal, permanecendo como um ambiente de sociabilidade e solidariedades negras, além de papel político principalmente na promoção de festas que celebravam os símbolos negros, entre eles os personagens do 13 de maio: abolicionistas e a Princesa Isabel.<sup>590</sup> Assim, no final do XIX e início do XX foram meios de resistência a manipulação dos sentidos da abolição uma vez que resistiam à forma como a data era celebrada pela República: com o descarte aos sujeitos do passado, entre eles abolicionistas negros e os membros do Parlamento. Nessas irmandades compostas por negros, que viam a Princesa Isabel como redentora dos escravos, o aspecto sagrado da abolição ainda se fazia presente.<sup>591</sup>

<sup>586</sup> REIS, João José. “Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, pp. 7-33.

<sup>587</sup> *Idem*.

<sup>588</sup> MOURA, Clóvis. “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos”. *Dicionário da Escravidão negra no Brasil*. São Paulo, EdUSP, 2004, p. 216-17. Não eram apenas as irmandades que tinham essa prática de associativismo negro tendo, entre suas funções, a compra de alforrias. Na década de 70 do século XIX existia no Rio de Janeiro a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Sua função era promover “tudo o que estiver a seu alcance em favor dos seus membros”, sendo um dos objetivos a compra de alforria. CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. In: CUNHA, Olívia Mª Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Quase Cidadão*. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007

<sup>589</sup> MOURA, *op. cit.*

<sup>590</sup> As pesquisas a respeito das irmandades negras são focadas, quase que predominantemente, sobre dois locais, Bahia e Minas Gerais, sendo o século XVIII e a primeira metade do XIX privilegiados nesses estudos. Há uma lacuna na historiografia a respeito dessas irmandades no pós-abolição, principalmente as da capital federal da virada do XIX para o XX.

<sup>591</sup> Em 1893, houve também festas realizadas pela Irmandade do Rosário de São Benedito. *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1893; Em São Cristovão as festas ficaram por conta da Irmandade do



A história das irmandades negras, principalmente as da capital federal que resistiram após o fim da escravidão, é a chave para a compreensão da experiência negra não apenas durante a escravidão mas no pós-abolição. De acordo com João José Reis as irmandades “espelhavam tensões e alianças sociais que permeavam a sociedade escravocrata em geral e o setor negro em particular”.<sup>592</sup> Na República, essas tensões podem ser discutidas a partir de um único evento: a celebração pelo 13 de maio, tida como data da conquista de liberdade feita sob as ações de sujeitos rejeitados pelas celebrações republicanas. O interior das igrejas eram locais, portanto, para a permanência das alianças sociais existentes durante a escravidão e que se reforçam com a abolição.

Configurava-se, assim, as ambiguidades da celebração do 13 de maio nos primeiros anos da República. Por um lado, sujeitos diversos tomavam a festa nas mãos, promovendo a seu jeito a celebração da data; por outro, no entanto, a própria proliferação destas outras festas esvaziava, aos poucos, a força dos festejos oficiais – que não se mostravam mais capazes de agregar o público. Por este motivo, foi comum os editores dos jornais daquele ano afirmarem um desânimo para a realização das festas. Tal interpretação foi feita a partir de uma lógica festiva que estava ligada a uma organização oficial, cujos sentidos se associavam claramente ao novo governo republicano. Na festa de maio de 1892, parecia já claro aos contemporâneos que não era a liberdade o valor principal que os novos governantes desejariam celebrar em seus festejos oficiais. Nesse quadro, saudar antigos heróis como José do Patrocínio e a Princesa Isabel parecia um ato de coragem e autonomia.

As festas pela abolição, diante dessa disputa simbólica, pareciam aos olhos dos editores das folhas da cidade esvaziadas e com o sentido reduzido se comparado aquelas dos anos anteriores, principalmente a de 1888. Se esse pouco entusiasmo notado por alguns editores não correspondia ao clima de festa que ainda permanecia fora do ambiente dominado pela imprensa e pelos letrados, o fato é que, aos olhos dos contemporâneos, parecia já uma lembrança distante o

---

Nosso Senhor do Bonfim e N. S Paraíso que, para realizarem seus festejos, pediram autorização ao Intendente Municipal para o lançamento de fogos de artifício e a colocação de mastros e gualhardetes no coreto que seria erguido no adro da igreja. “Festejos religiosos pela data da lei que extinguiu a escravidão no Brasil – Igreja do Bonfim e N. S. do Paraíso. São Cristóvão – 1893”. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 43,3,75

<sup>592</sup> REIS, João José. “Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”.

regozijo público e geral das festas de maio de 1888. Era como um testemunho deste processo que podemos entender o sentido da crônica escrita por Machado de Assis em maio de 1893. Ela deixava claro como, naquele momento, o 13 de maio já não representava para ele a celebração das luzes da liberdade, antes pelo contrário: era então em um cenário sombrio que se celebrava novamente a data. Na sua crônica após o aniversário da abolição, a política e como ela era encaminhada no Brasil era uma das causas para esse passado que parecia ignorado naqueles dias.

Um velho autor da nossa língua, — creio que João de Barros; não posso ir verificá-lo agora; ponhamos João de Barros. Este velho autor fala de um provérbio que dizia: "os italianos governam-se pelo passado, os espanhóis pelo presente e os franceses pelo que há de vir." E em seguida dava "uma repreensão de pena à nossa Espanha", considerando que Espanha é toda a península, e só Castela é Castela. A nossa gente, que dali veio, tem de receber a mesma repreensão de pena; governa-se pelo presente, tem o porvir em pouco, o passado em nada ou quase nada. Eu creio que os ingleses resumem as outras três nações.<sup>593</sup>

A reflexão que Machado de Assis faz após o seu testemunho das festas é de que a política republicana seguia o mesmo da feita pela Espanha, onde o passado e o futuro não interessavam. O governo devia ser pelo presente e nada mais. Ora, nada muito diferente do que aconteceu no ano anterior e que se repetia em 1893. O passado de busca por uma liberdade não precisaria ser louvado num ambiente político que pensava no presente, ignorando toda uma trajetória histórica de conquista da liberdade. Nesse sentido, o tipo de celebração da data promovida pela República, com afirmações de fraternidade e salvas de tiro, seriam simples marcas de uma celebração do presente que ignorava mesmo o peso e sentido histórico da data celebrada.

Tendo escrito sua crônica no dia da festa, Machado de Assis parecia espelhar, nela, as celebrações oficiais que testemunhava. Sem muitas novidades, as festas pelo quinto aniversário da Abolição repetiram a lógica e a forma dos anos anteriores. Os edifícios públicos foram iluminados e a estação da Estrada de Ferro Central recebeu uma banda de música e uma iluminação especial. Os teatros também reservaram espetáculos diferenciados para celebrar a lei e a Rua Senador Dantas, além de ser iluminada de forma diversa do dia a dia, recebeu um coreto de

---

<sup>593</sup> [Machado de Assis] "A Semana", *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1893.

uma fábrica de cerveja.<sup>594</sup> A fim de facilitar o deslocamento de sociedades musicais do subúrbio para a cidade, a Estação Central concederia entradas gratuitas para os membros dessas sociedades.<sup>595</sup> Toda essa programação mostra que havia uma movimentação em torno da data mesmo que a repercussão da adesão pública a ela não fosse feita de forma sistemática pelos jornais. Ou seja, apesar de haver festa não sabemos nada além da confirmação da realização dos festejos.<sup>596</sup>

Não era de se estranhar, por isso, que o desânimo de Machado de Assis pelas festas do 13 de maio de 1893 fosse reiterado por alguns jornais da capital federal. N' *O Paiz*, folha republicana que contava com Quintino Bocaiúva entre os editores,<sup>597</sup> o entusiasmo do editor pelas festas parece ter mudado conforme passou o dia. Na véspera do aniversário, ao divulgar a programação do dia seguinte, afirmara que se revelava “no seio da população fluminense um justo entusiasmo pelas festas que serão realizadas amanhã, comemorativas da lei de 13 de maio, início das liberdades públicas do Brasil.”<sup>598</sup> No entanto, não considerou esse mesmo entusiasmo ao relatar que a data passava sem maiores demonstrações oficiais de júbilo: “sem grandes demonstrações de público regozijo passa hoje uma das maiores datas que a história pátria registra”.<sup>599</sup> Ao contrário da população que parecia permanecer com seu entusiasmo em torno da festa, as manifestações oficiais em torno da celebração da data pareciam cada vez mais reduzidas. Assim como fez o *Diário de Notícias* no relato da festa, *O Paiz* também não ofereceu aos seus leitores maiores informações sobre a adesão popular aos festejos programados. Permanecendo, assim, a ideia de que as festas pela abolição caíam num vazio de sentidos e de adesão pública.

O desânimo de Machado de Assis era também compartilhado por um leitor do *Diário de Notícias* que enviou um artigo ao jornal a respeito da data. Nela, ele reclamava que as festas pela abolição haviam ocorrido sem a menção aos nomes

<sup>594</sup> “As festas de ontem”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1893.

<sup>595</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 12 de maio de 1893.

<sup>596</sup> “As festas de ontem”, *O Diário de Notícias* de 14 de maio de 1893. Nas notas publicadas sobre as festas do dia anterior há apenas a confirmação da realização dos festejos sem maiores detalhes sobre o público que o compunha.

<sup>597</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2000, p. 49. PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói: UFF - Tese de doutorado-PPGH, 2006.

<sup>598</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 12 de maio de 1893.

<sup>599</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 13 de maio de 1893.

de alguns abolicionistas importantes, como José do Patrocínio, Julio de Lemos, Luiz de Andrade, Antonio Azeredo e João Clapp<sup>600</sup>. O autor termina o texto com ênfase sobre o esquecimento operado nos dias de festa:

Estranhável, repito, que nas festas da abolição sejam omitidos os nomes de alguns dos mais dignos e ilustres gerais d’essa campanha – nomes tão intimamente ligados ao 13 de maio, que festejar a abolição sem os honrar é fazer uma exclusão (...) seguramente inexplicável.<sup>601</sup>

A sua conclusão a respeito das festas mal esconde seu descontentamento com a forma pela qual o novo regime recém-instaurado passara a celebrar a data. Se os abolicionistas que afirmava não ver celebrados eram ainda lembrados em eventos particulares, desligados de qualquer lógica oficial e pública, incomodava ao missivista a releitura da História promovida pela República, que tentava recriar arbitrariamente os sentidos da festa. Como Machado de Assis, era do esquecimento do passado que tentava calar a história de muitos sujeitos envolvidos com a festa, que ele reclamava em sua mensagem. Parece explicável, por isso, que na continuação de sua crônica Machado de Assis associasse as novas comemorações do 13 de maio às festas da independência, que já haviam caído no esquecimento e não tinham mais a força e importância que haviam tido em sua infância.

Temo que o nosso regozijo vá morrendo, e a lembrança do passado com ele, e tudo se acabe naquela frase estereotipada da imprensa nos dias da minha primeira juventude. Que eram afinal as festas da independência? Uma parada, um cortejo, um espetáculo de gala. Tudo isso ocupava duas linhas, e mais estas duas: as fortalezas e os navios de guerra nacionais e estrangeiros surtos no porto deram as salvas de estilo. Com este pouco, e certo, estava comemorado o grande ato da nossa separação da metrópole.<sup>602</sup>

A perda do regozijo que o literato teme é o perigo que sentia correr a festa da abolição: de grande festejo para uma parada cívica sem povo e sem sentido. A experiência do literato com as festas pela independência, realizadas na Corte a partir de uma organização que mobilizava todos os seus moradores, e também a

<sup>600</sup> Luiz de Andrade e Antonio Azeredo participaram da confederação abolicionista. SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravidão*. Uma investigação de História cultural. São Paulo: companhia das Letras, 2003.

<sup>601</sup> “Treze de maio”, *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1893. O texto possivelmente foi enviado à redação do jornal já que está entre aspas e precedido de “escrevem-nos”.

<sup>602</sup> [Machado de Assis] “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1893.

sua decadência,<sup>603</sup> levava a crer que o mesmo poderia ocorrer com o festejo da abolição que na República se esvaziava de sentido. Ao citar a lembrança do passado, o literato na verdade está temendo uma descaracterização da festa por parte de quem seria responsável pela sua promoção, o regime republicano. O tempo feio que fazia era uma resposta à frieza do esquecimento que tal data vinha sofrendo naqueles anos.

Portanto, os aniversários da abolição seriam feitos, na República, a partir de uma conjuntura política específica, que acabou por tentar afastar a festa de seus sentidos e sujeitos originais – fossem as lideranças abolicionistas ligadas à Coroa ou os próprios ex-escravos. Por outro lado, a cada ano vinha sendo apropriada por aqueles que, independente de parâmetros oficiais, continuavam a celebrar os sujeitos do passado, os abolicionistas e a Princesa. Para esses festeiros, a data do 13 de maio era o da abolição da escravidão e assim deveria ser celebrada. Na crônica de Machado de Assis, a defesa por essa celebração se reafirma principalmente ao tentar trazer do passado um período de glória e de grandes festividades pela data. Para o literato, testemunha das festas de 1888, a essência das comemorações não deveria ser perdida apesar de um esforço oficial para que isso acontecesse. Ao final da crônica deixa claro o seu desejo, entre as rabugices de um velho escritor:

Não, não. O triste sou eu. Provavelmente má digestão. Comi favas, e as favas não se dão comigo. Comerei rosas ou primaveras, e pedir-vos-ei uma estátua e uma festa que dure, pelo menos, dois aniversários. Já é demais para um homem modesto.<sup>604</sup>

A tristeza do literato e a falta de flores se ligavam, portanto, a indiferença em relação à festa, que o entristecia e causava má digestão. Ao escrever a crônica em 1893, percebe que as celebrações que testemunhara nos cinco aniversários da abolição não foram suficientes para satisfazer a sua vontade de festejar a data. As festas das suas lembranças, que deveriam ser modelo para as dos anos seguintes, não haviam durado além daquele dia de delírio de 1888. A República, de fato, parecia não perpetuar os sentidos da data, muito menos o sol da liberdade vivido por ele naquele dia da abolição.

<sup>603</sup> A respeito das festas pela independência ver: KRAAY, Hendrik. “Alferes Gamboa e a sociedade comemorativa da independência do Império, 1869-1889”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 31, n. 61, pp. 15-40, 2011.

<sup>604</sup> [Machado de Assis] “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1893.

## 13

**As comemorações de uma conquista**

A última década do século XIX foi de batalhas pela consolidação do regime republicano e de afirmação de uma memória em torno da abolição. Nos anos que se seguiram à publicação da crônica de Machado de Assis sobre as novas festas do treze de maio, o país vivia uma conturbada vida política, na transição da presidência de Floriano Peixoto e do primeiro presidente civil Prudente de Moraes. Em meio a essa movimentação política estavam aqueles que lutaram pela abolição ainda sofrendo os resquícios de uma perseguição empreendida por Floriano Peixoto.<sup>605</sup> As comemorações pela libertação dos escravos a cada ano ganhavam um aparato cívico e oficial, distantes da euforia popular vivida por homens como Machado de Assis e Coelho Netto em 1888. Diante desse contexto de perda de um sentido para a abolição e suas festas, e consequentemente o seu esvaziamento, Coelho Netto publica o seu romance *A conquista*, em 1897, com a proposta de retomada de uma reflexão em torno do sentido da festa da Abolição.<sup>606</sup>

Nesse texto, Netto adotou pseudônimos para identificar os literatos a que se referia e com quem ele próprio convivera. Sendo assim, ele era Anselmo Ribas, protagonista do romance; Aluísio de Azevedo era identificado como Ruy Vaz; Luiz Murat aparece sob o nome de Luiz Moraes.<sup>607</sup> A história do romance começa com a chegada do jovem Anselmo à cidade do Rio de Janeiro e o seu encontro com Ruy Vaz que, apesar de ser um escritor de renome no meio literário, criando em Anselmo a ilusão de uma vida de sucesso no Rio de Janeiro, tinha um cotidiano de sacrifícios, decepcionando, assim, o recém-chegado. A partir da quebra da ilusão de Anselmo de vida tranquila na Corte, a história se desenvolve a

<sup>605</sup> No ano de 1894, Patrocínio ainda se escondia no subúrbio da cidade a fim de se afastar de qualquer perigo de associação com o caos político que ainda existia na República. Outros também se exilaram e saíram da cena política até a posse do novo presidente. Entre os exilados estavam Rui Barbosa, que foi para Londres. Olavo Bilac foi para Sabará, interior de Minas Gerais, e Pardal Mallet foi para o interior do estado do Rio de Janeiro. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001, p. 36. Nota aos últimos acontecimentos que não foram abordados no capítulo anterior

<sup>606</sup> O livro foi publicado primeiramente em forma de folhetim no jornal *A República*, em 1897, e no formato de livro em 1899. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Literatura e história social: a ‘geração boêmia’ no Rio de Janeiro do fim do Império”. In: *História social*, n. 1, 1994, pp. 29-64.

<sup>607</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho. “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A história contada*. Capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.237.

partir da abordagem do dia a dia desses literatos que se dividiam entre produzir literatura e em empregos que não davam o prestígio que sonhavam, como o trabalho nas redações, por exemplo.<sup>608</sup> No entanto, foi na imprensa que esse grupo de literatos viveu o auge da sua atuação na batalha empreendida a favor da abolição. Netto relembra-se da campanha abolicionista, em um misto de ficção e memória que terminava com a festa do treze de maio de 1888:

(...) Porém, uma voz rouca bradou na rua: ‘Viva José do Patrocínio! Viva Joaquim Nabuco!’ Anselmo correu à janela, palpitante. Estava uma multidão diante do escritório e um mulato gordo, esbaforido, atirando o chapéu ao ar, fazia enorme algazarra. Anselmo desceu e, rompendo o povo, chegou ao homem que logo avançou, rouco, encharcado de suor e apertou-o nos braços, gritando com fúria: ‘Viva José do Patrocínio! Viva a *Cidade do Rio*! Primeiro jornal do mundo!’ e, sem mais, arregaçando as mangas do casaco surrado, subiu para o balcão e, com grande esforço, arrancando as palavras, pôs-se a falar:<sup>609</sup>

No trecho destacado acima, Anselmo estava na redação do *Cidade do Rio* escrevendo sobre a abolição para o jornal, enquanto ouvia o êxtase da multidão que de forma repetitiva dava vivas aos abolicionistas Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Ao testemunhar de perto essa euforia, um homem na sua forma de saudar esses abolicionistas parece assustá-lo. O trecho acima é apenas um exemplo das exaltações vividas pelos abolicionistas e pelos demais literatos nos momentos seguintes ao da assinatura da lei e retratados no romance. Nele, esses literatos que atuaram nos jornais são os principais personagens da história da abolição. A produção de um livro que tivesse como enredo principal a participação deles em torno dessa “conquista” tinha o claro objetivo de entrar na disputa pela memória, ainda em construção, sobre o sentido da festa do treze de maio. Para melhor compreendê-lo, por isso, cabe tentarmos entender o “ambiente festivo” vivido por Coelho Netto nos anos anteriores, com o qual dialoga em 1897 ao escrever seu romance.

O ano de 1895 ainda era de tensão política, principalmente por ser o segundo ano do governo de Prudente de Moraes, quando os efeitos de um rearranjo político, a fim de afastar os grupos ligados a Floriano Peixoto, causaram

<sup>608</sup> Os literatos da geração de Coelho Netto tinham uma remuneração por seus trabalhos que raramente permitia que vivessem unicamente das letras. PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das letras*. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 36.

<sup>609</sup> NETTO, Coelho. *A conquista*. Porto, Lello & Irmão Editores, 5ª Ed, s/d, p. 434.

tensão nas ruas da capital contra o governo por parte daqueles destituídos dos seus postos e simpáticos a alguma corrente ligada ao ex-presidente.<sup>610</sup>

Assim como ocorrera nos anos anteriores quando um préstito escolar era a grande festividade cívica para a abolição, em 1895 o mesmo ocorreria mas sem a presença de um grupo de professores das escolas municipais de uma região da cidade. No ofício enviado ao prefeito, eles comunicaram que não participariam do préstito por não terem sido avisados com antecedência.

(...) Demais, aos professores do 4º distrito não foram convidados prévia e oficialmente pelo seu inspetor escolar.

Todas estas circunstâncias e as chuvas abundantes dos últimos dias, privando as crianças, geralmente pobres, das escolas, de preparar as necessárias roupas, obrigam o professorado a deixar de comparecer a essa passeata, deixando, portanto, de cumprir um (*ilegível*), a que, aliás, como é público e notório, nunca se eximiram, antes por vezes e espontaneamente promoveram.<sup>611</sup>

A ausência desses alunos e a falta de comunicação com os organizadores dos festejos, combinadas com o tempo de chuva que não saía do noticiário de 1895, mostram que o simples comparecimento à festa não deveria ser feito de forma aleatória e sem planejamento. Ao contrário, o grupo de crianças precisava fazer parte de um ritual cívico e visual para o qual era necessário tempo de preparação. Ainda assim, o préstito se realizara sob críticas do redator d'*O Paiz*:

E lá se foi o 13 de maio: a data passou incolor e sem ruído. (...) a apostar que, ao chegarem a seus colégios, os senhores professores nem se lembraram de dizer à criançada por que razão saiu à rua, por que passeou e o que queria dizer aquilo tudo.

E lá se foi o 13 de maio e assim vamos nós mesmos nos esquecendo, vamos nós mesmos apagando, pelo relaxo ou pelo pouco caso, as páginas mais belas de nossa vida de povo moderno, mas já glorioso.<sup>612</sup>

Para o redator do jornal, o préstito cívico não parecia ser suficiente para a comemoração da data da abolição. Na verdade, essa festividade reforçava a perda de sentido da festa, algo alertado por Machado de Assis anos antes. De acordo

<sup>610</sup> LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina". In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2001, pp. 35-6. Entre os grupos partidários de Floriano Peixoto estavam os jacobinos, também conhecidos como florianistas. Eram grupos heterogêneos compostos por oficiais subalternos, cadetes, burocratas, profissionais liberais, empregados de escritório, jornalistas e similares que aderiram ao projeto de Floriano Peixoto, servindo no período do seu governo como base política. Na ocasião da sua saída, resistiram às medidas do novo presidente. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>611</sup> "Festejos pela Lei de 13-05-1888. Declaração dos professores do 4º Distrito escolar (1895)" Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 43, 3, 77.

<sup>612</sup> V de Alvarenga, "Cousas", *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1895.



com a opinião desse jornalista, de nada adiantaria um festejo se não estivesse imbuído de um ensinamento acerca do mesmo. A abolição parecia esvaziada de sentidos até mesmo entre aqueles que tinham obrigação de ensinar, os professores. O possível esquecimento sobre o treze de maio era obra também de um período conturbado no qual o momento cívico perdeu espaço para a instabilidade política e, conseqüentemente, para qualquer comemoração que associasse liberdade e manifestação popular.

O desânimo ligado à festa, que para o jornalista parecia se resumir apenas ao préstito, também apareceu em outros textos publicados nos jornais, que não deixavam de ligar tal sentimento à situação política instável daquele ano. Em pleno treze de maio, o jornal republicano *O Paiz* publicava um motivo para a realização das festividades: “festejar a data emancipadora seria o melhor testemunho da nossa vitalidade cívica”. Essa vitalidade não poderia ser perdida, apesar dos inúmeros perigos que ela corria naqueles tempos. No entanto, reconhece a falta de união dos órgãos de imprensa diante de outra batalha: “Estamos, porém, desunidos todos nós e agitados n’uma outra campanha, em que, por desgraça, já vão bem borrifadas de sangue as bandeiras dos partidos em luta”.<sup>613</sup> A batalha a que se refere ainda é por conta do caos vivido naquele ano na política, entre a paralisia do executivo, os protestos militares e a anarquia congressional.<sup>614</sup> A abolição, para esse autor, seria uma forma de renovação e retomada de um passado que pudesse inspirar o presente. E, para ele, ao contrário do que havia ocorrido com a abolição quando foi celebrada em 1888 como uma vitória pacífica e sem sangue, a batalha vivida pela imprensa naqueles anos parecia muito mais intensa.

Apesar das tensões do ano de 1895, era também o início de um novo momento com o mandato de um presidente civil com as festas “guardadas” pela República se esvaziando cada vez mais, principalmente a da abolição, tornando-se uma celebração burocrática e sem sentido para aqueles que viveram a festa em 1888. Nesse ano, a lembrança da primeira festa era o tema da crônica de Artur Azevedo publicada n’*O Paiz* em 13 de maio de 1895. O texto curto tinha a abolição de 1888 como lembrança de um passado glorioso que não se repetiria no ano da escrita do texto:

<sup>613</sup> “Treze de maio”, *O Paiz*, 13 de maio de 1895.

<sup>614</sup> LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”, *op. cit.*, p. 38.

Há hoje sete anos que assisti ao espetáculo mais grandioso que os meus olhos puderam ver. Viva eu um século, e não se me apagará do espírito a impressão forte desse dia, de expiação e de glória!

Quem aos treze de maio de 1888 se achou nesta capital e assistiu às festas que se fizeram, pôde gabar-se de ter visto o Povo.

Eu vi-o, e confesso que nunca mais lhe pus a vista em cima depois que se perdeu nos espaços o som do último foguete abolicionista. Eu vi-o entusiasmado, belo, terrivelmente belo na sua alegria indômita e selvagem.

Reconheci que era ele, porque havia muitos anos, já o tinha visto uma vez, embora sob outro aspecto, diante do cadáver esquartejado de Maria da Conceição, barbaramente assassinada pelo desembargador Pontes Visgueiro.

Ali era o povo sinistro, ululante, que pedia vingança com rugidos e ondulações de oceano; aqui era o povo, que celebrava estrepitosamente a fulminante vitória da sua causa, a terminação de uma grande vergonha nacional, o derradeiro minuto de um longo período de opressão e miséria; - mas tanto lá como cá o mesmo era, era o povo, o legítimo povo, que nunca mais vi depois disso.

Na segunda parte do texto, o autor amaldiçoa aqueles que não tinham o coração alvoroçado pela data do treze de maio.<sup>615</sup> A longa citação foi necessária, uma vez que Artur Azevedo está definindo em cada estrofe quem é o Povo – em letra maiúscula – que ele viu nas ruas em maio de 1888 e que, desde então, não reconheceria mais em outro lugar, muito menos em outra situação. A primeira visão que tivera do povo, em 1873, foi na manifestação por conta da morte trágica da amante de um desembargador que a matou, esquartejou seu corpo e o colocou dentro de uma mala.<sup>616</sup> Essa visão parecia encantá-lo, mas não tanto quanto aquela que teve em 1888, quando as ruas foram ocupadas não para um protesto, mas sim para a celebração pelo fim de um tempo marcado pela opressão e a miséria.

Esse povo foi o protagonista da festa da abolição. Apesar do cronista ter nele um todo homogêneo e coeso, tal como era visto pelos literatos na década de 1880,<sup>617</sup> esse povo fazia parte de uma festa que estava muito distante daquela celebrada naqueles anos republicanos. Em maio de 1888 com a ocupação das ruas pelo “legítimo povo”, segundo Artur Azevedo, a abolição pôde ser celebrada de forma autêntica e singular. A constatação do sumiço das ruas desses que comemoravam em 1888 era também uma forma de problematizar a festa que se

<sup>615</sup> AA, “Palestra”, *O Paiz*, 13 de maio de 1895.

<sup>616</sup> O crime cometido pelo desembargador Pontes Visgueiro ocorreu em São Luís do Maranhão em 1873. O desembargador, de 62 anos, matou Maria da Conceição, prostituta, de 15 anos, ao saber que ela tivera um outro amante enquanto Visgueiro viajava. O corpo da amante foi esquartejado e colocado dentro de um baú, que foi enterrado no quintal. DE PAULA, Richard Negreiros. Paciente duplicado. Psiquiatria e justiça no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012, pp. 44-47.

<sup>617</sup> PEREIRA, Leonardo A. M. *O Carnaval das Letras*, op. cit.

realizara naquele ano da escrita, vazia e distante da celebração de uma grande causa.

Diante da lembrança da primeira festa, essa sim a verdadeira festa da abolição, em 1895, Artur Azevedo se distancia da saudação feita à família imperial em 1888, quando escreveu poesias destacando o protagonismo do Imperador e da Princesa diante da assinatura da lei.<sup>618</sup> Sete anos depois, dá ao povo o protagonismo do festejo, sendo a abolição não mais a causa da família imperial ou dos demais líderes políticos mas sim do povo que a celebra. Essa mudança de postura de Artur Azevedo diante da abolição não está desligada da conjuntura política vivida por ele num momento em que literatos procuravam dar à República um caráter popular.

O ano de 1888 continuou sendo revisitado nas páginas desse jornal, dessa vez com um texto de João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, publicado ao lado da coluna de Azevedo. Apesar de promover uma homenagem aos abolicionistas já falecidos, Clapp marca também a trajetória política daquele tempo no qual a abolição é tida como prenúncio da República: “Abatidos e condenados aos grilhões do cativeiro de uma raça, surgiu a liberdade de um povo com a proclamação da República.”<sup>619</sup> A abolição daria uma liberdade parcial enquanto que a República a complementaria. Nesse texto, Clapp liga a República a uma causa popular, a abolição, dando mais uma vez o protagonismo da ação ao povo que estava nas ruas para comemorar o fim da escravidão e que também foi libertado pela República no ano seguinte. Em oposição a esse caráter popular e festivo da abolição de 1888, esses literatos e abolicionistas viviam o vazio das festas de 1895, distantes do caráter popular da República e dos antigos heróis da abolição, Patrocínio e os demais abolicionistas já falecidos e lembrados por João Clapp em seu texto.

O povo que ocupara as ruas em 1888 e que saudava os líderes abolicionistas, conforme lembrado por Artur Azevedo e João Clapp, ganharia um espaço de destaque nas memórias da abolição na obra de Coelho Netto. Nela, a euforia do povo conferia a Patrocínio um papel de destaque, o mesmo que anos

---

<sup>618</sup> As poesias foram “Ao Imperador” e “À Princesa”, escritas em papéis coloridos e distribuídos nos dias das festividades pela abolição.

<sup>619</sup> João Clapp, “13 de maio”, *O Paiz*, 13 de maio de 1895.

mais tarde seria retomado por seus contemporâneos na escrita das suas memórias.<sup>620</sup>

Nessas memórias, um episódio vivido pelo abolicionista em pleno 13 de maio de 1888 chama a atenção. Apesar de não ser possível confirmar o diálogo existente entre Patrocínio e o amigo João Marques, o que vale é a ironia existente nas palavras de Marques e a previsão que fizera.

Na volta para a casa e após despistar alguns homens pela rua que queriam saudá-lo, Patrocínio ouviu do amigo que o acompanhava a seguinte constatação:

– Que belo dia para morreres, Patrocínio. Nunca mais encontrarás outro igual. Morrerás em plena apoteose e tua morte abalará o Brasil. (...) tuas estátuas ornarão as praças públicas e teu nome ficará como um símbolo. Vais viver, meu velho, e vais para a política... e aquilo emporcalha, meu amigo.<sup>621</sup>

Se, em maio de 1888, Patrocínio tentava escapar daqueles que o queriam saudar pelo término da obra naquele período, nos anos seguintes a política, tal como previu o amigo, ameaçaria sua sobrevivência aquele dia áureo, situação resultante de uma vida “emporcalhada” e com o abolicionista tendo que superar outra perseguição, a da política republicana. Essa última perseguição o afastava dos festejos pelo treze de maio e aos poucos apagava a sua participação na conquista da grande causa. Uma reação a esse sumiço foram os textos produzidos por literatos, aqueles que conviveram com Patrocínio e que a cada treze de maio marcavam na escrita quem deveria ser celebrado como protagonistas da abolição: o povo e José do Patrocínio.

A festa pela abolição em 1895 era, portanto, uma imagem fria e burocrática da abolição, tendo no préstito escolar um exemplo de festejo comandado pela República, agora ocupada por um presidente civil. O desfile de crianças organizadas como numa parada militar e sem compartilhar o sentido daquela festividade era a representação da previsão de Machado de Assis e seu temor de que a festa da abolição se tornasse uma simples parada. Contra a consolidação dessa forma de festejar a data estavam os literatos que, relembrando o ano de 1888, retomavam o caráter popular da primeira festa, mesmo caráter que deveria ser incorporado pela República.

<sup>620</sup> Entre os biógrafos de Patrocínio, os livros de Raimundo Magalhães Júnior e Osvaldo Orico enfatizam o papel fundamental de Patrocínio para a abolição.

<sup>621</sup> ORICO, Osvaldo. *O tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 134.

A celebração pelo treze de maio “apenas como dia de festa nacional” e não como festa popular foi a constatação tida pela imprensa republicana em 1896.<sup>622</sup> Não é de se estranhar, por isso, a relação reticente que Artur Azevedo estabeleceria, nesse ano, com a festa em homenagem ao oitavo aniversário da abolição. O desaparecimento dos nomes dos abolicionistas nos festejos pela abolição foi ressaltado mais uma vez por ele, que preferiu por isso ficar em casa com as memórias de 1888.

Ontem – treze de maio – meti-me em casa. Não fui assistir às imponentes festas oficiais que houve em comemoração da gloriosa data; faltei à esplendida parada e não acompanhei a patriótica e piedosa romaria dos vinte mil cidadãos, que foram, incorporados, visitar no cemitério de S. Francisco Xavier e S. João Batista as sepulturas de José Maria da Silva Paranhos, de Joaquim Serra e de José Ferreira de Menezes.<sup>623</sup>

Toda essa grandiosidade da festa, que o autor diz ter faltado, apesar do exagero que confere a participação na romaria, mostra o quanto que aquela festividade se restringia a eventos bem distintos daqueles vividos por ele em 1888. Em grande parte, a data passava a ser celebrada em ambientes fechados e sem o caráter de festa oficial, configurado nos anos anteriores pela realização de préstitos públicos.<sup>624</sup> Em comemoração a data, os jornais destacavam os eventos que foram realizados pela Irmandade do Rosário, realizada na manhã do dia treze de maio – que contou com um representante enviado pelo Presidente da República. Iniciado com uma celebração pela alma dos escravizados, o evento foi composto ainda por uma missa solene e por uma procissão que saiu da Igreja do Rosário e percorreu as ruas no entorno. De acordo com a nota, vários cavalheiros presentes se incorporaram ao préstito, levando os estandartes das associações abolicionistas, recolhidos na Irmandade. Ao término desse préstito, outra sessão comemorativa ocorreu na Igreja e, dessa vez, deu espaço para a fala de José do Patrocínio, João Clapp, Carlos de Lacerda, além dos religiosos membros da Irmandade. Toda essa festividade foi encerrada às 5 horas da tarde.<sup>625</sup>

Ciente do caráter pontual e localizado deste festejo, Artur Azevedo prefere, porém, não tomar parte dele. Preferia, como explica, lembrar de outros

<sup>622</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

<sup>623</sup> AA, “Palestra”, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

<sup>624</sup> Os préstitos escolares continuaram sendo realizados, mas sem aparato oficial, como ocorrera nos anos anteriores.

<sup>625</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

personagens, vivos ou mortos, que não haviam merecido as honras nem no passado, nem nesse presente de festas.

Meti-me em casa e festejei o treze de maio sozinho, sem luminárias nem foguetes, recordando mentalmente todas as fases da vitoriosa campanha abolicionista e os nomes dos seus mais variados soldados, entre os quais alguns, como Raymundo Pereira de Souza (quem o conhece?) nunca saíram nem jamais sairão da obscuridade a que os condenou a própria modéstia.

A causa da abolição, como todas as grandes causas, tem os seus heróis ignorados, mas estes consideram-se felizes no esquecimento e na sombra, tanto desinteresse e tanta sinceridade havia nos serviços que prestaram e nos sacrifícios que se impuseram.<sup>626</sup>

O literato chamava a atenção, na crônica, para a arbitrariedade da definição dos símbolos e heróis da campanha abolicionista – que deixava de lado pessoas simples como Raimundo Pereira de Souza. Esse abolicionista recebeu uma homenagem no dia do seu aniversário, em 2 de junho de 1888, menos de um mês passada a abolição, por meio de um texto publicado sobre ele no *Cidade do Rio*, onde o autor destacava ações do abolicionista contra o cativo e sua modéstia na realização desse trabalho.<sup>627</sup> Conforme foi dito por Artur Azevedo, a abolição era para esses “esquecidos” a recompensa de uma luta e, por isso, não precisariam ser lembrados a cada aniversário. Deste modo, no oitavo aniversário da abolição, o literato preferia retomar a lembrança desses abolicionistas anônimos e, assim, celebrar desse modo a data na solidão de sua casa e nas suas lembranças. O passado é o motivo da festa e não o presente, acusado por ele de deixar no esquecimento os heróis e suas causas. Para Artur, o futuro era a esperança para a constituição da memória e sua redenção.

Justo seria mais tarde, quando se escrevesse a história dessa luta grandiosa travada entre a liberdade e o escravagismo, entre o coração e o estômago, esses desconhecidos aparecessem todos, senão ao lado, ao menos logo abaixo daqueles que, pelo talento de jornalistas ou de tribunos, merecidamente figuram no primeiro plano.<sup>628</sup>

Para Artur, era necessária a reescrita da história da abolição que deveria focar sobre essa vertente popular da campanha abolicionista, os seus verdadeiros heróis e a sua festa. Para isso, oferece um esquema para essa escrita, onde haveria aqueles que por possuírem um talento estariam num primeiro plano entre aqueles

<sup>626</sup> A.A., “Palestra”, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

<sup>627</sup> “O Raymundo”, *Cidade do Rio*, 2 de junho de 1888. Em 1889, Raymundo Pereira de Souza foi homenageado pela Sociedade abolicionista cearense por meio de uma medalha entregue a ele. *Cidade do Rio*, 21 de maio de 1889.

<sup>628</sup> A.A., “Palestra”, *O Paiz*, 14 de maio de 1896.

que lutaram pela abolição e logo em seguida os demais, como, por exemplo, Raimundo Pereira de Souza citado anteriormente por ele. Assim, os heróis anônimos teriam na escrita da história da abolição a garantia de um lugar, já que nas festas não tinham espaço para ter seus nomes celebrados. Ao mesmo tempo, os demais heróis esquecidos naqueles anos, entre eles os literatos e abolicionistas que atuaram nos jornais e na tribuna, teriam um destaque nessa história.

Essa espécie de arrumação da história da abolição, com a fixação dos heróis dessa batalha, apareceu na obra de Coelho Netto no ano seguinte. Ao produzir um romance onde o cenário é um período que precedeu a abolição com o fechamento da sua análise na festa do treze de maio, Netto busca reafirmar o caráter popular da abolição diante de uma República que a cada ano ignorava esse passado juntamente com seus personagens. O romance *A conquista* vinha como resposta aos anseios de homens como Artur Azevedo que nos anos anteriores rememorava a festa da abolição a cada aniversário. Coelho Netto cristaliza, assim, através do seu texto o esquema proposto por Azevedo na caracterização da abolição, sua festa e seus sujeitos.

No ano da primeira publicação do romance de Netto, em 1897, as festas pela abolição eram feitas em meio a uma tensão nas ruas da capital federal. O levante dos cadetes da Escola Militar, em pleno maio, aprofundara o clima de vigilância e perseguição do governo de Prudente de Moraes.<sup>629</sup> Apesar disso, José do Patrocínio, que apoiava o presidente civil e vinha reaparecendo não apenas na vida pública mas também na política,<sup>630</sup> passa a assumir novamente um crescente destaque na festa, em seus diferentes espaços. Assim como nos anos anteriores, a data foi novamente celebrada pela Irmandade do Rosário, que promoveu um *Te-deum*, com direito a uma banda musical e a discursos de líderes religiosos e de alguns convidados. Destaque entre tais convidados, Patrocínio discursou no evento, tratando da abolição e da escravidão – sendo depois disso saudado pelos presentes, assim como as redações dos demais jornais.<sup>631</sup> Ainda nesse dia, na sede do jornal *Cidade do Rio*, os “companheiros da imprensa” organizaram mais uma homenagem a ele. Uma espécie de almoço reuniu em torno de Patrocínio o

<sup>629</sup> MAGALHÃES JR. Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: Lisa/INL, 1972, p. 311.

<sup>630</sup> Patrocínio se candidatou a uma vaga na Câmara dos Deputados em 1895, mas não conseguiu se eleger. *Idem*, pp. 318-319.

<sup>631</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1897.

ministro chileno e seus secretários, alguns oficiais da armada, o senador João Cordeiro, Macedo Soares, representantes das escolas superiores e da imprensa. Além desses, estavam Olavo Bilac, Ennes de Souza, Barata Ribeiro, José Agostinho dos Reis e Campos da Paz, esse último companheiro de exílio de Patrocínio. Todos esses, além de compareceram à solenidade, promoveram discursos rememorando a abolição, lembrando os abolicionistas falecidos e também rendendo saudações ao homenageado, que fez o brinde final.<sup>632</sup>

Estas homenagens a Patrocínio, proscrito das primeiras edições da festa da Abolição na República, apontavam para um processo de retomada de um ritual de celebração que envolvia os antigos nomes do abolicionismo, assim como para a produção de discursos que remontasse aos tempos da batalha abolicionista. Era como parte deste movimento que, naquele ano, Coelho Netto daria forma ao romance *A conquista*.<sup>633</sup>

Nele, as desventuras literárias de Ruy Vaz e os demais literatos que com ele convivia não eram suficientes para Anselmo que, a fim de garantir algum rendimento, procurou José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde* para pedir-lhe um emprego. Patrocínio o saúda uma vez que já sabia do talento do jovem literato. É a partir dessa inserção no mundo do jornalismo que Anselmo passa a ter contato com outra forma de escrita, mais ligada a sedução dos leitores para as notas que, a princípio, não tinham importância. Essas lições foram dadas por Patrocínio:

– O povo é bárbaro e, como não tem mais as lutas sangrentas, satisfaz-se com as descrições trágicas: o assassinio de um homem, num canto de estrada, sendo descrito com talento, agita mais a massa do que a notícia seca da derrota num exército.<sup>634</sup>

Nessa fala, Patrocínio define também que povo era esse que lia o seu jornal. Era aquele interessado em notícias trágicas e que tivessem destaque no cotidiano de leituras das notícias dos jornais. Patrocínio também sabia como conquistar a atenção dos seus ouvintes e seus leitores. Esse talento na escrita foi

<sup>632</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1897; “Treze de maio”, *O Paiz*, 14 de maio de 1897. ORICO, *op. cit.*, 164 a respeito dos exilados.

<sup>633</sup> O livro *A conquista* é um exemplo de obra memorialística que tratou da chamada “boemia literária” do final do século XIX. No entanto, esse conceito ligado aos literatos da virada do século ficaria mais reforçado com as biografias produzidas entre as décadas de 40 e 60. RODRIGUES, João Paulo Coelho. “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias”, *op. cit.*, p. 235. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Literatura e história social: a ‘geração boemia’”.

<sup>634</sup> NETTO, Coelho. *A conquista*. p. 251-2.



ressaltado pelo narrador do romance, dando a campanha abolicionista como exemplo. A respeito de Patrocínio e sua batalha afirma:

Basta isso: a campanha abolicionista...pois é um diabo que, há não sei quantos anos, escreve sobre este tema: o senhor e o escravo – sempre com uma imagem nova e magnífica de esplendor.<sup>635</sup>

Netto ao destacar a atuação de Patrocínio na escrita tem como exemplo a campanha abolicionista no universo letrado. Os argumentos do abolicionista a favor da abolição não pareciam cessar com a passagem dos anos e com a escrita dos seus textos favoráveis ao escravo.

Patrocínio, ao dar abrigo para inúmeros literatos nos seus jornais, primeiramente na *Gazeta da Tarde* e depois no *Cidade do Rio*, contaminava também esses homens com a causa que defendia e pela qual lutara durante anos. Não seria diferente com o jovem Anselmo que, ao trabalhar com ele passava a ter contato com o grupo de literatos que tinha como principal debate a abolição e a República. O diferente posicionamento entre esses abolicionistas foi descrito no romance na discussão entre o exaltado republicano Luiz Moraes, Paula Neiva, personagem de Paula Ney, e Ruy Vaz.<sup>636</sup> O republicanismo e a abolição, que para Patrocínio era questão de tempo, eram os assuntos que envolviam essa geração de literatos entre a escrita de versos, literatura e notícias e que Coelho Netto retomava num momento em que esses homens estavam apagados nas lembranças contemporâneas da abolição.

No romance, a entrada de Anselmo para a *Gazeta da Tarde* combinou com o período em que a campanha abolicionista ficara mais intensa.<sup>637</sup> É também nesse momento que narrativa do romance parece mais próxima de um relato do vivido pelo próprio autor. As ações do movimento abolicionista, o quilombo mantido pela confederação e as conferências dadas por Patrocínio nos teatros dão uma movimentação daqueles meses que antecederam a assinatura da lei. Ao fazer isso, o literato retira o protagonismo dos membros do Império ou do parlamento, rememorando as ações de um abolicionismo urbano e do dia a dia das ruas e das redações dos jornais. É nessa parte do texto que Netto coloca Patrocínio como o principal protagonista da Abolição. Ele aparece saudado por um homem também disposto a participar da batalha da abolição:

<sup>635</sup> NETTO, Coelho. *A conquista*, p. 253.

<sup>636</sup> *Idem*, p. 275.

<sup>637</sup> *Idem*, p. 271.

– Patrocínio, teu nome há de ficar gravado no Panteão da História do Brasil. Tu és a nossa esperança....não desanima, Patrocínio meu velho, e, no dia em que for necessário um homem para combater a teu lado, conta comigo! O Januário, Patrocínio...O Januário Calafate!<sup>638</sup>

Patrocínio era a esperança para pessoas comuns que viam na abolição o fim de uma luta pela qual também pretendiam lutar. O romance de Netto colocava Patrocínio num lugar privilegiado da história do país e da abolição. Ele era reconhecido como a esperança de um tempo e merecia para isso o seu lugar de destaque. Algo completamente diferente daquilo que era vivenciado pelo próprio abolicionista nas festas republicanas da abolição.

Antes da abolição, Anselmo saiu da *Gazeta da Tarde*, mais tarde o próprio Patrocínio, fundando, logo em seguida, o *Cidade do Rio*. Anselmo, assim, volta a trabalhar para ele, estando na redação do jornal no momento de euforia pela abolição e que era vivido por todos, inclusive por seu companheiro de trabalho, Luiz Moraes. Aquele era um momento de vitória da atuação desses literatos que através dos jornais seguiram Patrocínio nos seus ideais abolicionistas. Na conquista desse ideal, a única arma utilizada foi a própria escrita e os discursos que, com a abolição, ficavam mais intensos e também cansativos. A esse respeito conversam Luiz Moraes e Anselmo na redação do *Cidade do Rio* enquanto a multidão que ocupava a Ouvidor bradava por mais palavras dos abolicionistas. Ao cobrar uma resposta a essa multidão, Anselmo ouve de Luiz Moraes a sua definição sobre o papel que exerceram para o tal desfecho:

– E eu! Pensas que tenho estado inerte? Já fiz pra cima de vinte discursos. Estive com o Bivar, está sem voz. Mas que belo, hein? Exclamou o poeta com entono. Que Victória....! A conquista do talento, hein! Decididamente não há arma como esta! E empunhou uma caneta com orgulho. Sim, senhor! Arrastou uma cadeira, sentou-se e, diante das tiras, exclamou de novo: bela coisa!<sup>639</sup>

A caneta era a arma daqueles homens, destacada por Luiz Moraes, em meio a batalha de ideias que se transformara a campanha abolicionista. Diante do resultado dos seus esforços em traduzir a necessidade da abolição constataavam o seu papel diante daquele grande acontecimento. A vitória era do talento daqueles que escreveram textos ou fizeram conferências em defesa da abolição. A conquista era deles, ao utilizarem uma arma não bélica, mas eficiente. Além disso,

<sup>638</sup> NETTO, Coelho. *A conquista*, p. 275

<sup>639</sup> *Idem*, p. 433.

em pleno festejo, os discursos proferidos por eles alimentavam ainda mais o imaginário da festa da abolição e dos seus personagens.

Não era casual a valorização da pena como arma em meio às tensões políticas dos primeiros anos da República. De fato, a mesma pena que Coelho Netto destacou como sendo a arma da conquista da Abolição foi também responsável pela perseguição a que foram submetidos, anos mais tarde, alguns de seus protagonistas. O combate à política florianista nos jornais foi causa, por exemplo, do exílio de Olavo Bilac, preso na saída da redação do jornal *O combate*, juntamente com Pardal Mallet e Plácido de Abreu, e o próprio Patrocínio preso na saída do prédio do *Cidade do Rio*.<sup>640</sup> Todos esses, somados a militares e outros civis, foram presos por serem “autores, promotores, cúmplices ou coniventes no crime de conspiração”.<sup>641</sup> A mesma prática de defesa livre de seus ideais que parecia fazer parte de uma batalha em 1888 era também, desse modo, a causa da perseguição e prisão desses mesmos sujeitos anos mais tarde. Valorizar a pena era assim, ao mesmo tempo, destacar o papel desses escritores no processo abolicionista e mostrar a força das ideias para destruir diferentes formas de opressão – seja a escravidão ou a ditadura.

A julgar pelas novas comemorações do treze de maio nos anos seguintes, a campanha de literatos como Coelho Netto e Arthur Azevedo pela retomada da memória popular da festa parecia, de fato, surtir algum efeito. Em meio às comemorações de 1898, os redatores do jornal *O Paiz*, antes mesmo de divulgar os festejos que seriam realizados nesse dia, saudavam em uma espécie de editorial aquele que era caracterizado, então, como o principal sujeito da festa: “o povo”, que “conquistara ao trono a libertação dos cativos”. Deixada de lado a ênfase na fraternidade entre todos os cidadãos através da qual o mesmo jornal saudara a data em anos anteriores, seus redatores já marcavam agora o sentido social deste recorte, que fazia daquela celebração uma data popular. O esforço passava a ser, neste momento, o de atribuir a mesma popularidade a outra data: a proclamação da República, que ocorreu meses depois:

Apodados, agredidos e infamados mesmo, os batalhadores dessa cruzada santa encontraram ainda forças para novos combates e, dezenove meses mais tarde, nova aurora da liberdade, mais intensa e rutila, inundava de luz a nossa pátria.

<sup>640</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974, p. 153.

<sup>641</sup> MAGALHÃES JR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, op. cit., p. 293.

(...) Abolicionistas da escravidão, abolicionistas da instituição monárquica e de seus privilégios, os batalhadores do patriotismo continuam seguros a lutar pela liberdade.<sup>642</sup>

O editor desse jornal republicano coloca num mesmo patamar a luta pela abolição e pela República. Essa última havia sido conquistada meses depois pelos mesmos batalhadores da primeira. O tom popular era agregado à República tal como na abolição. A festa pelo treze de maio tinha um sentido muito específico: “a comemoração de datas que relembram vitórias é alento aos que por elas batalharam”. A comemoração, nesse ponto de vista, era o momento de rememorar um passado e seus personagens. Apesar disso, não valoriza nenhum daqueles mencionados no romance de Netto e nem os batalhadores a serem louvados pela conquista que se celebrava.

Ao contrário da associação entre a abolição e a República pregada pelos editores do jornal *O Paiz*, o *Jornal do Brasil* desse mesmo dia destacou a abolição como uma vitória muito distinta daquela de 15 de novembro de 1889. O autor do texto, o republicano e abolicionista Dunshee de Abranches, afirmou:

Treze de maio foi, assim, a maior revolução da nossa pátria. Não surpreendeu a alma popular, explodindo subitamente em uma madrugada e deslumbrando pela fascinação da audácia triunfante.<sup>643</sup>

Organicamente ligada às aspirações populares, o treze de maio era encarado pelo autor como o fim de uma jornada. Ao analisar a trajetória da abolição, citava desde as ações de José Bonifácio até as do Senador Dantas – demonstrando, assim, que o fim da escravidão fazia parte de um longo processo de debate público, classificado como revolucionário. No contraponto a ele, repete a seguir, quando trata da República, o que era dito nas ruas e pelos jornais daquele período: “a população dormiu monárquica e acordou republicana”<sup>644</sup> – ideia que define a República como o resultado de uma mudança súbita, que não havia tido a mesma participação popular. Tanto para os que tentavam associar a Abolição à República quanto para os que resistiam a tal associação, reforçava-se assim para o treze de maio, nesses caminhos, a marca de uma festa ímpar no cenário nacional, dada sua relação estreita com as verdadeiras aspirações populares.

<sup>642</sup> “13 de maio”, *O Paiz*, 13 de maio de 1898.

<sup>643</sup> Abranches, Dunshuee de. “Treze de maio”. *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1898.

<sup>644</sup> MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 7.

Os dez anos do triunfo da abolição, celebrados em um ano no qual a eleição do novo presidente e o fim do mandato de Prudente de Moraes apontavam para um cenário de estabilidade política para a República, marcavam assim um novo momento da celebração, para a qual eram construídos novos sentidos. Para comemorar a data, formou-se uma comissão cívica a fim de preparar as comemorações e solicitar da Intendência Municipal o apoio logístico e financeiro para a sua realização. No próprio ofício em que faziam isto, os membros da comissão deixavam clara a singularidade da comemoração daquele ano em relação àquelas dos anos anteriores. É por comemorarem então a data em um “período de paz, no último ano do governo do Sr. Dr. Prudente de Moraes”, que ela merecia então uma “consagração bastante condigna”.<sup>645</sup>

Na comissão formada para este fim apareciam por isso figuras de destaque, como ex-prefeito Barata Ribeiro, o abolicionista Vicente de Souza e o literato Rodrigo Otávio.<sup>646</sup> O programa enviado tinha como finalidade pedir o apoio financeiro da Câmara Municipal que, por isso, seria aplaudida pela imprensa.<sup>647</sup> Entre os eventos programados estavam o embandeiramento e a iluminação de prédios públicos, batalha de confetes na Rua Moreira César (Rua do Ouvidor), distribuição de esmolas no Passeio Público a 250 pobres, formatura da brigada policial e do corpo de bombeiros, dentre outras formalidades que envolveriam os membros da Intendência. Na sessão solene haveria também, como consta no programa, um ato em homenagem à imprensa da capital federal em reconhecimento pela grande comemoração empreendida por ela em 1888.<sup>648</sup> Não há no programa indicação de quem seria o homenageado e nem os heróis da abolição, que deveriam ser lembrados nas solenidades.<sup>649</sup>

<sup>645</sup> “Festividades pela data da Abolição da escravidão (1888-1898)” Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 43, 4, 12.

<sup>646</sup> *Idem.* Além desses, também assinavam e compunham a comissão: D. Abade de São Bento, Conselheiro Dr. Olegário de Aquino e Castro, Dr. Honório Ribeiro, General Barão de Itaipu, Contra Almirante Dr. Carneiro da Rocha, Dr. Ataulpho de Paiva, Dr. Rodrigo Octávio, Dr. Moura Carijó, professor Soares Dias, Pedro da Silva Monteiro. O texto é assinado pelo 13º, José Ponciano de Oliveira.

<sup>647</sup> *Idem.*

<sup>648</sup> “Festividades pela data da Abolição da escravidão (1888-1898)” Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – 43, 4, 12.

<sup>649</sup> Haveria também solenidade na Igreja Positivista, com o discurso de Teixeira Mendes e a exibição do esboço do quadro de Décio Villares. “Treze de maio”, *O Paiz*, treze de maio de 1898. Por conta da data, as repartições públicas permaneceriam fechadas, o rancho dos quartéis sofreria uma melhora e as irmandades continuariam a promover suas solenidades conforme fizeram nos anos anteriores. “As festas de hoje”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1898.

As festas da abolição receberam um investimento maior, muito provavelmente por conta do aniversário de dez anos da assinatura da lei. Além da divulgação dessas festividades oficiais, comandadas por uma comissão responsável, os jornais desse ano também divulgavam eventos comemorativos à abolição promovidos por um público até então pouco mencionado nas festas pelo treze de maio.

A primeira década da lei foi comemorada com bailes no Clube dos Fenianos;<sup>650</sup> o Democráticos anunciou um “principesco baile”;<sup>651</sup> e o Tenentes do Diabo um “áureo baile”. Esses clubes que, na campanha abolicionista apoiaram as iniciativas públicas pelo fim da escravidão participando dos festejos promovidos pela imprensa em 1888, dez anos depois tinham na data apenas um motivo para a realização de um baile para seus sócios dentro dos limites das suas instituições. Ao contrário disso estavam os clubes mais populares que de forma mais modesta anunciavam nos jornais as festividades que promoveriam para celebrar a abolição. O Flor de Botafogo realizou uma passeata pelas ruas do bairro e no seu baile a entrada não seria liberada, podendo a diretoria vetar a entrada de quem achasse conveniente.<sup>652</sup> O clube Prazer da Glória e o clube Teimosos Carnavalescos anunciaram a participação no préstito comemorativo da abolição.<sup>653</sup>

Esses últimos clubes, apesar de se diferenciarem das grandes sociedades carnavalescas, se incorporavam aos festejos pelos dez anos da abolição que eram realizados numa tentativa de retomar a manifestação popular presenciada nas ruas da cidade em 1888. A euforia do público no dia treze de maio, principalmente daqueles recém-libertados pela lei, foi descrita por Coelho Netto em seu romance:

O dia passou-se em delírio. Bandos percorriam as ruas, cantando. Saíram serenatas e grupos de negros com os seus marcas e os seu reco-recos e, à luz de archotes, começaram os carpinteiros a martelar construindo coretos ou fincando potes para a ornamentação.<sup>654</sup>

A festa da abolição começava logo no momento seguinte à assinatura da lei, assim como as comemorações daqueles que a seu modo celebravam a liberdade. Netto, ao enfatizar a participação quase que espontânea na arrumação

<sup>650</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1899.

<sup>651</sup> *O Paiz*, 12 de maio de 1899.

<sup>652</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1899.

<sup>653</sup> *Idem*. Um préstito cívico seria realizado na Praça da República. Possivelmente, é a esse préstito que se referem os anúncios dos clubes Prazer da Glória e Teimosos Carnavalescos. *O Paiz*, 12 de maio de 1899.

<sup>654</sup> NETTO, Coelho, *A conquista*, op. cit. p. 430.

do cenário da festa, marca também que os sentidos daquela celebração não eram apenas compartilhados entre literatos que como ele observavam a festa das sacadas das redações. Ao contrário, a festa era de todos que saíram as ruas para celebrar e fazer parte da sua produção. Dez anos depois, as ruas seriam novamente ocupadas por um público festeiro que, comandados por seus organizadores, pretendia retomar o caráter popular da abolição e da sua festa.

Os dias que se seguiram ao treze de maio em 1888 foram de prolongados festejos. Coelho Netto em seu texto privilegiou a euforia da festa no dia da assinatura da lei e ao final dessa semana sintetizou o cansaço daqueles homens, como Anselmo, que viveram intensamente as comemorações. No entanto, ao constatar o fim da festa esse literato se coloca um questionamento:

Durante oito longos e agitados dias o povo festejou, com entusiasmo, a promulgação da lei igualitária. Anselmo, que conseguira o dom da ubiquidade para poder gozar de todas as festas suntuosas e alegres que foram celebradas, como se já se houvesse habituado aquela vida de atropelo, acordando com o silvo agudo da máquina de uma fábrica, estirou os braços e bocejou com preguiça, deixando-se ficar na cama a olhar o papel do quarto, manchado de umidade.

– E agora, seu Anselmo? A campanha está vencida... Quererá ainda o Patrocínio continuar com a *Cidade do Rio*? Com que programa? Enfim...<sup>655</sup>

A campanha vencida colocava o ponto final num processo promovido por Patrocínio e que, por conta disso, fazia Anselmo se questionar sobre o que viria depois. Esse futuro incerto tanto para Anselmo quanto para o jornal era, na verdade, a incerteza do futuro da própria nação que começava a ter uma nova configuração após o fim do sistema escravista.

Alter ego de Coelho Netto, o narrador encerra o livro fazendo essa pergunta ao dono do *Cidade do Rio*, José do Patrocínio, que não lhe responde exatamente o quê viria a seguir da conquista. A vida na redação parecia continuar a mesma, entre batalhas pela sobrevivência e a conquista de novas causas. Os homens que ali tinham vivido alcançaram uma vitória e promoveram para ela esses longos dias de festa. Com o seu fim, restava a eles continuar a escrita de um tempo ou das crônicas do dia a dia a serem publicadas nos jornais da Corte.

O livro *A conquista* era a síntese de um tempo cuja memória parecia se perder em meio aos festejos pela abolição distanciados da sua real característica: a festa popular como resultado de uma causa conquistada pelos literatos e abolicionistas. A participação desses homens no dia a dia da escravidão,

<sup>655</sup> NETTO, Coelho, *A conquista*, p. 468.

combatendo por meio das letras a instituição secular, enquanto eles próprios tentavam sobreviver na Corte, apareceu no texto introdutório do romance. “Aos da caravana”, título desse texto, eram aqueles que viveram com Netto cujas memórias o autor pretendia solidificar por meio do romance:

Triste, triste foi a nossa vida posto que, de longe em longe, como um raio de sol atravessando nuvens tempestuosas, o riso viesse palidamente à flor dos nossos lábios. Mas chegamos, vencemos...Deus o quis! E, se ainda não tomamos de assalto a praça em que vive acastelada a indiferença pública, já cantamos em torno e, ao som dos nossos hinos, ruem os muros abalados e avistamos, não longe, pelas brechas, a cidade Ideal dos nossos sonhos.<sup>656</sup>

A praça que vivia a indiferença pública pode ser vista como sendo a trajetória desses homens e sua importância para a Nação que se configurava naquele final de século. A vitória dessa trajetória estava clara para ao autor, assim como a responsabilidade desses que compunham a caravana. Restava, então, serem reconhecidos nessa cidade ideal que ainda sonhavam. Nessa idealização, a festa da abolição era popular, assim como foi a sua conquista.

Em meio aos esquecimentos dos heróis do treze de maio nos festejos republicanos que se seguiam, Coelho Netto ofereceu uma leitura para a abolição estabelecendo para isso os heróis e suas responsabilidades para a grande conquista. Na espécie de panteão construído pelo autor, Patrocínio ocupava lugar de destaque, uma vez que era dele as glórias recebidas tanto no dia da assinatura da lei como nos dias anteriores, quando literatos tinham na força dos seus jornais um ambiente para lutar por suas ideias, abolicionistas e republicanas. Esse mesmo herói era esquecido pelos festejos cívicos que descaracterizavam a abolição como causa conquistada por meio de uma revolução popular. No entanto, as celebrações pela abolição ainda eram realizadas por aqueles que encontravam brechas no caráter cívico e impopular que a República atribuía à festa. Deste modo, as celebrações em irmandades negras e em bailes populares eram exemplos de como a marca popular da festa da abolição ainda resistia ao engessamento dos seus sentidos empreendidos nos anos republicanos. Contra essas amarras, e a fim de deixar na memória da festa a responsabilidade dos literatos na promoção da abolição, o livro *A conquista* respondeu aos anseios desses homens que nos anos anteriores tentavam a cada aniversário retomar a marca popular da festa da abolição.

<sup>656</sup> NETTO, Coelho. “Aos da Caravana”. *A Conquista*.



## 14

**Memórias de uma alegria pública**

Quase dez anos após a publicação do romance de Coelho Netto, a festa de 13 de maio de 1888 mais uma vez assumiria papel central em outra produção literária de um dos principais escritores brasileiros: Machado de Assis, que voltava ao tema de sua crônica de 1892 no romance *Memorial de Aires*.

Escrito em formato de diário de um antigo conselheiro do Império, o romance foi publicado por Machado de Assis em 1908, quando a lei da abolição fez vinte anos. Aires, na indeterminação dos acontecimentos, teria mantido o registro dos fatos que presenciou ao longo de sua vida, em especial nos últimos anos do Império. O livro corresponde ao período entre janeiro de 1888 e agosto de 1889. O primeiro aniversário da volta do conselheiro Aires ao Brasil, após a sua aposentadoria do cargo de diplomata exercido na Europa, dá início a esse registro. Entre a história de vida de um casal e o início de um relacionamento de outro, o enredo da história narrada por Aires se desenvolve tendo como pano de fundo o fim da escravidão e seus efeitos para os antigos senhores do interior da província. Os meses que antecederam a abolição, assim como os momentos seguintes e todo o rearranjo ocorrido numa sociedade dependente do trabalho escravo, são tratados nesse romance à medida que ocorrem os fatos vividos e sentidos pelo narrador da trama.

Entre esses fatos, a abolição e suas comemorações, assim como a euforia do dia 13 de maio de 1888, assumem um papel crucial no texto. Ao testemunhar a euforia das ruas em torno da abolição, Aires escolhe a opção de não se envolver nas festas. Ao mesmo tempo, o alívio pela assinatura da lei fica evidente no registro do seu diário no dia 13 de maio.

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da sanção da regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.<sup>657</sup>

Anteriormente, no registro do seu diário, o Conselheiro Aires não havia demonstrado maiores empolgações em torno do envio do projeto da abolição à câmara e nem sobre a sua aprovação. Afinal, Machado de Assis inseria o narrador da sua trama na ambiência senhorial urbana da Corte produzindo um registro sutil

---

<sup>657</sup> Machado de Assis. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Klick Editora, 1999 (1908).

a respeito da escravidão e seu fim, algo que não era novidade em suas obras.<sup>658</sup> Deste modo, não condizia com o personagem uma alegria eufórica pela abolição. Ainda assim, Aires demonstra alívio pelo fim da escravidão e reconhece a existência de festas públicas. Apesar de preferir o afastamento delas, confessa que foi convidado por um amigo da imprensa a entrar no carro que faria a saudação à Regente e aos conselheiros do Império em frente ao Paço. A recusa se deu por conta dos seus “hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade”.<sup>659</sup> As festas da abolição, de fato, para esse senhor, não pareciam tão convidativas.

Foi no meio da lembrança dessa agitação geral, que Aires mostrou ver a abolição de 1888 como o fim de um passado de horror.

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia.<sup>660</sup>

O “isto” destacado pelo autor é a escravidão, que tão cedo não sairia das marcas do presente. Com esse fim, restava outra batalha que se daria no âmbito da escrita. Através da história e da poesia que a luta pela memória da abolição ganharia espaço, sendo obra de literatos que, como Machado de Assis, viveram o tempo da escravidão e das festas pelo treze de maio. A produção de uma obra ficcional tendo a abolição como pano de fundo era o local do não apagamento dessa história.

Para alguns críticos literários, o romance (assim como o desânimo de seu protagonista) seria fruto da solidão vivida por Machado de Assis após a morte de sua esposa.<sup>661</sup> Ao dar forma a uma história que tinha por base o cotidiano quase que sem importância de um casal sem filhos que começa e termina a história na solidão do seu lar, o autor deixaria no texto a expressão de sua amargura subjetiva e individual. De lá pra cá, no entanto, outros autores trataram de chamar a atenção para o caráter restrito e parcial da visão pessimista e socialmente desinteressada construída para Machado de Assis ao longo do século XX. Ainda que em

<sup>658</sup> Tal movimento é identificado nos romances anteriores de Machado de Assis, tais como *Helena*, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p. 57

<sup>659</sup> “13 de maio”. Machado de Assis. *Memorial de Aires*, p. 42.

<sup>660</sup> *Idem*.

<sup>661</sup> BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro, Organização Simões editora, 1957, p. 59.

perspectivas variadas, eles apontaram para a profunda ligação de Machado de Assis com as questões de seu tempo, analisado nos romances através de seu realismo peculiar.<sup>662</sup> Seguindo a trilha desses autores, cabe assim buscar o sentido da memória projetada em 1908 por Machado sobre a festa, a partir de seu personagem-narrador.

Tendo vivido os festejos da abolição em 1888, que já comentara na crônica de 1893, Machado de Assis continuava, duas décadas depois, marcado pelas suas lembranças. Ainda assim, estas se ligavam, no entanto, a um novo momento, já bem diverso daquele da crônica: o século XX, no auge da modernidade republicana, quando a barbárie da escravidão dos oitocentos parecia ter sido definitivamente deixada para trás.

A cidade que Machado de Assis experimentava em 1908 era bem distinta daquela que deu espaço às festas da abolição. O Rio de Janeiro se tornara capital da República e passava por um projeto de remodelação que daria ares de modernidade próprias de uma cidade-capital.<sup>663</sup> De fato, desde a assinatura da lei e nos vinte anos seguintes, o Rio de Janeiro se transformara na principal cidade do país em população e negócios.<sup>664</sup> Suas ruas e avenidas eram adaptadas a essa nova configuração que a cidade recebera nos tempos republicanos. Essa espécie de rearranjo do cenário da cidade se configurava a reboque do turbilhão vivido pelos seus habitantes no final do século XIX, quando a abolição da escravidão e a República mudaram as configurações políticas e sociais até então vividas. A estabilidade política conquistada após os primeiros governos militares<sup>665</sup> serviu para preparar o país e a sua capital para os novos tempos modernos que viriam nos novecentos.

Era em meio a esse entusiasmo com a ideia de progresso que Machado de Assis atribuía a Aires uma visão distante em relação à festa da abolição. À

<sup>662</sup> Cf GLEDSON, Jonh. *Machado de Assis: Impostura e realismo*. Uma interpretação de Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das letras, 1991; SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 1996; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

<sup>663</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em Trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República velha”. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 253-285.

<sup>664</sup> BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 243. Segundo o autor, em 1906, a cidade contava com 811.444 habitantes.

<sup>665</sup> O presidente seguinte, Rodrigues Alves, herdou de Sales uma economia “temporariamente estabilizada” (BENCHIMOL, p. 255).

primeira vista, esta distância parecia espelhar o desânimo que vários cronistas do período viam então nos festejos do 13 de maio, tal como fizera o próprio Machado em 1893. Era o caso de João do Rio – que, em crônica escrita em 1908, voltava a contrapor a falta de entusiasmo que via nos festejos daquele ano com a animação geral sempre lembrada para o maio de 1888:

Esse 13 de maio foi no primeiro maio festejado com préstito e tais aclamações e tais coisas que a cidade parecia vibrar inteira de alegria e de delírio como salva de peste ou outro mal atroz. Depois o entusiasmo foi minguando como minguava a saúde de José do Patrocínio. Nos últimos anos a festa do 13 de maio foi a festa da “Cidade do Rio”. Exteriormente a cidade não mostrava saber que grande data era aquela.<sup>666</sup>

Segundo o cronista, quando José do Patrocínio (falecido em 1905) ainda estava vivo, o aniversário da abolição se faria em torno de sua figura e do seu jornal, o *Cidade do Rio*. Morto o herói, perdia-se com ele todo o resto de animação da festa, que ficaria restrita à celebração de pequenos círculos. A festa, para João do Rio há muito era restrita a situações e instantes diferentes do motivo celebrado em 1888, pertencendo a poucos a sua celebração.

No mesmo caminho, um certo J. Bocó, ao comentar naquele ano na revista *O Malho* o “vintenário” da abolição,<sup>667</sup> reclamava também do indiferentismo que testemunhava em relação à data. De seu ponto de vista, no entanto, este indiferentismo tinha causas já muito diversas daquelas que haviam gerado, em 1893, a crônica de Machado de Assis - como mostra na continuação do seu texto:

Rio Branco e Patrocínio, para só falar nos dois extintos mais populares do abolicionismo, rir-se-ão d’esta indiferença oficial, e, às barbas do Padre Eterno, esboçarão uma suspeita:  
– Grande Jehovah! Porventura o nosso querido Brasil estará debaixo do novo cativoiro?<sup>668</sup>

A resposta a esse questionamento, segundo o cronista, deveria ser dada pelo presidente, pela lavoura, pelo comércio, todos atravessando problemas que impediam os cidadãos de chegar à verdadeira liberdade. Frente a estes novos problemas que impediam os brasileiros de desfrutar efetivamente da liberdade, imaginava a ação de novos heróis, capazes de fazer valer efetivamente a essa causa:

<sup>666</sup> João do Rio, “Cinematógrafo”. *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1908.

<sup>667</sup> J. Bocó. “Crônica”. *O Malho*, 16 de maio de 1908.

<sup>668</sup> *Idem*.

(...) é provável que Rio Branco e Patrocínio baixem a frente, contristados, e em nome do sentimento público d'esta terra, impetrem do Padre Eterno a dádiva de um novo 13 de maio, que até nos liberte da escravidão dos ideais de uma guerra, que certos estratégicos de gabinete andam agora a explorar com grande risco da pele...dos outros...!<sup>669</sup>

A data do 13 de maio de 1908 aparece assim reivindicada, na crônica, como momento de libertação de outras amarras que haviam surgido num contexto político e social bem distinto daquele do 13 de maio de 1888. Rio Branco e Patrocínio, enquanto sujeitos desse acontecimento, parecem não reconhecer a sociedade que teria sido deixada para trás e, por isso, seria necessária novamente outra libertação. O fim do artigo mostra que, passados vinte anos, a causa da liberdade já não parecia capaz de comover e mobilizar, dada a relevância e urgência dos novos problemas.

Frente a testemunhos como estes, o desânimo do conselheiro Aires parece refletir apenas uma releitura do 13 de maio, que tentava diminuir o entusiasmo descrito pelo próprio autor na crônica de 1893. A análise de críticos que apontam para o caráter não confiável dos narradores construídos por Machado sugere, no entanto, o limite de tal interpretação.<sup>670</sup> De fato, se eram fortes as opiniões que tentavam descaracterizar a importância da festa frente aos novos temas da modernidade, outros cronistas, como Artur Azevedo, tratariam de chamar atenção para sua importância para um grupo social muito específico: os ex-escravos e seus descendentes. É o que ele faz em uma crônica em versos publicados no dia 13 de maio n'*O Paiz* sob o título "A história de uma escrava".<sup>671</sup> A história é narrada pela própria escrava, e começa com seu nascimento em uma fazenda e sua vinda para a Corte para satisfazer aos interesses da sinhá, filha do seu senhor. Essa escrava se dizia diferente das outras devido aos predicados que possuía:

Eu não fui criada a esmo,  
Conquanto fosse uma escrava;  
Muitas vezes Nhanhazinha  
Junto de si me assentava,  
E me ensinava leitura,  
E a rabiscar me ensinava.

<sup>669</sup> J. Bocó. "Crônica". *O Malho*, 16 de maio de 1908.

<sup>670</sup> Cf. SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro; GLEDSON, Jonh. *Machado de Assis: Impostura e realismo*; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*.

<sup>671</sup> Artur Azevedo, "História de uma escrava". *O Paiz*, 13 de maio de 1902.

Era, porém, na costura  
 Que eu mostrava maior primo:  
 Vestidos fazia a ponto  
 De muita gente supor  
 Que eram obra da madame  
 Lá da rua do ouvidor.

Seus dotes satisfaziam aos interesses do senhor e da sua família que, segundo ela, tinha boas relações e, por isso, os bailes em sua residência eram constantes. A sinhá, que parecia gostar da escrava, pediu sua alforria na ocasião de seu casamento.

Teve a noiva uma lembrança  
 Toda caridade e amor:  
 Minha carta de alforria  
 Pediu ao pai, meu senhor;  
 Mas ele não quis passá-la  
 E disse de mau humor:

– Pois queres alforriá-la?  
 Mostras não ser sua amiga!  
 No dia em que essa mulata  
 A liberdade consiga  
 Dá logo em mulher à toa!  
 Não percas a rapariga. –

A sinhá pretendia alforriá-la sem pensar se ela a deixaria ou não. A prevenção feita pelo pai a fez desistir. A resposta da escrava a essa situação dava sentidos à liberdade contrários aos pensados por seus senhores.

Alcançando a liberdade,  
 Eu não daria em devassa,  
 Pois era trabalhadeira,  
 Nada tinha de madraça  
 E ficar ali metida  
 Foi toda a minha desgraça

Para a escrava, a liberdade não era a negação do trabalho, até porque via um valor em suas funções. A alforria a tiraria do *status* de escrava mas ela continuaria trabalhando. Porém, a negação ao pedido da sinhazinha fez com que o pior acontecesse: passado pouco tempo do casamento, o marido da sinhazinha se interessou pela escrava, que não conseguiu resistir aos encantos do moço.

– Minha mulata formosa,  
 Nós somos ambos escravos...  
 Deus nos fez um para o outro:  
 Do amor sugamos os favos!  
 São desforras os meus beijos,  
 E os teus beijos desagravos! –

O possível encantamento entre ambos terminou com a descoberta da gravidez da escrava que, por causa disso, foi penalizada com castigos no tronco. Seu filho foi abandonado na roda dos enfeitados e ela teve que retornar ao interior para servir em outra fazenda.

Essa nova vida foi mais terrível e ela perdera todos os predicados que se orgulhava em ter.

Envelheci no trabalho,  
Fui tarefaira exemplar;  
Mas já não pego na agulha  
Nem no ferro de engomar;  
Já não visto uma senhora;  
Já não sei nem soletrar!

Seu sofrimento na fazenda acabara com o 13 de maio.

Da fazenda para fora  
Fui posta ao primeiro raio  
Altivo, ardente, brilhante  
Do sol de Treze de Maio,  
E vim, trazendo somente  
Molambos no meu balaio.

O sol altivo, contente e brilhante que a tornara livre não lhe oferecera nada além da sua liberdade e dos seus molambos, carregados pela cidade. A escrava já era diferente daquela que chegara à Corte junto com a sinhazinha.

Foi deveras inclemente  
Essa viagem que eu fiz,  
Velha, andrajosa, faminta,  
Por desertos e alcantis,  
Até chegar à cidade  
Do meu amor infeliz.

Áurea lei da liberdade,  
Bendigo a piedade tua;  
Mas é triste, muito triste  
Ver-me doente e seminua,  
Pelos moleques vaiada,  
Pedindo esmolas na rua!

A escravidão acabara tarde para a escrava que, com a liberdade, seguiu para as ruas, transformando-se num tipo que certamente era perseguido e condenado nos tempos da República. Essa difícil história termina com uma síntese da sua vida para seu filho, caso ela o encontrasse.

Que eu, nascida na fazenda,  
De uma negra e do feitor,  
Sou sua mãe dolorosa,  
E ele, a flor, pobre flor,  
A pobre flor melindrosa  
Nascida do meu amor.

A longa história da escrava ocupou uma coluna e meia da primeira página do jornal. Era a trajetória de vida de uma mulher que passava por diferentes momentos no seu processo de escravização: desde a sua origem, sendo fruto de uma prática comum do período da escravidão, como as relações entre escravos e livres; a posse de predados nobres, a vivência no interior da casa do senhor, tendo intimidade com a sinhazinha, até ser cobiçada por seu marido, engravidado e sofrido os castigos por isso, fechando assim um ciclo de relações perversas e com uso da força e/ou da dominação e opressão para a satisfação de desejos sexuais. A escravização em outra fazenda era o ponto final para a eliminação de aspectos positivos adquiridos por essa mulher no período da escravização, como seus dotes domésticos e sua beleza, ambos se acabando antes da abolição. A liberdade vinda com o 13 de maio prolongou uma vida de sofrimento nas ruas da cidade, esbarrando com a sua antiga Sinhá, que ainda conservava sua beleza.<sup>672</sup> Ao mesmo tempo, o sol do 13 de maio a tirou de um cativeiro de sofrimento e deu a ela a liberdade das ruas e a esperança de reencontrar o filho rejeitado por seu antigo senhor.<sup>673</sup>

Através dessa crônica, o autor relembra para os leitores do jornal que o fim da escravidão era o motivo da festa e alegria para aqueles que haviam passado pelo cativeiro. O sofrimento vivido pela escrava, que não recebeu do autor nenhum nome, terminou com o sol do 13 de maio.<sup>674</sup> Por mais que se mostrasse consciente de que a lei era insuficiente para garantir seu sustento e futuro, dado que tinha as ruas da cidade como moradia e mostrava-se inapta para o trabalho livre por ter perdido suas habilidades nos últimos momentos da escravização, seu relato indicava a importância da data para aqueles que foram por ela beneficiados.

Não por acaso, no momento em que Artur Azevedo escrevia sua crônica a festa da abolição, mesmo esvaziada na região da cidade que compunha o cenário

<sup>672</sup> “Sinhazinha inda é casada;/ há poucos dias a vi/ pelo braço do marido,/ e logo os reconheci./ Como estão bem conservados,/ e eu...eu como envelheci...”

<sup>673</sup> Artur Azevedo, “História de uma escrava”.

<sup>674</sup> Artur Azevedo repetia nessa poesia a associação feita durante os festejos de maio de 1888 entre sol e liberdade.



moderno de uma cidade-capital, era apropriada por outros sujeitos que faziam questão de celebrá-la a seu modo. Essa apropriação foi percebida por outro literato, Olavo Bilac, que, ao contrário de João do Rio, percebiam o caráter parcial daquele desânimo em relação à festa. Como notava Bilac, naquele momento seriam os subúrbios os responsáveis pela continuidade dos festejos. Era para esses bairros mais distantes que a cidade crescia apesar de todo o preconceito que, segundo ele, existia em relação aos seus moradores:

Os subúrbios eram, para os moradores da cidade, uma região inóspita e selvagem, de desterro e castigo. Quando se falava de uma família, outrora rica, e de repente caída em miséria, havia sempre esta frase: ‘os fulanos? Estão agora morando nos subúrbios: - o que equivalia a dizer: ‘morreram! Estão enterrados! Deus lhe fale na alma!’<sup>675</sup>

Ao notar a força da festa da Abolição em tais localidades, Bilac começa por apontar sua singularidade. Distante física e simbolicamente de todo um ideal de progresso que tinha na recém-reformada região central da cidade seu símbolo maior, os subúrbios se tornavam locais com diversões próprias – dentre as quais o cronista ressalta os salões de bailes, clubes, bibliotecas e teatros. A partir dos laços estabelecidos nesses espaços regulares de lazer, os subúrbios formariam uma lógica festiva própria, expressa na forma pela qual seus moradores celebravam as grandes datas nacionais. Dentre estas destacava-se, para ele, a abolição.

Não representava novidade, àquela altura, o fato de que os suburbanos comemorassem o treze de maio de maneira regular. Se desde 1888 os moradores dessas regiões haviam celebrado ao seu modo a data, a cada ano se repetiam comemorações como aquela testemunhada em 1906, em Madureira, por um fotógrafo.

<sup>675</sup> O. B. “Crônica”. *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1908.



**Figura 53 – Revista da Semana, 8 de julho de 1906**

A foto feita na celebração pelo treze de maio nas proximidades da estação de trem de Madureira mostra o quanto que a festa pela abolição era celebrada por pessoas distintas daquelas das comemorações de 1888 na Corte, quando roupas elegantes eram vendidas para as mulheres usarem nas festas. Nos subúrbios, as vestimentas eram simples e a composição social estava mais próxima daquela das irmandades negras do centro da capital. Por mais longe que estivessem habitualmente do olhar dos literatos que escreviam nos principais jornais da capital federal, as festas da abolição não pareciam desanimadas nos primeiros anos do século, se olhadas a partir das regiões suburbanas.

Tomando conhecimento desse fato somente em 1908, Bilac parecia surpreender-se com o contraste notado naquele ano entre o esvaziamento dos festejos na moderna área central da cidade e a animação dos subúrbios - sendo o treze de maio celebrado com grande animação nas regiões do Méier e Engenho de Dentro:

O patriotismo, repellido do asfalto, foi viçar entre as mangueiras do Méier e Engenho de Dentro. Já o 13 de maio foi ruidosamente comemorado por lá com préstitos, bailes, fogos de artifício, - enquanto por aqui as luminárias das repartições públicas piscavam melancolicamente sobre as ruas desertas, e o elemento oficial e o povo dormiam o sono da indiferença sobre o colchão da apatia.<sup>676</sup>

<sup>676</sup> O. B. “Crônica”. *Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1908.

Sem ver na simples iluminação dos edifícios públicos uma comemoração digna da nota, Bilac aponta nesses festejos oficiais a marca da indiferença, que não leva em conta a importância da data celebrada. Eram por isso aos suburbanos que caberia, então, o protagonismo da comemoração.

Não seria difícil, aos contemporâneos de Bilac, reconhecer o fenômeno que ele demarcava com sua crônica. No dia 13 de maio daquele ano, o anúncio das festas que ocorreriam nos subúrbios apareceu na terceira página d'*O Paiz*, juntamente com uma ilustração. Nela, uma mulher negra joga pétalas de flores sobre uma sepultura onde estava escrito “abolicionistas”.



**Figura 54 – *O Paiz*, 13 de maio de 1908**

Logo abaixo, num tom nada animador em relação às festas a serem realizadas na capital, o jornalista destaca que haveria no centro, como de costume, “salvas e embandeiramento”, espetáculos teatrais e festas de iniciativas particulares. No entanto, o que enriqueceria o dia dos festejos seriam as solenidades ocorridas longe do centro da capital:

E seria apenas isto a solenidade, se não houvesse mais a cerimônia organizada pelos nossos colegas do ‘Subúrbio’, no parque da Boca do Mato. Os nossos colegas não têm poupado sacrifícios para que a festa, embora modesta, dada a exiguidade de tempo, tenha todo o brilho possível.

O evento foi organizado pelo jornal *Subúrbio* e pela Liga da Educação Cívica e seria gratuito a toda a “população suburbana”.<sup>677</sup> A programação dos festejos era variada e envolvia uma seção infantil, com participação de clubes infantis do Méier, peças de teatro e recitação de poesias e discursos de Xavier Pinheiro, presidente da comissão organizadora, e de Evaristo de Moraes. Teria também a participação do cantor Eduardo das Neves, cantando modinhas com o seu violão e também um casal fazendo acrobacias. Além desses festejos, haveria também barraquinhas em benefício à construção das capelas de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Guia e Associação Charitas.<sup>678</sup>

O presidente da comissão central dos festejos, Xavier Pinheiro, poeta, funcionário público e morador da região, era também o editor do jornal *Subúrbio* e colaborador d’*O Paiz* na seção destinada aos leitores dessa região.<sup>679</sup> O jornal *Subúrbio*, publicado no Méier entre os anos de 1907 e 1911,<sup>680</sup> juntamente com a Liga da Educação Cívica, foram os promotores dos festejos pela abolição nesse bairro. A Liga, fundada também pelo diretor do jornal, tinha como função manter o “culto dos servidores ilustres do Brasil”.<sup>681</sup> O seu jornal compartilhava os princípios da Liga a respeito da louvação aos vultos históricos e, para isso, em uma seção especial, publicava alguns ensaios, entre eles um sobre a abolição da escravidão e a Proclamação da República.<sup>682</sup>

Nesses festejos, há de se considerar as personalidades convidadas a participar do evento: Evaristo de Moraes e Eduardo das Neves. O primeiro, um advogado que atuou em defesa dos interesses dos operários conjugando atuação profissional e militância política, além da escrita num periódico operário, a *Gazeta Operária*;<sup>683</sup> o segundo, um famoso cantor da sua época que, tendo

<sup>677</sup> “As festas de hoje”, *O Paiz*, 13 de maio de 1908. O *Jornal do Brasil* também deu notícias dessas festas.

<sup>678</sup> *Idem*; “13 de maio”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1908.

<sup>679</sup> MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2011, p. 47. Outros jornais publicados na capital também tinham seções específicas para os leitores dos subúrbios, tais como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, dentre outros.

<sup>680</sup> A publicação era semanal e saía aos sábados. MENDONÇA, *op. cit.* p. 50.

<sup>681</sup> O jornal divulgou os princípios da liga em setembro de 1908, mas ela foi citada nos festejos de maio desse ano. Além de Xavier Pinheiro, a Liga foi criada também por outros jornalistas da imprensa suburbana. MENDONÇA, *op. cit.* p. 87.

<sup>682</sup> MENDONÇA, *op. cit.* p. 87. Outros trabalhos encontrados pelo autor e publicados no jornal falavam sobre a história da polícia militar e da região do subúrbio.

<sup>683</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes*, Tribuna da República. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 97. Os anos anteriores haviam sido de profunda militância política

trabalhado em circos, teve suas canções publicadas pela Editora Quaresma, especializada em temas populares e de grande circulação. Eduardo das Neves era um cronista da cidade, uma vez que pelas suas canções citava os temas do cotidiano, da política e da sociedade em que vivia<sup>684</sup> e, assim como Evaristo de Moraes, era negro. A participação de ambos nos festejos pela abolição numa região destacada do Centro e que tinha entre seus moradores homens letrados, funcionários públicos e trabalhadores tanto das indústrias próximas quanto do comércio e das fábricas em expansão nas primeiras décadas, é sinal de que a fala de Evaristo de Moraes a favor da causa operária era apropriada e compartilhada tanto pelo responsável pelo periódico quanto por aqueles que compareceram aos festejos para assisti-lo.

Evidenciava-se, assim, o sentido da manutenção da força de uma celebração que, se já acontecia nos subúrbios desde 1888, ganhava novos sentidos em tempo de modernidades republicanas. O que, aos olhos de jornais da grande imprensa da capital, como *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, aparentemente poderia ser considerado um simples festejo pela abolição no arrabalde, representava na verdade uma forma de atuação política não apenas dos festeiros, como dos seus organizadores - que não escolheram a esmo os participantes do evento. Os discursos pronunciados pelos palestrantes, assim como as modinhas cantadas por Das Neves, não foram publicadas pelos jornais. A julgar pelos seus temas habituais, no entanto, pode-se inferir que falavam em seus pronunciamentos e cantos da realidade social daqueles festeiros – fosse de forma direta, tratando do mundo da política, ou pelo viés da experiência tratando da realidade da cidade desses sujeitos. Não era casual, por isso, o fenômeno testemunhado por Bilac.

Outro sinal disso são os festejos que ocorreram no ano seguinte, em 1909, nos quais, além da abolição, aproveitava-se a data do 13 de maio para comemorar a eleição do primeiro deputado negro para um mandato na Câmara Federal. Monteiro Lopes,<sup>685</sup> republicano e abolicionista, foi eleito com um número

---

de Evaristo de Moraes a favor dos operários envolvidos nos movimentos grevistas que surgiam na capital.

<sup>684</sup> ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “‘É chegada a ocasião da negrada bumar’. Comemorações da abolição, música e política na Primeira República”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, pp. 97-120, jan-jun 2011.

<sup>685</sup> Monteiro Lopes (1867-1910) nasceu livre em Recife, Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1889. Antes de ir para a capital federal, passou por Manaus, exercendo os cargos de promotor público e juiz de direito. Foi para o Rio de Janeiro em 1894 e exerceu também a advocacia. Nesse período era identificado nos jornais como “advogado das irmandades”,

significativo de votos, mas teve que enfrentar outra batalha para assumir seu mandato.<sup>686</sup> Os argumentos contra sua posse ligavam a sua cor à incompatibilidade do exercício legislativo.<sup>687</sup> Não por acaso, dentre aqueles que o defenderam de forma pública estava Evaristo de Moraes.<sup>688</sup> Monteiro Lopes foi empossado em 1º de maio de 1908 e no dia 13 resolveu comemorar a posse juntamente com o aniversário da abolição. Esses festejos foram novamente organizados pela Liga da Educação Cívica e tiveram a presença de Eduardo das Neves.<sup>689</sup> Entre os homenageados estava José do Patrocínio, já falecido desde 1905. Uma multidão comandada pelo deputado foi até o túmulo do abolicionista prestar as homenagens devidas. A data do treze de maio representava, além da liberdade conquistada por meio da lei, a possibilidade de uma nova conjuntura social para homens e mulheres afrodescendentes e egressos da escravidão que passariam a contar com um representante no legislativo. A comemoração conjunta da abolição e a posse de Monteiro Lopes sob uma mesma data, retomando o herói do abolicionismo – José do Patrocínio –, dão novos sentidos ao treze de maio por parte de um grupo social que o apropria como conquista e momento de esperança.

Percebe-se, dessa forma, o modo singular pelo qual estes festeiros do subúrbio se apropriavam da data. Enquanto na região central ela era associada somente a uma celebração da liberdade que já não parecia fazer sentido em tempos de um liberalismo excludente, nos subúrbios era em torno de elementos ligados às aspirações negras que o treze de maio ganhava sentido. Por mais que percebessem por vezes o fenômeno, muitos escritores e desenhistas do tempo não conseguiam entender seus sentidos – como mostrava, em 1906, uma charge publicada na revista *O Malho* sob o título “Choro ao 13 de maio”

---

“defensor dos operários”, “líder dos pretos”. DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867-1910), um ‘líder da raça negra’ na capital da República”. In: *Afro-Ásia*, 41 (2010), pp. 167-209.

<sup>686</sup> Alguns periódicos da Corte, como a revista *Careta* e *Fon Fon*, por exemplo, eram contra a candidatura de Monteiro Lopes utilizando argumentos variados, desde a sua aparência física até comentários racistas. DANTAS, 2010, *op. cit.*, pp 181-2.

<sup>687</sup> A *Gazeta de Notícias* defendeu em suas páginas a constitucionalidade das eleições apoiando a posse de Monteiro Lopes. *Idem*, p. 184.

<sup>688</sup> Monteiro Lopes morava no subúrbio, perto da estação do Rocha e mantinha um escritório na Praça Tiradentes. Manteve relações de amizade com Evaristo de Moraes, José do patrocínio, Hemérito dos Santos, Libâneo de Souza e com Lopes Trovão. *Idem*, p. 172. Evaristo de Moraes, na ocasião da luta pela posse de Monteiro Lopes, publicou no *Correio da Manhã* artigos que defendiam Lopes. *Idem*, p. 193.

<sup>689</sup> *Idem*, p. 202.



**Figura 55 – O malho, 12 de maio de 1906**

Segundo o testemunho da imagem, a festa negra pela abolição continuava a ser realizada em salões a partir de uma lógica própria daqueles que foram libertos pela lei e que por isso festejavam.

P'ra festejá grande data  
Nosso turo cae no samba!  
Negra aqui já é mulata  
Pulemo na corda bamba!

Depois do 13 de maio  
Crioula virou senhora!  
Eu pulo porém não caio,  
Crioula vamos embora!

A grande data era festejada também por conta da alteração do status social após a assinatura da lei. Tal mudança era comemorada a partir de um ritmo próprio que possivelmente era incompreendido pelos autores da revista.

De forma irônica, o chargista retratava a dança que era, na verdade, uma forma desses homens e mulheres, de alguma forma egressos da escravidão, celebrarem a sua identidade, também marcada pelo associativismo negro por meio da formação de clubes dançantes distantes das regiões mais afastadas do centro,

nos subúrbios por exemplo.<sup>690</sup> Neles, a data do treze de maio era ocasião de festa e que acaba se incorporando a novas causas vividas por homens e mulheres da cidade e das regiões mais afastadas. A festa do treze de maio passava a ser socialmente marcada por homens e mulheres afrodescendentes e moradores dos subúrbios que celebravam a data como forma de reforçar os seus sentidos da lei, distintos daqueles que ocupavam a região central da cidade e que já não promoviam festas. Essa especificidade na celebração pela abolição desse grupo social foi notada por Olavo Bilac e por outros jornalistas ao relatarem a continuidade dos festejos em regiões mais afastadas do grande centro.

Frente a tal constatação, cabe voltarmos às palavras atribuídas por Machado de Assis, em 1908, ao Conselheiro Aires. Ainda na noite do 13 de maio, Aires identifica a determinação social daquela festa que ele se recusava a participar. Esse indiferentismo que Machado de Assis colocou para o seu personagem diante da festa da abolição apareceu também nos outros personagens.

No capítulo “14 de maio, meia noite” Aires descreve esse indiferentismo quando ao chegar à casa do casal Aguiar, constata uma reunião sendo ali realizada. Por conta da alegria de todos, conclui ser a abolição o principal motivo.

(...) A alegria dos donos da casa era viva, a tal ponto que não a atribuí somente ao fato dos amigos juntos, mas também ao grande acontecimento do dia. Assim o disse por esta única palavra, que me pareceu expressiva, dita a brasileiros:

– Felicito-os.

– Já sabia? – perguntaram ambos.

Não entendi, não achei que responder. Que era que eu podia saber já, para os felicitar, se não era o fato público? Chamei o melhor dos meus sorrisos e acordo e complacência, ele veio, espraçou-se, e esperei.

O fato público ainda vivo para Aires passava de forma indiferente para um grupo de pessoas que não pretendia compartilhar os vivos que estavam acontecendo pelas ruas da cidade. De fato, esses que confraternizavam em plena noite de festa, eram pertencentes à elite fluminense que à medida que a escravidão ia dando sinais de esgotamento perdia a sua função naquela sociedade. Comemorar a abolição, nesse caso, não fazia sentido e por isso as festas públicas não eram maiores que uma festa particular. A data, portanto, para o casal Aguiar não gerava grande significado apesar de ser para Aires uma alegria pública e de

<sup>690</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “‘O Prazer das morenas’: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República”. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade. (orgs.) *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)* Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp.275-299.



todos os brasileiros. O desânimo em relação à festa da abolição parece afetar o Conselheiro alguns dias depois. No dia 17 de maio fez o seguinte registro em seu diário:

Vou ficar em casa uns quatro ou cinco dias, não para descansar porque eu não faço nada, mas para não ver nem ouvir ninguém, a não ser o meu criado José. Este mesmo, se cumprir, mandá-lo-ei à Tijuca, a ver se lá estou. Já acho mais quem me aborreça do que quem me agrada, e creio que esta proporção não é obra dos outros, e só minha exclusivamente. Velhice esfalfa.<sup>691</sup>

A alegria pública vivida por ele no dia 13 de maio não parecia continuar nos dias seguintes. A data do dia 17 foi o dia de início das festividades promovidas pela imprensa da Corte. Os dias que o Conselheiro afirma querer ficar em casa seriam cheios de eventos comemorativos pela abolição a partir de um sentido programado por seus organizadores. A sua recusa em participar de tais eventos, ao mesmo tempo que permite a saída do seu criado, é por não ver nela sentidos de celebração para pessoas como ele. A festa, a seu ver, era de outros sujeitos, de perfil distinto a do Conselheiro e dos seus pares. Se esse aparente indiferentismo de Aires para com a festa da abolição foi usado pelos críticos de Machado de Assis como prova do indiferentismo do autor à escravidão e à realidade político-social,<sup>692</sup> percebemos assim que essa recusa de Aires era na verdade um alerta do próprio autor sobre a festa que se realizara nas ruas naquele maio. A abolição, a seu ver, era uma alegria pública que deveria ser compartilhada por todos os brasileiros não apenas nas ruas mas também no interior das relações sociais as quais pertencia.

O conselheiro Aires ao não participar da festa permitia a sua celebração por parte do seu criado ou de outros que poderiam saudar qualquer personagem daquela batalha.

Explicava-se, assim, a distância que separava a animação que Machado reconhecia ter tido pela festa do 13 de maio de 1888 em uma crônica escrita poucos anos depois do desânimo que atribuíra, em 1908, ao Conselheiro Aires. Longe de ser problema privado, tal desânimo se ligava à trajetória pela qual passara a festa ao longo daquele tempo. Tendo vivido a euforia de 1888, quando a liberdade vinda por meio de uma lei representou a conquista de uma geração que acompanhou nas ruas e no parlamento os debates em torno da abolição definitiva,

<sup>691</sup> “17 de maio”. Machado de Assis. *Memorial de Aires*, p. 44.

<sup>692</sup> BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*, p. 10.

Machado de Assis testemunhou a disputa em torno de seus sentidos nas décadas seguintes, que havia atravessado diferentes contextos políticos. Frente ao progressivo apagamento da importância e sentido da festa, acabou, porém, por perceber algo que podia ter notado já em 1888, se não tivesse visto a festa de cima dos carros alegóricos do desfile organizado pela Imprensa Fluminense: por mais que nos discursos ilustrados se tratasse de uma causa quase filosófica, ligada a uma liberdade cuja celebração não fazia mais sentido em 1908, do ponto de vista dos sujeitos distantes do universo de seu personagem-narrador a questão se colocaria de forma bem diversa. Espalhados pelas ruas, por clubes carnavalescos, pelos balcões do comércio, pelas tipografias, pelos subúrbios ou pelo interior, outros sujeitos davam a festa sentidos que seriam de todo estranhos a figuras como o Conselheiro Aires. Do seu desdém para com a celebração de 1888 se configurava, para os leitores de duas décadas depois, a parcialidade do olhar lançado por homens como ele sobre uma festa tomada, por muitos, como momento de reivindicação de melhorias de vida, projeção de futuro e lembrança de um passado que servia de lição para o que viria após o fim do cativo.

## Epílogo

Nos vinte anos de festas da abolição, entre 1888 e 1908, as disputas e apropriações em torno da data e seus significados foram vividas por aqueles que, de forma direta ou indireta, tomaram parte das celebrações pelo fim da escravidão. Por mais que já se configurasse em 1908 certa consciência em críticos como Machado de Assis quanto ao caráter parcial das imagens unívocas construídas para explicar seu sentido, o processo de contínua reconstrução de memórias para a data estava longe de ter um fim – antes pelo contrário.

De lá pra cá, a data não deixou de ser lembrada a cada ano, apesar dessa lembrança ser bem distinta daquela euforia de 1888. Nas últimas décadas, em especial, o aniversário da lei tem sido a oportunidade para a divulgação de uma crítica à abolição e à sua forma, feita sem maiores planejamentos acerca do futuro do ex-escravo, segundo seus críticos. Não por acaso, tal crítica teve como momento de expressão máxima o ano de 1988, quando se comemorava o centenário da abolição. Antes mesmo do aniversário da lei, o tema foi tratado em meio ao carnaval do Rio de Janeiro, em momento no qual este tinha já no desfile das Escolas de Samba sua expressão mais destacada. Naquele ano, o carnaval foi vencido pelo G. R. E. S. Unidos de Vila Isabel, com um enredo sobre Zumbi dos Palmares – tido como um personagem ligado ao processo da abolição. Não se tratava, porém, de um caso isolado, pois outras duas escolas também tiveram como tema a liberdade dos escravos: G. R. E. S. Beija Flor e G. R. E. S. Mangueira, cujos desfiles tentavam criticar a Abolição por não ter ela dado efetivamente a liberdade para os negros. De forma aparentemente contraditória, no momento em que o 13 de maio devia ser comemorado ele era submetido a um rigoroso olhar crítico por parte dos descendentes dos grupos sociais beneficiados em 1888 pela lei.

Não era um acaso que esta perspectiva crítica surgisse, ao mesmo tempo, em três diferentes agremiações. De fato, uma das principais “denúncias” do movimento negro naquele ano foi sobre o que seus líderes chamaram de “farsa” da abolição.<sup>693</sup> Segundo tal perspectiva, o negro teria sido libertado por uma lei que beneficiou mais os brancos, que haviam conseguido através dela se livrar do

---

<sup>693</sup> PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Nandyala, 2008; MUNANGA, Kabengele (org.) *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2004, p. 54.

problema da escravidão, do que aos próprios negros, cuja inserção na sociedade não chegou a ser verdadeiramente resolvida. Tais ideias, que tentavam apagar a importância da data e dos personagens a ela associados, vinham sendo reproduzidas em teses, livros e artigos de intelectuais e professores desde a década de 1960. Sob tal perspectiva, o 13 de maio perdia espaço como festa capaz de representar o orgulho e identidade dos negros no Brasil, tarefa que progressivamente seria assumida por outra data: o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares – o novo herói da negritude brasileira, saudado pela Vila Isabel no ano do centenário da abolição:

Valeu Zumbi!  
O grito forte dos Palmares  
Que correu terras, céus e mares  
Influenciando a abolição.<sup>694</sup>

Desse modo, a Vila Isabel levava naquele ano para a avenida um símbolo que crescia em significado no movimento negro, capaz de representar a resistência à escravidão. Era a luta e batalha de negros rebeldes como ele nas terras distantes do interior de Alagoas que, nessa leitura, teriam efetivamente influenciado a abolição mais de um século depois, e não a postura passiva dos negros que, na Corte, teriam feito saudações à dádiva recebida da Princesa Isabel.

Junto à mudança de seus heróis, essa nova leitura do movimento abolicionista promovia também um deslocamento de seus sentidos. Deste ponto de vista, a liberdade conquistada pela via legal no dia 13 de maio não seria o suficiente para libertar efetivamente os negros, uma vez que estes continuariam aprisionados em outra escravidão: aquela de caráter social. Por este motivo, era a realidade vivida pelos brasileiros de baixa renda naquele ano o tema central dos sambas cantados pelos componentes da Mangueira e da Beija Flor:

---

<sup>694</sup> Jonas, Rodolpho, Luiz Carlos da Vila. GRES Unidos de Vila Isabel. *Kizomba, festa da raça*. 1988.

(Mangueira)

Será...  
 Que já raiou a liberdade  
 Ou se foi tudo ilusão, será  
 Que a lei áurea tão sonhada  
 Há tanto tempo assinada  
 Não foi o fim da escravidão  
 Hoje dentro da realidade  
 Onde está a liberdade  
 Onde está que ninguém viu  
 Moço  
 Não se esqueça que o negro também construiu  
 As riquezas do nosso Brasil.<sup>695</sup>

(Beija-flor)

Eu sou negro  
 E hoje enfrento a realidade  
 E abraçado à Beija-flor, meu amor  
 Reclamo a verdadeira liberdade (já raiou)  
 Raiou o Sol, sumiu  
 E veio a Lua  
 Eu sou negro, fui escravo  
 E a vida continua.<sup>696</sup>

Nos sambas dessas duas escolas, a liberdade conquistada em 1888 não tinha ressonância um século depois, uma vez que os problemas não apenas do negro, mas de todos os brasileiros, ultrapassavam o vivido pelo escravo no tempo da assinatura da lei. No entanto, o fim da escravidão parecia inspirar esses sambistas a contestar outras prisões que não tiveram na lei o seu fim.

Essa abolição criticada em livros e em letras dos carnavais em 1988 nada mais é do que um novo conceito construído a partir das necessidades da sociedade brasileira um século depois. O passado inspirava a crítica e celebrá-lo era uma forma de mostrar também que houve um tempo em que a liberdade não existia. Com a abolição, o sol, símbolo da liberdade, aparece e logo some, conforme o samba da Beija Flor, por ser uma liberdade que, naquele momento não supria as necessidades daquela sociedade. Ao mesmo tempo, aquele que reclama desse sumiço é o que vive outra escravidão, “eu sou negro/ e hoje enfrento a realidade”,

<sup>695</sup> Hélio Turco, Jurandir, Alvinho. GRES Estação primeira de Mangueira. *100 anos de liberdade – realidade ou ilusão?* 1988.

<sup>696</sup> Ivancué, Claudio Inspiração, Marcelo Guimarães, Aloísio Santos. GRES Beija-flor de Nilópolis. *Sou negro, do Egito à liberdade.* 1988.

distinta daquela vivida por seus antepassados. O samba da Mangueira também analisa, a partir da realidade vivida pelos autores da letra, aquela liberdade: “hoje dentro da realidade, onde está a liberdade? Onde está que ninguém viu?”. Ou seja, a abolição do 13 de maio conquistara uma liberdade que, em 1988, já não era suficiente para livrar os afrodescendentes de outras amarras. Assim, mais que criticar ou negar a liberdade vinda com a lei, o que queriam esses sambistas era inspiração para novas conquistas, e ao mesmo tempo alertar para algo tratado quase um século antes: o negro também fazia parte do Brasil – “Moço/ Não se esqueça que o negro também construiu/ As riquezas do nosso Brasil”. Por isso, não fazia sentido a permanência de uma desigualdade social uma vez que todos, independente da cor, fizeram parte da construção do país. O centenário da abolição sintetizava um passado, ainda de opressão e de privações sociais, ao mesmo tempo em que a disputa pelo sentido da data servia para uma nova luta, dessa vez por ampliação dos direitos que não foram conquistados a reboque da lei.

As festas do 13 de maio apareciam, mesmo um século depois, como um campo de disputa, o mesmo que havia sido apropriado de forma ativa pelos ex-escravos e seus descendentes quando nas festas de 1888 inseriram seus próprios significados à celebração da liberdade.

Apesar da dinâmica de sentidos ligados ao treze de maio, a produção historiográfica que agregava novos elementos e críticas à abolição foi responsável pelo esvaziamento da festa e dos significados vividos pela população afrodescendente em relação à data. As críticas à abolição pela historiografia da década de 1960 em diante, tendo Emília Viotti da Costa e seu estudo como referência nesses trabalhos, corroborou o esvaziamento do sentido da lei da abolição uma vez que apontavam as deficiências do processo político que a promoveu. A falta de um projeto mais amplo de reforma agrária e de assistência aos libertados pela lei estavam na base dos argumentos de historiadores e sociólogos desse período. A medida em que esses estudos reafirmam os limites da lei e diante das novas conjunturas políticas e sociais vividas pelo país, principalmente após o fortalecimento do movimento negro no final da década de 1970, a população afrodescendente, que antes comemorava a data como momento de ruptura de um tempo de opressão, também se mostra crítica ao seu efeito e a sua liberdade buscando, assim, novos símbolos e significados na sua luta por outras liberdades.

Diante desses novos desafios, parecia ideal o surgimento de um novo herói que fosse eficaz numa luta mais forte para a conquista dos seus direitos e da sua liberdade. Assim, a imagem de Zumbi se fortifica como o guerreiro capaz de quebrar as algemas da outra escravidão.

Sonhei...  
Que zumbi dos palmares voltou  
A tristeza do negro acabou  
Foi uma nova redenção  
Senhor...  
eis a luta do bem contra o mal...contra o mal  
que tanto sangue derramou  
contra o preconceito racial.<sup>697</sup>

Zumbi é o novo herói mas que traria outra redenção, até porque aquela vivida 100 anos antes já estava dada e teria servido para dar fim a uma escravidão. Os desafios da contemporaneidade, contra o preconceito racial e maiores acessos à educação e saúde, se assemelhavam a resistência à escravidão cujo ídolo era o guerreiro Zumbi, oposto a uma visão pacífica e subserviente do escravo liberto pela Princesa, visão construída em oposição ao guerreiro.<sup>698</sup>

Entretanto, o mesmo centenário da abolição que reforçou um novo símbolo na luta por novos direitos por parte da comunidade afrodescendente foi também um momento de balanço historiográfico acerca da escravidão.<sup>699</sup> Ao mesmo tempo em que o movimento negro definia através de Zumbi um modelo esperado de resistência, através das fugas e criação de quilombos, a historiografia que se seguiu ao centenário chamava a atenção para a luta cotidiana do escravo para a conquista da liberdade por meio legal e dentro dos parâmetros de luta já estabelecidos e reconhecidos pelas autoridades imperiais.<sup>700</sup> A assinatura da lei da

<sup>697</sup> Ivancué, Claudio Inspiração, Marcelo Guimarães, Aloísio Santos. GRES Beija-flor de Nilópolis. *Sou negro, do Egito à liberdade*. 1988.

<sup>698</sup> SILVA, Eduardo; REIS, João José. “Entre zumbi e pai João, o escravo que negocia”. In: *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo. Companhia das letras, 1989, pp. 13-2.1

<sup>699</sup> Entre eventos pelo centenário da abolição, ocorreram seminários internacionais na UNICAMP, USP, UFF e UFRJ, além do lançamento do *Guia de fontes para a história da África pelo Arquivo Nacional*, dentre outras publicações. O centenário da abolição também foi tema de inúmeros textos em jornais escritos por especialistas. CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988; SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001, pp. 21-88.

<sup>700</sup> Entre esses trabalhos estão: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo

abolição como uma causa conquistada após uma pressão promovida por literatos, abolicionistas e pelos próprios escravizados era o resultado dessa política cotidiana de luta pela liberdade que vinha desde muito antes da assinatura da lei de 1888. O resultado dessa luta pró-liberdade tem na festa do 13 de maio de 1888 o seu auge uma vez que foi a consolidação de uma batalha legal pelo fim da escravidão. As festas pela liberdade promovidas por literatos, jornalistas e ex-escravos tinham na conquista da lei a sua base de comemoração.

Podemos assim ver nas formas pelas quais o 13 de maio foi transformado em 1988 em um palco de disputas políticas e historiográficas um desdobramento, ainda que tardio, da maleabilidade da memória construída a partir de 1888 tanto pelos organizadores dos festejos oficiais quanto por aqueles sujeitos anônimos que, a seu jeito, comemoravam pelas ruas a data. A história da abolição escrita décadas e séculos depois é, dessa forma, o fruto dessa relação tensa entre história e memória.<sup>701</sup> A memória da abolição construída a partir do 13 de maio de 1888, viva e em permanente evolução,<sup>702</sup> se tornou campo de disputa de poder e de significado que teve na história a sua fixação para as gerações seguintes.<sup>703</sup>

Apesar dos novos sentidos inseridos para o treze de maio pela população afrodescendente um século depois, a data nos seus primeiros vinte anos foi palco de uma disputa pela memória na qual os significados da liberdade estavam em jogo. A celebração promovida pela imprensa para comemorar a lei tendia a engessar os seus sentidos estabelecendo, assim, para os homens das letras e abolicionistas uma participação crucial para o desfecho que se celebrava. Ao mesmo tempo, o espaço da festa de 1888 era disputado por aqueles que se viam participantes do processo: ex-escravos, trabalhadores, abolicionistas do interior e dos subúrbios. Todos promoveram suas próprias celebrações pela liberdade a partir das suas experiências com a escravidão e sua luta contra ela. Os aniversários

---

Nacional, 1995; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*. Movimentos sociais na década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2010 (a primeira edição desse livro é de 1994); MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001; MENDONÇA, Joseli Nunes. *Entre a mão e os anéis*. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008 (a primeira edição desse livro é de 1999); CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

<sup>701</sup> LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

<sup>702</sup> NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 9

<sup>703</sup> LE GOFF, *op. cit.*, p. 47



da lei, nas duas primeiras décadas, foram vividos a partir da rememoração de um passado, o maio de 1888, em oposição às mudanças pelas quais passava o significado da data operadas pelo civismo republicano e letrado que tendia mediar as formas de celebração. Em meio a essas mudanças estavam ainda os festeiros da abolição, fossem eles trabalhadores da cidade, moradores dos subúrbios ou afrodescendentes reunidos em clubes e irmandades que usaram a data como momento de reivindicação de outras conquistas e de rememoração de um passado de luta. Em vinte anos de liberdade, a lei da abolição e sua data foram comemorados a partir das experiências daqueles que tinham seus próprios significados para a palavra liberdade.

## **Anexo 1 – Cronologia da assinatura da lei e das comemorações**

**03/05** – Fala do Trono feita pela Princesa Regente no Senado.

**08/05** – Apresentação do projeto de Lei na Câmara dos deputados e primeira discussão

**09/05** – Segunda discussão do projeto de Lei na Câmara

**10/05** – Terceira discussão do projeto e aprovação na Câmara dos deputados

**11/05** – Apresentação do projeto de Lei no Senado e primeira discussão

**12/05** – Segunda discussão do projeto de Lei no Senado

**13/05** – Parte da manhã: terceira discussão do projeto e aprovação no Senado

Parte da tarde: assinatura da Lei pela Princesa Isabel no Paço Imperial

**15/05** – Divulgação na imprensa dos festejos organizados pela comissão da Imprensa fluminense

**17/05** – (quinta-feira) Missa campal em São Cristóvão na parte da manhã e bailes populares durante à noite.

**18/05** – (sexta-feira) Corridas de cavalos no Derby Club, matiné literária e espetáculos teatrais gratuitos à noite.

**19/05** – (sábado) préstito escolar na parte da manhã e na parte da tarde regatas em Botafogo.

**20/05** – (domingo) préstito da imprensa na parte da tarde.

**21/05** – (segunda) publicação de um único jornal na corte, o *Imprensa Fluminense*.

## Anexo 2 - Ordem do préstito da imprensa no dia 20 de maio de 1888

Essa ordem foi composta a partir das notícias sobre o préstito publicadas no *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e *Cidade do Rio* entre os dias 19 e 22 de maio de 1888.

1. Representantes da imprensa com Dr. Pederneiras a frente e a cavalo, como os demais.
2. Banda de música do corpo da polícia de Niterói
3. General Deodoro da Fonseca
4. Banda de música do Encouraçado Riachuelo
5. Batalhão Naval
6. Imperiais marinheiros
7. Colégio Naval
8. Operários do arsenal da marinha
9. Escola da marinha
10. Club dos democráticos com carro de luxo com estandarte – Comissão do clube dos democráticos a cavalo
11. Comércio da Rua do Ouvidor – carro com estandarte e carro com comerciantes.
12. Colônia italiana - carro com estandarte e carro com representantes.
13. Membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
14. Sociedade Espanhola de Beneficência - carro com estandarte e carro com sócios.
15. Companhia Construtora – operários a pé em número superior a 100 e com estandarte
16. Empregados da alfândega
17. Empregados dos telégrafos
18. Colégio Alberto Brandão
19. Comissão do liceu literário português
20. Olaria maia
21. Club Abolicionista Forense
22. Guarda a cavalo do corpo policial
23. Banda de representantes da imprensa - a cavalo
24. 1º batalhão do exército
25. Representantes do *Jornal do commercio*
26. Colônia orfanológica - fábrica de flores orfanológica
27. Carro alegórico “a caridade não tem pátria”
28. Terceira comissão da imprensa a cavalo com José do Patrocínio e seu filho.
  - a. Diário mercantil de São Paulo
  - b. José do patrocínio e seu filho a cavalo

- c. Cidade do rio
- d. Confederação abolicionista
- 29. Albergue noturno
- 30. Redação do *Cidade do Rio* – dois carros, um com o estandarte e outro com os funcionários do jornal
- 31. Carro com os estandartes da Confederação Abolicionista
- 32. Carro com os membros da diretoria da Associação Beneficente Homenagem ao Conde de S. Salvador de Matosinhos
- 33. Banda de música
- 34. Arsenal de guerra
- 35. Empregados dos telégrafos
- 36. Alunos do Liceu de Artes e Ofício
- 37. Alunos da Escola São Vicente de Paula
- 38. Alunos da Escola Pública de São José
- 39. Alunos do Instituto Politécnico
- 40. Grêmio Beneficente Visconde do Rio Branco
- 41. Clube Progressista
- 42. Carro com diretoria do Clube abolicionista
- 43. Clube Gutemberg - Carro com sócio do clube distribuindo folhetos
- 44. Corpo de polícia com as bandeiras do Brasil e da Argentina
- 45. Clube Vila Isabel
- 46. Societè de Gynastique Française
- 47. Clube de Esgrima (outros carros) - com Afonso Celso Jr no carro
- 48. Carros com famílias
- 49. Carro com artistas dramáticos
- 50. Clube Ginástico Português
- 51. Companhia de carris urbano
- 52. Sociedade Francesa
- 53. Sociedade francesa
- 54. Clube 14 de julho (francesa)
- 55. Sociedade Coral Francesa
- 56. Jockey Club
- 57. Comissão da imprensa a cavalo
- 58. Escola Politécnica – com carro; guarda de honra, a cavalo; corpo docente de carro, alunos em 14 carros - carro com alunos e outro carro com André Rebouças
- 59. Sociedade União dos Cocumbis
- 60. Escola de Medicina
- 61. Escola Militar da Corte
- 62. Corporação Tipográfica
- 63. Carros de família
- 64. Derby Club – banda de música, guarda de honra, carro com estandartes, guarda de honra a cavalo, carro alegórico com a data da lei e as 4 principais províncias libertadoras.

65. Carro com sócios
66. Escola da Marinha
67. *Jornal do Commercio*
68. *Gazeta de Notícias* com Ferreira de Araújo e Machado de Assis
69. *Diário de Notícias* com Fernandes Mendes e família
70. *Gazeta de Notícias*
71. *Jornal do Commercio*
72. Artur Azevedo e o *Novidades*
73. Outros carros dos jornais e seus representantes

### **Anexo 3 - Prestação de contas feita pelos tesoureiros da Comissão da Imprensa Fluminense, Henrique de Villeneuve e Artur Azevedo**

Fonte: *O Paiz*, 5 de junho de 1888.

#### *Receita:*

Produto líquido da corrida no Derby-club – 3:834\$100  
 Produto líquido da regata na enseada de botafogo – 317\$500  
 Produto líquido de um páreo no Sport-club, oferecido pela diretoria – 417\$000  
 Produto líquido da folha imprensa fluminense – 8:351\$700  
 Produto da distribuição de fitas com o dístico – Imprensa fluminense – 182\$500  
 Donativo da companhia carris do jardim botânico – 2:000\$000  
 Donativo da companhia carris São Cristóvão – 2:000\$000  
 Donativo da companhia carris urbanos – idem  
 Donativo da companhia carris Vila Isabel – 1:000\$000  
 Donativo do Sr. Jose Luciano Lopes (Passeio público) – 16\$000  
 Aluguéis de carros – 760\$000  
 Auxílio dado pela Ilms. Camara municipao da corte – 10:000\$000  
 Total: 30:878\$800

#### *Despesa:*

Com a realização da missa campal na praça d. Pedro I, conforme a especificação – 3:000\$000  
 Idem, passeio dos alunos das escolas públicas e particulares – 1:122\$050  
 Idem espetáculos gratuitos (ilegível)  
 Idem – 1:983\$300  
 Idem bailes populares, idem – 3:920\$00  
 Idem fogos artificiais em vários pontos da cidade, - 6:000\$5000  
 Idem marcha popular no dia 20 de maio – 2:330\$000  
 Idem publicação da folha imprensa fluminense, 4:334\$950  
 Gastos diversos, impressões, expediente, etc. 1:643\$200  
 Total: 24:561\$500

Saldo q vai ser entregue a Ilm Camara Municipal da Corte – 6: 317\$300  
 Total 30:878\$800

As contas foram aprovadas pelos membros da comissão

## Lista de fontes

### Periódicos/ Período consultado

*A Verdade* (1888)

*Carbonário* (1888-1889)

*Cidade do Rio* (1888)

*Diário de Notícias* (1888-1895)

*Gazeta da Tarde* (1888)

*Gazeta de Notícias* (1888-1890; 1892-1893; 1906; 1908)

*Gazeta Nacional* (1888)

*Jornal do Brasil* (1897-1899; 1908)

*O Malho* (1908)

*O Paiz* (1885; 1888-1899; 1902; 1908)

*O Sportman* (1887)

*Revista da Semana* (1906)

*Revista Ilustrada* (1888)

*Revista Tiypographica* (1888-1889)

*The Rio News* (1888)

*Treze de Maio* (1888)

### Manuscritos

“Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Pedro Drago”, *Biblioteca Nacional*, Seção de manuscritos– II – 32, 10, 01.

“Códice escravidão” – *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – 6, 1, 7.

“Festividades pela data da Abolição da escravidão (1888-1898)” – *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – 43, 4, 12.

“Festejos pela Lei de 13-05-1888. Declaração dos professores do 4º Distrito escolar (1895)” – *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – 43, 3, 77.

“Festejos religiosos pela data da lei que extinguiu a escravidão no Brasil – Igreja do Bonfim e N. S. do Paraíso. São Cristóvão – 1893” – *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – 43, 3, 75.

“Abolição da escravidão” – *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – 6, 2, 14.

## Impressos

*Almanaque Laemmert (1888)*

Décio Villares. *A epopeia africana no Brasil*. Circular aos meus concidadãos. 1º de julho de 1888. Museu Casa Benjamin Constant, DIV 888.07.01.

Décio Villares. *A epopeia africana no Brasil*. 2º Circular aos meus concidadãos. 21 de abril de 1889. Museu Casa Benjamin Constant, DIV 888.07.01.

*A epopeia africana no Brasil – discurso pronunciado pelo pintor Decio Villares ao inaugurar os trabalhos da sua obra comemorativa no dia 13 de maio de 1889*. Rio de Janeiro, Tipografia Central, 1889. Museu Casa Benjamin Constant, DIV 888.07.01.

LE MOS, Miguel e MENDES, R. Teixeira. *A Epopeia Africana no Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Central, 1888. Museu Casa Benjamin Constant, DIV 888.07.01.

Coelho Netto. *A conquista*. Porto, Lello & Irmão Editores, 5º Ed, s/d

Machado de Assis. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Klick Editora, 1999 (1908).

LAGO, Pedro; LAGO, Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*. Fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara Editora Ltda; 2008

“Relatório do chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro” In: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente, Dr. José Bento de Araujo. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1888. Disponível no *Center for Research Libraries – global resources network*. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/822/>

VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Panfletos abolicionistas. O 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007



## Bibliografia

ABREU, Martha . *O Império do Divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ABREU, Martha. “Outras histórias de Pai João. Conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular. 1880-1950 ” In: *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp. 235-276.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “‘É chegada a ocasião da negrada bumar’. Comemorações da abolição, música e política na Primeira República”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, pp. 97-120, jan-jun 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas ruas*. Comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 1999.

ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.) *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis*. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Marialva, *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2000.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. “Festas Cívicas na Corte regencial”, In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº 36, jul-dez. 2006, pp. 494-536.

BATALHA, Claudio H. M (org.). “Centro tipográfico 13 de maio”. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolistas y nacionalistas*. La construcción de La nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires, Argentina. Fondo de Cultura Económica. 2001.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 1970, 1º vol.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades dos Rosários*. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro, Organização Simões editora, 1957.

CARDEAUX, Otto M<sup>a</sup>. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, 4º ed. s/d

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoques: 1808-1964*. A história do Brasil contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A história contada*. Capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. In: CUNHA, Olívia M<sup>a</sup> Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Quase Cidadão*. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas a escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

COSTA, Emília Viotti. *Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

COWLING, Camillia. “Debating womanhood, defining Freedom: The abolition of slavery in 1880s Rio de Janeiro”. In: *Gender & History*. Vol. 22, nº 2, August 2010, pp. 284-301.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAIBERT JR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867-1910), um ‘líder da raça negra’ na capital da República”. In: *Afro-Ásia*, 41 (2010), pp. 167-209.

DE PAULA, Richard Negreiros. *Paciente duplicado*. Psiquiatria e justiça no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornografia no Rio de Janeiro (1870-1924)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2004.

FARIAS, J.; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L. ARAÚJO, C. E. M. *Cidades negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

FARIAS, Juliana. *et al. Cidades negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

FENERICK, José Adriano. *Nem do morro nem da cidade*. As transformações do samba e a indústria cultural (1920-1945). São Paulo: Anablume, 2005.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. “Os republicanos e a abolição”. In: *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 27, pp. 181-195, nov. 2006.

FERREIRA, Luciene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro*. (1884-1885). São João Del Rei: Dissertação de mestrado, UFSJ, 2010.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Morigerados e revoltados*. Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). Dissertação de Mestrado, Unicamp: Campinas: SP, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. “O 13 de maio e as celebrações na Bahia, 1888-1893”. In: *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010, pp. 63-90.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio: Brasília, INL, 1974.

GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições culturais, 2005.

GLEDSON, John (org.) *Bons Dias! – Machado de Assis*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.

GLEDSON, Jonh. *Machado de Assis: Impostura e realismo*. Uma interpretação de Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência*. Criadas e patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Construindo a cidade moderna. A introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro”. In: *Revista Estudos Históricos*, 1999, n. 23; pp. 17-39.

KIDDY, Elizabeth W. “Quem é rei do congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil.” In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro. Fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS, 2002.

KRAAY, Hendrik. “Alferes Gamboa e a sociedade comemorativa da independência do Império, 1869-1889”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 31, n. 61, pp. 15-40, 2011.

KRAAY, Henrik. “Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850)”. In: *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, Set. 2001, pp. 63-90.

KRAAY, Henrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade” – comemorações da independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 8, n. 14, jan.-jun. 2007, pp. 9-36.

LAGO, Pedro; LAGO, Bia Corrêa. *Coleção Princesa Isabel*. Fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara Editora Ltda; 2008.

LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: *Projeto História*: PUC-SP, nº 16, Fevereiro/98.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LEAL, Elisabete da Costa. “O Calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista.”. In: *HISTÓRIA*, São Paulo, V. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2001.

LINS, Antonio José P. S. “Ferrovia e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro”. In: OLIVEIRA, Márcio P. FERNANDES, Nelson da N. (orgs) *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF, 2010.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade*. Aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

MACHADO, Humberto. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1991.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*. Movimentos sociais na década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2010.

MACHADO, Ubiratam. *Os intelectuais e o espiritismo*. De Castro Alves a Machado de Assis. Rio de Janeiro: Edições Antares, Brasília, INL, 1983.

MACIEL, Laura Antunes. “Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado”. In: OLIVEIRA, Márcio P. FERNANDES, Nelson da N. (orgs) *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/EdUFF, 2010

MAGALHÃES JR, Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974.

MAGALHÃES JR. Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: Lisa/INL, 1972.

MAGALHÃES JR. Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

MAGALHÃES JR. Raimundo. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

MARZANO, Andrea. *Cidade em Cena. O ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839- 1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

MATTOS, Hebe. “O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 215-227.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do segundo reinado.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Vol. 2.

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007.

MELO, Victor Melo. *Cidade esportiva*. Primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MELO, Vitor Andrade de. “O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Estudos Históricos*, 1999, nº 23, pp. 41-71.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Entre a mão e os anéis*. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2011.

MENEZES, Raimundo de. *A vida Boemia de Paula Nei*. São Paulo: Martins editora, 1944.

MIRANDA, José Américo. *Maio de 1888. Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma*. (Rio de Janeiro, 1890-1910). Dissertação de Mestrado, Unicamp. Campinas: SP, 2008.

MORAES, Evaristo de. *A campanha Abolicionista (1879-1888)*. Ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986.

MORAES, Renata Figueiredo. “A abolição da escravidão: história, memória e usos do passado na construção de símbolos e heróis no maio de 1888”. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina C.; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.) *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORAES, Renata Figueiredo. “As relíquias literárias de Machado de Assis”: In: *Revista Tempo e Argumento*. UDESC, Vol. 2 (2010).

MORAES, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: história e memória na escrita da história da Abolição*. O caso de Osório Duque-Estrada. Niterói, Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2007.

MOURA, Clóvis. “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos”. *Dicionário da Escravidão negra no Brasil*. São Paulo, EdUSP, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da Abolição*. Diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888). PPGH; Dissertação de mestrado, Niterói, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha”. In: MAGALDI, Ana Maria et alii. *Educação no Brasil*. História, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 253-286.

NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, pp. 172-189.

ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, s/d.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Nandyala, 2008; MUNANGA, Kabengele (org.) *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2004.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das letras*. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “‘O Prazer das morenas’: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República”. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade. (orgs.) *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)* Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp.275-299.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Barricadas na Academia: literatura e abolicionistas na produção do jovem Coelho Netto”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 10, pp. 15-37.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Literatura e história social: a ‘geração boemia’ no Rio de Janeiro do fim do Império”. In: *História social*, n. 1, 1994, pp. 29-64.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PEREIRA, Leonardo. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”. *Projeto História*, São Paulo - SP, v. 14, p. 231-241, 1997.

PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania*. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. PPGH-UFF, Dissertação de mestrado, Niterói, 2011.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói: UFF - Tese de doutorado-PPGH, 2006.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

REIS, João José. “Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, pp. 7-33.

REIS, João José. “Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. “Emílio Rouède (1848-1908)”. IN: *Emilio Rouède (1848-1908)*. Museu nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1988.

ROCHA, Antonio Penalves. Abolicionistas Brasileiros e ingleses. *A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1180-1902)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras*. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do jornal do comércio*. 1827-2007. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques da. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 1996.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. 1900-1990. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio que passa” por Arthur Azevedo: cotidiano e vida urbana na Capital Federal da alvorada do século XX*. Tese de doutorado; PPGA/MN/UFRJ, 2011.



SILVA, Ana Carolina Feracin da. “Introdução”. *Bilhetes Postais/Coelho Netto*. Campinas, SP: Mercado das letras: CECULT; São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Eduardo. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: Pamplona, Marcos A. (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro. Access, 2001.

SILVA, Eduardo. “Rui Barbosa e o quilombo do Leblon”. In: LUSTOSA, Isabel et al. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

SILVA, Eduardo. “Sobre versos, bandeiras e flores”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Panfletos abolicionistas*. O 13 de maio em versos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. “Entre zumbi e pai João, o escravo que negocia”. In: *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo. Companhia das letras, 1989.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “‘Rememoração’/ comemoração: as utilizações sociais da memória.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 22, nº 44, pp. 425-438.

SIQUEIRA, Carla Vieira. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro os jornais cariocas – 1890-1922*. Dissertação de mestrado. PUC-Rio, 1995.

SLENES, Robert W. “‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana”. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2008.

SLENES, Robert. “*Escravos, Cartórios e Desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?*” In.: *Revista Brasileira de história*. São Paulo, 1987. pp. 166-196.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Juliana Teixeira. *A Autoridade Municipal na Corte Imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2007.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. Uma referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora brasiliense, 1961.

TAVARES, A. de Lyra. *Aristides Lobo e a República*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

VALLE, Daniel Simões. “A abolição da escravidão sob outro prisma: os projetos de reforma na imprensa espírita da Corte, 1881-1888”. In: ABREU, Martha;

PEREIRA, Matheus Serva (orgs.) *Caminhos da Liberdade*. História da Abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

VASQUEZ, Pedro Karp. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

VITORINO, Artur José Renda. “Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de Classe*. Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1995.

VON MARTIUS, K. Philipp. “Como se deve escrever a história do Brasil?”, *Revista trimestral do IHGB* (24), jun. 1845.